RC

Revista de Cultura
Review of Culture

International Edition 74
Edição Internacional 2024

INSTITUTO CULTURAL do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

ndependente" e cujas assi-
gnaturas não haviam ainda
indado até á data da sua
uspensão, de que receberão
O Lusitano," por mais um
mez alem d'essa data, pois foi
este o tempo que durou a in-
errupção atè ao appareci-
mento d'este jornal. De todos
os outros benevolos assig-
nantes esperamos continuar
a dever a amabilidade das
suas as

d'estes, em harmonia
sempre com o program-
ma que então delineá-
mos, parece-nos ser o
sufficiente para a apre-
sentação ao publico do
"O Lusitano."
"A sua politica será a
mesma: independente;
o seu fim o mesmo: o
bem da colonia e de Por-

Mercado
por
João Sa

A VOZ DO CD

SEMANAL

Exalta in fortitudine vocem tuam ... Exalta, noli timere:
Levanta com bem força a tua voz ... levanta-a e não tema...
Isa. XL. 9.
Quærite primum regnum Dei et justitiam ejus: et omnia adjicientur vobis:
... primeiramente o reino de Deus e a sua ... mais vos será dado em accrescimo.

ANNO I

Macau, 28 de Agosto de 1898

O LUSITANO

ASSIGNATURAS:

MACAU, HONGKONG E CANTÃO, por mez—50 avos; por semestre—$2.75; por anno—$5.00. PORTUGAL E COLONIAS, por anno—1$500 reis. Para quaesquer outros pontos (accrescendo o porte do correio) por semestre—... avulso—20 avos. As assignaturas serão cobradas adian-

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
CALÇADA DO GAMBOA N.º 2

PUBLICAÇÕES:

ANNUNCIOS: Por milha—... reis; em caracteres ... recebendo-se dois exemplares. Annuncia-se gratis qualquer publicação ... Não se publicam com indicações contendo ... apreciações relativas á vida privada de qualquer pessoa ... os autographos.

EXPEDIENTE.

Prevenimos os senhores assignantes, que eram do "O Independente" e cujas assignaturas não haviam ainda findado até á data da sua suspensão, de que receberão "O Lusitano," por mais um mez alem d'essa data, pois foi este o tempo que durou a interrupção atè ao apparecimento d'este jornal. De todos os outros benevolos assignantes esperamos continuar a dever a amabilidade das suas assignaturas.

AO PUBLICO

...empre que a lançar ... algum novo perio... é praxe assente ...entar um program... seu primeiro nu...

mos assumptos, pela forma conhecida dos leitores e com o applauso d'estes, em harmonia sempre com o programma que então delineámos, parece-nos ser o sufficiente para a apresentação ao publico do "O Lusitano."

"A sua politica será a mesma: independente; o seu fim o mesmo: o bem da colonia e de Portugal."

Dissemol-o então, ao fazermos reapparecer o "O Independente" em setembro do anno passado, e hoje repetimos o mesmo com igual ... não maior co...

O DECANO DO CORPO CONSULAR EM SHANGHAE

THEORIAS DO DIREITO DA FORÇA

No jornal *The Shanghae Daily Press* de 15 do corrente mez vem publicado um artigo a proposito de, pela proxima retirada do sr. dr. Stubbel, consul geral da Allemanha em Shanghae e que occupa o logar de decano consular, ter de assumir estas funcções o nosso consul o sr. Valdez.

Dia o referido jornal que não pode admittir-se que o representante de uma nação tão pequena como Portugal, com limitadissimos interesses no Oriente e pouca influencia no congresso do mundo, seja o decano do corpo consular.

Shanghae o seu paiz, ficará pela saída do consul geral da Allemanha sendo o consul mais antigo em Shanghae, tem de ser elle, portanto, o que tem de assumir as funcções de decano consular nos termos estabelecidos, ainda que isso particularmente pese seja a quem for.

E dizemos particularmente, porque não suppomos que os governos da Inglaterra ou o da America empreguem quaesquer meios para se modificar o systema seguido até agora.

Demais, não é a idade que faz o maior bom senso, grau de conhecimento ou de dignidade, porque nesta ... e em demasia, nos quaes ... bundam taes qualidades ao passo que faltam em muitos vem.

Ao sr. Valdez por exemplo ... tam ellas, e não que ... o mesmo caso ... collegas ...

THEORIAS DO DIREITO DA
FORÇA

O INDEPENDENTE

Jornal Politico, Noticioso, e Commercial.

VOL. I MACAO, 4 DE SETEMBRO DE 1868. N.º 1

"O INDEPENDENTE"
...gratuitamente nas columnas d'este jornal to-
...correspondencias, com tanto que não ata-
...cada, nem offenda a moral publica.
PREÇO DA ASSIGNATURA $8
..... 5
..... 3
..... $1
ANNUNCIOS
...cedendo de 10 linhas .....
...endo de 10 linhas 10 avos por linha.

ou á voz da liberdade, d'esse grito uni-
versal, que hoje ouvimos echoar de uma
a outra extremidade da terra, que surdi-
ram novas e variadas cruzadas, empe-
nhadas todas a entrarem, com reiterada
força, na grande liça, em que se debatem
os dois fortissimos athletas, a ignorancia
e a luz, o obscurantismo e o progresso.
É por isso que não ha no mundo paiz,
que deva chamar-se civilisado, que não
tenha hoje uma imprensa periodica, para
manifestarem por meio d'ella seus pensa-
mentos todos os que conhecem, que são
uma entidade juridica, e em cujo espirito
esta ideia da liberdade tem consignado ao
mesmo tempo a ideia de felicidade.
...esta colonia portugueza, tão im-
...se considere pelo
...político e
jornalisticos, quasi sempre lastimosas sce-
nas, em que se revelam escandalos, e se
descobrem mizerias, meios especulativos,
para desfigurar a verdade, confundir ques-
tões, falsificar argumentos, imputar o que
se não escreveu, nem se quer se pensou,
fazendo assim parecer justa a causa em
litigio, desvairar os leitores, tolher-lhes a
averiguação da verdade, desconceituar os
adversarios e tecer coróas a parciaes. São
na realidade bem faceis de lembrar um
sem numero de hypotheses, em que o des-
vairamento da imprensa periodica tenha
de arrastar sérios perigos para a causa pu-
blica, quando entregue a si mesmo, e aos
embates caprichosos de contendores op-
postos; mas pesando tambem por outro la-
do os quilates de conveniencia, e vantagem
publica, é de largo alcance, honroso, com
quanto arriscado, encetar antes princi-
pios, que demonstrem á evidencia a ma
fé da calumnia, e a injustiça de infunda-
das accusações, que deixal-as campear ás
soltas só com a esperança de que virão
por derradeiro os factos convencer d
traiçoeira e abominavel a perversidad
dos aggressores: cremos ainda, que e
casos extraordinarios, n'esses momen
de agitação e de perigo, póde tambe
periodica exercer dentro da
sua liberdade, uma
capa

REVISTA DE CULTURA · REVIEW OF CULTURE
Edição Internacional · International Edition 74
2024

EDIÇÃO
Publisher
INSTITUTO CULTURAL
DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
Cultural Affairs Bureau
Government of the Macao Special Administrative Region
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural, Macau, China
Tel: (853) 2836 6866
Website: www.icm.gov.mo

DIRECÇÃO EDITORIAL
Editorial Director
Leong Wai Man

EDITOR PRINCIPAL
Chief Editor
Lam Iok Fong, Agnes
Lam Weng Na

EDITOR CONSULTIVO
Consulting Editor
Paul A. Van Dyke

CONSELHO EDITORIAL
Editorial Board
Ana Margarida Nunes
Glenn Timmermans
Mário Pinharanda-Nunes
Tim Simpson

EDITOR DE SECÇÃO
Section Editor
Cátia Miriam Costa

EDITOR EXECUTIVO
Executive Editor
Wong Hio Iong, Aléxis

REVISÃO DE TEXTO
Proofreading
Lei Chi Fong, Tony
Xie Han Yu, Luís

DIRECTOR DE ARTE
Art Editor
Lou Heng Ian, Natalie

SECRETARIADO EDITORIAL
Editorial Secretary
Lei Tan Tong, Kose

REDACÇÃO E SECRETARIADO
Editorial Office
CENTRO DE ESTUDOS DE MACAU, UNIVERSIDADE DE MACAU
Centre for Macau Studies, University of Macau
Sala G025, Edifício Cultural (E34), Universidade de Macau
Avenida da Universidade, Taipa, Macau, China
Tel: (853) 8822 8131
(853) 8822 8130
Fax: (853) 2886 0009
Website: cms.um.edu.mo
Email: cms.rc@um.edu.mo

IMPRESSÃO
Printed by
Tipografia Welfare Lda.
ISSN 1682-1106
eISSN 3006-4880 (PDF)

PREÇO
Price
MOP 150

RC é uma revista académica comprometida com a troca de opiniões e diferentes pontos de vista no que concerne à história e à cultura de Macau. Fundada em 1987, a RC incentiva os estudos nesta área, ao mesmo tempo que examina o profundo impacto das características tradicionais chinesas e explora a singularidade de Macau, região onde se funde a cultura chinesa e a ocidental, com o objectivo final de promover o intercâmbio entre o Oriente e o Ocidente.

A RC recebe diversas contribuições e as opiniões e posições defendidas e expressas nos artigos, são da inteira responsabilidade dos autores e não se podem confundir com a diversidade e o pluralismo da linha editorial da RC nem tão pouco reflectem a perspectiva da revista ou dos seus membros.

Recomendamos que os leitores consultem ambas as edições, a chinesa e a internacional, pois cobrem uma ampla variedade de tópicos com artigos distintos.

RC is an academic journal committed to exchanging views and opinions in relation to history and culture. Founded in 1987, *RC* has been encouraging the studies on the history and culture of Macao, while also examining the profound impact of traditional Chinese culture and exploring the uniqueness of Macao and its history in the compatibility of Chinese and Western cultures, with the ultimate goal to promote the interchange between the East and the West.

RC welcomes contributions from different perspectives for the purpose of academic exchange. Opinions expressed in the articles belong to the authors and do not represent the point of view of *RC*.

RC is published in Chinese and International editions which cover a wide variety of topics. We highly recommend both editions to you for both reference and collection purposes.

Design da capa/Cover design by Lou Heng Ian, Natalie

A primeira secção desta edição é dedicada ao estudos da imprensa periódica, com foco no *Echo Macaense*. Os jornais são destacados como um recurso crucial para compreender a história de Macau, bem como o contexto sociopolítico entre a China e Portugal. O trabalho seguinte investiga e discute a identidade macaense a partir do semanário *A Abelha da China*. E, para fechar esta temática, é analisada a questão da percepção de Macau a partir de um diário republicano de Lisboa denominado *A Vanguarda*. No campo da literatura, é apresentado um ensaio que revela um mosaico sombrio de mulheres desafortunadas, tecido durante uma época histórica em que Macau era abrigo de muitos refugiados. Por fim, uma recensão de um livro sobre o tema dos contactos globais da China ao longo de 150 anos.

The first section in this edition is devoted to periodical studies, with a focus on *Echo Macaense*. Newspapers are highlighted as a crucial source for understanding Macao's history, as well as the socio-political context between China and Portugal. The following article reviews and discusses Macanese identity based on the weekly *A Abelha da China*. To conclude this section, the question of the perception of Macao is analysed from the perspective of a republican Lisbon daily named *A Vanguarda*. In the field of literature, an essay is presented to reveal a sombre mosaic of unfortunate women, woven during a historical era when Macao was home to many refugees. Closing this issue is a book review on the themes of China's global contacts over 150 years.

SUMÁRIO Contents

ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA · PERIODICAL STUDIES

06 THE *ECHO MACAENSE* JOURNEY:
A NEWSPAPER CALLING FOR COLLABORATIVE ACTION — AN INTRODUCTION
引言——《鏡海叢報》之旅：一份引領聯合行動的報章
Cátia Miriam Costa

10 O SURGIMENTO DO *ECHO MACAENSE/CHING HAI TSUNG PAO*
E A CRIAÇÃO DE UMA NOVA ELITE CHINESA EM MACAU
《鏡海叢報》的創刊及新華人精英的形成
Tereza Sena

60 RELEVÂNCIA HISTÓRICA DO SEMANÁRIO OITOCENTISTA — *ECHO MACAENSE*
《鏡海叢報》的歷史意義
Lurdes Escaleira, Jorge Bruxo

78 SUSTAINABLE GOVERNANCE AND COMMUNITY BUILDING IN THE NAME OF 'MACAENESES':
A REVIEW ON *A ABELHA DA CHINA*
以"Macaeneses"（澳門人）之名維繫管治與建立社區——《蜜蜂華報》再研究
Lam Iok Fong, Wong Hio Iong. Translated by Xie Hanyu

92 REFLEXOS DE MACAU EM LISBOA:
A PERSPECTIVA DO JORNAL REPUBLICANO *A VANGUARDA* (1894–1900)
里斯本共和派《先鋒報》視角反映的澳門（1894–1900）
Célia Reis

LITERATURA · LITERATURE

112 *VISIONS OF CHINA: STORIES FROM MACAU*
— CHINESE WOMEN IN THE EYES OF MACANESE/PORTUGUESE FEMALE WRITERS
《中國見聞：澳門故事》——土生／葡萄牙女性作家眼中的中國女性
Christina Miu Bing Cheng

RECENSÃO · BOOK REVIEW

130 *TRIBUTE AND TRADE: CHINA AND GLOBAL MODERNITY, 1784–1935*
《朝貢與貿易：中國與全球現代性（1784–1935）》書評
Paul A. Van Dyke

136 **RESUMOS**

138 **ABSTRACTS**

142 **CONVITE À SUBMISSÃO DE ARTIGOS**

143 **CALL FOR PAPERS**

ECHO MACAENSE

SEMANARIO LUSO-CHINEZ

鏡海叢報

PROPRIETARIO E RESPONSAVEL—FRANCISCO H. FERNANDES.

ADMINISTRAÇÃO—Rua da Casa Forte n.º 3

N.º 1 | ASSIGNATURAS:—Macau, Hongkong e Canton, por mez—$1 avos. Para outros pontos do extremo oriente, por semestre (accrescendo o porto do correio)—$6. Para a Europa, Africa, America e Oceania, por anno (accrescendo o porto do correio)—$8. Vendem-se numeros avulsos a 15 avos. As assignaturas serão cobradas adiantadamente. | MACAU — 18 de julho de 1893 | PUBLICAÇÕES:—Annuncios e reclames, por linha (typo corpo 8)—5 avos. Communicados, etc., de interesse particular, menos de 50 linhas—$1; excedendo, por linha—2 avos. Repetições 50% de abatimento. Annuncios permanentes—preços convencionaes. Annuncia-se *gratis* qualquer publicação litteraria ou scientifica, recebendo-se dois exemplares. | 1.º ANNO

EXPEDIENTE

Ás pessoas que receberem este semanario e que não quizerem favorecer-nos com as suas assignaturas, rogamos a fineza de nol-o devolver dentro d'uma semana a contar da data da recepção, a fim de podermos regular a tiragem; pelo que lhes ficaremós obrigados.

Não assumimos em caso algum a responsabilidade dos escriptos que apparecerem na secção *Communicados*; comtudo para que taes escriptos possam ser publicados no nosso jornal, é condição essencial que venham concebidos em termos moderados.

Brevemente publicaremos os nomes de todos os nossos agentes.

O "ECHO MACAENSE."

Numa pequena nesga de terra como é este recanto do mundo chamado Macau, a imprensa periodica conta hoje nada menos que tres orgãos, qual d'elles mais distincto na profundeza das concepções e na belleza da sua manifestação, qual d'elles mais caracteristico na sua orientação e peculiar na sua tendencia.

Poderia, portanto, parecer que em tão limitado ambito não houvesse já espaço para se accomodar qualquer novo pretendente que por ventura viesse procurar um logar para exercer a sua acção, por isso que é mui pequena a seara para tantos ceifeiros.

Poderia assim parecer, mas não o é de facto.

Se é pequeno o campo, é todavia valioso o terreno, e encerra em si tal abundancia de vitalidade que póde dar ainda occupação a outros operarios que nelle queiram empregar a sua actividade.

A esphera especial que escolhemos principalmente para a nossa acção jornalistica, está bem claramente indicada pela designação de *semanario luso-chinez* que vae no alto d'esta pagina.

Até agora os jornaes de Macau teem sido publicados só em portuguez, restringindo a sua influencia á população portugueza, ficando a numerosa população chineza completamente descurada e menospresada, o que não tem redundado em beneficio geral, porque d'este modo tem sido desaproveitado um elemento valiosissimo que poderia contribuir com efficacia para a prosperidade da colonia, por motivos que saltam aos olhos a quem reflectir sobre as condições actuaes dos habitantes de Macau.

A população portugueza actualmente é pequena em numero e fraca em recursos; conta apenas com um elemento de força—o governo,—elemento de grande alcance, é verdade, como auxiliar e directriz, porém de poucos effeitos como factor principal.

Mas a população chineza é grande em numero, abunda em recursos, é fertil em emprehendimentos, inexcedivel em actividade, e saturada do amor do ganho; qualidades que constituem mutores poderosissimos para a prosperidade d'um paiz.

A posição, lado a lado, d'estas duas secções da população—a portugueza e a chineza,—cada uma com as suas peculiaridades, está mesmo a apontar-nos o rumo a seguir nos esforços que devemos empregar para o engrandecimento d'esta colonia.

Empregando a população chineza e a portugueza a trabalhar para beneficio d'esta cidade, de accordo e em combinação com a população portugueza, eis o grande, o unico recurso possivel para engrandecel-a e fazel-a prosperar.

D'aqui a necessidade que ha de se estabelecer um meio de communicação, um traço de união, que ligue as duas communidades, tão diversas nos seus caracteristicos, mas que convem se approximem intellectualmente, e se identifiquem nos seus interesses e num fim unico—a prosperidade de Macau.

Até hoje só os monopolistas dos exclusivos do governo é que teem estado mais ou menos em contacto com o governo e com as auctoridades, de quem permanece afastado o grosso da população chineza, cujos interesses não são menos valiosos que os d'aquelles, e cuja opinião de certo não tem menos peso que a d'aquelles poderosos argentarios.

Para que os chinas entregues ao commercio em geral, á industria e á navegação, possam estar em contacto com o governo e com a população portugueza, é indispensavel o auxilio d'um orgão da imprensa, o qual, ao mesmo tempo que dê a conhecer aos portuguezes a opinião do publico chinez e as suas necessidades, faça tambem conhecer aos chinas os intuitos do nosso governo e da gente portugueza, que não desejam outra cousa que não seja o bem estar geral de todos os habitantes de Macau, chinas e não chinas.

Convencidos, pois, de que a existencia d'um vehiculo d'esta natureza para a troca de pensamentos e sentimentos entre os portuguezes e os chinas, seria não só um factor importante, mas uma necessidade impreterivel para o bem de ambas as communidades que constituem a população de Macau, propuzemo'-nos a desempenhar esta parte da missão da imprensa nesta cidade, a qual na sua existencia triscular vê pela primeira vez fazer-se uma tentativa de approximação das duas secções de habitantes que vivem juntas no mesmo solo, mas distanciadas uma da outra nas suas ideias e sentimentos.

Eis a razão de ser do novo jornal, o *Echo Macaense*, que entra hoje na arena, bem disposto a pugnar pelos interesses legitimos de todos os habitantes em geral da cidade de Macau.

E ardua a tarefa, bem o sabemos, é grande a empreza a que nos abalançamos; mas nem por isso trepidaremos, porque estamos conscios de que vamos fazer um bem, prestando um serviço á nossa patria, como um dever que se nos impõe, pois é dever do cidadão [illegible] que no coração bem formado nunca deve subtrahir-se,—o servir a patria conforme lho permittirem as suas faculdades.

Além do intuito especial que acabamos de manifestar, este jornal terá tambem por fim propagar conhecimentos uteis, derramar principios sãos e ideias salutares, em summa, concorrer, quanto em si couber, para o bem dos nossos compatriotas.

Para uma causa tão nobre e tão santa não nos faltará, esperamos, o favor do publico, e o apoio dos nossos collegas, a quem enviamos uma saudação sincera e cordeal.

O COMMERCIO DE MACAU COM A CHINA.

O que constitue actualmente a importancia d'esta cidade, o que lhe dá vida e a anima, é o seu commercio de cabotagem com os portos chinezes visinhos.

De Macau sahem para aquelles portos não só fazendas europeias, mas tambem productos chinezes, que, vindos dos portos da costa oriental de Quang-tung, são aqui armazenados, e depois enviados para os districtos consumidores, com os quaes esta cidade mantem communicação constante por meio de juncos que fazem carreiras regulares.

O movimento d'este importante commercio vem mathematicamente registado nos mappas estatisticos que acompanham o relatorio do commissario d'alfandega de Lapa, publicação utilissima que teve começo no anno de 1888, como uma das consequencias da convenção luso-chineza sobre a suppressão do contrabando de opio.

O ultimo relatorio, referente ao anno findo, é muitissimo significativo, porque infelizmente accusa um notavel retrahimento nas transacções commerciaes.

Os mappas estatisticos que o acompanham offerecem vasta materia para considerações bem ponderosas; mas como o estudo de algarismos é de uma aridez medonha e só offerece attractivo para certas organisações á prova de tedio, abstenho'-nos hoje de entrar em calculos e comparações embora muito elucidativas, limitando-nos a transcrever o mappa comparativo n.º 2, que consiste num summario bastante explicito das fluctuações que teem havido neste commercio durante os annos de 1890 a 1892.

Ao transcrevermos este mappa para o nosso jornal, alteramos-lhe alguns dos dizeres para o tornar mais intelligivel, pois que os mappas estatisticos da alfandega de Lapa são todos formulados sob a licção de que o commercio que elles representam se effectua na Lapa, territorio chinez, embora seja de todos conhecido que é Macau a base de todas estas operações.

É por isso que onde se "diz importação" em taes mappas se deve entender "exportação" com relação a Macau; e vice versa.

As mercadorias exportadas d'aqui para os portos da China são naquelles mappas consideradas como importadas pela Lapa, e o mesmo acontece com as fazendas importadas; d'onde nasceu a necessidade de se fazer a alteração a que acima nos referimos.

Basta percorrer a vista sobre o mappa que publicamos para se fazer uma ideia do movimento commercial nelle registado, pois que é inexcedivel a clareza e lucidez com que está formulado.

Reservando para a semana seguinte varias observações que nos suggere a leitura d'este documento, não podemos todavia deixar de chamar desde já a attenção dos nossos leitores para a constante e progressiva diminuição no valor total do commercio de Macau nos ultimos tres annos de 1890, 1891 e 1892.

No anno de 1890 esse valor foi de 10.358,659 taels; em 1891 desceu a 9.994,221 taels; e finalmente em 1892 chegou a 9.483,754 taels, mostrando em tres annos uma declinação successiva, que no anno findo importou em 874,905 taels, ou $1.415,612, isto é na proporção de 8%.

Quaes teriam sido as causas d'esta diminuição?

É o que procuraremos investigar no proximo numero.

Segue o mappa:

O primeiro número do *Echo Macaense*. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), cota do exemplar digitalizado: 476628.

The *Echo Macaense* Journey: A Newspaper Calling for Collaborative Action — An Introduction

Cátia Miriam Costa*

Macao has a long tradition of the printing press, starting in the 16th century, with the editing of a Chinese-written book by the Jesuits. Since then, Macao has maintained the ability to print, and in 1822, Macao had the first newspaper, *A Abelha da China*, with modern characteristics. It was a Portuguese-language newspaper printed in Macao that focused on Macanese political and social situation. It aimed to have a Macao-based administration without dependence on Portuguese India (where the colonial power was centralised) and to implement liberal political orientations in the territory. Moreover, until the establishment of Hong Kong, Macao was a cosmopolitan territory where foreigners chose to live. Traders, religious people, and travellers stayed in Macao to gain access to the Chinese hinterland. Macao's periodical press also gives evidence of this Macanese role concerning Western communities. *The Canton Register*, delivered for the first time in 1827, became the most ancient English newspaper in Asia.

The coexistence between different communities gave rise to a multilingual environment. Although the official languages for documents were Portuguese and Chinese, the convergence of many nationalities in such a tiny territory gave birth to periodical publications in different languages (mainly Portuguese, Chinese, and English), which are maintained today. This uniqueness of Macao is reflected in all aspects of the territory's life, including the periodical press. The coexistence of different peoples was also a challenge for the territory's Portuguese administration, which had to deal with several political agreements inside the territory. It was clear to local elites who represented the Macanese, Portuguese, and Chinese communities that Macao should be considered a power unit inside the Portuguese Empire. Consequently, it should have a robust local administration, although integrated into an empire driven from Lisbon.

Macao's political ambition has been expressed since the first local newspaper, *A Abelha da China*, appeared in 1822, the first modern newspaper in Asia.[1] *A Abelha da China* tried to build a Macanese perspective for local governance, involving the representatives of society's military, political, economic and religious sectors. The newspaper's main characteristics are similar to the ones of the newspapers created in colonial territories. The newspaper connected with the local public sphere, and, at the same time, it aimed to integrate a broader public sphere inside the Portuguese Empire.[2] The claims for local administration, more friendly duties to enlarge trade relations, and a progressive society

* Cátia Miriam Costa is a researcher at the Centre for International Studies (CEI-IUL) and an invited assistant professor at ISCTE – University Institute of Lisbon.

Cátia Miriam Costa é investigadora do Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL) e professora auxiliar convidada do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

constituted the pillars of this kind of periodical press. *A Abelha da China*, just like other newspapers in territories under foreign administration, fosters a dialogue between the local public sphere and power, and it also allows the territory to raise a dialogue with territories outside the Portuguese Empire.[3]

Although building up a local identity, the periodical press of territories under foreign administration also contributed to creating an imperial idea based on the news circulating inside the empire and the discourse addressing the central administrative powers.[4] In this paradoxical tension between local identities and the circulating identities in the empires, a common communicational space is constructed, gathering the local public sphere within and beyond the imperial public spheres.[5] Therefore, the periodical press either supports or challenges the foreign administrative powers, looking for local integration in political decisions.

In the case of Macao, the periodical press in each language thrived independently, without any communication or interaction. The exchange of ideas and intellectual diversity were the result of Macanese social and economic activities and the periodical press in each language. Macanese people were skilled communicators who were able to bridge the gap between different communities and cultures.

In the last quarter of the 19th century, elites living in Macao started to discuss new political ideas, such as republicanism. In China and Portugal, these ideas transformed into new social and political movements, and in Portugal, there was a republican *coup d'état* attempt in January 1893. New times brought new challenges to Macao. The establishment of Hong Kong after the Opium Wars resulted in Macao losing its role in Western trade with China. Consequently, there was an exodus from the Macanese skilled population to Hong Kong. Many of them went there to mediate as translators the relationship between the British power and administration and the Chinese population. Therefore, it was common to find Macanese working as public servants or being hired to deliver specific services. The Macanese became a diaspora representing this mix of cultures, being resilient to the European and Chinese sides when demanding a specific identity.

The demographic and economic changes in the territory created new anxieties and prepared it to receive new ideologies. Newspapers increased their relevance in political debate, and the combination of journalists, intellectuals, and social elites entailed a new process of influencing political power. Scientific knowledge, technological abilities, legal expertise and cultural sensibility are used to connect with the public sphere and produce a local discourse. Newspapers contribute to literary and scientific culture, and newspaper directors choose culture and science to attract readers to public discussion.[6] So, newspapers democratised scientific and cultural knowledge while trying to influence political power through the public sphere. The periodical press in territories such as Macao had an additional task. They had to participate in a more globalised world dominated by Western institutions and cultural knowledge and simultaneously claim a space for local elites. Their role was to revert the power relations inside a power system that considered them secondary characters from a waiting society, depending on their foreign orientations.[7]

Macanese periodical press waited until 1893 to have the first bilingual newspaper, *Echo Macaense*, which represented a common project between the Macanese and the Chinese communities, having the collaboration of some Portuguese living in Macao. The *Echo Macaense* was more than a bilingual newspaper. It represented a sino-lusophone project, bringing together communities and trying to deliver orientations relating Macao's issues to the Portuguese administration. Although it was not the

first periodical project in both languages because the *Boletim Oficial de Macau* was bilingual since 1879, it was the first private periodical press project using both languages.

This section begins with an examination of the *Echo Macaense*, a publication created by the elite, and its role in Macanese society by Tereza Sena. Readers then learn about the significance of the *Echo Macaense* as a 19th-century newspaper from the paper by Lurdes Escaleira and Jorge Bruxo. The following article, by Lam Iok Fong and Wong Hio Iong, discusses the first Macanese newspaper, *A Abelha da China*, and its innovative role in expressing Macanese identity and the need for a strong local administration to serve Macao's interests. The next article delves into the reception of the *Echo Macaense* in Lisbon by a Portuguese republican newspaper, written by Célia Reis.

The periodical press is a significant tool for researching politics and society, and the *Echo Macaense* represents a shifting moment in Macao's society. The changes Macao went through after the Hong Kong establishment, the rise of new political ideologies, a new perspective on colonial/foreign administration, and the fact that the *Echo Macaense* is the first and almost unique common project between communities to the public sphere make it a relevant yet understudied object. RC

Fig.1: *Impressio Librorum* (Book Printing), plate 4 from *Nova Reperta* (New Inventions of Modern Times), c. 1580–1605, engraving by Theodoor Galle after a drawing by Jan van der Straet, c. 1550. Courtesy of the trustees of the British Museum; photograph, J.R. Freeman & Co. Ltd.

NOTES

1 Cátia Miriam Costa, "*A Abelha da China*: A Apropriação Macaense do Discurso Político," in *A Abelha da China nos Seus 200 Anos: Casos, Personagens e Confrontos na Experiência Liberal de Macau*, ed. Hugo Pinto and Duarte Drumond Braga (Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2022), 23–36.

2 Stephanie Newell, "Paradoxes of Press Freedom in Colonial West Africa," *Media History* 22, no. 1 (2016): 101–122, https://doi.org/10.1080/13688804.2015.1084870.

3 Richard L. Merritt, "Public Opinion in Colonial America: Content Analyzing the Colonial Press," *Public Opinion Quarterly* 27, no. 3 (Fall 1963): 356–371, https://doi.org/10.1086/267181.

4 Christopher Holdridge, "Circulating the *African Journal*: The Colonial Press and Trans-Imperial Britishness in the Mid Nineteenth-Century Cape," *South African Historical Journal* 62, no. 3 (2010): 487–513, https://doi.org/10.1080/02582473.2010.519898.

5 Simon J. Potter, "Jingoism, Public Opinion, and the New Imperialism: Newspapers and Imperial Rivalries at the *Fin de Siècle*," *Media History* 20, no. 1 (2014): 34–50, https://doi.org/10.1080/13688804.2013.869067.

6 Cátia Miriam Costa, "Literatura nos Jornais: Democratização na Escrita e na Receção," *Via Atlântica* 19, no. 2 (December 2018): 13–29, https://doi.org/10.11606/va.v0i34.145780.

7 Cátia Miriam Costa, "Continuidades e Descontinuidades da Colonização Portuguesa: Literatura e Jornalismo entre a Utopia e a Realidade" (PhD thesis, University of Évora, 2014).

BIBLIOGRAPHY

Costa, Cátia Miriam. "*A Abelha da China*: A Apropriação Macaense do Discurso Político." In *A Abelha da China nos Seus 200 Anos: Casos, Personagens e Confrontos na Experiência Liberal de Macau*, edited by Hugo Pinto and Duarte Drumond Braga, 23–36. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2022.

_____. "Continuidades e Descontinuidades da Colonização Portuguesa: Literatura e Jornalismo entre a Utopia e a Realidade." PhD thesis, University of Évora, 2014.

_____. "Literatura nos Jornais: Democratização na Escrita e na Receção." *Via Atlântica* 19, no. 2 (December 2018): 13–29. https://doi.org/10.11606/va.v0i34.145780.

Holdridge, Christopher. "Circulating the *African Journal*: The Colonial Press and Trans-Imperial Britishness in the Mid Nineteenth-Century Cape." *South African Historical Journal* 62, no. 3 (2010): 487–513. https://doi.org/10.1080/02582473.2010.519898.

Merritt, Richard L. "Public Opinion in Colonial America: Content Analyzing the Colonial Press." *Public Opinion Quarterly* 27, no. 3 (Fall 1963): 356–371. https://doi.org/10.1086/267181.

Newell, Stephanie. "Paradoxes of Press Freedom in Colonial West Africa." *Media History* 22, no. 1 (2016): 101–122. https://doi.org/10.1080/13688804.2015.1084870.

Potter, Simon J. "Jingoism, Public Opinion, and the New Imperialism: Newspapers and Imperial Rivalries at the *Fin de Siècle*." *Media History* 20, no. 1 (2014): 34–50. https://doi.org/10.1080/13688804.2013.869067.

O Surgimento do *Echo Macaense/Ching Hai Tsung Pao* e a Criação de Uma Nova Elite Chinesa em Macau

Tereza Sena*

RESUMO: Este ensaio pretende olhar para o *Echo Macaense* enquanto projecto colectivo levado a cabo por um grupo de macaenses, empenhados política e civicamente, e defensores de uma ideia reformista para a renovação de Macau, num quadro administrativo profundamente inspirado no modelo britânico e reclamando o direito de cidadania e de intervenção activa para uma elite chinesa empreendedora e ocidentalizada. Salientando-se o pioneirismo e a singularidade da publicação de um 'Semanario Luso-Chinez' em 1893, oferece-se uma sumária panorâmica de Macau à época, ilustrando-a pontualmente com as páginas do *Echo Macaense*, ao mesmo tempo que se intenta reconstituir um pouco da história do próprio jornal, intervenção dos seus colaboradores e sua teia de relações, levantando mais hipóteses e pistas para novas abordagens, do que oferecendo respostas. Terão elas de passar por um necessário diálogo com a historiografia chinesa sobre o assunto e a época em apreciação, aqui não contemplado.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa de Macau; *Echo Macaense/Ching Hai Tsung Pao*; História de Macau.

ANTEPROPÓSITO

Este ensaio pretende olhar para o *Echo Macaense/Ching Hai Tsung Pao* enquanto projecto colectivo levado a cabo por um grupo de macaenses, empenhados política e civicamente, e defensores de uma ideia reformista para a renovação de Macau, num quadro administrativo profundamente inspirado no modelo britânico,[1] reclamando o direito de cidadania e de intervenção activa para uma elite chinesa empreendedora e ocidentalizada.

Nele se oferece uma sumária panorâmica de Macau à época, ilustrando-a com as páginas do *Echo Macaense*, na sua edição portuguesa, ao mesmo tempo que se intenta reconstituir um pouco da história do próprio jornal, intervenção dos seus colaboradores e sua teia de relações, levantando mais hipóteses e pistas para novas abordagens, do que oferecendo respostas. Terão elas de passar por um necessário diálogo com a historiografia chinesa sobre o assunto e a época em apreciação, aqui não contemplado, pelo que assumo as minhas limitações quanto à realidade, à história e à língua chinesas.

* Tereza Sena é investigadora convidada do Centro de Estudos das Culturas Sino-Ocidentais da Universidade Politécnica de Macau.

Tereza Sena is an invited researcher at the Centre of Sino-Western Cultural Studies of the Macao Polytechnic University.

Não teve como propósito proceder à inventariação exaustiva dos temas versados no *Echo Macaense* nem à sua leitura ideológico–––política ou histórico–literária, entre outras, não obstante ter resultado da leitura da colecção relativamente completa do jornal existente na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto,[2] comigo generosamente partilhada pela coordenadora deste volume, Cátia Miriam Costa, a quem naturalmente agradeço, bem como à Biblioteca Fundação Jorge Álvares do Centro Científico e Cultural de Macau, em Lisboa, pela pontual disponibilização de documentação pertencente ao seu acervo.

Numa fase inicial, as lacunas existentes na dita colecção do periódico foram ocasionalmente colmatadas através de leitura indirecta a partir das obras de Márcia Rosa dos Reis Ferreira[3] e de Daniel Pires[4] no que ao *Echo Macaense* respeita, e de Kai Cheong Fok,[5] sobretudo para o *Ching Hai Tsung Pao*. Expresso aqui também o meu agradecimento ao Instituto Internacional de Macau por, generosamente e num curtíssimo espaço de tempo, me ter facultado os citados trabalhos deste último autor, de cuja consulta em muito beneficiei.

Durante o processo de revisão deste trabalho, e graças à intervenção do editor, que agradeço, pude esclarecer definitivamente questões que havia deixado em aberto por falta de acesso a alguns números do *Echo*, de facto disponibilizados na página da Biblioteca Pública de Macau,[6] útil recurso electrónico que desconhecia.

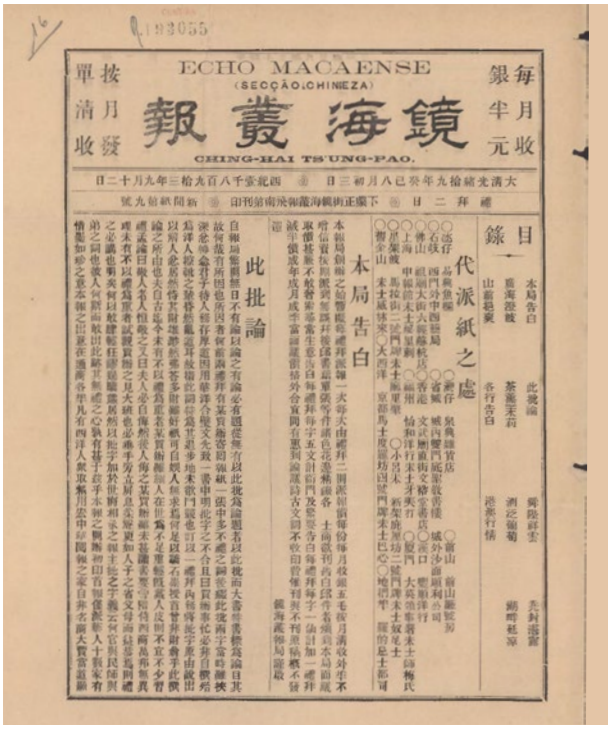
UM 'SEMANARIO LUSO-CHINEZ'

Depois de em Portugal se gorar o golpe republicano de 31 de Janeiro de 1891 e nas vésperas de no Extremo Oriente se dar início à I Guerra Sino-Japonesa (1894–1895) surgia em Macau, pelas mãos[7] do macaense Francisco Hermenegildo Fernandes (1863–1923) um jornal que se autodesignava de 'Semanario Luso-Chinez', o qual propunha franquear as suas colunas 'a todos sem distincção de côr ou raça e sem preconceitos',[8] e que perdurará,[9] embora com titulação diversa, até Setembro de 1899, quando foi silenciado.[10] No editorial do primeiro número, de 18 de Julho de 1893, afirmava-se:

> *Até agora os jornaes de Macau teem sido publicados só em portuguez, restringindo a sua influencia á população portugueza, ficando a numerosa população chineza completamente descurada e menospresada, o que não tem redundado em beneficio geral, porque d'este modo tem sido desaproveitado um elemento valiosissimo que poderia contribuir com efficacia para a prosperidade da colonia, por motivos que saltam aos olhos a quem reflectir sobre as condições actuaes dos habitantes de Macau.*[11]

Nada mais certo. Mas estaria essa Macau realmente preparada para dar voz activa à comunidade chinesa num momento em que a todo o custo se intentava afirmar a soberania portuguesa, legitimada, ainda que parcialmente, pelo Tratado de 1887?[12]

Para os homens envolvidos neste projecto editorial — profundamente ligados e conhecedores da realidade chinesa — sim. Mas tais propósitos não seriam certamente partilhados por toda a Macau, cada vez mais 'colonial', embora sem dimensão para o ser, na opinião dos redactores do *Echo Macaense*.[13] Censurados pelo jornal *O Lusitano*[14] de não se conformarem 'com o nosso regimen colonial',[15] defendiam-se dessa e doutras acusações na edição de 4 de Setembro de 1898, chegando a afirmar: 'Como não temos ambições e vivemos na terra em que nascemos, lamentamos o *systema* que rege tanto no reino como no ultramar



ECHO MACAENSE
(SECÇÃO CHINEZA)
鏡海叢報
CHING-HAI TS'UNG-PAO.

Fig. 1: O primeiro número do *Ching Hai Tsung Pao* (Secção Chineza do *Echo Macaense*). Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), cota do exemplar digitalizado: 476628.

e trabalhamos como podemos para attenuar a gravidade do mal, que impende sobretudo sobre Macau.'[16]

Por isso, reivindicavam logo no número inaugural:

> *[...] a necessidade que ha de se estabelecer um meio de communicação, um traço de união, que ligue as duas communidades, tão diversas nos seus caracteristicos, mas que convem se approximem intellectualmente, e se identifiquem nos seus interesses e num fim unico — a prosperidade de Macau.*[17]

Não é, contudo, a expressão de uma ideia anticolonial que impera, mas antes a crítica à forma como Portugal administrava as suas colónias, num contexto traumático pós-Ultimato (1890) como, por exemplo, deixa claro a edição de 15 de Março de 1896:

> *Oxalá possa o enthusiasmo pelas colonias, que parece ter revivido em Portugal, accentuar-se mais, e tomar uma orientação pratica, para que estas ricas possessões ultramarinas, que constituem o patrimonio que legaram os nossos maiores, continuem a ser de Portugal, mas florescentes e ricas, em vez de abatidas e miseraveis.*[18]

E, mais ainda, na de 16 de Janeiro de 1894:

> *Nas possessões ultramarinas, de cujo engrandecimento, material e moral, depende essencialmente a futura grandeza de Portugal, sobe de ponto essa obrigação, especialmente entre os funccionarios publicos, que devem ter como o primeiro dos seus deveres, honrar o nome portuguez, mostrando assim ao mundo que Portugal ainda é digno de possuir colonias, que as sabe administrar, que póde civilisal-as, e tem a peito fazer a felicidade dos povos cujos destinos a Providencia confiou aos seus cuidados.*[19]

Há autores que vêem nestes apelos à necessidade de mudança de 'sistema' uma prova da intervenção republicana de Francisco Hermenegildo Fernandes, o que se me afigura algo forçado, parecendo-me veicularem muito mais uma crítica à administração e atitude portuguesas do que aludirem ao regime político propriamente dito, como se explicita no número de 1 de Agosto de 1893:

> *ACONTECE infelizmente — e é* **systema** *genuinamente portuguez, — que, tanto no reino como nas colonias, tudo se espera da iniciativa do governo, como se o povo,*

> ***o principal interessado na prosperidade do paiz, não soubesse, ou não pudesse tratar do seu proprio bem estar, senão sob o impulso da direcção e da responsabilidade dos poderes publicos, parecendo assim que, ou não confia nos seus proprios esforços, ou quer auferir vantagens sem incorrer em riscos.***
>
> *[...]*
>
> ***Tempo é já de mudarmos de systema.***
>
> ***Não esperemos que outros venham fazer a nossa felicidade, porque não a farão certamente.***
>
> ***Procuremos conquistal-a por nossos proprios esforços, unindo-nos todos nós, os habitantes de Macau, portuguezes e chinas. Esperar e depender tudo da iniciativa do governo, sobre ser, em principio, um* systema pernicioso*, é ainda absurdo, pelo menos com relação a Macau.***[20]

Tal discurso era consentâneo com aquele que seria o sentimento de uma boa parte do público a que se destinava, e que incluía não apenas os elementos da diáspora macaense[21] disseminados por Hong Kong, Cantão, Xangai, Singapura e demais portos comerciais da região, onde testemunhavam outras atitudes 'coloniais', como a vasta comunidade dos chineses ultramarinos, pelo que o jornal circulava por Hong Kong, Cantão, Pequim, Xangai, Fuzhou, Xiamen, Hankou, para além do Japão, Honolulu, São Francisco, Singapura, Filipinas, Timor e Lisboa.

E é no facto de se tratar de um jornal luso-chinês, e não no de ser um jornal bilingue, que reside a originalidade do *Echo Macaense*, a que acresce a circunstância de ter viabilizado a criação do primeiro jornal moderno chinês de Macau e o primeiro da China com conotações revolucionárias,[22] o *Ching Hai Tsung Pao* (Jing Hai Hong Bao) — assim era o título da sua edição chinesa, significando 'Jornal Espelho do Mar' (sendo 'Espelho do Mar' um dos nomes literários de Macau), que posteriormente[23] se autonomizou, mantendo-se em circulação até 25 de Dezembro de 1895. Segundo a lei de imprensa então em vigor, os requisitos para a obtenção da necessária licença de publicação, eram os de que o editor fosse maior de idade, 'cidadão no goso dos seus direitos civis e politicos' (art. 2.º) e domiciliado na comarca onde se pretendesse fazer a publicação,[24] o que, de certo, e embora os houvesse naturalizados portugueses, tornaria difícil[25] a sua obtenção por parte de um elemento da comunidade chinesa, o que sugere desde já a hipótese de haver alguns dos seus elementos associados ao projecto. A participação posterior de Francisco Hermenegildo Fernandes na direcção de outros jornais chineses, sem com isto negar alguma eventual 'militância' política, que será difícil de comprovar, parece sugerir exactamente isso.

Assim, e independentemente de quaisquer intuitos de intervenção política reformista ou revolucionária que possa ter servido, o seu principal propósito consistia em trazer para a esfera noticiosa e opinativa, em língua portuguesa, não apenas as locais mais ou menos curiosas e informativas sobre esse outro mundo que era o dos 'chinas' de Macau, mas de o tentar integrar na ideia de Macau, chegando o jornal a assumir-se como seu porta-voz, quando não defensor. E a contrária talvez fosse até certo ponto verdadeira, mas, para tal exploração, não disponho, infelizmente, de competência linguística.

Só a análise comparativa das edições portuguesa e chinesa permitirá atestar a real equidade do projecto, o que não é naturalmente visível através da leitura de apenas uma delas. Contudo, através dos estudos de Kai Cheong Fok, ficamos a saber quais eram as directivas de Fernandes para os editores do *Ching Hai Tsung Pao*:

> *A primeira página é destinada a comentários. A segunda trata de notícias da China e do exterior. As notícias devem primeiro dar cobertura aos principais acontecimentos de Pequim e, em seguida, as notícias sobre outras províncias e países. A terceira página é recorte de notícias de Guangdong e de Hong Kong. Nós selectivamente publicamos recortes de notícias diárias dos jornais de Guangdong e de Hong Kong, que sejam verdadeiros acontecimentos.*[26]

Nesta conformidade, e pela leitura do periódico, podemos supôr que as orientações quanto à distribuição dos conteúdos[27] para edição portuguesa seriam algo idênticas, reflectindo a seguinte hierarquização, se bem que não rígida e sujeita a algumas flutuações ao longo dos anos com as diversas fases do jornal (que urge periodizar): manutenção da primeira página (estendendo-se por vezes à segunda) para os tais 'comentários', na qual, curiosamente, se incluía o folhetim histórico;[28] noticiário local, com presença regular do que se passava no Senado — sobretudo quando nele pontificavam homens ligados ao *Echo Macaense* como António Joaquim Basto (1848–1912) e Pedro Nolasco da Silva (1842–1912) — e das efemérides, calendário religioso, e até de uma secção de 'Religião e Moral', mais visíveis nos primeiros anos de publicação; notícias da metrópole e colónias; resumo da secção chinesa (que irá rareando); noticiário internacional onde se englobavam a China e as regiões circundantes, para além de outros países, reservando-se a última página para textos literários, por vezes históricos — e até para uma poesia em patoá (*patois*)[29] — conciliando um típico propósito cultural e educativo com o entretenimento ('Secção Amena'), normalmente assegurado pelo 'apreciavel moço, que modestamente se occulta sob o pseudonymo Jorge d'Azevedo';[30] para os anúncios

Fig. 2: Liceu de Macau. Fonte: Wikimedia, https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Liceu_Nacional_Infante_D._Henrique,_Macau.tif

e para a dita 'Secção Chineza', enquanto a houve.

Se também se resumiam os comentários e principais notícias publicadas na parte portuguesa na edição em chinês, desconheço, mas os referidos estudos[31] de Kai Cheong Fok escalpelizando a presença e actividade de Sun Yat-sen (1866–1925) em Macau[32] apontam nesse sentido, como ele mesmo afirma:

> *Para aqueles que leram tanto o* Ching Hai Tsung Pao *como o* Echo Macaense*, certamente sabem que Francisco Fernandes costumava publicar o mesmo ar[t]igo em ambos os jornais, de que era proprietário e responsável, algumas vezes na mesma data, mas outras em datas diferentes. Além disso se o artigo tiver sido originalmente escrito em Português, seria resumido e traduzido para chinês para ser publicado no* Ching Hai Tsung Pao*; mas se o artigo tiver sido escrito em chinês, seria resumido, traduzido em Português e publicado no* Echo Macaense.[33]

Aliás, neste campo da reciprocidade da matéria opinativa e informativa entre as edições portuguesa

e chinesa do jornal, regista-se pelo menos um caso curioso, ou talvez até indiciador de alguma outra estratégia.

Referindo-se a um importante artigo,[34] onde a par de denúncias de irregularidades e más práticas do Hospital Kiang Wu manifestamente se elogia o trabalho aí desenvolvido por Sun Yat-sen, Kai Cheong Fok[35] afirma que o mesmo foi parcialmente reproduzido na edição chinesa do jornal (*Ching Hai Tsung Pao*) do mesmo dia 19 de Dezembro de 1893 com o título 'Uma Tradução de Uma Opinião Ocidental', atribuindo a autoria a António Joaquim Basto. Contudo, na edição portuguesa, lê-se:

> ***Este estado de cousas vem accentuadamente patenteado n'um artigo que hoje publica a edição chineza d'este jornal, e que passamos a transcrever, sollicitando a attenção dos poderes publicos para esta importante associação de beneficencia, que ainda funccciona sem estatutos approvados pelo governo.***[36]

Atendendo ao título do artigo apresentado na versão chinesa, não se me afigura tratar-se de um lapso de tradução na obra de Kai Cheong Fok, por um lado, e, por outro, o trecho acima citado a partir da edição portuguesa do jornal é deveras elucidativo quanto à proveniência do artigo, que aliás transcreve logo de seguida entre aspas. Estaremos então perante um jogo de ambivalências, de um artifício estratégico destinado a encobrir a identidade do verdadeiro autor? Apostariam os editores do *Echo*, que se moviam entre esses dois universos, na mútua ignorância e fosso existente entre as comunidades chinesa e portuguesa? Sendo indesmentível a contribuição de Sun Yat-sen para a elaboração do artigo, e pelo que acima fica exposto, tenho algumas reservas quanto à autoria (pelo menos parcial) deste artigo proposta por Kai Cheong Fok e, mormente, quanto ao fundamento que nela vê para justificar o apoio — sem com isto o querer desmentir — que Sun Yat-sen terá recebido por parte de António Joaquim Basto.

Assim, na realidade, o *Echo* foi o primeiro 'Semanario Luso-Chinez', e não, em termos formais, o primeiro periódico bilingue de Macau, já que, desde 6 de Fevereiro de 1879, que o boletim oficial da Província de Macau era 'publicado em portuguez e em china'.[37] Por determinação do Governador Carlos Eugénio Corrêa da Silva (1834–1905, período de mandato: 1876–1879) — e seguindo o exemplo de Hong Kong — haviam-se passado a nele incluir regularmente[38] traduções, em língua chinesa dos 'actos governativos',[39] que se considerava necessário 'cheguem ao conhecimento dos chinas habitantes de Macau e suas dependencias'.[40] Como é óbvio, os propósitos eram naturalmente distintos, já que não se tratava de um jornal destinado a promover o debate de ideias e a formar a opinião pública, mas de um mero boletim normativo e informativo da matéria político–administrativa.

Essa tradução, 'sempre feita com o visto e conforme do 1.º interprete sinologo',[41] e elaborada pela 'repartição de sinologos'[42] — então na Procuratura dos Negócios Sínicos — passou mais tarde para a competência da Repartição do Expediente Sínico,[43] autonomizada da Procuratura em 2 de Novembro de 1885, onde Hermenegildo Fernandes viria bem mais tarde a trabalhar.

NASCEM O *ECHO MACAENSE* E O LICEU

Voltando ao surgimento do *Echo*, nesse mesmo ano de 1893 em que nascia Mao Tsé-Tung (1893–1976) — que umas décadas depois marcaria para sempre o destino da China contemporânea — a cidade ainda se mantinha ligada à emigração dos cules, se bem que, a partir de 1894, esta já fosse dita emigração livre e voluntária de colonos chineses.[44]

Empreendia-se então não só uma progressiva política de uniformização do espaço ao derrubarem-se

as fronteiras que separavam a cidade cristã das aldeias chinesas, nomeadamente a muralha da cidade, como de extensão da jurisdição portuguesa a toda a população. Na altura também se praticava em Macau uma governação cada vez mais centralizadora não só aos níveis político, administrativo e judicial como educativo, aumentando a burocracia e o funcionalismo, o que não podia deixar de ter impacto local. Em 27 de Julho de 1893 criava-se o Liceu de Macau, inaugurado em 28 de Setembro do ano seguinte, por via do qual se intentava a integração da cidade num projecto educativo nacional, mas seguramente não destinado à comunidade chinesa e muito pouco à macaense.[45]

Relembre-se, por exemplo, a criação em 1871 da Associação Promotora para a Instrução dos Macaenses, ainda hoje actuante, de que partiu a iniciativa, aliás de pouco sucesso, de uma escola comercial em 1878, concretizando uma velha aspiração dos macaenses a uma escolaridade específica adaptada às necessidades do seu principal mercado de trabalho, ou seja, as companhias comerciais ocidentais estabelecidas nas grandes metrópoles da região e toda a espécie de serviços que as mesmas geravam.

A criação do Liceu será um projecto que o *Echo*[46] aplaude ao mesmo tempo que coloca o dedo na ferida, trazendo à baila essa tal educação específica de que a juventude macaense necessitava, a falta de saídas profissionais para esses jovens nos quadros da administração, quase que integralmente preenchidos por metropolitanos, debruçando-se igual e frequentemente sobre a questão da educação em geral que, em Macau como um pouco por todo o lado, perpassou o século XIX. Tornar-se-ão estes temas num dos focos da acesa polémica jornalística que o *Echo* manteve ao longo da sua vida, sobretudo com os jornais *O Independente*, na sua 5.ª fase (1897–1898), e *O Lusitano* (1898–1899) — que se lhe substituiu em 28 de Agosto de 1898 — cujos corpos redactoriais eram maioritariamente compostos por professores do Liceu,[47] alguns dos quais bacharéis em Direito que, em breve passaram a acumular tais funções com as de advogado, concorrendo,[48] com superioridade académica, com os provisionários da terra, mormente com António Joaquim Basto e Constâncio José da Silva (1864–1947), sobre cujas ligações ao *Echo Macaense* adiante se falará.

Seja ele real ou um artifício jornalístico, paradigmático é o texto inserido na secção 'Communicados' — ou seja, o que hoje designaríamos por 'Carta ao Director', se bem que pagos no caso de serem de interesse particular — assinado por 'um pae de familia', publicado em 31 de Outubro de 1897, insurgindo-se contra o teor de uma série de artigos de *O Independente* dedicados ao tema. Em defesa das escolas municipais e protestando contra a imposição do modelo metropolitano quando a taxa de analfabetismo em Portugal rondaria,[49] segundo o 'pae de familia', os 80% contra os apenas 5% de Macau, diz-nos o mesmo:

> *Finalmente sempre será bom que os redactores do* Independente*, que não se fartam de fazer gala de patrioticos, propugnadores do bem estar d'esta cidade, etc., etc., se convençam de que os paes de familia em Macau não desejam para seus filhos uma simples* carta de bacharel*, porque com este documento litterario morreriam de fome na China; o que elles querem é sómente que os seus filhos saibam ganhar honradamente o seu pão sem ter que lançar mão de chicanas infames e indecentissimas.*
>
> *Por causa do lyceu, já sacrificaram as aulas de instrucção primaria complementar da Escola Central, onde todos os jovens macaenses podiam estudar a geographia, a historia, a*

> ***mathematica elementar e sciencias naturaes, sem pagar dinheiro. Hoje quem não tiver dinheiro não pode estudar estas disciplinas no lyceu. Ainda querem sacrificar o ensino elementar?!***
>
> ***Que os redactores do*** Independente ***façam guerra a este ou áquelle, que procurem batalhar e bulhar pela barriga, do modo melhor que lhes aprouver, não me importa nada; mas sustentar um jornal para guerrear uma corporação [o Senado], que tem prestado relevantes serviços á instrucção publica, e prejudicar os interesses vitaes da mocidade estudiosa de Macau desorganisando ou mutilando a instrucção primaria elementar, alem de não ser patriotico, é deshumano e barbaro.***[50]

Cerca de um ano depois, e de muita tinta inflamadamente gasta,[51] numa resposta a *O Independente*, provavelmente a João Pereira Vasco (1865–1919),[52] o Liceu seria já manifestamente declarado 'um luxo, e não tem razão de ser':

> ***Exige a verdade se diga que não é s. exa. de per si, nem conjunctamente com os seus collegas no lyceu, que hão de jamais habilitar os filhos da terra a ganharem o seu pão nos portos do littoral da China, do Japão, Siam e Indo-China.***
>
> ***[...]***
>
> ***O que se requer em Macau são escolas profissionaes e estudos mais aperfeiçoados de linguas vivas.***[53]

Como se infere do editorial anteriormente publicado,[54] o articulista parafraseava a autorizada opinião do Bispo de Macau, D. José Manuel de Carvalho (1844–1904, período de mandato: 1897–1902), mas ela tornar-se-á bandeira do *Echo* na sua alegada defesa de um projecto educativo da juventude macaense, prático e direccionado.

POR ALTURAS DO APARECIMENTO DO *ECHO MACAENSE*

Polémicas à parte, que muitas vezes levaram à suspensão[55] dos jornais e à condenação dos seus editores — como aconteceu ao do *Echo* em Dezembro de 1897[56] — o Governo de Macau ia investindo[57] paulatinamente no serviço postal, em escolas oficiais, na criação da 'Biblioteca Nacional de Macau',[58] anexa ao Liceu, na organização da polícia, no saneamento básico e higiene pública, bem como nas infra-estruturas e melhoria das condições de vida da população, sem esquecer as ilhas da Taipa e de Coloane, que tentava integrar na sua jurisdição[59] e onde também abria escolas, construía mercados e até um matadouro. Ilhas essas ainda frequentemente ameaçadas por 'piratas', e onde os mandarins chineses exigiam o pagamento de foro e os portugueses taxavam com os seus impostos.

Macau, é certo, continuava a ser amedrontada e assolada por epidemias — nomeadamente em Maio/Julho de 1894,[60] a qual surpreendeu o jovem professor do Liceu Camilo Pessanha (1867–1926) à chegada[61] — e por tufões, como o que se registou em 2 e 3 de Outubro de 1893, impedindo o *Echo* de sair no dia aprazado; pelos frequentes incêndios e pelas suas habituais tensões, para além dos pequenos e grandes dramas como os que terão levado uma abadessa (não se sabe de que congregação) ao inaudito suicídio na Rua da Felicidade.[62] Mas também por outras mais graves, indicadoras de resistências à administração portuguesa e seu controlo, a par das decorrentes de uma pouco clara delimitação territorial e dúbio estatuto de Macau, assunto que se eternizará,[63] mas cuja resolução é um ponto de

Fig. 3: Hotel Bela Vista, 1907. Fonte: Internet Archive Book Image, identifier: cu31924023279866.

batalha do *Echo Macaense*,[64] bem sistematizado na edição de 2 de Fevereiro de 1896.[65] Assim, regista-se a greve dos arrematantes de gado bovino em Setembro desse ano inaugural de 1893, e o protesto escrito de 327 estabelecimentos industriais de Macau manifestando-se contra o monopólio do petróleo, pólvora e salitre, em Novembro seguinte.[66]

No entanto, a cidade modernizava-se.

De assinalar a inauguração, ou eventualmente a oficialização em 1890, de um hotel de charme, bem ao gosto britânico, gerido por ocidentais e não por chineses como acontecia com os demais,[67] que perpassa a literatura romântica sobre Macau até à contemporaneidade, o Hotel Boa, depois Bela Vista.

Graças 'ao genio folgasão' de Olympio Joaquim de Oliveira,[68] que 'o leva a promover distracções para quebrar a monotonia que de ordinario reina n'esta terra',[69] lá bem perto puderam, a partir do Verão de 1897, os visitantes e habitantes de Macau (não todos, certamente) passar a disfrutar de banhos de mar, anunciando então o *Echo Macaense*: 'Acha-se já levantada nas praias da Bella Vista um barracão d'ola com dois andares, 15 quartos, sala, varanda, botequim e com uma ponte de 60 metros de comprido partindo do 2o. andar até ao mar',[70] estrutura custeada por uma sociedade de '22 cavalheiros',[71] assinalando na semana seguinte o sucesso da iniciativa ao informar 'que estão mui animadas as praias de banho, sobretudo de madrugada e á noite'.[72]

Ainda que não fosse a primeira, surgia também, nos finais de 1895, a Pharmacia Popular, por iniciativa dessa figura tentacular da Macau oitocentista e ligada ao *Echo* — possivelmente mesmo até um dos seus mentores — que foi Pedro Nolasco da Silva. Atente-se, antes de mais, na significativa designação de 'Popular', que poderá ter um duplo significado. Para além de uma óbvia conotação mais

ideológica, de afirmação dos princípios e práticas democráticas que norteariam o seu proprietário, o facto de ser popular sugeria de imediato uma política de preços mais acessível e socialmente mais justa — sem deixar de ser certamente concorrencial — face à oferta existente, como leva a supôr a informação de Márcia Rosa dos Reis Ferreira: 'O *Eco Macaense*, a 12 de Junho de 1895, denunciava a venda de medicamentos a preços excessivos praticados pela Farmácia Lisbonense, afirmando ser a única existente em Macau.'[73]

Ligada ao Laboratório Sanitas de Portugal, mas também à Perfumaria L. T. Piver & Ca. de Paris, a Pharmacia Popular comercializava igualmente 'uma diversidade de bon-bons, chocolates, e fructas crystallisadas em lindas caixas por preços baratos'[74] para além de refinados charutos de Manila.[75] Numa Macau ainda a braços com graves questões de saneamento básico e de salubridade pública não deixaria de ser um símbolo do progresso e, apesar do nome, de oferecer um certo toque de luxo, como se infere do detalhado, curioso e informativo anúncio, com que pretende atrair o leitor, estampado nas páginas do *Echo*, onde a publicidade à Pharmacia Popular foi compreensivelmente presença constante:

> *ESTA Pharmacia acaba de receber directamente de Londres, pelo vapor* **Sarpedon**, *o seguinte:*
>
> *Machinas electricas, estojos cirurgicos, seringas para injecções hypodermicas, enemas, algalias e bugias de guttapercha, tubos de cocaina e menthol para dores de dentes, tabloides de quinina, de phenacetina, de chlorato de potassa e de antipyrina, perolas de ether, de apiol e de antipyrina, granulos de santonina, de digitalina, de quassina, etc., etc., thermometros clinicos e de banho, perfumes, sabonetes, agua de Lavander, agua de quinino para cabello, Rimmel's toilet vinegar, Allen's hair restorer, Eduards' Harlene para cabello, Rosseter's hair restorer, pomada floral para cabello, Mellin's food, Neave's food, Nestle's milk food, Revalenta arabica food, desinfectantes, extractos e varios outros medicamentos novos, como tribromo-phenol--bismuth, carbonato de creosote, carbonato de Guayacol, chlorobrom e plantas medicinaes, etc., etc.*
>
> *Macau, 11 de abril de 1896.*[76]

Para acrescentar logo abaixo, no mesmo anúncio:

> *Esta pharmacia acaba tambem de receber, directamente de Portugal, aguas de Vidago, Vinho do Porto, Xarope de James, Macella, Alfazema, e differentes outras plantas medicinaes.*
>
> *Macau, 17 d'abril de 1896.*[77]

Disponibilizando as novidades que a técnica e a indústria mais avançada ia colocando ao serviço da saúde e bem-estar das populações, os produtos mais sofisticados para a higiene, *toilette* e etiqueta burguesa, a Pharmacia Popular não descurava uma ligação a Portugal, e foi, de facto, capaz de granjear 'a benigna protecção do publico',[78] como pedia no seu início, ao ponto de ainda hoje existir, pujante e sólida.

E EXTINGUE-SE A PROCURATURA DOS NEGÓCIOS SÍNICOS

O que estava em profunda transformação era o que restava da antiquíssima Procuratura do Senado, o pilar em que há mais de trezentos anos, desde a criação da Câmara em 1583, assentava o

relacionamento oficial luso-chinês, constituindo um mediador entre as comunidades e um tradutor político e civilizacional, incumbido de toda a sorte de assuntos referentes à população chinesa, sendo o procurador equiparado[79] a um mandarim menor pela hierarquia oficial do Império, o que lhe conferia poderes jurisdicionais básicos sobre a população chinesa de Macau.

Progressivamente limitada na sua autonomia e esvaziada das suas competências desde os tempos de Ferreira do Amaral (1803–1849, período de mandato: 1846–1849), que, em 20 de Agosto de 1847, colocara a procuratura sob alçada do governador, tornara-se um organismo independente com a criação da Procuratura dos Negócios Sínicos em 5 de Julho de 1865.[80]

Esta nova procuratura, totalmente liberta da esfera da administração municipal, manteve[81] a tutela do corpo de tradutores da cidade até à autonomização da Secção do Expediente Sínico em 1885/1886, apoiando toda a administração no seu relacionamento com a comunidade chinesa, informando e negociando sobre matéria sínica, mantendo funções de administrador do concelho, competências jurisdicionais de 1.ª instância, e diplomáticas básicas no relacionamento com as autoridades chinesas subalternas.

Mas perdera o seu carácter electivo, a favor da nomeação régia, sob proposta do governador de entre os elegíveis[82] para vereadores inicialmente, e depois, de um bacharel formado em Leis, requisito adequado ao exercício dos poderes judiciais que lhe eram adstritos, e também uma alegada garantia de isenção perante a teia de interesses locais. A este respeito, e a propósito da procuratura, diz-nos Manuel Teixeira ter sido um lugar 'mui propício à conquista de grandes fortunas em pouco tempo, como aconteceu a alguns menos escrupolosos',[83] tanto mais que era a ele que competia, por exemplo, a fiscalização do rendoso negócio da emigração chinesa, que tantos abusos e celeuma levantou como se sabe.[84]

Embora aquele requisito só ganhe força de lei com a publicação do Decreto Régio de 20 de Dezembro de 1877, e apenas na sua versão final, assim passou a ser na prática — e compreensivelmente após toda a polémica que em 1869 se gerou em torno da instituição e do seu primeiro titular, António Feliciano Marques Pereira (1839–1881, período de mandato: 1865–1869)[85] — a partir do momento em que, em Lisboa se lhe nomeou substituto em 23 de Fevereiro de 1870, tendo a escolha recaído no Dr. Júlio Ferreira Pinto Basto (1843–1893?, período de mandato: 1870–1875) como titular vitalício do cargo.

Tal não obstou, porém, a que essas funções tivessem muitas vezes sido asseguradas por elementos do grupo macaense — do qual os procuradores dependiam para a mediação linguística, política, diplomática e civilizacional com o elemento chinês — substituindo os titulares nos seus frequentes impedimentos, interinamente é certo, mas às vezes por mais de um ano, tal como sucedia aquando da normal vacatura do lugar. Esses impedimentos chegavam a incluir suspensões — por decisão voluntária ou decretada superiormente — fruto de denúncias, ataques na imprensa ou incompatibilidades com o poder executivo, o que demonstra a existência de uma conflitualidade latente, visível em várias frentes, que mantinha a procuratura debaixo de permanente fogo cruzado.

E será neste quadro que veremos actuar, como procuradores, alguns dos homens ligados ao *Echo Macaense*, revelando o peso que o modelo tradicional e os agentes locais ainda detinham no vasto universo dos 'assuntos sínicos'. Por isso, não se podem deixar de considerar as parcerias que os ligariam à rede chinesa, onde, por sua vez, era recrutado o corpo de jurados que coadjuvava o procurador nas causas cíveis e comerciais, de que os titulares metropolitanos,

falhos de 'um conhecimento desenvolvido das leis, usos e costumes dos chinas' — como o bacharel António Marques d'Oliveira (1849–?), Procurador dos Negócios Sínicos entre 3 de Fevereiro de 1881 e 2 de Julho de 1891 — esperavam 'uma cooperação efficaz, sempre inspirada pela verdade e justiça'.[86]

Esse corpo de conselheiros chineses, moradores, detentores de poder económico, mas também saídos da estrutura clânica, corporativa e associativa característica da sua comunidade, presentes desde os primórdios da procuratura até à actualidade de Macau, no qual se apoiava a administração portuguesa, é um grupo de mediadores a quem, tal como acontece com o dos letrados, a historiografia ocidental tem prestado pouca atenção.[87]

Mantendo inicialmente o estatuto de tribunal privativo da população chinesa de Macau, granjeado *de facto* em 1849 aquando da expulsão dos mandarins da cidade, perdê-lo-á com o avanço da política de centralização da administração ultramarina e de uniformização judicial, e a procuratura, enquanto tribunal, acabará por ser quase integralmente extinta por Decreto de 20 de Fevereiro de 1894 (art. 5.º),[88] tornando-a na Procuratura Administrativa dos Negócios Sínicos, então instituída. Será a mesma logo colocada sob a direcção do macaense de 1.ª geração por via paterna Leôncio Alfredo Ferreira (1849–1920, período de mandato: 1894–1899),[89] que, desde 1878/1879 vinha servindo frequentemente de procurador interino ou substituto sempre que os titulares se viam impedidos.

Dificilmente se encontrará texto que melhor reflicta e justifique a tentativa de centralização e uniformização judicial como o que Manuel de Castro Sampaio (1827–1875) introduziu na sua obra, *Os Chins de Macau*:

> ***Os chins vivem em Macau sob a protecção da bandeira portugueza, onde gosam do favor de leis, feitas para uma nação culta da Europa, que, caminhando a passos largos na senda do aperfeiçoamento humano, […] Assim, os chins, garantidas as suas pessoas e propriedades, são nesta colonia muito mais felizes do que dentro do seu proprio paiz, onde as auctoridades, ávidas de riqueza, e abusando impunemente de seus poderes, lhe fazem a miudo extorsões arbitrarias, praticando além disso para com elles outros actos injustos, eivados de um requintado egoismo e desmoralisação. E' por este motivo que a maior parte delles se tem ido affeiçoando de nós e das nossas leis, vivendo comnosco em harmonia, se bem que sempre com desconfiança***.[90]

A extinção da procuratura em 1894 não teve, tanto quanto consegui apurar, grande impacto nas páginas do *Echo* à época,[91] aplaudindo os seus redactores a abolição dos resquícios da jurisdição mista — porque 'fazia lembrar essa nefasta dualidade, e a sua conservação suggeria a duvida de que talvez ainda houvesse quem considerasse necessaria ou conveniente essa dupla jurisdicção'[92] — e o princípio do primado do direito numa Macau sob administração portuguesa, 'visto que a experiencia já de ha muito demostrou que não era preciso conservar esse tribunal excepcional para attender aos costumes e conveniencias do povo chinez de Macau, pois para este fim basta que haja leis especiaes, cuja execução fique a cargo do juiz de direito'.[93]

Contudo, três anos passados, nos tempos em que o jornal era explicitamente tutelado por Francisco Hermenegildo Fernandes e Constâncio José da Silva, o assunto acabará por vir à baila,[94] lamentando o anónimo editorialista a situação então existente, desacreditando a justiça e desrespeitando quer a celeridade necessária à resolução das questões comerciais, quer os particularismos chineses, e pedindo a reposição da Procuratura dos Negócios Sínicos.

Sem me querer embrenhar em demasia nesta temática, que reservo para outra sede, terá o assunto muito provavelmente sido então explorado, com bastantes detalhes jurídicos, ou pelo próprio Constâncio José da Silva ou talvez mesmo até por António Joaquim Basto, ambos ex-procuradores dos Negócios Sínicos e advogados provisionários. Em 1899, contudo, e provavelmente pela pena de Basto, a crítica acabará por surgir cerrada, quando surge uma proposta de lei, que viria a ser aprovada, em que se passava o que remanescia das atribuições judiciais do procurador administrativo para o juiz de direito da comarca.

'Passam, por tanto, todas as questões, por mais pequenas que sejam, a ser julgadas pelo sr. juiz de direito, e a procuratura fica reduzida a simples administração do concelho para a communidade chineza', como noticia o *Echo Macaense*,[95] que veiculará a sua indignação[96] pelo sucedido, atribuindo-o a questões de vingança pessoal. Norteará a sua abordagem em torno de dois aspectos. A contradição entre o articulado teórico e a prática legislativa, e as questões pessoais que, na sua opinião, teriam determinado a medida, visando atingir o Procurador Administrativo, Leôncio Ferreira, como se disse. Acabará este — que a assegurava desde a sua criação, há mais de cinco anos, para além dos muitos em que interinamente dirigira a Procuratura dos Negócios Sínicos — por se demitir, sendo exonerado em 31 de Agosto de 1899,[97] melindrado com o facto de se lhe questionar a proficiência para o exercício do cargo, num relatório que precedia a referida proposta de lei do Ministro da Marinha e Ultramar, a qual, no entanto, apenas concluía um processo de há muito iniciado.

Questões pessoais à parte, o que subsistia era a contradição de fundo entre a admissão do princípio do respeito pelos 'usos e costumes dos chinas de Macau', reconhecido desde o momento da aplicação do Código Civil de 1867, através do Decreto de 18 de Novembro de 1869,[98] e a prática, atendendo à inexistência das tais 'leis especiais', e, mormente, a necessidade de se respeitarem práticas e preceitos chineses concernentes ao direito comercial e processual.

> *Na questão do problema colonial dizia o sr. Villaça*[99] *que era necessario attender ás circumstancias peculiares dos povos, havendo para esse fim leis especiaes em cada provincia, e agora um mez depois, quer passar para o juiz de direito,* **segundo a lei commum,** *todas as attribuições judiciaes do procurador, sem attender a que essas attribuições são determinadas por força de circumstancias especialissimas como são a necessidade de rapidez no julgamento das causas civeis, das transgressões de posturas, e dos processos de policia correccional, etc. etc.!*
>
> *A essa necessidade de respeitar as exigencias impostas pelas condições climatericas e ethnologicas dos povos, chama hoje o sr. ministro* **inconveniente,** *"que só nos primeiros tempos do nosso dominio ali, (aqui) e por transigencia com os preconceitos indigenas, se podia consentir."*
> *Que reviramento de opinião dentro d'um mez!*
>
> *Que contradicções em dous diplomas apparecidos á luz da publicidade no mesmo numero do* **Diario do Governo***!*
>
> *Vergonha!*
>
> *[...]*
>
> *E com isso continuamos a retrogradar na administração colonial, graças á mania de uniformisar tudo segundo a lei commum, de*

> ***centralisar a administração e de desprezar o parecer das auctoridades locaes.***
>
> ***[...]***
>
> ***Ao passo que os inglezes e outras nações vão dando ás colonias as vantagens do*** **self--government** ***e augmentando as attribuições dos governadores ultramarinos, o nosso governo faz o contrario, e o p[i]or de tudo, em contradicção com as suas ideias, palavras, programmas e promessas.***
>
> ***Mas porque, e como se explica isto?***
>
> ***Porque está tudo irremediavelmente esphacelado.***[100]

Ao contrário da visão quase idílica propagandeada por Manuel de Castro Sampaio, os chineses de Macau não só não *se iam afeiçoando às nossas leis*, como deixavam deserto o juízo de direito da comarca, circunstância que se devia, segundo o articulista do *Echo*, respondendo ao ministro, à 'longa demora dos processos judiciaes e por serem elevadas as custas'.[101]

Ainda que continuassem por resolver de forma adequada questões relacionadas com o direito comercial e processual, só uma década mais tarde — e tendo contado com a participação activa de homens ligados ao *Echo Macaense*, como Pedro Nolasco da Silva e António Joaquim Basto — e depois de muitas reuniões e comissões, acabaria por ser promulgado o Código dos Usos e Costumes dos Chinas de Macau,[102] consubstanciado no Decreto de 17 de Junho de 1909, regulando matérias como a família, o casamento e a sucessão, mantendo um direito privado para a comunidade chinesa e fazendo prevalecer em Macau uma situação de pluralismo jurídico e judicial.

Mas não sem tensões e contradições que marcaram a sociedade e as relações interétnicas em Macau, temas de que o *Echo Macaense* não se alheia, e que seria interessante explorar com maior profundidade.

RENOVAÇÃO DA COMUNIDADE CHINESA?

A comunidade chinesa reorganizava-se também. Estruturava-se melhor em corpo capaz de dialogar com um poder administrativo português cada vez mais abrangente. De entre as suas associações seculares e '269 beneméritos e abastados chineses' (o número varia de fonte para fonte)[103] — que assim 'assumiram a assistência médica junto da "camada miserável" que o Hospital Kiang Wu não podia cuidar'[104] — nascia a Tung Sin Tong em 28 de Novembro de 1892, com o lema 'Unidos, socorrer o Mundo; Bondosos, receber toda a gente',[105] mas, segundo o *Echo Macaense*, 'quasi que em opposição ao hospital china',[106] que 'parece ter dechaido muito na estima geral, pois temos ouvido a varios chin[a]s importantes criticar e comdemnar a sua administração'.[107] E especifica, antes de veicular as críticas de Sun Yat-sen quanto aos critérios de admissão e práticas médicas, como atrás se disse:

> ***Parece que, embora na apparencia, tem havido uma certa mudança nos administradores que são nomeados para gerir os negocios do hospital,*** **existem, porém, certas influencias predominantes que neutralisam as aspirações** ***dos corações mais generosos e philantropicos*** **d'entre os nossos concidadãos chinezes, e fazem vegetar essa instituição n'uma rotina condemnavel,** ***que diminue a sua utilidade e aliena a sympathia e o apoio do publico.***[108]

Ou seja, reivindicando talvez esses novos chineses endinheirados mais recentemente estabelecidos em Macau, de que nos fala o *Echo*, um direito de participação nessa estrutura de gestão da comunidade chinesa que era o Hospital Kiang

Wu (à letra 'Lago do Espelho', um dos nomes literários de Macau na poesia chinesa), autorizado em 1870, e implementado em 1871 por um grupo de negociantes e capitalistas chineses, doadores e angariadores de fundos, obtidos por subscrição pública, que nos foi bem descrita por Bernardo Pinheiro Correia de Melo (1855–1911) — mais conhecido por Conde de Arnoso — quando passou por Macau em Junho de 1887:

> ***O hospital china, sustentado pelos chinas ricos de Macau, tem inteiramente o ar d'um pagode. É ali, em volta d'uma grande mesa e sentados em pesadas cadeiras de braços, que os magnates chinas se reunem para deliberar sobre os negocios que mais de perto os interessam. É d'aqui que partem as representações dirigidas pela população china ao governador. Todos os governantes, depois de terem tomado posse, marcam dia para visitar o hospital, onde são recebidos por todo o* synhedrio *chinez.***[109]

Viria a Tung Sin Tong mais tarde a designar-se Associação de Beneficência Tung Sin Tong, uma instituição de assistência e de auto-regulação do grupo, algo semelhante à nossa Santa Casa da Misericórdia, que em muito excedia,[110] e excede, os simples propósitos de criação e manutenção de um hospital chinês. Assim o provam os seus estatutos, ao precisarem, no artigo 2.º, os fins da associação: 'Distribuir medicamentos proprios de cada estação, sob a fórma de pilulas e pós; curar gratuitamente os enfermos; fazer prelecções; distribuir livros; recolher papeis escriptos e fazer outras obras boas.'[111]

Mais elucidativa, porém, é a versão que Kai Cheong Fok nos oferece, a partir do requerimento dirigido pelos respectivos directores ao governo solicitando a aprovação da associação, que constituiria 'grande benefício para a comunidade', 'iremos usar esta associação para *difundir e exortar o cumprimento de instruções imperiais*, oferecer serviços médicos gratuitos, distribuir livros e promover o alfabetismo,'[112] tendo, de facto, introduzido o ensino gratuito chinês em Macau.[113]

Curiosa *nuance* inserida pelos tradutores oficiais de Macau no texto publicado no boletim do governo que, sem fugir à verdade, trocava as 'instruções imperiais' por 'fazer prelecções'.

Porque se relaciona com o anteriormente exposto, refira-se que na Portaria n.º 31, de 21 de Fevereiro de 1893, através da qual o governador aprovava a Tung Sin Tong, se sublinhava serem os seus estatutos 'tanto quanto possivel conformemente aos usos e costumes chineses',[114] pelo que é igualmente curioso destacar alguns deles. Assim, dispõe o artigo 18.º que 'o escripturario attestará com o seu juramento a exactidão das contas de cada anno, queimando um exemplar da conta perante o ídolo *U-ti*'[115] e que, por se tratar de uma 'casa de beneficencia mantida por meio da subscripção feita entre homens philantropicos, não será ella adornada com flores nem com objectos de arte' (artigo 19.º)[116] e também que, 'nas reuniões dos socios a associação só fornecerá chá e tabaco, mas as refeições serão por conta dos mesmos socios' (artigo 20.º).[117]

Nem Zheng Guanying (Cheng Kuan-ying, 1842–1921), nem o seu pai Zheng Wenrui (1812–1893) parecem figurar entre os que presencialmente testemunharam o acto de constituição da associação, mas tal não significa que não se encontrassem entre esses 'beneméritos e abastados chineses' que aderiram ao e mantinham o projecto. Se o pai, octogenário, estaria demasiado idoso para tal, Zheng Guanying teria já deixado Macau, onde se havia refugiado[118] durante cerca de sete anos, de 1885 aos finais de 1892. Aí concluíra uma versão reformulada das suas famosas *Advertências em*

Tempos de Prosperidade, que viria a ser publicada no dealbar de 1894, e desenvolvida no ano seguinte. Esta obra, em que reflectia sobre a situação do império e advogava a reforma, ou melhor, a salvação do país, por via do desenvolvimento da riqueza, mas também do seu fortalecimento, difundir-se-ia rapidamente, tornando-se no livro que mais edições teve na história editorial da China,[119] e influenciaria o pensamento dos reformistas e políticos nacionalistas chineses modernos, desde Sun Yat-sen a Mao Tsé--tung, entre muitos outros.[120]

Ocidentalizado, o mandarim acreditava nas virtualidades da imprensa, de que se serviu ao longo da vida, quer para a sua formação, como para a difusão das suas ideias, sendo por isso oportuno questionar até que ponto teria ele influenciado ou tido conhecimento pessoal — quiçá através do jovem Sun Yat-sen com quem estreitara relações nesse período[121] — do projecto editorial do *Echo Macaense* e, que acolhimento deu o jornal às ideias e propostas de Zheng Guanying, que então ganhavam mais e mais popularidade. Não é o propósito deste artigo fazer esse rastreio, mas aqui fica a sugestão para quem queira enveredar por tal caminho, que passa, naturalmente, pela exploração da muita bibliografia em língua chinesa dedicada à figura e obra de Zheng Guanying.

De qualquer forma, era esse o perfil dos chineses que os homens do *Echo Macaense* queriam fazer também participantes na vida pública e política de Macau, como bem explicita o seu editorial 'Camara de Commercio Chineza', de 25 de Julho de 1894:

> ***Pelo recenseamento geral da população de Macau, Taipa e Colovane, que se effectuou em 1878, se verificou que a população portugueza consistia de 4,476 almas, em quanto que a chineza subia a 63,532.***
>
> ***É de crêr que o numero de chinas tivesse crescido desde então, porque desde 1878 até agora teem os chinas comprado grande numero de predios, quasi geralmente para habitação propria, sendo os compradores pela mór parte individuos que, tendo emigrado para paizes estrangeiros ou para os portos do norte da China, regressaram ricos ou remediados, e vieram aqui viver socegadamente, sob a protecção da nossa bandeira.***
>
> ***Representando os chinas não menos de 90% da população portugueza, é evidente que a confiança e a cooperação d'essa immensa multidão facilitaria extremamente a boa administração da colonia, e a habilitariam outrosim a levar a effeito emprezas grandiosas para o engrandecimento da colonia.***
>
> ***Muitos dos proprietarios e capitalistas chinas, que aqui vieram estabelecer-se n'estes ultimos tempos, ou são homens que conviveram com estrangeiros, ou receberam educação nas escolas fundadas por estrangeiros, por isso não teem os preconceitos e as antypathias de raças de que vêm eivados os chinas sahidos novamente das suas aldeias, portanto facilmente se adaptariam ás ideias europeias sobre a administração, e poderiam servir de valiosos auxiliares para fazer progredir esta cidade, se fossem chamados a prestarem esse auxilio.***[122]

Defendem, de seguida, a criação de uma câmara de comércio chinesa, no que se me afigura veicularem também a necessidade de renovação das antigas estruturas tradicionais da comunidade, como atrás descrito, que classificam de obsoletas e não representativas,[123] não obstante as limitações quanto à universalidade do modelo proposto, aliás consentâneo com os padrões da época:

É por isso que lembramos a conveniencia de se crear em Macau uma camara de commercio chineza, constituida por todos os proprietarios, negociantes, e industriaes chinezes, que pagam uma certa quantia de imposto predial ou industrial. Elles elegeriam o corpo gerente da camara de commercio, o qual, além de ter por sua principal attribuição promover o commercio da colonia, seria tambem o verdadeiro representante do povo chinez de Macau perante o governo local.

[...]

A sua opinião em negocios publicos de Macau seria importante e valiosa, por representar o sentir geral dos seus compatriotas, podendo, por isso, o governo fazer obra por ella, com mais confiança e garantia do que actualmente, visto que agora só se póde sondar a opinião dos chinas, ouvindo individuos escolhidos a esmo, sem nenhum character representativo.[124]

Sossegando os portugueses, acrescenta o editor:

Mas alguem poderá objectar que essa organisação poderia trazer perigos á administração. Não nos parece que d'ahi possa vir perigo, visto que essa camara do commercio se hade reger por estatutos approvados pelo governo, e poderá ser dissolvida todas as vezes que se julgar necessario para o bem publico.

Demais é certissimo que os chinas endinheirados são os mais dedicados amigos do governo de Macau, porque elles não hão de attentar contra a ordem publica, pois em casos de desordem, elles serão as principaes victimas, nem tão pouco elles hão de attentar contra a soberania portugueza, porque se elles tivessem amor ao jugo mandarinesco não teriam vindo a Macau e teriam ido viver nas suas terras.

É portanto mais logico considerar os chinas abastados como seguros sustentaculos do governo portuguez em Macau, porque assim lhes aconselha o seu proprio interesse, e por conseguinte a cooperação d'elles deverá ser sollicitada para o progresso de Macau.[125]

Fig. 4: Sun Yat-sen com o director do Hospital Kiang Wu no Pavilhão da Primavera no Jardim de Lou Lim Ioc em Macau, em Maio de 1912. Fonte: Wikimedia, https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sun-Yat-sen%26KiangWuHospital.jpg.

Foi ela de facto criada, mas só nos finais de 1912, a partir de uma proposta apresentada em 1909 por três importantes homens de negócios, com nacionalidade portuguesa, Sio Ieng Chao (Sio Tang), com ligações aos negócios do ópio e do jogo,[126] Chio Lap Fu e Li Queang Ch'un (Li Kiang Ch'un), depois de um demorado processo burocrático. A Associação Comercial de Macau 'afirmou-se sempre como uma força viva indispensável à concertação social e ao desenvolvimento do território, garantindo ao seu presidente e aos membros da comissão directora um estatuto de alto prestígio na sociedade', no dizer de Cecília Jorge e Rogério Beltrão Coelho.[127]

E CHEGA SUN YAT-SEN

Não se tratando de um capitalista mas antes de um jovem inquieto e empreendedor, vindo de Hong

Kong onde se formara em Medicina, Sun Yat-sen — o fundador e primeiro (ainda que provisório) presidente da República Chinesa, implantada em 10 de Outubro de 1911 — residirá durante algum tempo em Macau entre meados de 1892 e os inícios de 1894.[128] Exerceu com notável sucesso a sua profissão no Hospital Kiang Wu, aí introduzindo a medicina ocidental, e na sua clínica privada, a que anexou uma farmácia (Chong Sai), que considerava a melhor da China, deste modo publicitada nas páginas do *Echo Macaense*, entre 26 de Setembro de 1893 e 16 de Janeiro de 1894:

> ***Esta farmácia selecciona medicamentos genuínos, preparados conforme as prescrições chinesas ou europeias. Na medicina chinesa, temos pílulas, pós, pomadas e comprimidos preparados com os melhores ingredientes e sob inspecção. Os chás medicinais são preparados diariamente. Os fortificantes são da melhor qualidade. Agradecemos a vossa procura e propaganda.***[129]

Pese embora o papel de Macau ser frequentemente negligenciado na formação e actividade política de Sun Yat-sen,[130] foi ele mesmo quem afirmou ter sido aí que iniciou a sua actividade política: 'Em 1892, vivi em Macau no estuário do Rio das Pérolas. Foi naquele ano que os meus primeiros contactos se estabeleceram na vida política; e aí que iniciei a minha carreira revolucionária; foi nessa terra que comecei a lutar para a causa nacional...'[131]

Defendem alguns[132] que terá sido durante essa época que desenvolveu os seus ideais, lutas e estratégias republicanos, no que se incluem os contactos que manteve com reformadores, tríades, activistas e intelectuais chineses então refugiados em Macau; a ligação aos grupos maçónicos portugueses, e que sofreu alguma perseguição por parte das autoridades locais, sob pressão da China. Não é propósito deste artigo retomar esta tão debatida questão, nem singrar pelos caminhos da análise ideológica e ligações de Sun Yat-sen ao movimento republicano internacional, incluindo o português e o chinês, assuntos revisitados e suficientemente debatidos por Kai Cheong Fok, em trabalhos anteriormente citados, e por Paul B. Spooner,[133] o qual nos oferece também um importante balanço crítico do estado da arte e da bibliografia existente.

No seio da comunidade macaense, o Dr. Sun Yat-sen contou com a ajuda e a cooperação de Francisco Hermenegildo Fernandes, a quem terá conhecido aquando da sua passagem pelos tribunais de Hong Kong, onde Fernandes trabalhava, o mesmo que então lançava o projecto do *Echo Macaense/Ching Hai Tsung Pao*, em cujas páginas, e desde o primeiro número da edição chinesa,[134] se registam diversos artigos[135] sobre a ideologia, as actividades e êxitos profissionais, políticos e revolucionários de Sun Yat-sen, tomando mesmo claramente o seu partido nos conhecidos problemas que este enfrentava no Kiang Wu.[136]

Na edição portuguesa, a primeira referência a Sun Yat-sen surge no resumo 'A Secção Chineza', identificando o artigo de fundo nela incluído como uma carta endereçada por Sun ao ex-Ministro da China nos Estados Unidos da América, Perú e Espanha, Zheng Zaoru (Chiang-keng-heng, 1824–1894, período de mandato: 1881–1886), pedindo-lhe que usasse a sua influência para a implementação de três medidas reformadoras no Distrito de Xiangshan (Heang-shan), de onde ambos eram oriundos, ideias essas que mereceram a aprovação da redacção.[137] Trata-se, na realidade, de um dos primeiros textos políticos[138] do jovem médico que, por seu turno, terá eventualmente[139] chegado a ter responsabilidades no *Ching Hai Tsung Pao*, o qual teve larga circulação no Sul da China e entre as

comunidades de chineses ultramarinos estabelecidas nos países da Ásia do Sueste, no seio das quais o Dr. Sun granjeou sempre grande apoio, incluindo o financeiro, para as suas actividades políticas.

Socorrendo-me mais uma vez de Kai Cheong Fok, atente-se na distribuição e tiragem do jornal que, no caso do *Echo Macaense*, seria de 700 a 800 exemplares. Referindo-se à edição chinesa dizia o próprio *Ching Hai Tsung Pao*:

> ***Os comerciantes e os magnatas gostam de o ler e em relação aos comerciantes residentes de Macau, a primeira tiragem, incluindo Cantão e Hong Kong, atingia menos de cem exemplares e eram distribuídos àqueles que o tinham subscrito antecipadamente, e o resto poderá ser amplamente distribuído dada a falta de tempo. A segunda tiragem era principalmente distribuída gratuitamente ao público.***[140]

Informa ainda o mesmo autor que a edição chinesa se destinava a ser vendida a um preço reduzido, o que, contudo, não obteve a concordância dos responsáveis da edição portuguesa — o que indica que Francisco Hermenegildo Fernandes não estaria sozinho — 'pelo que o chefe da redação decidiu aumentar a tiragem de exemplares gratuitos',[141] como explica o *Ching Hai Tsung Pao* de 10 de Outubro de 1894:

> ***A solicitação do jornal era muito grande, muitos leitores vinham buscar uma cópia e pedir por tiragem adicional e redução de preços apesar da administração da edição portuguesa não concordar. O chefe da redação preparou então papel e tinta, e pediu emprestada a máquina para imprimir várias centenas a mil cópias, todas as vezes, para as distribuírem a outras cidades e províncias.***[142]

Já independente a partir de 21 de Fevereiro de 1894, e publicada até 25 de Dezembro de 1895, a autonomização da edição chinesa pusera fim ao projecto do semanário luso-chinês, o que é justificado pelos editores com a conveniência de 'muitos dos nossos assignantes chinas, e porque tencionamos converter brevemente a folha chineza em um periodico bisemanal ou trisemanal',[143] mantendo-se embora a direcção comum.

Seria esse um propósito, uma estratégia, esboçados desde o início? Indiciaria já a dita autonomização a existência de discordâncias como a acima descrita? Como e quem financiaria essas impressões gratuitas? Não tenho respostas, mas o que se me afigura claro é um visível distanciamento do projecto luso-chinês do *Echo Macaense* que, logo a partir de meados de Outubro de 1893, deixa de resumir regularmente a 'Secção Chineza' e, aparentemente, começa a restringir-se à inclusão de anúncios, comerciais e judiciais, em língua chinesa nas suas páginas. A alteração foi publicamente assumida em 14 de Março de 1894, quando abandonou o subtítulo de 'Semanario Luso-Chinez' e o substituiu por 'Jornal Politico, Litterario e Noticioso'.[144]

Seja como for, a estreita ligação de Sun Yat-sen a esta iniciativa é desde logo comprovada no editorial do primeiro número, onde, segundo Kai Cheong Fok, Francisco Hermenegildo Fernandes assinalaria: 'Todos aqueles que marcarem consulta médica na clínica do Dr. Sun, sita à direita da Santa Casa da Misericórdia ou na Farmácia Chong Sai da Rua das Estalagens, podem ler o jornal.'[145] Sabemos também como o periódico serviu os propósitos do Dr. Sun, mas talvez nunca se venham a conhecer os verdadeiros objectivos e detalhes da concepção deste projecto editorial, que aparenta ter muito a ver com as pouco documentadas relações do futuro *leader* chinês com Francisco Hermenegildo Fernandes e os outros indivíduos a ele ligados, mas que nelas não se esgota.

Desde a I Guerra Sino-Japonesa em 1894–1895 e o golpe da Imperatriz Viúva Cixi (Tseu-Hi, 1835–1908, período de governação de facto: 1861–1908) em 1898 que a agitação na China crescia,[146] dando origem a um conflito sangrento, que passou à posteridade como a 'Revolta dos Boxers' (1899–1901) do qual ainda saiu mais humilhada e dependente das potências estrangeiras. Tudo isso não deixou de se reflectir em Macau, que reforçava a sua defesa, e onde se fizeram sentir a escassez e carestia alimentar, nomeadamente do arroz, se avolumava a população que debandava do Interior da China em busca de refúgio e paz, e se revelava palco mais ou menos seguro para a conspiração e actividade revolucionária, mas em 24 de Setembro de 1899 já o *Echo Macaense* anunciara a cessão da sua publicação, tendo o n.º 7, do 8.º ano, de 17 desse mês, sido o último dado à estampa, ficando então Macau a breve trecho, com o encerramento de *O Lusitano* em 24 de Dezembro seguinte, sem jornais portugueses durante quase uma década.

Precisamente a década que faltava para o vingar, quase simultâneo, do regime republicano em Portugal e na China, contexto já devidamente explorado pelos Estudos de Macau[147] e onde alguns dos homens ligados ao *Echo* adquirirão uma outra dimensão histórica.

UM PROJECTO PARA A RENOVAÇÃO DE MACAU? OS ENVOLVIDOS

Apesar de não ser o único, Francisco Hermenegildo Fernandes é indubitavelmente o mais visível responsável pelo *Echo Macaense/Ching Hai Tsung Pao*, de que geralmente é apontado como fundador e proprietário, e do qual foi o editor responsável ao longo de cinco dos cerca de seis anos de publicação da edição portuguesa do jornal. Co-proprietário da prestigiada Tipografia Mercantil N. T. Fernandes, fundada pelo seu pai Nicolau Tolentino Fernandes (1823–1898),[148] onde durante muitos anos se imprimiu o *Boletim Oficial*, não é para mim claro[149] se foi ou não nela que fez imprimir o seu jornal nos primeiros quatro anos da sua existência, não o tendo sido seguramente depois disso, quando o periódico passou a ter tipografia própria, como adiante se verá.

Entre 26 de Abril de 1896 e 4 de Abril de 1897, o editor do *Echo* passou a ser Pedro Nolasco da Silva, que, estando aposentado da chefia da Repartição do Expediente Sínico (1885–1892), já era, e continuou a ser, o seu redactor principal, enquanto Constâncio José da Silva se tornou no seu director e administrador, para cuja residência, na Rua de S. Paulo, n.º 35, transitou a redacção, administração e tipografia do jornal. A partir de então, e até à sua cessação, passou este a ser designado por 'Semanario Politico, Noticioso e Litterario', em vez de 'Jornal Politico, Litterario e Noticioso', subtítulo que adoptara ao iniciar o seu segundo ano de publicação, em 14 de Março de 1894, quando deixou de ser um 'Semanario Luso--Chinez'.

As razões são aparentemente claras e explicadas nas páginas do próprio periódico.[150] Uma nova lei de imprensa para o Ultramar,[151] consignada por um decreto de 27 de Dezembro de 1895, requeria que o editor fosse, entre outras coisas, elegível para os cargos municipais, o que Francisco Hermenegildo Fernandes não era, por não estar recenseado, como o não estaria a maior parte das autoridades locais, segundo o editorialista, tudo consequências da nova lei eleitoral e deficiências no recenseamento, que apenas arrolara os contribuintes.

Esses terão sido os motivos pelos quais Pedro Nolasco da Silva, que reunia os requisitos — coadjuvado pelo advogado de provisão (1887) Constâncio José da Silva — não só assegurou a edição do jornal como se empenhou para que Francisco Hermenegildo Fernandes os viesse a obter, o que denota um envolvimento do conhecido professor e sinólogo, mas também proprietário e comerciante,

no projecto. Aparentemente a ele ligado desde a sua génese, se o financiou ou até, eventualmente, para ele granjeou apoios na comunidade chinesa serão hipóteses a explorar, para as quais não tenho resposta, mas que nele estava envolvido, estava, assegurando a responsabilidade da redacção, como se disse. Senão atente-se na forma como a aludida alteração é comunicada aos leitores:

> *Em consequencia da nova lei da imprensa, recentemente posta em vigor n'esta cidade, que não por outro motivo, deixou de ser editor d'este semanario o nosso amigo e companheiro nas lides jornalisticas, sr. Francisco Hermenegildo Fernandes,* **tendo-se habilitado, como editor, o nosso presado collega e redactor principal, sr. Pedro Nolasco da Silva, d'entre nós** *o unico que para tal fim reune as condições exigidas pela mesma lei.*[152]

Os termos em que, de seguida, se refere a Francisco Hermenegildo Fernandes são também significativamente esclarecedores de que o projecto do *Echo Macaense* era colectivo, e que Nolasco nele tinha parte desde o início:

> *Informando d'isto os nossos caros leitores, cumpre-nos ao mesmo tempo consignar aqui os mais sinceros agradecimentos ao nosso amigo, o sr. Francisco Fernandes,* **pela valiosa co-adjuvação que nos tem prestado desde a epoca da fundação d'este semanario até ao presente.**[153]

É também claro que Nolasco tinha interesse na manutenção do periódico, ao ponto de acumular as responsabilidades das respectivas redacção e edição, que teria de conciliar com as suas conhecidas[154] múltiplas ocupações, pese embora a justificação apresentada tivesse sido 'o patriotismo' e a 'dedicação ao bem estar geral não lhe permittiam ver extinguir-se o unico jornal portuguez d'esta terra'.[155]

A corroborá-lo está o que mais tarde afirmam:

> ***O sr. Nolasco, porém, tem muitos que fazeres, e apezar da sua muita boa vontade e energia d'espirito* não póde sósinho com os variados encargos do jornal;** ***por isso tanto trabalhou até que conseguiu investir o sr. Fernandes na plenitude dos requisitos exigidos por lei e conseguiu tambem obter a collaboração de mais alguns cavalheiros que de bom grado se alistaram na redacção d'este jornal.***[156]

A presença de Constâncio José da Silva,[157] conhecido pelas suas actividades jornalísticas, mas também um homem da mediação luso-chinesa que algumas vezes, em 1884 e 1886–1887, fora Procurador substituto, ou interino, dos Negócios Sínicos — como voltará a ser Procurador Administrativo em 1913/1914 — é aparentemente menos clara, tanto mais que estava ligado a *O Independente*, que chegara a dirigir (entre 17 de Janeiro de 1889 e 18 de Julho de 1891, exclusive) num período de impossibilidade do seu pai,[158] José Maria da Silva (1824–1910),[159] fundador e director daquele jornal, e com o qual virá mais tarde o *Echo Macaense* a tanto polemizar, como já se referiu.

Contudo, por esta altura, pai e filho alinhavam em 'partidos' antagónicos[160] onde se misturavam querelas que envolviam simpatias políticas, o apoio e oposição ao governador, o exercício do poder municipal, a eleição de deputados, a direcção e gestão da Misericórdia, a prática da advocacia e casos forenses, interesses económicos, o que tudo gerava acesa polémica veiculada pela imprensa, a qual levara à suspensão, por decisão do governador,[161] do *Echo Macaense* e de *A Voz do Crente*,[162] comunicada aos leitores pelo primeiro em 8 de Novembro de 1895.

Este retomaria a publicação em 2 de Fevereiro de 1896 mas o segundo não mais voltou a sair.

Disso é bem elucidativo o que se publicava pelos inícios de Novembro de 1895 em *A Voz do Crente* — e que o *Echo* reproduzia — caracterizando José da Silva como 'um dos portuguezes de lei d'esta colonia, affecto sempre ao partido luzo-macaista, e nunca ao *opulento e generoso*... partido chino-macaista a que hoje está unido o Sr. Horta e Costa com grande gloria para o seu nome e para a sua biographia'.[163]

Assim, quando assumiu a direcção e administração do *Echo* em 26 de Abril de 1896, Constâncio José da Silva já era seu colaborador de longa data, visto que, em 6 de Novembro de 1895, nele se afirmava 'e que antes o tem servido em varias occasiões como collaborador d'este semanario, facto que podemos demonstrar por varios artigos, aqui publicados',[164] o que é reiterado em 8 de Março de 1896, numa pequena local onde se informava sobre a enfermidade de José da Silva, e onde se dizia: 'pae do nosso presado amigo e *collaborador* sr. Constancio da Silva.'[165]

Se bem que se possam até admitir razões de natureza económica já que, ao administrar o jornal e albergar a tipografia na sua residência alguma rentabilidade daí poderia obter, a activa participação de Constâncio José da Silva na direcção do *Echo* aparenta radicar noutros motivos, mais políticos, como o apoio ao Governador José Maria de Sousa Horta e Costa (1858–1927), afecto ao Partido Regenerador, cujo primeiro mandato se estendeu, como se disse, de 24 de Março de 1894 a 15 de Fevereiro de 1897[166] e que teve nele e no *Echo Macaense* constantes defensores. Ou até também ainda mais secretos, conhecendo-se a actividade maçónica,[167] se bem que posterior, de Constâncio José da Silva,[168] filiação essa também perfilhada mais tarde por Francisco Hermenegildo Fernandes.

De facto, Constâncio assumi-lo-á em carta aberta a *A Voz do Crente*, dada à estampa nas páginas do *Echo Macaense*, quando vem a público em defesa da sua dama, ou seja a intenção e habilitação para dar início à publicação de um jornal que, sintomaticamente, teria o título de 'Regenerador', propósito a que anteriormente se haviam habilitado, com a colaboração do seu pai, elemento do 'partido' contrário, o que despoletara a acesa polémica que vem seguindo.

> ***Finalmente, dizem V. Exas. que sou muito affecto ao sr. José Horta e ao sr. Pedro Nolasco.***
>
> ***Sou, de facto, muito affecto a estes cavalheiros, cuja amizade me é tanto mais honrosa, [...]***
>
> ***Declaro, pois, sem o minimo receio das consequencias que me possam resultar d'esta declaração, que eu, na qualidade de collaborador do* Echo Macaense*, e, a exemplo de meu pae, continuarei a guerrear a todo o transe a* Voz do Crente *em quanto este jornal persistir em ser vehiculo de falsidades, de intrigas, da injuria, da diffamação e da calumnia.***[169]

Márcia dos Reis Ferreira afirma, citando o *Echo Macaense* de 18 de Setembro de 1895:

> ***Os redactores do* Eco Macaense *identificavam a sua orientação política, quando ao referirem-se à morte de Carlos Lobo de Ávila, pertencente ao Partido Regenerador, escreviam: 'Está de luto o partido regenerador e com elle a politica portugueza; e nós que nos orgulhamos de pertencer aquelle partido, choramos a perda do illustre extincto'.***[170]

Este parece de facto ser o posicionamento assumido pelo semanário em 1895, a carecer de

escalpelização político–ideológica e respectiva individuação e periodização, não se me afigurando que o redactor que assim se declarava fosse nem Francisco Hermenegildo Fernandes nem de Constâncio José da Silva, que creio nunca terão estado em Portugal, já que o articulista afirmava claramente: 'e nós que no ultimo abraço que lhe demos, ao partir da patria para o Extremo Oriente.'[171]

Voltando à cronologia do jornal, ainda que só em 6 de Fevereiro de 1898 se anuncie[172] que Francisco Hermenegildo Fernandes assumiu a administração do *Echo Macaense* — o qual viria logo na semana seguinte[173] a abandonar as instalações disponibilizadas por Constâncio José da Silva, mudando-se a redacção, a administração e a tipografia[174] para a Calçada do Monte, n.º 6[175] — este último já deixara de figurar no cabeçalho do semanário como director e administrador em 29 de Agosto de 1897, uns quantos meses após a cessação do mandato do Governador Horta e Costa.

Coincidência ou não, *O Independente*, dirigido[176] por José da Silva, pai de Constâncio como se disse, será ressuscitado em 12 de Setembro de 1897 (dando início à sua 5.ª fase), gerando-se quase de imediato a polémica com o *Echo Macaense*, 'institucionalizada' a partir de 26 de Setembro de 1897 com a questão da lotaria da Santa Casa da Misericórdia,[177] restaurada por Pedro Nolasco da Silva, então provedor[178] da mesma, assunto cuja discussão perdurará. Porque 'partido' alinhou então Constâncio José da Silva não o apurei, mas talvez fosse interessante explorá-lo, parecendo que, no entanto, continuaria a manter boas relações com o *Echo Macaense*.[179]

Quem seriam os tais 'cavalheiros que de bom grado se alistaram na redacção d'este jornal',[180] arregimentados por Pedro Nolasco da Silva, com quem Francisco Hermenegildo Fernandes poderia contar no seu regresso à direcção do jornal?

O MACAENSE

JORNAL POLITICO, LITTERARIO E NOTICIOSO

MACAU, TERÇA-FEIRA 28 DE FEVEREIRO DE 1882. Numero 1

EXPEDIENTE.

Fig. 5: O primeiro número de *O Macaense* (1882). Fonte: BNP, cota do exemplar digitalizado: j-727-26-a.

Não sendo os artigos assinados regra geral, será quase impossível deslindá-lo facilmente. Porém uma coisa é certa. Não se poderá atribuir a um único indivíduo, e nomeadamente ao seu editor responsável Francisco Hermenegildo Fernandes, todo o conteúdo político–ideológico da mensagem nele veiculada, nem todo o protagonismo do combate jornalístico que o *Echo* representou.

Aliás, na sequência do processo judicial que levou ao encerramento do jornal, em que ambos foram acusados de abuso de liberdade de imprensa por denunciarem a concessão de passaportes pelo Governo de Macau sancionando uma emigração chinesa disfarçada[181] — o qual viria a ser considerado arbitrário pela Relação de Goa — foi António Joaquim Basto e não Fernandes quem recebeu uma pena de ouro com diamantes engastados e inscrição caligrafada, numa 'grandiosa homenagem de 17 de Fevereiro de 1900 promovida pelos portugueses de Hongkong',[182] sob a égide de *O Porvir* (1897–1907?),[183] onde Basto aliás pontuava, prosseguindo a sua luta jornalística e intervenção na política de Macau após o silenciamento do *Echo Macaense*.[184]

Ainda que Fernandes não seja ignorado em toda a retórica laudatória produzida pelos compatriotas da vizinha cidade de Hong Kong, é nessa circunstância claramente subalternizado, justa ou injustamente não tenho como o avaliar, face ao grande *tycoon*, e não só das lides jornalísticas, que o influente Basto era:

> ***Quando constou que sobre v. exa. e o digno editor do "Echo Macaense", Sr. Francisco Hermenegildo Fernandes, impendia a iniquidade de um grave e grande erro ou abuso judiciario, tendente não sómente a vexal-os, mas também a cercear em Macau a liberdade d'imprensa (uma das melhores senão a melhor conquista da civilisação hodierna, pois verberando abusos traduz um consideravel beneficio para os povos), magno foi o desgosto, para não dizermos indignação, que tão desavisado facto nos incutiu.***
>
> *[…]*
>
> ***V. exa., mantendo uma nobre hombridade, não quiz prostituir a sua pena de jornalista com falsas louvaminhas, com adulações abjectas, e só curou de render preito á verdade, no que bem mereceu de todos os seus compatriotas, amantes do justo e do verdadeiro, e que por tão bello procedimento o applaudem e louvam.***[185]

Retomando o fio da narrativa, se bem que com intervenção ou colaboração explícita em números anteriores,[186] um daqueles 'cavalheiros' foi, como vimos, António Joaquim Basto,[187] conhecido causídico de Macau, igualmente ex-Procurador interino dos Negócios Sínicos (1880–1881), que, pelo menos em 1895/1896 e 1897/1898, vemos associado a Pedro Nolasco da Silva na direcção do Leal Senado, o primeiro como presidente e o segundo como vice-presidente.[188]

Provável é que já o fizesse anteriormente, partilhando talvez a tarefa com Pedro Nolasco da Silva, contudo, só a partir de 29[189] de Maio de 1898, assumirá sozinho as funções de redactor principal do *Echo Macaense*, como explica numa elucidativa declaração. Revela-nos esta também que, até então, Pedro Nolasco da Silva ainda se mantinha ligado à redacção do jornal, o que reforça a minha suspeita do seu envolvimento neste projecto desde a sua génese. Diz-nos então A. Basto:

> ***FAZ-SE saber que, desde esta data, fica o sr. Pedro Nolasco da Silva desligado d'esta redacção, e que o abaixo assignado assumiu*** **exclusivamente** ***o encargo de redactor principal, […] e se esforçará por seguir a mesma orientação politica, tratando de todos os assumptos com a maxima independencia e sem outro fim senão pugnar pela verdade e pelo bem estar geral, sem considerações pessoaes.***[190]

A 19 de Junho do mesmo ano, o *Echo Macaense* voltará a mudar temporariamente de sede, para a Rua do Campo n.º 115, pelas alturas em que nos revela um outro colaborador,[191] o ainda bem jovem Luiz Gonzaga Nolasco da Silva (1881–1954),[192] filho 'do nosso particular amigo'[193] Pedro Nolasco da Silva, encarregado 'da secção noticiosa d'este jornal',[194] que foi por ele assegurada 'desde fevereiro até junho do corrente anno',[195] actividade portanto iniciada durante o período em que o seu pai era o redactor principal do *Echo*, que disso o terá incumbido. Esse 'joven intelligente, e com tendencia para jornalista, [...] desempenhou esse encargo satisfactoriamente, attendendo á pouca idade que tem, pois conta só 16 annos',[196] no dizer da redacção — já sob a responsabilidade de António Joaquim Basto — aquando da partida de Luiz Gonzaga Nolasco da Silva para cursar Direito na Universidade de Coimbra, donde saiu bacharel.

O jovem promissor não desiludiu essas expectativas, e, uma vez regressado a Macau, foi advogado e notário, tendo de alguma forma seguido as pisadas — e as ideias — do pai no que respeita ao jornalismo e à intervenção cívica. Dirigiu ou/e editou os jornais[197] *Vida Nova* (1909–1910),

O Progresso (1914–1918) e *O Macaense* (1919–1921); foi vogal do Conselho da Província (1916) e presidiu por seis vezes ao Senado da Câmara entre 1909 e 1935.[198] Nessa qualidade promoveu, em 3 de Março de 1926, uma sessão de homenagem do Leal Senado a Camilo Pessanha, falecido a 1 desse mês, seu antigo professor no Liceu de Macau, com quem, e depois de um período de alguma tensão, manteve, aproximadamente a partir de 1909, uma relação próxima, talvez construída por via de uma possível fraternidade maçónica.

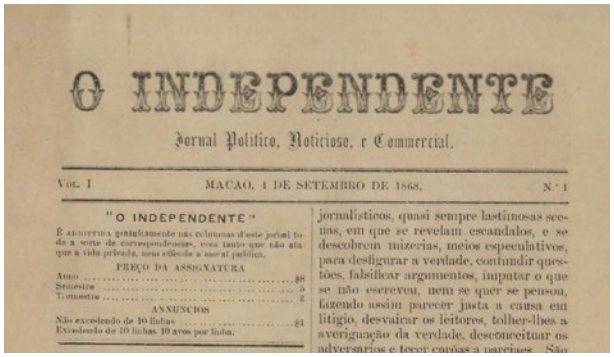
Sobre Camilo Pessanha ainda, refira-se a título de curiosidade uma peça assinada por A. B. antes de ter assumido as rédeas do periódico. Depois de versar a aludida questão da Misericórdia; a decadência de Portugal e das colónias e a enfraquecida situação comercial de Macau, a propósito de dois sonetos publicados no 1.º número de *O Independente*, Basto discorda do elogio feito ao poeta, que considera excessivo. Embora reconheça as qualidades, manifeste toda a cordialidade e simpatia para com o autor, e classifique os seus versos de 'primorosos', considera demasiado dizer-se que Pessanha 'ocupa um dos primeiros logares entre os mais distinctos poetas da moderna geração',[199] já que não se lhe conhecia obra.

'Reconhecemos em s. exa. um advogado distincto, professor erudito, bardo mavioso, e um talento não vulgar [...] o sr. dr. Pessanha é digno de todas as finezas que lhe fazem os que lhe conhecem as elevadas qualidades',[200] dizia António Joaquim Basto em 1897. Contudo, com o acentuar das polémicas entre o *Echo* e *O Independente* e *O Lusitano* — onde Pessanha colaborava — muito em torno da questão da educação e da existência do Liceu, como referimos; a nomeação de Pessanha para conservador do Registo Predial; alguma negligência no exercício daquelas funções e as suas relativamente frequentes ausências em Portugal, torná-lo-ão num alvo de duras críticas, não só por parte do mesmo António Joaquim Basto mas também de outros jurisconsultos, como as que o primeiro, com o título de 'Conservador do Registo Predial', fez inserir no *Echo Macaense*, de 26 de Fevereiro[201] e de 5 de Março de 1899,[202] a que se seguem outros, tais como 'Desperdicio de Dinheiro Publico', em 21 de Maio seguinte.[203]

Quando a diabetes o vitimou aos 70 anos, em 12 de Outubro de 1912, coube a Francisco Hermenegildo Fernandes, na qualidade de vereador do Senado servindo de presidente, elogiar e honrar a memória de Pedro Nolasco da Silva. Fez então aprovar uma moção[204] para que o seu velho companheiro fosse proclamado Cidadão Benemérito de Macau, com direito a retrato na sala da presidência da edilidade, que Nolasco servira, e a que chegara a presidir em 1903–1905,[205] e enalteceu as virtudes do defunto, em discurso proferido à beira da sepultura, dele se despedindo com as palavras: 'Adeus! Adeus! Descansa em paz, grande lutador!'[206]

António Joaquim Basto, mais novo, com 63 anos, já antecedera o seu amigo e parceiro de sempre, em 20 de Maio do mesmo ano. Não resistiu a uma enfermidade cardíaca, resultante das convulsões — lideradas pelo sempre inquieto Constâncio José da Silva[207] — que em Macau se seguiram à proclamação da República Portuguesa, no dizer, talvez um pouco forçado, de Manuel Teixeira: 'Ameaçado de morte em 1910 e tendo de fugir para Cantão para a evitar, o Comendador Bastos contraiu com estes sobressaltos uma lesão cardíaca que em dois anos o levou à sepultura.'[208]

Fora, no entanto, a religião e não a situação política que determinara esse episódico refúgio de Basto que, com o apoio de Nolasco, do bispo e de outros, liderara um movimento contra a expulsão das congregações religiosas, sublinhando sobretudo as suas nefastas consequências no ensino e assistência em Macau. Foi essa 'Manifestação dos Chefes de Família de Macau', um abaixo-assinado enviado



O INDEPENDENTE

Jornal Politico, Noticioso, e Commercial.

Vol. I MACAO, 4 DE SETEMBRO DE 1868. N.º 1

"O INDEPENDENTE"

É ABSOLUTA gratuitamente nas columnas d'este jornal toda a sorte de correspondencias, com tanto que não ataque a vida privada, nem offenda a moral publica.

PREÇO DA ASSIGNATURA

Anno $8
Semestre 5
Trimestre 2

ANNUNCIOS

Não excedendo de 10 linhas $1
Excedendo de 10 linhas 10 avos por linha.

jornalisticos, quasi sempre lastimosas scenas, em que se revelam escandalos, e se descobrem mizerias, meios especulativos, para desfigurar a verdade, confundir questões, falsificar argumentos, imputar o que se não escreveu, nem se quer se pensou, fazendo assim parecer justa a causa em litigio, desvairar os leitores, tolher-lhes a averiguação da verdade, desconceituar os adversarios e tecer corôas a parciaes. São

Fig. 6: O primeiro número do *O Independente* (1868). Fonte: BNP, cota do exemplar digitalizado: j-3601-p_2.

ao ministro da Marinha e Colónias do Governo Provisório da República, publicado no jornal *Vida Nova*, dirigido pelo então já activo na vida política de Macau, Luiz Gonzaga Nolasco da Silva, em 27 de Novembro de 1910, e que acabaria por pôr fim ao jornal, suspenso dois dias depois. Encabeçado com a assinatura de António Joaquim Basto, como presidente da comissão, que se dizia representar 'todas as classes sociaes de Macau', espraia-se numa argumentação em tudo consentânea com o que sobre o tema da educação em Macau se pode ler nas páginas do *Echo Macaense*, o que me leva a atribuir-lhes maioritariamente a autoria à pena do comendador. Senão, veja-se:

> *Sr. Ministro! O que lucra o governo em atacar assim a liberdade de associação, e em condemnar os filhos dos abaixo-assignados a ficarem privados d'instrucção, privando-os de tão excellentes professores, obrigando-os a viverem nas trevas d'ignorancia e negando-lhes os meios de se instruirem para grangear a sua vida pelo trabalho honesto e intelligente fóra da sua patria, onde a lucta pela existencia se torna cada vez mais renhida?*
>
> *De que ha de viver o macaense sem collocação na sua terra — porque o governo só emprega europeus — e sem instrucção para a lucta pela existencia no estrangeiro, onde já os chinas e japonezes rivalisam com os europeus e americanos?*
>
> *Sr. Ministro! Abençoado será o novo regimen implantado pela Republica, se ella puder fazer prosperar esta colonia digna de melhor sorte, garantindo o bem estar dos seus filhos, embora longe da patria, por meio d'uma adequada instrucção, que infelizmente o Estado não lhes pode dar senão a troco de grandes sacrificios, que muito bem se poderiam evitar pela conservação dos religiosos.*
>
> *As condições d'esta colonia são differentes das do reino, e por isso, pedem os abaixos assignados a V. Exa.,*[209] *que não desconhece este meio, se digne providenciar para que fique suspensa a execução do referido decreto de 8 de outubro n'esta colonia, [...]*
>
> *Por todas estas razões e porque é certo que a expulsão dos religiosos e das religiosas concorrerá para desnacionalizar a população de Macau, visto como a juventude macaense terá d'ir, por necessidade, a Hongkong receber uma educação ingleza, deixando de cultivar a língua materna, por isso, esperam os abaixo-assignados que o seu pedido será deferido.*[210]

Militando desde sempre contra o anticlericalismo e pela liberdade de associação, onde fazia incluir as congregações religiosas, nada oporia António Joaquim Basto ao novo regime, já que, em 25 de Março de 1911, se declarará publicamente republicano de longa data, como fez dar à estampa no semanário *A Verdade*, dirigido por Constâncio José da Silva:

> *Declaro, sem rodeios, que sou republicano* **intus et in cute**, *não de hoje, nem de ontem, mas um velho republicano, desde que entrei na vida pública, aos 21 annos de edade.*
>
> **Fundei quatro ou cinco jornaes com auxilio d'alguns amigos**, *uns já fallecidos e outros ainda vivos. Fiz em todos êsses jornaes e em outros que collaborava, rasgada propaganda d'ideias democraticas; pelo que soffri muito, tendo tido dissabores com varios governadores, por não querer jamais, quer como presidente do leal senado, quer como delegado interino do procurador da coroa [e] fazenda, quer como procurador dos negocios sinicos, então juiz dos chinas, assistir ao* **Te Deum**, *á recepção e ao baile por occasião do aniversario d'el-rei.*[211] *Nunca liguei aos brazões da familia. Recusei ser conselheiro e titular, quando, em virtude de um telegramma do ministerio, o sr. governador Horta e Costa, m'enviou a casa o secretario-geral sr. dr. Alfredo Lello, pedindo-me que optasse por uma das distincções, o que agradeci, mas não acceitei, dizendo que desejava ser coherente com as minhas ideias democraticas. Alem d'isso, recusei a gran-cruz da ordem de Christo com que me queria agraciar o sr. Hintze Ribeiro, [...] não digo mais, que fica de remissa, para que se não diga que estou fazendo a minha biographia, o que alias convinha-me, quando mais não fosse, que meus filhos soubessem.*[212]

Teria sido útil para os historiadores também, porquanto esclarecesse, para o que aqui mais interessa, o seu real envolvimento e empenho no projecto do *Echo Macaense*, para além dos óbvios intuitos políticos imediatos que se lhe adivinham.

Poderia ter também então explicado[213] porque recusou a Grã-Cruz e aceitou a Comenda da Ordem Militar de Cristo, com que foi agraciado por decreto de 23 de Novembro de 1882 e carta de 28 de Junho de 1894.[214] Talvez porque a distinção, se bem que conferida 'como testemunho da real consideração',[215] não era eminentemente política mas distinguia os serviços por ele prestados no decurso da missão diplomática extraordinária ao Japão (24 de Abril a 8 de Agosto de 1882) como secretário do Ministro Plenipotenciário, o Governador Joaquim José da Graça (1823–1889, período de mandato: 1879–1883), tal como aceitaria também outras distinções do mesmo teor conferidas por governos estrangeiros.[216]

Ou talvez também tivesse assumido e esgrimido o título como uma vitória no conflito que o opusera ao mesmo governador, quando este o demitiu das suas funções na Procuratura dos Negócios Sínicos em 16 de Maio de 1881. De facto, Basto recusara-se a acatar uma decisão deste último, considerando-a um 'crime de abuso de auctoridade e de se haver ingerido despoticamente nas attribuiçoes do poder judicial',[217] o que dera azo a polémica pública consubstanciada nos seus panfletos *A Justificação d'Uma Desobediência: Ou a Causa d'Uma Demissão Immerecida*[218] e *Resposta à Carta do Sr. J. A. Côrte Real*,[219] carta essa que José Alberto Homem da Cunha Corte-Real (período de mandato: 1878–1884), Secretário-Geral do Governo, publicara nesse mesmo ano com o título: *Carta Dirigida a Antonio Joaquim Bastos Junior*.[220]

Tal era, em traços muito largos, o perfil do principal articulista e polemista do *Echo Macaense*, pelo menos na sua fase final.

AFINAL QUEM ERA(M) O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO *ECHO MACAENSE*?

Filhos aqueles, cujas declarações vêm complicar, ou talvez antes, ajudar a equacionar melhor a questão da propriedade do *Echo Macaense*. Diz-nos um deles, Abílio Maria da Silva Basto

(1889–1976), provavelmente em 1968: 'O Chico Fernandes era editor do "Eco Macaense", *do qual o meu saudoso pai era proprietário e redactor principal*. Não se lembra do artigo "O que se diz" da autoria de meu pai, que mereceu um processo de polícia correcional?'[221]

Abílio Basto era uma criança quando o *Echo* encerrou e um jovem adulto quando o seu pai faleceu, pelo que teria uma memória vaga, indirecta e imprecisa dos acontecimentos. No entanto, António Joaquim Basto afirmara em 1911, como vimos, ter fundado quatro ou cinco jornais 'com auxilio d'alguns amigos', número em que eventualmente poderia incluir o *Echo Macaense*, o que carece de investigação mais detalhada.

Analisando o próprio jornal, o que se verifica é que Francisco Hermenegildo Fernandes aparece claramente identificado como 'proprietario e responsavel' no cabeçalho do periódico, e mesmo numa ou noutra referência no seu interior,[222] desde o início da publicação até 6 de Novembro de 1895, quando o jornal suspendeu a publicação. Contudo, ao retomá-la em 2 de Fevereiro de 1896 passará apenas a ser referido como 'editor', o que se manterá até 19 de Abril do mesmo ano, o último número que dirigiu antes de ser substituído por Pedro Nolasco da Silva, em 26 de Abril. Só quando reassumiu funções editoriais no *Echo*, em 11 de Abril de 1897, como atrás descrito, passará a ser designado como 'editor responsavel', assim se mantendo até ao seu encerramento em 17 de Setembro de 1899, estando o jornal instalado há menos de dois meses, desde 6 de Agosto, no Beco da Boa Vista, n.º 27.

Para saber em detalhe o que se passou durante o aludido período de suspensão do *Echo Macaense* será necessário explorar outras fontes, mas o que desde já me parece seguro é que o jornal foi alvo de uma reestruturação e que esta durou algum tempo. De facto, não obstante a punição ser de 30 dias, só em 2 de Fevereiro de 1896 é que o jornal reapareceu, quase três meses passados, deixando então Francisco Hermenegildo Fernandes de figurar como proprietário do semanário. Poderemos interpretá-lo como um indício de existência de dificuldades políticas relacionadas com o encerramento algo tempestuoso do *Ching Hai Tsung Pao*, ocorrido em Dezembro de 1895, a que adiante aludirei, ou eventualmente até financeiras, que terão originado uma provável transferência de propriedade?

Conquanto o *Echo Macaense* não mais identifique o proprietário no seu cabeçalho, se aduzirmos a esta omissão, a alteração acima descrita, a afirmação de Abílio Basto e o envolvimento[223] de António Joaquim Basto no projecto, podemos admitir a hipótese de ter este passado a ser o respectivo proprietário em data a precisar, não sendo difícil de entender os motivos pelos quais, sendo uma destacada figura pública, teria optado por não o explicitar. Um outro dado importante em abono desta tese é que, em 2 de Abril de 1899, ficamos a saber que o administrador do *Echo* já não era Francisco Hermenegildo Fernandes (desde quando desconheço) mas antes o irmão mais novo do Comendador Basto, e isto através da leitura de uma local sobre o 'baptizado d'um filhinho do nosso particular amigo e *administrador d'este jornal* sr. José Maria de Castro Basto',[224] que viveu entre 1854 e 1934.[225]

Só uma aturada pesquisa nos arquivos da administração do concelho, por onde passava a oficialização das publicações periódicas; nos registos notariais, judiciais, comerciais e outros nos poderá ajudar a esclarecer esta e outras questões, o que recomenda a reavaliação e reequação do que tem sido voz corrente em torno da descrição do *Echo Macaense* e do papel de Francisco Hermenegildo Fernandes.

Será também só a partir de 26 de Abril de 1896, quando Pedro Nolasco da Silva assume o controlo da edição e redacção, que o *Echo Macaense* passa

a mencionar onde é impresso, a saber: 'Impresso na typographia do "Echo Macaense",' indicando, de seguida, a respectiva localização, coincidente com o local da sua 'redacção e administração', o que vai variando ao longo do tempo, como tenho vindo a assinalar. Mas nenhum deles corresponde a qualquer das moradas da Tipografia Mercantil (de N. T. Fernandes e Filhos), fundada em 1855, que, em 1870, operava 'nas casas n.º 14 sitas na Praça de Ponte e Horta';[226] por ocasião do lançamento do *Echo* em 1893[227] — sendo já e, pelo menos, desde Janeiro de 1884,[228] a Tipografia Mercantil de N. T. Fernandes e Filhos — estava instalada na Rua do Padre António, n.º 28, local onde permanecia aquando do desaparecimento do mesmo *Echo Macaense*, em Setembro de 1899,[229] passando, creio que muito mais tarde, para a Rua Central, n.º 6.[230]

Se Francisco Hermenegildo Fernandes manteve a sua colaboração como redactor do *Echo* entre 26 de Abril de 1896 e 4 de Abril do ano seguinte, enquanto o jornal esteve nas mãos de Nolasco e Constâncio José da Silva não consegui deslindar, mas seria importante sabê-lo.

De facto, diz-nos Paul B. Spooner, referindo-se à revolta liderada por Sun Yat-sen em Cantão em Outubro de 1895:

> *After the first failed uprising in Canton in October, Fernandes on 6th November in the Chinese portion of the bilingual, Portuguese--Chinese, weekly newspaper* **O Echo Macaense** *published news of the Guangzhou uprising and the full text of preface to the Agricultural Society that Sun had set up there.*[231] *Retaliation may have followed against the paper. A month later on 25th December 1895, there was some disruption in its publication, with the Chinese portion ending and* **with Francisco Fernandes stepping aside for a year.**[232]

Parecendo aceitável a relação de causalidade que Spooner nos propõe para o encerramento do *Ching Hai Tsung Pao*, as razões para o afastamento de Fernandes da direcção e administração do *Echo* terão aparentemente sido distintas e decorrentes, como atrás exposto, da aplicação de uma nova lei de imprensa.

Contudo, Cátia Miriam Costa e Agnes Lam sugerem um motivo mais directamente relacionado com a própria conjuntura política de Macau:

> **Echo Macaense***'s final issue never provided a transparent explanation for its discontinuation after only six years in print, but it likely had [not?] to do with a libel case involving editor-in-chief Wang Zhenqing* (王真慶)*, also known as Wang Mengqin* (王孟琴)*. Wang, who used his pen name when writing for the newspaper, was known as Qián zhōngwèi wèishēng* (黔中味味生) *to his readers. Having published more than one article disparaging Governor Jose Maria de Sousa Horta e Costa in November of 1895, he was jailed for three days in early December 1895.*[233]

Se Wang Zhenqing afrontou Horta e Costa e foi parar à prisão, Francisco Hermenegildo Fernandes era o director do *Ching Hai Tsung Pao*, pelo que não deixaria de estar envolvido na questão e não em muito boa situação. Nessa altura, como se referiu, o *Echo Macaense*, que tinha sido suspenso em 6 de Novembro de 1895 pelo mesmo governador em virtude da polémica que vinha mantendo com *A Voz do Crente*, ainda não retomara a publicação, o que só acontecerá em 2 de Fevereiro seguinte, quando Francisco Fernandes já não era seu 'proprietário e responsável' (desde quando não posso precisar), mas apenas 'editor', e por escasso período. Três meses passados, em 26 de Abril de 1896, Pedro

Nolasco da Silva e Constâncio José da Silva assumirão as rédeas do periódico — e as loas ao governador — e Fernandes só reaparecerá como 'editor responsável' em 11 de Abril de 1897, já depois de terminado o mandato de Horta e Costa.

Este mero exercício cronológico, que necessita de ser cruzado com uma análise atenta da mensagem veiculada e posições defendidas pelo *Echo Macaense* neste período — em que o jornal também passa a ter tipografia própria — possibilita, de facto, admitir um 'afastamento' de Francisco Hermenegildo Fernandes, que certamente não estaria nas boas graças do governador, e a existência de um interesse político conjuntural por parte de Nolasco e de Constâncio José da Silva, o que a tal lei de imprensa poderá ter ajudado a justificar. Por isso talvez, tenha a redacção sentido a necessidade de frisar — relembre-se — que a mudança não deveria ser atribuída a qualquer outro motivo:

> ***Em consequencia da nova lei da imprensa, recentemente posta em vigor n'esta cidade,*** **que não por outro motivo*, deixou de ser editor d'este semanario o nosso amigo e companheiro nas lides jornalisticas, sr. Francisco Hermenegildo Fernandes, [...]***[234]

Assim, tudo o que se disse aponta para uma causalidade múltipla a necessitar de análise detalhada, cronológica e comparativa, a empreender de par com uma leitura político–ideológica, explorando as ideias defendidas por estes homens na sua acção cívica e vasta produção escrita, sobretudo jornalística, ensaiando uma prosopografia do próprio jornal e do grupo promotor do *Echo Macaense*, aqui não completada.

Independentemente das suas ideologia política, propensão mais ou menos revolucionária, filiação maçónica e intervenção no *Echo Macaense*, Francisco Hermenegildo Fernandes viabilizou a criação e a existência de uma imprensa em língua chinesa de tendências reformistas, com impacto e divulgação internacional, para além da China naturalmente, no relativamente longo período, embora descontínuo, que vai de 1893 a depois de 1913, caminho de que só parece ter abdicado em 1919 quando ingressou — algo tardiamente, porque já contava 56 anos — como língua, e não como intérprete, na Repartição do Expediente Sínico.

Assim foi seguramente o caso do *Ching Hai Tsung Pao* entre Julho de 1893 e Dezembro de 1895; do *Zhi Xin Bao* (O Reformador da China),[235] a partir[236] do seu n.º 60, nos inícios de Novembro de 1898, quando foi especialmente convidado '*to avoid persecution*', '*to be the manager of the paper, and the authors writing for the paper all began to use pseudonyms*'[237] depois do golpe da Imperatriz Viúva contra o movimento da 'Reforma dos Cem Dias'[238] e execução do seu anterior responsável Kang Guangren (1867–1898); e, provavelmente também, do *Ao Men Tung Pao* (O Correio de Macau), com sede no n.º 57 da Rua do Mastro, fundado por Francisco Hermenegildo Fernandes em 2 de Junho de 1913, seu proprietário e editor responsável, mas certamente servindo interesses chineses a que estaria associado, assunto para o qual não disponho ainda de suficiente informação.

A existência de uma imprensa chinesa como veículo de formação da opinião e de expressão das ideias e necessidades da comunidade era, sem dúvida, uma premissa fundamental para a criação de uma nova elite chinesa e sua activa intervenção pública, e sobretudo indispensável para a implementação dessa tal ideia utópica de renovação de Macau, a qual foi, sem dúvida, o projecto do *Echo Macaense*, de que Francisco Hermenegildo Fernandes terá sido o principal executor, durante e após a vigência do periódico em análise, o qual proclamava no seu primeiro número:

> *Até hoje só os monopolistas dos exclusivos do governo é que teem estado mais ou menos em contacto com o governo e com as auctoridades, de quem permanece afastado o grosso da população chineza, cujos interesses não são menos valiosos que os d'aquelles, e cuja opinião de certo não tem menos peso que a d'aquelles poderosos argentarios.*
>
> *Para que os chinas entregues ao commercio em geral, á industria e á navegação, possam estar em contacto com o governo e com a população portugueza*, é indispensavel o auxilio d'um orgão da imprensa*, o qual, ao mesmo tempo que dê a conhecer aos portuguezes a opinião do publico chinez e as suas necessidades, faça tambem conhecer aos chinas os intuitos do nosso governo e da gente portugueza, que não desejam outra cousa que não seja o bem estar geral de todos os habitantes de Macau, chinas e não chinas.*
>
> *Convencidos, pois, de que* a existencia d'um vehiculo d'esta natureza *para a troca de pensamentos e sentimentos entre os portuguezes e os chinas,* seria não só um factor importante, mas uma necessidade impreterivel *para o bem de ambas as communidades [...]* propuzemo'--nos a desempenhar esta parte da missão da imprensa nesta cidade*, a qual na sua existencia trisecular vê pela primeira vez fazer-se uma tentativa de approximação das duas secções de habitantes que vivem juntas no mesmo solo, mas distanciadas uma da outra nas suas ideias e sentimentos.*[239]

Foi definitivamente relevante o papel desempenhado por Francisco Hermenegildo Fernandes, e pelos seus companheiros, neste abrir de portas da intervenção pública, nomeadamente através da imprensa, aos chineses de Macau (e não só), a quem os ligavam laços familiares, interesses e empreendimentos comuns ou complementares, relações e associações de outra ordem, aqui não analisados em profundidade.

LIGAÇÕES AO MUNDO CHINÊS

Havendo seguramente todo um universo de nomes e de ligações por explorar, quase que integralmente omissas na historiografia em língua portuguesa, é neste contexto que assume particular relevo, mais do que a classificação da sua ideologia política, as relações que os homens do *Echo* e as suas famílias mantiveram com Sun Yat-sen, é certo, mas também com os conhecidos Lou Cheok Chi (Lou Kau, 1848–1906) e seus filhos, Lou Lim Ioc (1878–1927) e Lou I Ioc (1884–1985); com o sócio do primeiro na Companhia Hung Vo, fundada em 1897 à qual foi adjudicada a venda das cautelas da lotaria da Santa Casa da Misericórdia,[240] Lou Kong U; com o reformista, mas igualmente comendador,[241] He Tingguang (1855–1931), mais frequentemente designado por Ho-Lin-Vong nas fontes portuguesas,[242] um dos impulsionadores do *Zhi Xin Bao*, também suportado por capitais angariados junto dos portugueses, como referido; e ainda com Sun Mei (1854–1915), o irmão mais velho e eterno protector e financiador de Sun Yat-sen e suas actividades revolucionárias, entre muitos outros certamente.

Terá de ficar para melhor oportunidade o estudo dessa enigmática figura que foi Francisco Hermenegildo Fernandes, sobre quem ainda muito pouco se sabe, começando por uma crítica dos mitos historiográficos que, em língua portuguesa, em torno dele se construíram, de forma frequentemente mais romanceada do que sustentada. E neste aspecto, será indispensável a contribuição dos historiadores chineses porquanto Fernandes, mais do que um mediador entre comunidades foi um interventor

em ambas, o que não pode ser só explicado pela sua indiscutível ligação a Sun Yat-sen.

Mesmo ao nível familiar são fortes as ligações de Fernandes a essa comunidade, já que era filho de mãe chinesa e viria também a consorciar-se em 29 de Novembro de 1922, pouco antes de morrer, com Ricarda Maria Tong Pou Sin (c. 1873–1936), filha de pais incógnitos, mas provavelmente de origem chinesa. Também o seu irmão mais velho, Jorge Carlos Fernandes (1861–1929), com quem partilhava a propriedade da Tipografia Mercantil, se casaria tardiamente com uma senhora chinesa natural de San Ui.[243]

E isto já para não referir o caso do seu tio paterno, o preeminente Bernardino de Senna Fernandes (1815–1893). Homem de vasta fortuna e muito influente na sua época, que ascendera à nobreza em 1871, e, entre outros títulos, fora feito 1.º Conde de Senna Fernandes, por duas vidas, por decreto de 16 de Março de 1893, o qual, em 11 de Julho de 1862, se consorciara em segundas núpcias, com Ana Teresa Vieira Ribeiro (1846–1929), de ascendência predominante chinesa, mas oriunda de uma influente família católica, de que há registo a partir dos finais do século XVII.[244]

Sem entrar em detalhes, e sem dados para avaliar as relações que o nosso Francisco Hermenegildo Fernandes com ele manteria,[245] basta dizer que Bernardino fora Superintendente da Emigração Chinesa (1868–1869), com louvor das autoridades chinesas. Defensor dos interesses mercantis instalados e das práticas autonómicas locais, foi uma figura tentacular e polémica na Macau de oitocentos, sobre quem a história (embora o pareça trazer algo esquecido) regista uma atitude de protecção da comunidade chinesa, e dos seus negociantes, com os quais andaria associado. Agradeceram-lhe alguns desses homens notáveis como Chan-Au-In, Lou Cheok Chi e He Tingguang, entre outros, ao mandarem erigir-lhe estátua de corpo inteiro, testemunhando a sua gratidão e relembrando-o à posteridade.

Entre outros negócios, viabilizara-lhes, servindo-lhes de fiador, rendosos lucros na arrematação do jogo, tal como o fizera antes ao seu próprio irmão Nicolau Tolentino Fernandes, o pai de Francisco Hermenegildo Fernandes, que, como nos informa Jorge Godinho:

> ***Explorou com sucesso o exclusivo do Fantan durante sete anos consecutivos, nos anos económicos de 1851/52 a 1857/58 e foi o primeiro arrematante de grande importância económica e social. No ano de 1855/56, [...] tornou-se no primeiro titular do exclusivo durante vários anos, tendo oferecido uma renda de 1.005 patacas por mês durante três anos, um negócio que lhe foi bastante favorável e que coincidiu com um período de reanimação económica.***[246]

Passou depois a dedicar-se em exclusivo à actividade tipográfica e editorial na sua Tipografia Mercantil, que criara em 1855. Contudo:

> ***O seu irmão mais velho Bernardino de Senna Fernandes (1815–1893), continuou a desempenhar um papel fundamental no sector. Os irmãos Fernandes foram os únicos portugueses de destaque na operação do Fantan, que depois se tornou num domínio de empresários chineses sob um "contrato social" implícito pelo qual o empresário chinês obtinha grandes lucros e o Governo português obtinha, de modo estável, os fundos necessários para administrar e desenvolver a colónia.***[247]

Actividade essa em que a sua viúva, entretanto consorciada (1894) com o Procurador Administrativo dos Negócios Sínicos, Leôncio

Ferreira, se manteria activa, tal como o seu filho Conde, Bernardino de Senna Fernandes Jr. (1867–1911),[248] como é sabido,[249] tendo-se mesmo visto envolvidos no chamado 'Processo Vae-seng', de que saíram vitoriosos.[250] O advogado da parte contrária era Horácio Poiares, professor do Liceu e ligado a *O Lusitano*, que vai merecendo as atenções, e claro também as críticas, do *Echo Macaense*, que acompanha, noticia e comenta essa longa demanda judicial, publicando a respectiva sentença com todo o seu historial.[251]

Miguel António Ayres da Silva (1844–1886), o irmão mais novo de Pedro Nolasco da Silva, pela década de 1880[252] também servira de testa-de-ferro a um dos sindicatos *vaeseng*, que colapsou. Pedro, que vemos frequentemente associado a Lou Kau em projectos urbanos e outros, a propósito de uma conturbada eleição para a mesa directora da Santa Casa da Misericórdia, será acusado por *O Lusitano*, de 'não de agora, *mas de ha muito que se teem opposto* aos seus fins, os quaes são criar preponderancia para melhor cuidar dos seus interesses e obter a importancia que d'ahi lhe possa advir, *principalmente para a communidade chineza que pretende de ha muito dirigir*'.[253] O *Echo Macaense* responde, dando a sua versão do sucedido, e dizendo ser natural que, tendo Pedro Nolasco da Silva dirigido por mais de 20 anos a Repartição do Expediente Sínico e prestado 'serviços a tantos chinas, fosse bem conceituado entre elles',[254] protestando ainda que 'o sr. Pedro Nolasco não nutria odio a europeus'.[255]

Apelidado de 'sino-macaista' por João Feliciano Marques Pereira (1863–1909) — ao que o articulista do *Echo* retorna dizendo que, sendo assim, ele também o seria...[256] — merecerá idêntica apreciação do comissário régio General Joaquim José Machado (1847–1925) no decurso da missão sobre os limites de Macau nas conferências intergovernamentais luso-chinesas de Hong Kong, decorridas entre 1 de Julho e 24 de Novembro de 1909, e a quem Nolasco serviu de tradutor, principescamente pago.[257] Relatando o primeiro encontro com ele ocorrido em 18 de Julho, diz o comissário: 'Conheci, finalmente, ontem o célebre Nolasco, homem já velho e que me fez lembrar o horrível Loyolla da Índia. Todos falam da sua inteligência que dizem ser muita e do seu carácter que afirmam ser péssimo.'[258] E, ao longo das negociações, vai tecendo considerações sobre ele e a família, tais como: '*Parece, portanto, ser verdade o que se diz a respeito dos Nolascos, o serem mais chineses do que portugueses*.';[259] '*Como o Nolasco é um Chino completo* e homem muito esperto',[260] acabando, contudo, por concluir: 'É, evidentemente, homem inteligente e sabedor que, bem podia ser melhor aproveitado em serviços públicos.'[261]

Relembre-se ainda como António Joaquim Basto foi um dos principais obreiros e defensores[262] do restabelecimento das alfândegas chinesas em Macau e do projecto da linha férrea Macau–Cantão, contra a opinião de António Feliciano Marques Pereira[263] — um aguerrido defensor da linha colonial, que tanta oposição sofreu em Macau — mas com o apoio do seu sempre associado e futuro compadre[264] Pedro Nolasco da Silva. Este último projecto obteve em 1902 a concordância da China, a troco da anuência portuguesa ao regresso das alfândegas imperiais chinesas a Macau, que, como afirma Jorge dos Santos Alves assim se tornou 'mais um porto de tratado',[265] o que suscitou a forte reacção do filho do então já falecido ex-Procurador dos Negócios Sínicos, João Feliciano Marques Pereira.[266] É conhecido[267] o interesse de Pedro Nolasco da Silva no projecto da via férrea, em associação com o capitalista chinês residente em Macau Lam-Tak-Iun, congregando capitais de Cheung-Pat-Tzi, um milionário de Singapura, mas o que talvez não seja tão visível é que uma série de membros da família Basto e, pelo menos um dos filhos de Nolasco, farão carreira na companhia das alfândegas chinesas em Macau e na China.[268]

CONCLUSÃO

Aparentemente unidos por um ideário liberal e democrático, defensores do estado de direito e do primado da lei; da liberdade de credo — e assim rejeitando veementemente o anticlericalismo[269] — bem como da livre expressão, os redactores do *Echo Macaense* também se manifestam contra a pena de morte.[270] Neste domínio das liberdades e direitos humanos, é de assinalar a posição que tomam relativamente aos soldados maratas integrando os contingentes militares colocados ao serviço de Macau, e que acabarão por formalizar em 'Um Pedido':

> ***Pedimos a s. exa. o governador que providencie para que nos dias de guarda não vão á missa com os soldados catholicos, os marathas, por isso que é um absurdo, senão uma violencia, obrigal-os a prestarem culto a uma religião que não professam.***
>
> ***Nada lucra a disciplina com isso, nem pode haver motivo que determine a assistencia d'esses gentios ao santo sacrificio da missa, o que é inconveniente para ambos os lados: para elles, que poderiam considerar o acto como um attentado ás suas crenças, e para nós, que vivemos n'um regimen de tolerancia e de respeito á liberdade de consciencia, e porque a nossa religião todo de paz e brandura, repelle todo o constrangimento na pratica de seus preceitos, que o são sómente para os que creêm n'ella.***[271]

Demonstram igualmente uma certa simpatia pelos processos independentistas e/ou revolucionários, nomeadamente em Cuba, nas Filipinas e, claro, na China, para além da Revolução Francesa naturalmente, que, apesar dos excessos, consideram ter sido:

> ***uma data gloriosa para a historia da liberdade, da emancipação dos povos e das reivindicações democráticas.***
>
> ***[...]***
>
> ***A proclamação dos direitos do homem importava comsigo como corollario a negação formal dos direitos do rei, que estupidamente se julgava, como ainda se julga o imperador da China, o filho do ceu, o ente privilegiado com direitos absolutos sobre o povo, que considerava seus*** vassallos***, com a obrigação de o amar e servir.***[272]

Sentimento anti-manchu esse frequentemente expresso nas páginas do *Echo* ao noticiar a situação da China, como acontece, por exemplo, em Setembro de 1899: 'Por fim são os russos que hão de varrer de Peking todos estes manchus e mandal-os para os seus sertões.'[273]

No que às Filipinas respeita, para além do relevo dado à figura do mártir José Rizal (1861–1896), nacionalista inspirador dos movimentos independentistas da região, apresentado como um herói romântico pelos redactores do periódico,[274] chegam estes a opinar:

> ***As ultimas noticias de Phillipinas dão esperança de que se chegará finalmente a um accordo entre os phillipinos e os americanos. Oxalá a paz venha reinar n'estas ferteis ilhas, cujos naturaes mostraram, pela sua tenacidade e sacrificios, que são dignos da liberdade pela qual batalharam.***[275]

Com uma participação, crítica e activa, na *res* pública, na vida política, cultural e associativa de Macau, até que ponto o que uniria esses homens — activos mediadores no relacionamento luso-chinês

— não seria a defesa de um projecto de renovação de Macau, livre de privilégios e monopólios, tendo como modelo os entrepostos europeus na região, experiência que quase todos eles — com maior ou menor profundidade — tinham vivenciado?

> *Estivessem as colonias portuguezas bem administradas, cuidasse seriamente o governo da metropole das necessidades e progressos a que ellas tem jus, e veriamos que em logar do* deficit *apresentariam saldo em elevada cifra.*
>
> *Portugal dorme, porém, encostado aos louros das suas passadas glorias, e o resultado é tudo correr á revelia e na miseria.*[276]

Modelo esse que — sem rejeitar a condição 'colonial' a que Macau se via sujeito, mas críticos relativamente ao peso excessivo da máquina fiscal e burocrática, seus agentes e ao centralismo cerceador da iniciativa e empreendedorismo individuais, do comércio, dos transportes, do abastecimento de energia e até do sistema educativo — reivindicava autonomia e uma participação activa, um lugar para os filhos da terra, que todos eram. Dele não excluíam, mas antes chamavam à intervenção, uma elite chinesa endinheirada, educada e familiarizada com os princípios ocidentais, nascidos ou radicados na cidade — que também urgia fidelizar[277] a Macau — para a qual reclamavam o direito de representação e de cidadania. Elite chinesa essa, capaz, ela própria, de renovar as estruturas tradicionais em que assentava a organização da sua própria comunidade, libertando-a das teias mandarínicas, 'ridiculas farroncas e de velhas chinezices'.[278]

Em guerra aberta com o médico José Gomes da Silva (1853–1905),[279] chefe dos Serviços de Saúde de Macau e Timor (1885–1905) e também reitor do Liceu (1894–1898), a quem acusavam de ter rancor aos macaenses,[280] guerrear o Senado e principalmente o seu Presidente, António Joaquim Basto, os homens do *Echo Macaense* são bem claros, reagindo a um artigo por ele publicado no *Comércio do Porto*:

> *Dizendo que de ha muito deveria ter o governo providenciado para que o elemento* indigena *não entrasse na administração municipal!*
>
> *Se o illustre chefe do serviço de saude entende que a palavra* indigena *é aqui tomada como synonimo de* china*, enganou-se redondamente, porque não ha nenhum vereador china, nem tão pouco moleque, como um certo funccionario pseudo-europeu, que todos conhecem.*
>
> *E quando houvesse algum china, muito nos honrariamos com isso, porque o chinez deve conhecer melhor as necessidades locaes do que um europeu ou americano.*[281]

Já que Macau era uma verdadeira 'colónia', mas no sentido etimológico do termo, e retorquindo às acusações de *O Oriente Portuguez*, de se colocarem ao lado dos chineses a propósito de um incidente ocorrido entre alguns caçadores portugueses e soldados chineses nas proximidades de Chinsan (Zhongshan), ousavam mesmo afirmar:

> *Se o collega se refere a nós, dir-lhe-hemos francamente, que não teriamos duvida alguma em collocarmo'-nos ao lado dos chinas, quando vissemos da parte d'elles toda a justiça e razão, porque felizmente não predomina em nós o odio da raça, e temos o animo completamente despreoccupado, de modo a podermos fazer uma apreciação imparcial, fundada na verdade, e temos a coragem sufficiente para patentear a nossa convicção, seja ella qual fôr.*[282]

Também as questões étnicas,[283] aqui subentendidas, não deixam de ter um peso marcante na mensagem veiculada pelo periódico, a requerer uma análise detalhada.

Assim, mostram-se capazes de reagir contra uma arbitrariedade racial em África ao relatarem a preterição na promoção de um sargento-ajudante de cor em Luanda, comentando:

> *E' para lamentar o succedido, e as consequencias d'este odio de raça, manifestado quando nós affirmamos que queremos civilisar o preto e chamal-o ao convivio dos paizes cultos, manifestar-se-hão mais tarde ou mais cedo.*
>
> *[...]*
>
> *Se houvesse lei que prohibisse as promoções aos sargentos pretos, ainda se admittiria a pretirição [*sic*], porque ella é legal. Mas a lei não faz selecção de pretos nem de brancos, e a preterição n'este caso representa uma arbitrariedade revoltante.*
>
> *Não sei se querem o preto para o exhibir em danças e mascaradas na Avenida; se o querem educar, facultem-lhe o accesso aos cargos para que elle revele aptidões e merecimento.*[284]

No que a Macau respeita, e se bem que regra geral indirectamente colocadas a propósito dos chineses, assumiram uma maior visibilidade na aludida polémica ainda sobre a eterna questão do ensino, com Gomes da Silva, o qual terá desferido a seguinte 'calumnia' contra o Leal Senado:

> **Não tendo conseguido assentar nas cadeiras magistraes do Lyceu um unico elemento indigena, revoltou-se contra o Lyceu.**
>
> *[...]*
>
> *E' outrosim evidente que o termo* **indigena** *mettido no trecho citado faz suggerir a ideia de que o Leal Senado procurou levantar uma questão de raça.*
>
> *[...]*
>
> *Protestamos, pois, solemnemente contra essa insinuação malevola, que tende a promover a desharmonia e a dissenção no nosso meio já tão periclitante, onde todos os que se prezam de portuguezes deviam estar unidos para trabalhar de commum accordo para o engrandecimento da colonia e para maior honra e gloria da nação a que nos orgulhamos de pertencer.*
>
> *Maldita seja, pois, toda e qualquer tentativa para se levantar questão de raça n'esta colonia!!*[285]

Para além de constituir um veículo de intervenção política, económica, social, e até religiosa e cultural imediata, o aludido projecto utópico para a renovação de Macau parece ser, de facto, o propósito subjacente ao *Echo Macaense/ Ching Hai Tsung Pao*, a necessitarem de análise temática e ideológico–política circunstanciada e cronologicamente orientada que nos permita a identificação discursiva dos seus responsáveis nas suas diversas fases.

Mas que são também um rico manancial para a identificação do pulsar das tensões sociais existentes em Macau, tal como das reacções à imposição de uma política centralizadora e uniformizadora, sempre criticada por via da defesa do princípio e do direito à autonomia, que, de facto, há séculos vinha marcando o discurso e o comportamento dos homens de Macau. RC

NOTAS

1 Aspecto já salientado por Márcia Rosa dos Reis Ferreira, "Cultura e Sociabilidades em Macau nos Finais de Oitocentos: O *Eco Macaense* (1893-1899)" (dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2006), 62–63, https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/25639/2/tesemestculturaesociabilidades000103700.pdf. Vide, por exemplo, "O Hinterland de Hongkong," *Echo Macaense*, 21 de Maio de 1899, 1–2, e também "O Livro de Mousinho de Albuquerque," *Echo Macaense*, 21 de Maio de 1899, 3–4. Sem aduzir muito mais, pela veemência e tom categórico da argumentação merece ainda referência "O Problema Colonial. Bazofias," *Echo Macaense*, 4 de Junho de 1899, 1.

2 *Vide* Catálogo UP (número de sistema: 000836485; acedido em Novembro de 2023), https://catalogo.up.pt:443/F/?func=direct&doc_number=000836485&local_base=FLUP.

3 Ferreira, "Cultura e Sociabilidades."

4 Daniel Pires, *Dicionário Cronológico da Imprensa Periódica de Macau do Século XIX (1822–1900)* (Macau: Instituto Cultural de Macau, 2015).

5 Kai Cheong Fok, *Francisco Hermenegildo Fernandes: O Camarada de Sun Yat-sen*, trad. e coord. Rufino Ramos (Macau: Instituto Internacional de Macau, 2013) e *Da Estada em Macau do Dr. Sun Yat-sen: Interpretação do Seu Pensamento Revolucionário*, trad. Alberto Botelho dos Santos (Macau: Instituto Internacional de Macau, 2016).

6 "Base de Dados da Coleção de Periódicos," Biblioteca Pública de Macau, https://specialcollections.library.gov.mo/NPV/SearchByYear.aspx.

7 *Vide infra*.

8 "Nova Phase," *Echo Macaense*, 11 de Abril de 1897, 1.

9 Com uma interrupção de cerca de três meses entre 6 de Novembro de 1895 e 2 de Fevereiro de 1896, nos quais esteve suspenso, como explica Pires, *Dicionário Cronológico*, 347, 350. *Vide infra*.

10 *Vide* Manuel Teixeira, *Galeria de Macaenses Ilustres do Século XIX* (Macau: Imprensa Nacional, 1942), 419–426; Pedro Mesquita, "Ensino e Cultura," em *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, ed. A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Fundação Oriente, 2000), 3:580–581; e Ferreira, "Cultura e Sociabilidades," 37–39. *Vide infra*.

11 Transcrito a partir da fotografia da 1.ª página do *Echo Macaense*, 1.º anno, n.º 1 (18 de Julho de 1893) reproduzida na fotobiografia trilingue (português, chinês e inglês), profusamente documentada, de Lei Zheng, Yunhua Sheng, e Kai Cheong Fok, *Macau: Portal e Palco por Onde Sun Yat-sen Ganhou Acesso ao Mundo* (Macau: Universidade de Macau; Livros do Oriente, 1996), 171.

12 *Vide* António Vasconcelos de Saldanha, *O Tratado Impossível: Um Exercício de Diplomacia Luso-Chinesa Num Contexto Internacional em Mudança, 1842–1887* (Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006).

13 "Cavaqueando," *Echo Macaense*, 21 de Novembro de 1893, 1.

14 *Vide* Pires, *Dicionário Cronológico*, 359–368.

15 "'*O Lusitano*'," *Echo Macaense*, 4 de Setembro de 1898, 2.

16 "'*O Lusitano*'," 3. Ênfase meu.

17 Transcrito a partir da fotografia da 1.ª página do *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1893, reproduzida em Zheng, Sheng, e Fok, *Macau: Portal e Palco*, 171.

18 "Macau e Timor," *Echo Macaense*, 15 de Março de 1896, 1.

19 "Triste e Perigoso. Resposta ao 'Oriente Portuguez'," *Echo Macaense*, 16 de Janeiro de 1894, 1. *Vide* também "A Loteria da Santa Casa," *Echo Macaense*, 26 de Setembro de 1897, 2.

20 "A Vitalidade de Macau e a Necessidade da Iniciativa Local para a Conservar — II," *Echo Macaense*, 1 de Agosto de 1893, 1 (ênfase meu), artigo a que se terá dado início num dos números precedentes do jornal, de que, infelizmente, não possuo cópia. De qualquer forma, Fok, *Da Estada*, 92–93 apresenta uma versão diferente deste excerto, onde consta a palavra 'regime', ao invés de 'systema', o que me leva a pensar que, embora cite o *Echo Macaense* de 1 de Agosto de 1893, se possa tratar de uma tradução do *Ching Hai Tsung Pao* dessa data, pelo que a alteração do termo deve ser imputada ao tradutor, não ao redactor.

21 Que, segundo o censo de 1896, rondariam os 2.371 indivíduos. Cf. "Os Portuguezes nos Portos Extrangeiros do Extremo Oriente," *Echo Macaense*, 21 de Março de 1897, 2. *Vide* Alfredo Gomes Dias, *Diáspora Macaense: Macau, Hong Kong, Xangai (1850–1952)* (Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau; Fundação Macau, 2014).

22 Chengkang Fei, *Macao 400 Years*, trad. Yintong Wang (Xangai: The Publishing House of Shanghai Academy of Social Sciences, 1996), 323.

23 Em 21 de Fevereiro de 1894. *Vide infra*.

24 Leis de Imprensa | Monarquia Constitucional (Lei de 17 de Maio de 1866), *Diário do Governo*, n.º 144, 17 de Maio de 1866, 189, acedido em Setembro de 2023, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/leisdeimprensa/MonarquiaC.htm.

25 Pese embora a duvidosa nota quanto à fundação imediata do jornal por Francisco Hermenegildo Fernandes, essa mesma ilação parece poder inferir-se da afirmação de Fok, *Da Estada*, 92: 'Quando ele voltou a sua terra natal, fundou imediatamente em 18 de Julho de 1893 o semanário "*Echo Macaense*" e a sua edição chinesa "*Ching Hai Tsung Pao*", *pois*

ele tinha todas as facilidades para isto.' Ênfase meu.

26 *Apud* Fok, *Francisco Hermenegildo Fernandes*, 51, citando o primeiro número do *Ching Hai Tsung Pao*.

27 *Vide*, o trabalho de Ferreira, "Cultura e Sociabilidades," para uma análise mais circunstanciada.

28 Onde se publicaram pela primeira vez em língua portuguesa excertos de dois textos historiográficos sobre Macau produzidos por autores estrangeiros, a saber: o *An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China & Description of the City of Canton*, da autoria do sueco Andrew (Anders) Ljungstedt (1759–1835), cuja edição desenvolvida foi postumamente dada à estampa em Boston em 1836 pela James Munroe & Co., considerada a primeira síntese histórica impressa sobre Macau, e um texto fundamental sobre o estatuto do território, mas que viria a ser fortemente contestado a partir do dealbar do século XX e até bem tardiamente, a que se seguiu a publicação de uma parte ínfima do apanhado cronológico do Reverendo J. C. Thomson, *Historical Landmarks of Macao*, publicado entre 1887 e 1889, no *The Chinese Recorder and Missionary Journal*, então editado em Xangai pela Presbyterian Press. Reservamos para outra sede a análise da utilização do texto historiográfico e da recorrência histórica pelo *Echo Macaense*.

29 "Versos em 'Patois' de Macau," *Echo Macaense*, 14 de Maio de 1899, 4, transcrevendo uma poesia incompleta que voltará a ser publicada em versão integral no mês seguinte, *Echo Macaense*, 4 de Junho de 1899, 4, fruto do contributo de um leitor. Aproveita então o jornal ("O Patois de Macau," *Echo Macaense*, 4 de Junho de 1899, 2) para apelar à colaboração de todos: 'Vale a pena conservar esta reminiscencia do passado, pois crêmos que o *patois* de Macau ha de desaparecer,' especificando os seus intuitos: 'Com quanto façamos votos para que o *patois* desappareça, por ser um tropeço para o desenvolvimento intellectual, desejariamos ver collecionado tudo quanto haja escripto n'essa linguagem, e as columnas d'este jornal estão promptas para lhe dar publicidade.'

30 "Agradecimento," *Echo Macaense*, 15 de Novembro de 1896, 3.

31 Admito que os trabalhos de Changsen Li (James Li) e de Iok Fong Lam (Agnes Lam) sobre a imprensa de Macau possam esclarecer e detalhar estas e outras questões mas, estando apenas disponíveis em língua chinesa, deles não pude beneficiar.

32 *Vide infra*.

33 Fok, *Da Estada*, 99. *Vide* também 60–62.

34 "Hospital China de Macau," *Echo Macaense*, 19 de Dezembro de 1893, 2. *Vide infra*.

35 Fok, *Da Estada*, 60–62.

36 "Hospital China de Macau," 2.

37 Portaria n.º 25 de 6 de Fevereiro de 1879, *Boletim da Provincia de Macau e Timor*, vol. 25, n.º 6, 8 de Fevereiro de 1879, 40.

38 O que não invalida a inclusão ocasional de um ou outro documento em chinês nas páginas do boletim oficial anteriormente a essa data. *Vide*, por exemplo, *Boletim do Governo da Provincia de Macao*, *Timor*, *e Solor*, Nova Serie, vol. 5, n.º 4, 7 de Dezembro de 1850, 13.

39 Portaria n.º 25 de 6 de Fevereiro de 1879, 40.

40 Portaria n.º 25 de 6 de Fevereiro de 1879, 40.

41 Portaria n.º 25 de 6 de Fevereiro de 1879, 40.

42 Portaria n.º 25 de 6 de Fevereiro de 1879, 40.

43 *Vide* Tereza Sena, "Contributos para Um Perfil do Intérprete-Tradutor na Macau de Meados do Século XIX aos Inícios do Século XX," em *Para a História da Tradução em Macau*, ed. Changsen Li e Luís Filipe Barreto (Lisboa: Instituto Politécnico de Macau; Centro Científico e Cultural de Macau, 2013), 115–148, cuja edição chinesa foi publicada em 2016.

44 Sobre esta temática ainda pouco explorada, veja-se o trabalho pioneiro de Beatriz Basto da Silva, *Emigração de Cules: Dossier Macau, 1851–1894* (Macau: Fundação Oriente, 1994); a síntese de Carla Araújo, "Emigração," em *DITEMA: Dicionário Temático de Macau*, ed. Rui Martins et al. (Macau: Universidade de Macau, 2011), 2:513–515; o artigo de Maria Teresa Lopes da Silva, "Macau e os Cules na Política dos EUA (1844–1874)," *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.º 29 (Janeiro 2009): sobretudo 22–28 e, naturalmente, também as próprias páginas do *Echo Macaense*, radicando mesmo na denúncia de irregularidades neste domínio o processo que levou ao encerramento do jornal, como adiante se verá.

45 *Vide* sobretudo, de entre os estudos dispersos de Rui Simões, "Uma Educação para a Diáspora: Os Discursos sobre a Instrução em Macau em Finais do Séc. XIX," *Administração* 6, n.º 4 (Dezembro 1993): 821–829 e "Os Discursos sobre a Instrução dos Macaenses: Da Monarquia à República," em *População e Desenvolvimento em Macau*, ed. Rufino Ramos et al. (Macau: Universidade de Macau; Fundação Macau, 1994), 495–511.

46 *Vide*, por exemplo, "O Lyceu e o Futuro dos Macaenses," *Echo Macaense*, 26 de Setembro de 1893, 1–2; "Um Pedido e Uma Esperança," *Echo Macaense*, 24 de Outubro de 1893, 1; "Acerca do Lyceu," *Echo Macaense*, 4 de Abril de 1894, 1; "O Estudo da Lingua Nacional," *Echo Macaense*, 11 de Abril de 1894, 1–2; "Instrucção Secundaria," e "Empregos Publicos em Macau," *Echo Macaense*, 5 de Setembro de 1897, 1–2, entre muitos outros.

47 *Vide* Pires, *Dicionário Cronológico*, sobretudo 282–283 e 359–368.

48 *Vide* Henrique Rola da Silva, "Marcas do Século XIX e Polémicas de Sempre," *Revista Macau*, Junho de 1998, 112–114.

49 Para a relativização destes dados e para uma síntese da história da educação e instrução em Macau, *vide* Mesquita, "Ensino e Cultura," 485–538.

50 "Communicados," *Echo Macaense*, 31 de Outubro de 1897, 4. Ênfase meu.

51 Consulte-se Ferreira, "Cultura e Sociabilidades," 109–121 que, quanto a esta questão, adiciona motivações de natureza pessoal e familiar determinando o comportamento e posicionamento dos editores do *Echo Macaense*.

52 Vasco, chegado a Macau em 10 de Abril de 1894, foi o primeiro professor efectivo de Geografia e História (7.ª cadeira) do Liceu de Macau, tendo tomado posse em 14 de Maio de 1894. Nesse ano de 1898 era também docente de Língua e de Literatura Portuguesa e redactor de *O Independente*. Passará depois a editor do jornal *O Lusitano*, onde colaboraram Wenceslau de Moraes (1854–1929) e Camilo Pessanha (1867–1926), com os quais mantinha estreitas relações de amizade. Deixou a cidade em 1901, fixando-se em Viana do Castelo onde casou com uma sobrinha do General Pimenta de Castro (1846–1918) e se notabilizou na vida cultural e política.

53 "Cavaqueando...," *Echo Macaense*, 10 de Julho de 1898, 1.

54 "O Futuro dos Macaenses," *Echo Macaense*, 19 de Junho de 1898, 1.

55 *Vide infra.*

56 *Vide Echo Macaense* principalmente a partir de Outubro de 1897 e até Janeiro de 1898.

57 Nesta súmula seguimos de perto os factos inventariados por Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau*, 3.ª ed. (Macau: Livros do Oriente, 2015), 2:298 *et seq*. *Vide* também *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, ed. A. H. de Oliveira Marques, vol. 3, *Macau e Timor do Antigo Regime à República*.

58 Um projecto que embora considerado tardio é saudado e aplaudido pelo *Echo*, apelando nas suas páginas a uma 'acção combinada do governo e do povo' para fazer surgir 'uma bibliotheca selecta, que faça honra á colonia', "A Bibliotheca Nacional," *Echo Macaense*, 8 de Agosto de 1894, 1. *Vide* ainda, "Um Alvitre Aproveitavel," *Echo Macaense*, 15 de Agosto de 1894, 1–2.

59 *Vide* Fei, *Macao 400 Years*, 289–298.

60 *Vide Echo Macaense*, entre Maio e Agosto de 1894 sobretudo, noticiando o surto de bubónica em Hong Kong bem como as medidas preventivas de saneamento empreendidas em Macau, que passou mais ou menos incólume. O tema voltará à baila em 1897/1898 perante outra epidemia se bem que as questões do saneamento básico, medidas preventivas, descrição das doenças e tratamento das epidemias, combate aos focos de insalubridade e de infecção marquem presença assídua nas páginas do periódico, como regista com mais detalhe Ferreira, "Cultura e Sociabilidades." *Vide* também Manuel Teixeira, *A Medicina em Macau*, 2.ª ed. (Macau: Governo de Macau; Gabinete do Secretário-Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento, 1998), 1:387–394, 416–418.

61 Em 10 de Abril de 1894. *Vide* Camilo Pessanha, *Correspondência, Dedicatórias e Outros Textos*, ed. Daniel Pires (Lisboa; Campinas: Biblioteca Nacional de Portugal; Editora da Unicamp, 2012), 231.

62 "Suicidio," *Echo Macaense*, 14 de Novembro de 1893, 2.

63 *Vide* Joaquim José Machado, *Missão na China: Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado nas Conferências Luso-Chinesas para a Delimitação de Macau (1909–1910)*, ed. António Vasconcelos de Saldanha e Carmen M. Radulet (Macau: Fundação Macau; Centro de Estudos das Relações Luso-Chinesas, 1999).

64 *Vide*, por exemplo, "Delimitação de Macau," *Echo Macaense*, 19 de Setembro de 1893, 1–2; "O 'Oriente Portuguez' e a Prohibição da Caça em Chin-San," *Echo Macaense*, 31 de Outubro de 1893, 1–2; "A Proposito da Ilha da Lapa," *Echo Macaense*, 19 de Abril de 1896, 1–2; "A Ilha de D. João," *Echo Macaense*, 11 de Abril de 1897, 1–2; "Sociedade de Geographia," *Echo Macaense*, 15 de Maio de 1898, 1; "Extensão das Fronteiras de Hongkong," e "O Desmembramento da China e a Nossa Apathia," *Echo Macaense*, 19 de Junho de 1898, 2–3 e "Morte do Imperador da China," *Echo Macaense*, 9 de Outubro de 1898, 2.

65 Conforme destaca Pires, *Dicionário Cronológico*, 341–352, para quem se remete o leitor.

66 *Vide* sobretudo "Os Novos Monopolios," *Echo Macaense*, 17 de Outubro de 1893, 1–2, pese embora o assunto já venha sendo abordado nos números anteriores e prossiga noutros subsequentes. De facto, o combate aos monopólios marca presença frequente nos editoriais do jornal. Cf. *Echo Macaense*, 14 de Março de 1894, 1–3.

67 *Vide* Luís Andrade de Sá, *A História na Bagagem: Crónicas dos Velhos Hotéis de Macau* (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1989) e *Hotel Bela Vista* (Macau: Sociedade Bela Vista, 1994), entre outros como Manuel Teixeira, *Bela Vista Hotel* (Macau: Centro de Informação e Turismo, 1978).

68 Sub-chefe da Repartição da Fazenda Provincial, deixou a cidade em Julho de 1897, quando foi dada por finda a sua comissão. Olympio Joaquim de Oliveira encontrava-se em Macau desde pelo menos 1894 e integrara o Conselho de Governo que durante cerca de três meses assegurou os destinos do território após a saída do Governador Horta e Costa (1858–1927), cujo primeiro mandato se estendeu de 24 de Março de 1894 a 15 de Fevereiro de 1897.

69 "Banhos do Mar," *Echo Macaense*, 6 de Junho de 1897, 4.

70 "Banhos do Mar," 4.

71 "Banhos do Mar," 4.

72 "O Que Se Diz," *Echo Macaense*, 13 de Junho de 1897, 3.

73 Ferreira, "Cultura e Sociabilidades," 162.

74 "A Pharmacia Popular," *Echo Macaense*, 24 de Janeiro de 1897, 4.

75 "A Pharmacia Popular," *Echo Macaense*, 3 de Janeiro de 1897, 4.

76 "A Pharmacia Popular," *Echo Macaense*, 26 de Abril de 1896, 4.

77 "A Pharmacia Popular," *Echo Macaense*, 26 de Abril de 1896, 4.

78 "A Pharmacia Popular," *Echo Macaense*, 16 de Fevereiro de 1896, 4.

79 *Vide* para uma boa síntese, Zhiliang Wu, *Segredos da Sobrevivência: História Política de Macau* (Macau: Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999), 130–136.

80 *Vide* José Gabriel Mariano, "A Procuratura dos Negócios Sínicos (1583–1894)," *O Direito Online* 法, acedido em 6 de Abril de 2010, http://www.odireito.com.mo/doutrina/99-a-procuratura-dos-negocios-sinicos-1583-1894.html. Veja-se ainda António Manuel Hespanha, *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau* (Macau: Fundação Macau, 1995), 54–68; Guo Ping Jin e Zhiliang Wu, eds., *Correspondência Oficial Trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado: Fundo das Chapas Sínicas em Português (1749–1847)* (Macau: Fundação Macau, 2000), 1:7–16 e Teixeira, *Galeria de Macaenses*, 190–191.

81 Foi no âmbito da Procuratura do Senado que em 1627 se terá institucionalizado o corpo de jurubaças, ou intérpretes, da cidade. *Vide*, entre outros, Maria Manuela Gomes Paiva, "Traduzir em Macau. Ler o Outro — Para Uma História da Mediação Linguística e Cultural" (tese de doutoramento, Universidade Aberta, 2008), 111 *et seq*., 221–239, https://repositorioaberto.univ-ab.pt/...2/.../1/traduzir%20em%20macau.pdf.

82 Que deveriam ser recrutados entre os *probos negociantes e proprietários*, como defendia *O Independente* em 12 de Março de 1869, citado em António José da Silva e Sousa, ed., *A Polémica acerca da Procuratura dos Negócios Sínicos de Macao* (Macau: Typographia Popular, 1870), 68, mas que, na época em análise, o eram quase que exclusivamente de entre os que possuíam alguma formação jurídica.

83 Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 466.

84 Sobre o papel dos portugueses, e nomeadamente dos macaenses, em todo o processo da emigração chinesa via Macau que, embora modesto como afirma a autora, envolvia embarcações, pilotos, intérpretes e até médicos, mas sobretudo fiadores e financiadores, e do que isso representava na economia de Macau, veja-se Silva, *Emigração de Cules*, sobretudo 32–55 e 76, que também não deixa de admitir (91–93) uma certa permissividade por parte dos procuradores.

85 *Vide* as introduções de Jorge dos Santos Alves à reedição da revista e do jornal *Ta-Ssi-Yang-Kuo: Arquivos e Anais do Extremo-Oriente Português*, ed. fac-similada (Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude; Fundação Macau, 1995), 1:I–XVI, 3:5–10; Alfredo Gomes Dias, *Fundo Marques Pereira: Sociedade de Geografia de Lisboa* (Lisboa: Fundação Oriente; Centro de Estudos Orientais, 2003) e a biografia que sobre ele assina em *DITEMA*, 4:1149–1150, de entre os muitos outros textos que lhe dedica; Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 584–595 e Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*, 2.ª ed. (Macau: Albergue SCM; Bambu–Sociedade e Artes, 2017), 3:511–514.

86 Como se lê no edital que manda publicar no dia da sua tomada de posse, em 9 de Junho de 1881, *Boletim da Provincia de Macau e Timor*, vol. 27, n.º 24, 11 de Junho de 1881, 155. Marques d'Oliveira exerceu tais funções com alguns impedimentos e interrupções até 2 de Julho de 1891, dia em que tomou posse do cargo de Juiz da Comarca de Macau, para que fora nomeado por decreto de 30 de Abril desse ano, transitando em 1895 para a de Moçambique, onde faleceu.

87 Ainda que centrada num período anterior, veja-se a contribuição de Tereza Sena, "Macau as a Linguistic Center: The Chinese Interpreters and Literati in the 'Regimento' of 1627," em *Quanqiu shiye xia de Aomen xue: Disanjie Aomen xue guoji xueshu yantaohui lunwenji* 全球視野下的澳門學：第三屆澳門學國際學術研討會論文集, ed. Wang Yumin 王玉敏, Dong Xiaoshu 董曉舒, e Zhang Zhiwei 張志偉 (Pequim: Social Sciences Academic Press (China), 2014), 381–404.

88 "Regimento da *Administração* de Justiça nas Províncias Ultramarinas," Suplemento ao *Boletim Official do Governo da Provincia de Macau e Timor*, vol. 40, n.º 16, 27 de Abril de 1894, 173–187.

89 Advogado provisionário, embora tenha desistido da profissão, foi Procurador interino dos Negócios Sínicos por diversos períodos, nomeadamente em 1878–1879, 1881, 1883, 1884–1886, 1891, 1894 e Procurador Administrativo dos Negócios Sínicos de 28 de Abril de 1894 a 31 de Agosto de 1899. Entre outros cargos, presidiu à comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia de 1881 a 1888, e, ainda, durante o curto período que medeia entre 27 de Outubro de 1883 e Maio de 1884, foi Cônsul interino de 1.ª Classe de Portugal em Xangai, tendo, sobretudo por estes seus serviços, sido agraciado, por decreto de 23 de Janeiro de 1896, com o grau de Oficial da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito. Aquando do seu passamento, Leôncio Ferreira mereceu um voto de pesar e reconhecimento público do Conselho do Governo, tendo o seu nome sido dado a uma rua junto à Avenida do Conselheiro Ferreira de Almeida. Em 20 de Dezembro de 1894 consorciara-se em segundas núpcias com Ana Teresa Vieira Ribeiro de Senna Fernandes (1846–1929), condessa viúva do influente Bernardino de Senna Fernandes (1815–1893), irmão da mãe de Leôncio Ferreira, logo sua tia por afinidade, de quem não teve geração.

Vide infra; Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 446–565 e Forjaz, *Famílias Macaenses*, 2:519–522.

90 Manuel de Castro Sampaio, *Os Chins de Macau* (Hong Kong: Typographia de Noronha e Filhos, 1867), 50.

91 *Vide Echo Macaense*, 2 de Maio de 1894, 3 e "A Suppressão da Procuratura," *Echo Macaense*, 15 de Agosto de 1894, 2, onde se faz um historial da instituição, continuado, com o mesmo título no número subsequente, 22 de Agosto de 1894, 1–2.

92 "A Suppressão da Procuratura," *Echo Macaense*, 22 de Agosto de 1894, 1.

93 "A Suppressão da Procuratura," *Echo Macaense*, 22 de Agosto de 1894, 1.

94 "Ao Sr. Barros Gomes, Ministro da Marinha e Ultramar," *Echo Macaense*, 16 de Maio de 1897, 1–2 e "Ao Sr. Barros Gomes, Ministro da Marinha e Ultramar," *Echo Macaense*, 23 de Maio de 1897, 1.

95 "Procuratura Administrativa," *Echo Macaense*, 20 de Agosto de 1899, 3.

96 "Proposta de Lei. Para Extincção das Attribuições Judiciaes do Procurador Administrativo dos Negocios Sinicos," *Echo Macaense*, 18 de Junho de 1899, 1, entre outros.

97 "O Que Se Diz," *Echo Macaense*, 27 de Agosto de 1899, 3 e, sobretudo, "Exoneração Honrosissima," *Echo Macaense*, 3 de Setembro de 1899, 2.

98 Augusto Teixeira Garcia, "Código dos Usos e Costumes dos Chinas de Macau (1909)," em *DITEMA*, 1:357.

99 Antonio Eduardo Villaça (1852–1914), Ministro da Marinha e Ultramar entre 1898 e 1900.

100 "Proposta de Lei," 1.

101 "Proposta de Lei," 1.

102 *Vide* Hespanha, *Panorama*, 64–68, que transcreve o código em apêndice documental (147–151). A dissertação de mestrado de Maria Carla Faria Araújo, "Direito Português e Populações Indígenas. Macau (1846–1927)" (Universidade de Lisboa, 2000) será certamente um importante contributo, a que infelizmente ainda não tive acesso. *Vide*, ainda, Cristina Nogueira da Silva, "Uma Justiça 'Liberal' para o Ultramar? Direito e Organização Judiciária nas Províncias Ultramarinas Portuguesas do Século XIX," *Revista do Ministério Público*, n.º 103 (2006): 165–200, http://governodosoutros.files.wordpress.com/2010/09/justic3a7a-no-ultramar-revista-do-ministc3a9rio-pc3bablico.pdf.

103 Cf. Shenghua Lou, "Acções de Beneficência e de Interesse Público a Cargo do Sector do Jogo de Macau até à Abolição do Monopólio," *Administração* 27, n.º 2 (Junho 2014): 396–397.

104 Silva, *Cronologia da História de Macau*, 2:301.

105 Silva, *Cronologia da História de Macau*, 2:292.

106 "Hospital China de Macau," 2.

107 "Hospital China de Macau," 2.

108 "Hospital China de Macau," 2. Ênfase meu.

109 Bernardo Pinheiro Correia de Melo, *Jornadas pelo Mundo. I — Em Caminho de Pekin. II — Em Pekin* (Porto: Companhia Portugueza Editora, 1916), 135. A primeira edição desta obra, publicada em 1895, reflecte as impressões de viagem do Conde de Arnoso, bem como a sua experiência e aprendizagem da China. Tivera a oportunidade de a visitar ao integrar, na qualidade de secretário, a missão diplomática (1887–1888) chefiada pelo ex-Governador de Macau Tomás de Sousa Rosa (1844–1918, período de mandato: 1883–1886), que levou à assinatura do já referido Tratado de Amizade e Comércio entre Portugal e a China em 1 de Dezembro de 1887.

110 Cf. "Grande Abuso Chinez," *Echo Macaense*, 9 de Janeiro de 1894, 3.

111 *Boletim Official do Governo da Provincia de Macau e Timor*, vol. 39, n.º 8, 25 de Fevereiro de 1893, 82.

112 Não é muito clara a origem desta tradução, aparentemente elaborada a partir dum documento reproduzido numa brochura comemorativa do 110.º aniversário da Tung Sin Tong citada por Fok, *Da Estada*, 30–31. Sublinhado meu.

113 Cecília Jorge e Rogério Beltrão Coelho, *Roque Choi: Um Homem, Dois Sistemas – Apontamentos para Uma Biografia* (Macau: Livros do Oriente, 2015), 29.

114 Portaria n.º 31 de 21 de Fevereiro de 1893, *Boletim Official do Governo da Provincia de Macau e Timor*, vol. 39, n.º 8, 25 de Fevereiro de 1893, 81.

115 *Boletim Official do Governo da Provincia de Macau e Timor*, vol. 39, n.º 8, 84.

116 *Boletim Official do Governo da Provincia de Macau e Timor*, vol. 39, n.º 8, 84.

117 *Boletim Official do Governo da Provincia de Macau e Timor*, vol. 39, n.º 8, 84.

118 Christina Miu Bing Cheng, "The Son of Macao and the Mandarin's House," *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.º 52 (2016): 82.

119 Cheng, "The Son of Macao," 94.

120 *Vide* San Choi, "Influência de Zheng Guan Ying sobre Sun Yat-sen e Mao Tse Tung," *Revista de Cultura* (Edição Portuguesa), n.º 23 (Abril–Junho 1995): 27–30.

121 Choi, "Influência de Zheng Guan Ying," 28–29. Cf. com Lun Ngai-há Ng, "The Making of a Revolutionary — Hong Kong in the Shaping of Sun Yat-Sen's Early Political Thought," *The Journal of the Institute of Chinese Studies of the Chinese University of Hong Kong* XVI, n.º 25 (1985): 125–126.

122 "Camara de Commercio Chineza," *Echo Macaense*, 25 de Julho de 1894, 1.

123 'Acontece agora que se o sr. governador quizer informar-se do modo de vêr da população chineza sobre qualquer objecto de interesse local, não encontra nenhum corpo collectivo que tenha importancia bastante, para que a sua opinião possa ser considerada como a expressão do povo chinez de Macau.'

"Camara de Commercio Chineza," 1.

124 "Camara de Commercio Chineza," 1.

125 "Camara de Commercio Chineza," 1.

126 Jorge Godinho, *Os Casinos de Macau: História do Maior Mercado de Jogos de Fortuna e Azar do Mundo* (Coimbra: Almedina, 2019), 96–97n214.

127 Jorge e Coelho, *Roque Choi*, 18n9.

128 *Vide* Fok, *Da Estada*, para os detalhes e provas documentais.

129 *Apud* Fok, *Da Estada*, 73. *Vide* 68–69 e 72–75 para mais anúncios do *Echo* sobre a actividade clínica e farmácia de Sun Yat-sen, também publicados, embora em chinês, na edição portuguesa. *Vide*, por exemplo, *Echo Macaense*, 4 de Outubro de 1893, 4.

130 *Vide* o artigo de Ng, "The Making of a Revolutionary," 111–129 para as suas relações com Hong Kong. Os livros de Lyon Sharman, *Sun Yat-Sen; His Life and Its Meaning: A Critical Biography* (Nova Iorque: John Day, 1934) e de Harold Z. Schiffrin, *Sun Yat-Sen and the Origins of the Chinese Revolution* (Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1968) desenvolvem o contributo americano. O papel dos britânicos foi desde logo destacado pelo antigo professor de Sun Yat-sen, James Cantlie (1851–1926), em obra coeditada com Sheridan Jones, *Sun Yat-sen and the Awakening of China* (Londres: Jarrold & Sons, 1912) publicado alguns anos depois do sequestro de Sun em Londres pelos membros da Embaixada da China, ocorrido em 1896. Esse incidente foi descrito pelo próprio Sun, ou provavelmente pelo mesmo James Cantlie, noutra obra, *Kidnapped in London: Being the Story of My Capture by, Detention at, Release from the Chinese Legation, Londo*n (Bristol: J. W. Arrowsmith, 1897). Para uma abordagem mais recente, consulte-se J. Y. Wong, *The Origins of an Heroic Image: Sun Yatsen in London, 1896–1897* (Hong Kong: Oxford University Press, 1986), e sobre sua estada no Japão, *vide* Marius B. Jansen, *The Japanese and Sun Yat-Sen* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1967).

131 *Apud* Fok, *Da Estada*, 79.

132 Fok, *Da Estada*, sobretudo, 79–125, e Fei, *Macao 400 Years*, 321 *et seq*. *Vide* ainda João Guedes, *Laboratório Constitucional* (Macau: Instituto Português do Oriente, 1995), 87–123, retomando um artigo de 1991; a fotobiografia de Zheng, Sheng, e Fok, *Macau: Portal e Palco*, que desenvolve o ensaio, em chinês, publicado por Sheng Yonghua 盛永華, Zhao Wenfang 趙文房, e Zhang Lei 張磊, *Sunzhongshan yu Aomen* 孫中山與澳門 (Pequim: Cultural Relics Press, 1991) e Lia Coelho, "Um Marco Incontornável na História," *Revista Macau*, Setembro de 2011, 59–61.

133 Paul B. Spooner, "Macau: The Port for Two Republics" (tese de doutoramento, Universidade de Hong Kong, 2009), https://hub.hku.hk/bitstream/10722/55607/3/FullText.pdf.

134 *Echo Macaense*, 1 de Agosto de 1893, 3.

135 *Vide* Zheng, Sheng, e Fok, *Macau: Portal e Palco*, 169–177, 333 e Fok, *Da Estada*, 42–43, 45–46, 53–54, 58–62, 97–99, 104–106, 129.

136 *Vide* "Hospital China de Macau," 2. *Vide supra*.

137 'Vem depois algumas observações da redacção, approvando as ideias do Dr. Sün.' "A Secção Chineza," *Echo Macaense*, 1 de Agosto de 1893, 2.

138 Segundo Fok, *Da Estada*, 97–100 e *Francisco Hermenegildo Fernandes*, 44–47, entre outros.

139 Sobre a discussão em torno desta questão, veja-se a informação sumariada por Spooner, "Macau: The Port," 140, 331–332.

140 *Apud* Fok, *Da Estada*, 106.

141 *Apud* Fok, *Da Estada*, 107.

142 *Apud* Fok, *Da Estada*, 107.

143 "Expediente," *Echo Macaense*, 21 de Fevereiro de 1894, 1.

144 E não por ocasião da passagem do 1.º aniversário do *Echo Macaense* em 18 de Julho de 1894, como indica Ferreira, "Cultura e Sociabilidades," 36, 171 e Anexo 5, 181, o que nos induziu em erro, tal como provavelmente também a Pires, *Dicionário Cronológico*, 347. Agradeço a correcção ao revisor deste texto.

145 *Apud* Fok, *Da Estada*, 108. Como não tenho acesso à reprodução integral deste número do jornal, fico na dúvida se se trata do *Echo Macaense* ou do *Ching Hai Tsung Pao* e, realmente, de um excerto do editorial.

146 *Vide*, por exemplo, "Precaução," *Echo Macaense*, 17 de Julho de 1898, 2 e, para uma síntese, Weidong Guo, "Who or What's behind It: The Internal and External Factors Leading to the Fall of the Qing Empire," *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.º 37 (Janeiro 2011): 92–111.

147 Para além da contextualizante e já citada dissertação de Spooner, "Macau: The Port" e do ensaio pioneiro de Carlos Gomes Bessa, *Macau e a Implantação da República na China: Uma Carta de Sun Yat-Sen para o Governador José Carlos da Maia* (Macau: Fundação Macau, 1999), vejam-se os dois números evocativos da *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.ºs 36 e 37 (Outubro 2010 e Janeiro 2011) e o trabalho posterior, de natureza antológica, de Alfredo Gomes Dias, *Macau entre Repúblicas*, com a colaboração de Vincent Ho e Joana Barroso Hortas (Macau: Livros do Oriente, 2022).

148 *Vide* Forjaz, *Famílias Macaenses*, 5:93–107.

149 Admito que a consulta do *Ching Hai Tsung Pao* ou alguma informação contida no número inaugural, que não pude consultar integralmente, confirme a indicação de Ferreira, "Cultura e Sociabilidades," 35, 177, e de Pires, *Dicionário Cronológico*, 347 de que o *Echo Macaense* era impresso na Tipografia Mercantil. *Vide infra*.

150 "Aos Nossos Leitores," *Echo Macaense*, 26 de Abril de 1896, 1 e "Nova Phase," *Echo Macaense*, 11 de Abril de 1897, 1.

151 Não consegui confirmar a existência e termos desta lei.

152 "Aos Nossos Leitores," 1. Sublinhado meu.
153 "Aos Nossos Leitores," 1.
154 *Vide* Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 265–364, 654–655 e Forjaz, *Famílias Macaenses*, 3:667–685 para enquadramento familiar e uma biografia estruturada, se bem que mais sucinta. *Vide*, ainda, António Aresta, "O Neoconfucionismo na Educação Portuguesa: Pedro Nolasco da Silva na História da Educação em Macau," *Administração* 34, n.º 4 (Dezembro 1996): 873–896.
155 "Nova Phase," 1.
156 "Nova Phase," 1. Sublinhado meu.
157 *Vide* Forjaz, *Famílias Macaenses*, 5:320–323 mas, sobretudo, a sua cuidada biografia elaborada por Jorge e Coelho, *Roque Choi*, 19–22.
158 *Vide* Pires, *Dicionário Cronológico*, 281 e Manuel Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente*, fac-símile da 1.ª edição com prefácio de Afonso Camões (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1999), 41.
159 *Vide* Forjaz, *Famílias Macaenses*, 5:319–320.
160 *Vide Echo Macaense*, a partir de 11 de Setembro e até 6 de Novembro de 1895, sobretudo este último número, que antecede a sua suspensão, e o de 23 de Outubro anterior.
161 *Vide* Ferreira, "Cultura e Sociabilidades," 32–36, Anexo 6, 182 e Pires, Dicionário Cronológico, 347, 350–351, onde refere a existência de um documento no Arquivo Histórico Ultramarino (ACL-SEMU-DGU-1R-002, cx. 0009) sobre a suspensão dos periódicos, que não me foi possível consultar. *Vide* ainda *Echo Macaense*, 2 de Fevereiro de 1896.
162 *Vide* Pires, *Dicionário Cronológico*, 335–337; Teixeira, *A Imprensa Periódica*, 50–51 e Mesquita, "Ensino e Cultura," 573–575.
163 "Immoralidade Desavergonhada," *Echo Macaense*, 6 de Novembro de 1895, 3.
164 "Immoralidade Desavergonhada," 4.
165 "Enfermo," *Echo Macaense*, 8 de Março de 1896, 3. Ênfase meu.
166 Cumprirá um segundo mandato entre 1900 e 1902. *Vide* Jorge Santos Alves e António Vasconcelos de Saldanha, eds., *Governadores de Macau* (Macau: Livros do Oriente, 2013), 283–285, 295.
167 É ainda muito rudimentar a história da maçonaria e dos maçons em Macau, para o que também escasseiam as fontes. *Vide* Arnaldo Gonçalves, "A Primeira República, Macau e os Maçons," *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.º 36 (Outubro 2010): 55–64, e bibliografia aí citada, e também João Guedes, "Subsídio para História da Maçonaria em Macau," *Escada de Jacob*, 24 de Maio de 2010, http://aescadadejacob.blogspot.com/2010/05/subsidio-para-historia-da-maconaria-em.html. Cf. Spooner, "Macau: The Port," 149 *et seq*. e, sobretudo, 331–335.
168 Chegou a ser venerável mestre das duas lojas Camões que se ergueram em Macau e laboraram, a primeira entre 11 de Junho de 1909 e 1914, sendo oficialmente extinta em 2 de Março de 1915, e a segunda de 8 de Abril de 1915 a 1930, segundo Gonçalves, "A Primeira República," 56–58.
169 "Carta Aberta," *Echo Macaense*, 6 de Novembro de 1895, 5.
170 Ferreira, "Cultura e Sociabilidades," 44. Vide também 31–33, 58–60, sobretudo.
171 *Echo Macaense*, 18 de Setembro de 1895, 1. Cf. com "Melhoramentos Sanitários Urgentes," *Echo Macaense*, 14 de Maio de 1899, 2, para uma posição diferente.
172 "Expediente," *Echo Macaense*, 6 de Fevereiro de 1898, 3.
173 *Echo Macaense*, 13 de Fevereiro de 1898, 1.
174 Que, em 2 de Maio de 1897, era dirigida por Francisco Victal, sobre quem nada de certo consegui apurar, podendo eventualmente tratar-se de Francisco Tertuliano dos Santos Vital (1850–1932), que foi prefeito da Escola Municipal segundo Forjaz, *Famílias Macaenses*, 5:753. *Vide* "Expediente," *Echo Macaense*, 2 de Maio de 1897, 2.
175 Em 10 de Setembro de 1899, Pedro Nolasco da Silva era presumivelmente o proprietário de uma casa na Calçada do Monte n.º 8 já que a dava de aluguer — "Para Alugar," *Echo Macaense*, 10 de Setembro de 1899, 4 — o que me leva a considerar a hipótese de ser também o dono deste prédio contíguo, onde se passou então a alojar o *Echo*, o que naturalmente carece de averiguação. Um outro anúncio, por ele anteriormente publicado no *Echo Macaense*, 6 de Novembro de 1895, 6, oferecia 'uma casa muito commoda na calçada do Monte' para o mesmo fim, sem contudo especificar o respectivo número de polícia.
176 Embora sem participar activamente na sua redacção, ao que aparenta (cf. Teixeira, *A Imprensa Periódica*, 41), José da Silva continuava a ser o 'editor responsável' de *O Independente*, já que por ele respondia em tribunal. *Vide*, por exemplo, *Echo Macaense*, 6 de Fevereiro de 1898, 2–3.
177 *Vide infra*.
178 Depois de já ter integrado, como secretário, uma das comissões administrativas da Santa Casa da Misericórdia de Macau entre 3 de Agosto de 1877 e 28 de Agosto de 1880, após a restauração da Misericórdia em 3 de Fevereiro de 1892, Pedro Nolasco da Silva tornar-se-á a breve trecho, e quase ininterruptamente na década vai de 1897 a 1907, no seu provedor, eleito ou nomeado, como aconteceu em 15 de Janeiro de 1906, quando a escolha passou a ser da competência do governador de Macau. Na falta de uma lista completa dos provedores, e não sendo esse o objectivo deste trabalho, dados dispersos coligidos aqui e ali mostram-nos Pedro Nolasco da Silva eleito provedor em Junho de 1897, reeleito em 1899 e exercendo o cargo até pelo menos 9 de Julho de 1902, de novo reeleito antes de 4 de Abril de 1905, passando em Janeiro

de 1906 a exercê-lo por nomeação. *Vide* sobretudo Teixeira, *Galeria de Macaenses*, *passim*, nomeadamente 297, 305–306, 309–312, 318 *et seq*., 326–328, 467, 654.

179 *Vide* "Para Hongkong," *Echo Macaense*, 17 de Abril de 1898, 3 e "Partida", *Echo Macaense*, 18 de Junho de 1899, 2.

180 "Nova Phase," 1.

181 *Vide* "Assumpto do Dia," *Echo Macaense*, 20 de Agosto de 1899, 1; "Mais Um Processo contra Nos. Previa Justificação perante o Tribunal da Opinião Publica," *Echo Macaense*, 3 de Setembro 1899, 1; "O Que Se Diz," *Echo Macaense*, 3 de Setembro de 1899, 3; "A Questão de Passaportes," e "O Nosso Processo," *Echo Macaense*, 10 de Setembro de 1899, 1–2, e *Echo Macaense*, 17 de Setembro de 1899, 1–2, com títulos idênticos aos do número anterior. Para mais detalhes consultem-se sobretudo Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 419–426 e Ferreira, "Cultura e Sociabilidades," 37–39, que acrescenta alguns pormenores de natureza pessoal e familiar para a extinção do periódico.

182 Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 419, 423–426.

183 Teixeira, *A Imprensa Periódica*, 274–276.

184 *Vide* Mesquita, "Ensino e Cultura," 580–581 e, entre outros artigos que, naquela revista, assina sobre a imprensa de Macau nos finais do século XIX, Henrique Rola da Silva, "Viva 'O Porvir'!," *Revista Macau*, Outubro de 1999, 76–81.

185 "Mensagem Apresentada ao Distincto Jornalista Macaense Sr. Commendador Antonio Joaquim Basto em 17 de Fevereiro de 1900," *apud* Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 424–425.

186 Com um 'communicado', ou seja, uma carta ao director, respondendo às acusações de *O Independente* sobre a cobrança de uma dívida de honorários devidos ao Dr. Sun Yat-sen, "Communicados," *Echo Macaense*, 21 de Fevereiro de 1894, 4; "Os Pontos nos ii", *Echo Macaense*, 6 de Novembro de 1895, 2–3, que assina na dupla qualidade de Presidente do Leal Senado e da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia em resposta a *A Voz do Crente*; A. Basto, "Uma Defesa," *Echo Macaense*, 20 de Dezembro de 1896, 3, em resposta a um artigo publicado por Horácio Poiares no *Jornal de Cantanhede* em que se sentia visado, e A. B., "Governador de Macau—'Familia Portugueza'—O Regimen Colonial," *Echo Macaense*, 18 de Abril de 1897, 2–3.

187 *Vide* Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 398–445; Forjaz, *Famílias Macaenses*, 1:607–616 e Silva, *Cronologia da História de Macau*, 3:34–35, 66–67, 150.

188 Posteriormente, entre 1901 e 1907, alternarão na presidência da câmara municipal, após o que Pedro Nolasco passará testemunho a dois dos seus filhos. Cf. Avelino Rosa, *Os Municípios em Macau* (Macau: Livros do Oriente, 1999), 207–208.

189 E não 25 de Maio de 1898 como indica Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 428.

190 A. Basto, "Declaração," *Echo Macaense*, 29 de Maio de 1898, 1. Ênfase meu.

191 *Vide* tradução de Luiz Gonzaga Nolasco da Silva, "As Bravatas d'America," *Echo Macaense*, 12 de Junho de 1898, 2; L. G., "Uma Injusta Apreciação," *Echo Macaense*, 19 de Junho de 1898, 1–2 e tradução de Luiz Gonzaga Nolasco da Silva, "Os Resultados do Descobrimento de Vasco da Gama," *Echo Macaense*, 19 de Junho de 1898, 2–3.

192 *Vide* Forjaz, *Famílias Macaenses*, 3:693, 724–733, 735.

193 "Partidas," *Echo Macaense*, 17 de Julho de 1898, 4.

194 "Partidas," 4.

195 "Partidas," 4.

196 "Partidas," 4.

197 *Vide* Teixeira, *A Imprensa Periódica*, 74–77, 107–108 e, sobretudo, Mesquita, "Ensino e Cultura," 583–585.

198 Algumas das vezes interinamente, substituindo os titulares, eleitos ou nomeados, nos seus impedimentos. *Vide* Rosa, *Os Municípios*, 207–208.

199 A. B., "Discordancia d'Opiniões," *Echo Macaense*, 26 de Setembro de 1897, 2.

200 B., "Discordancia d'Opiniões," 2.

201 "Conservador do Registo Predial," *Echo Macaense*, 26 de Fevereiro de 1899, 3, assunto a que dá continuidade em "Factos e Considerações Diversas," *Echo Macaense*, 23 de Abril de 1899, 1–2.

202 "Conservador do Registo Predial," *Echo Macaense*, 5 de Março de 1899, 3. *Vide*, ainda e entre outros, "O Sr. Professor Camillo Pessanha," *Echo Macaense*, 5 de Março de 1899, 3.

203 "Desperdicio de Dinheiro Publico," *Echo Macaense*, 21 de Maio de 1899, 2.

204 Aprovada em sessão de 15 de Outubro de 1912, transcrita por Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 315–316.

205 Rosa, *Os Municípios*, 207.

206 *Apud* Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 360.

207 Mesquita, "Ensino e Cultura," 584–585. Para uma descrição dos acontecimentos, *vide* Guedes, *Laboratório Constitucional*, 81–86.

208 Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 445.

209 O Ministro da Marinha e Colónias do Governo Provisório era o capitão-de-mar-e-guerra Amaro Justiniano de Azevedo Gomes (1852–1928, período de mandato: 1910–1911), que realmente *não desconhecia o meio*, já que dirigira a Escola de Pilotagem e em Macau se casara, em 18 de Fevereiro de 1883, com Lília Carlota Gonzaga de Melo (1862–1887), filha do riquíssimo António Alexandrino de Melo (1837–1885), 2.º Barão do Cercal (1863). *Vide* Forjaz, *Famílias Macaenses*, 3:550.

210 *Apud* Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 440–441.

211 O que é coerente com o teor do editorial "Criticando," *Echo Macaense*, 2 de Outubro de 1898, 1, embora tenha

participado na cerimónia de aclamação de Sua Majestade El-Rei D. Carlos I na casa da Câmara em 28 de Dezembro de 1889, como se infere da leitura do respectivo auto Macau, datado de 7 de Janeiro de 1890, transcrito por António Aresta, *Macau Histórico e Cultural* (Macau: Livros do Oriente, 2016), 347–348.

212 *Apud* Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 441. Ênfase meu.

213 *Vide*, de qualquer forma, o que sobre a atribuição de distinções honoríficas, faz publicar no "Factos e Considerações Diversas," *Echo Macaense*, 6 de Agosto de 1899, 2.

214 Forjaz, *Famílias Macaenses*, 1:610nn8–9.

215 *Boletim da Provincia de Macau e Timor*, vol. 29, n.º 4, 27 de Janeiro de 1883, 1. *Vide* também a Portaria n.º 33 de 24 de Abril de 1882, *Boletim da Provincia de Macau e Timor*, vol. 28, n.º 17, 29 de Abril de 1882, 1 e Portaria n.º 67 de 8 de Agosto de 1882, Suplemento ao *Boletim da Provincia de Macau e Timor*, vol. 28, n.º 31, 9 de Agosto de 1882, 1.

216 *Vide* Forjaz, *Famílias Macaenses*, 1:610 e a sua supracitada biografia elaborada por Teixeira, *Galeria de Macaenses*, sobretudo 406–412.

217 António Basto, *A Justificação d'Uma Desobediência: Ou a Causa d'Uma Demissão Immerecida* (Macau: s.n., 1881), *apud* Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 430. *Vide* também 428–429.

218 Basto, *A Justificação*.

219 António Basto, *Resposta à Carta do Sr. J. A. Côrte Real* (Macau: s.n., 1881).

220 José Alberto Homem da Cunha Corte-Real, *Carta Dirigida a Antonio Joaquim Bastos Junior* (Macau: Typographia Mercantil, 1881).

221 *Apud* Teixeira, *A Medicina em Macau*, 2:285 citando *O Clarim* de 21 de Julho de 1958, mas que será provavelmente de 1968. A minha reserva justifica-se por haver na transcrição desta citação uma referência do autor a um seu anterior trabalho publicado em 1965. Sem poder consultar de momento a colecção de *O Clarim* é-me impossível esclarecer a data da publicação daquele artigo (ou talvez entrevista, pelo estilo), o que, de qualquer forma, é irrelevante para a questão em apreciação. Cf., na mesma obra, 290, a menção a outro artigo de Abílio Basto acerca da Casa Memorial de Sun Yat-sen em Macau, datado de 28 de Julho de 1968, ou seja precisamente uma semana depois do acima referido, o que me leva a optar pelo ano de 1968. Ênfase meu.

222 *Vide* nomeadamente, "Anarchismo?," *Echo Macaense*, 27 de Junho de 1894, 3.

223 Hipótese já sugerida por Henrique Rola da Silva, "Marcas do Século XIX," 112–114 e "Um Jornal Quase Desconhecido," *Revista Macau*, Setembro de 1998, 76, questionando também o papel desenvolvido por Francisco Hermenegildo Fernandes.

224 "Baptizado," *Echo Macaense*, 2 de Abril de 1899, 3. Ênfase meu.

225 *Vide* Forjaz, *Famílias Macaenses*, 1:609, 617–624.

226 "Aviso," *Boletim da Provincia de Macau e Timor*, vol. 16, n.º 1, 3 de Janeiro de 1870, 4.

227 *Boletim Official do Governo da Provincia de Macau e Timor*, vol. 39, n.º 29, 22 de Julho de 1893, 354.

228 Operando então na Rua do Padre António, mas no n.º 4, *Boletim da Provincia de Macau e Timor*, vol. 30, n.º 1, 5 de Janeiro de 1884, 10.

229 *Boletim Official do Governo da Provincia de Macau*, vol. 45, n.º 38, 23 de Setembro de 1899, 326.

230 Segundo refere Abílio Basto, cremos que em 1968, citado por Teixeira, *A Medicina em Macau*, 2:284. *Vide supra*.

231 Cf. Fok, *Francisco Hermenegildo Fernandes*, 48–55.

232 Spooner, "Macau: The Port," 360, uma ideia que vai repetindo ao longo do seu trabalho, nomeadamente, 140 e 333. Ênfase meu.

233 Cátia Miriam Costa e Agnes Lam, "*Echo Macaense*: When the Press Brought Together Macao's Portuguese and Chinese Communities," *Macao Magazine*, Novembro de 2016, 54–56, um pequeno artigo no qual se identifica, cremos que pela primeira vez, um retrato de Francisco Hermenegildo Fernandes, em lugar de destaque apenas separado de Sun Yat-sen pela segunda filha daquele, numa fotografia tirada em 1912 pertencente à Biblioteca Pública de Macau, de que consultámos a versão online (https://macaomagazine.net/*Echo*-macaense/), acedida em Dezembro de 2023. Por seu turno, Fok, *Francisco Hermenegildo Fernandes*, 11 insere, sem qualquer legenda, uma imagem de Sun Yat-sen acompanhado de um indivíduo, que admito ser Francisco Hermenegildo Fernandes. Se a memória não me atraiçoa, creio tratar-se de uma representação imaginada, da autoria de Soi Cheong Lei, *Viajar à Procura do Sonho: Encantos Históricos de Macau* (Macau: Fundação Macau; Instituto Politécnico de Macau, 1997), mas de momento não me é possível confirmá-lo.

234 "Aos Nossos Leitores," 1. Sublinhado meu.

235 Com sede na Avenida da Praia Grande, Tai Cheang Tou (大井頭), n.º 4, publicou-se a partir de 22 de Fevereiro de 1897 e fora viabilizado por uma angariação de fundos, em boa parte vinda dos portugueses de Macau, segundo Wu, *Segredos da Sobrevivência*, 282–283, o que não deixa de ser um dado significativo, mas infelizmente demasiado vago. *Vide* também, para o impacto do periódico e balanço bibliográfico, Huihui Yan, "Three Dimensions of Research on 'The Reformer China' of Macao in the Late Qing Dynasty," *Advances in Social Science*, Education and Humanities Research 342 (Agosto 2019): 68–72, https://doi.org/10.2991/ielss-19.2019.14.

236 Desconheço se manteve ou não essa posição até ao fim do periódico em 1901.

237 Fei, *Macao 400 Years*, 317.

238 *Vide* Charlotte Furth, "Intellectual Change: From the Reform

Movement to the May Fourth Movement, 1895–1920," em *Republican China 1912–1949*, ed. John K. Fairbank, vol. 12, parte 1 (Cambridge: Cambridge University Press, 1983), 322 *et seq*., especialmente 327 e 453.

239 Transcrito a partir da fotografia da 1.ª página do *Echo Macaense* de 18 de Julho de 1893 reproduzida em Zheng, Sheng, e Fok, *Macau: Portal e Palco*, 171. Ênfase meu.

240 *Vide* Célia Reis, "O Jogo em Macau: A Arrematação de Duas Lotarias no Início do Século XX," *Ler História*, n.º 77 (2020): 83–105, https://doi.org/10.4000/lerhistoria.7407.

241 Que, nos finais de Março de 1899 encabeça uma petição 'por si e em nome de todos os outros negociantes chinas' firmada por sete assinaturas dos principais negociantes de Macau e 784 selos das lojas da cidade, apresentada pessoalmente numa sessão extraordinária do Leal Senado dando conta de que o 'animo geral da communidade chineza estava tão abalado com as novas medidas tributarias impostas pelo governo provincial', nomeadamente o imposto de selo, de que pediam a suspensão. *Vide*, para mais detalhes, "Leal Senado," *Echo Macaense*, 9 de Abril de 1899, 3, que não deixa de ser uma fonte elucidativa sobre os mecanismos de petição e formas de persuasão de que alguns habitantes chineses de Macau dispunham.

242 Entre muitos outros nomes, é objecto de uma série de estudos em língua chinesa a que só parcialmente tenho acesso, como, por exemplo, Hou Jie 侯杰 e Zhang Yufeng 張宇楓, "An Analysis of He Tingguang, a Magnificent Businessman in Macao in the Late Qing Dynasty, and the Newspaper *Zhixinbao* 晚清澳門豪商何廷光與《知新報》探析," *Boletim de Estudos de Macau* 98, n.º 1 (2021): 62–71 e Tang Kaijian 湯開建, "Wanqing Aomen huaren jushuang Helianwang jiazu shi ji kao shu 晚清澳門華人巨商何連旺家族事蹟考述 (A Study of the Deeds of the Macao Chinese Tycoon He Lianwang Family in the Late Qing Dynasty)," *Modern Chinese History Studies* 近代史研究, n.º 1 (2013): 71–93, 161.

243 *Vide* Forjaz, *Famílias Macaenses*, 5:96.

244 Para algo sobre a importância e afirmação da família 'Vieira Ribeiro' na sociedade de Macau consulte-se Tereza Sena, "The Social and Political Rise of a Macau 'Natural' during the Period of Liberalism: António dos Remédios (ca. 1770−1841) — I," em *A Abelha da China nos Seus 200 Anos: Casos, Personagens e Confrontos na Experiência Liberal de Macau*, ed. Hugo Pinto e Duarte Drumond Braga (Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau; Universidade de Macau, 2022), 93–111.

245 No que diz respeito ao *Echo Macaense*, quando o jornal iniciou publicação já o Conde tinha falecido, em 2 de Maio desse ano de 1893. *Vide* Forjaz, *Famílias Macaenses*, 5:97–109.

246 Godinho, *Os Casinos de Macau*, 60–61. *Vide* também 79–82.

247 Godinho, *Os Casinos de Macau*, 62.

248 O 2.º do título, *vide* Forjaz, *Famílias Macaenses*, 5:109–112.

249 *Vide* Godinho, *Os Casinos de Macau*, 82; João de Pina-Cabral e Mónica Chan, "O Parasita do Mandarim: A Lotaria dos Exames Imperiais (*Vaeseng*) em Cantão e Macau," *Oceanos*, n.º 32 (Outubro–Dezembro 1997): 158–161, artigo que também analisa, periodiza e descreve a organização dessa curiosa lotaria e, ainda, Reis, "O Jogo em Macau."

250 *Vide* a carta do Conde inclusa na secção 'Commentarios' sob o título "A Questão Cassam Moosa," *Echo Macaense*, 26 de Março de 1899, 3–4 e "Processo Vae-Seng," *Echo Macaense*, 26 de Março de 1899, 4, entre outros.

251 "A Sentença do Processo de Vae-Seng," *Echo Macaense*, 9 de Abril de 1899, 2–3.

252 *Vide* Pina-Cabral e Chan, "O Parasita do Mandarim," 160 e, para a biografia, Forjaz, *Famílias Macaenses*, 3:692–695.

253 "As Lamurias do 'Lusitano'. A Respeito da Eleição da Meza da Santa Casa," *Echo Macaense*, 24 de Junho de 1899, 2. Ênfase meu. *Vide* também, o artigo de P. N. S., provavelmente Pedro Nolasco da Silva, "Ao Sr. B. do 'Lusitano'," *Echo Macaense*, 16 de Julho de 1899, 2–3.

254 "As Lamurias do 'Lusitano'," 2.

255 "As Lamurias do 'Lusitano'," 2.

256 "A Proposito da Ilha da Lapa," 2. Para a ancestralidade macaense e biografia de Marques Pereira, *vide* Teixeira, *Galeria de Macaenses* , 584–595, 608–610; Forjaz, *Famílias Macaenses*, 3:512–514 e Alfredo Gomes Dias, "Pereira, João Feliciano Marques (1863-1909)," em *DITEMA*, 4:1151. *Vide infra*.

257 Machado, *Missão na China*, 158.

258 *Apud* Machado, *Missão na China*, 150.

259 *Apud* Machado, *Missão na China*, 181. Ênfase meu.

260 *Apud* Machado, *Missão na China*, 204.

261 *Apud* Machado, *Missão na China*, 294.

262 António Basto, *O Futuro de Macau ou as Vantagens que Hão de Resultar da Admissão d'Uma Delegação da Alfandega Chineza em Macau* (Macau: Typographia Mercantil, 1873). Cf. "A Dissecação do 'Lusitano'," *Echo Macaense*, 2 de Abril de 1899, 1–2.

263 A. Marques Pereira, *As Alfandegas Chinesas de Macau: Analyse do Parecer da Junta Consultiva do Ultramar sobre Este Objecto* (Macau: Typographia de J. da Silva, 1870).

264 Em 23 de Maio de 1909 tornar-se-iam compadres quando os seus filhos Henrique Nolasco da Silva (1884–1969) e Amália Maria da Silva Basto (1891–1910) se uniram pelo matrimónio.

265 Introdução à reedição da *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, 1:VIII. *Vide* também IX–XI.

266 Nomeadamente, e no que diz respeito ao caminho de ferro e às negociações do conselheiro José de Azevedo Castelo Branco (1852–1923), *vide* "O Tratado e o Novo Acôrdo

com a China," *A Lucta*, 3 de Abril de 1909 e "A Questão do Extremo-Oriente e a Missão Portugueza á China (Echos da Imprensa e do Parlamento)," em *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, 2:39–58. Para a caracterização e estudo da sua intervenção política e cultural é indispensável a leitura dos trabalhos de Alfredo Gomes Dias e de Jorge Santos Alves, já citados a propósito do seu pai. *Vide supra*.

267 *Vide* Teixeira, *Galeria de Macaenses*, 347–355, 653–654; Machado, *Missão na China*, e Spooner, "Macau: The Port," 57–59.

268 *Vide*, por exemplo, "Promoções na Alfandega Chineza," e "Chegada," *Echo Macaense*, 19 de Junho de 1898, 4.

269 Posição insistente e coerentemente defendida por António Joaquim Basto, como já vimos. *Vide*, a título de exemplo, "A Questão dos Frades," e "Partida," *Echo Macaense*, 28 de Maio de 1899, 1–2 e 3, na sequência de "Os Frades," *Echo Macaense*, 7 de Maio de 1899, 1–2 e, por último, "A Questão das Ordens Religiosas. Ultima Resposta ao 'Porvir'," *Echo Macaense*, 24 de Junho de 1899, 2–3.

270 *Vide*, por exemplo, "Uma Execução em Hongkong," *Echo Macaense*, 17 de Julho de 1898, 2.

271 "Um Pedido," *Echo Macaense*, 20 de Março de 1898, 2–3.

272 "14 de Julho de 1789," *Echo Macaense*, 16 de Julho de 1899, 2.

273 "O Que Se Diz," *Echo Macaense*, 17 de Setembro de 1899, 3.

274 "Philippinas," *Echo Macaense*, 20 de Dezembro de 1896, 4; "O Doutor José Rizal," *Echo Macaense*, 14 de Março de 1897, 4 e "A Viuva do Dr. Rizal," *Echo Macaense*, 13 de Junho de 1897, 3–4, entre outros.

275 "Manila," *Echo Macaense*, 28 de Maio de 1899, 3, ideia já expressa no mês precedente em notícia com o mesmo título, *Echo Macaense*, 30 de Abril de 1899, 2. É de assinalar ainda o destaque dado pelo *Echo* à situação nas Filipinas, como, por exemplo, em Fevereiro de 1899, nos números 30 a 32.

276 "As Colonias de Portugal," *Echo Macaense*, 19 de Setembro de 1893, 2.

277 *Vide*, por exemplo, "Factos e Considerações Diversas," *Echo Macaense*, 23 de Abril de 1899, 2 e "Tres Medidas Urgentes," *Echo Macaense*, 5 de Março de 1899, 3.

278 "No Extremo Oriente," *Echo Macaense*, 27 de Fevereiro de 1898, 2.

279 Ainda nesse ano de 1898 e até aos inícios do ano seguinte voltaria à reitoria do Liceu, tal como entre 1900 e 1903, segundo Aresta, *Macau Histórico e Cultural*, 25. *Vide* também 23–26. Colocado em 1881 como facultativo de 2.ª classe do quadro dos Serviços de Saúde de Macau e Timor, e repartindo-se por ambos os lugares, desde os inícios de Janeiro de 1882, o Dr. José Gomes da Silva foi nomeado interinamente chefe dos Serviços de Saúde de Macau e Timor em 1 de Janeiro de 1885, passando a definitivo em 4 de Março seguinte. Exerceu o cargo (com algumas interrupções em que serviu em Timor ou se ausentou de Macau) até à morte, ocorrida em 1 de Novembro de 1905, com a patente de coronel. Para bastantes mais detalhes e descrição da sua actividade, veja-se Teixeira, *A Medicina em Macau*, 2:176–204 e Forjaz, *Famílias Macaenses*, 5:63–64.

280 A quem, na realidade, o médico, eivado da sua mentalidade positivista descrevia no 'Relatorio do Serviço de Saude da Provincia de Macau e Timor Relativo ao Anno de 1886', 'do ponto de vista etnologico' de forma um tanto depreciativa e contrastante com os seus compatriotas da diáspora, se bem que as razões fossem 'determinadas' pelo meio e por outras circunstâncias, pelas quais não deixava de apontar o dedo à política e falta de visão da metrópole, acabando, ao fim e ao cabo, por concordar com a argumentação dos homens de Macau. *Apud* Teixeira, *A Medicina em Macau*, 2:180–182.

281 "O Sr. Dr. Gomes da Silva," *Echo Macaense*, 17 de Outubro de 1897, 1.

282 "A Questão da Caça," *Echo Macaense*, 4 de Outubro de 1893, 1.

283 O que nos remete, entre outros, para o estudo de João de Pina-Cabral e Nelson Lourenço, *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense* (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1993), e suas propostas conceptuais e metodológicas.

284 "Subsidio," *Echo Macaense*, 20 de Agosto de 1899, 4.

285 "Ao Correspondente G. S. do 'Correio da Manhã'," *Echo Macaense*, 27 de Dezembro de 1896, 1.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Jorge Santos. Introdução à *Ta-Ssi-Yang-Kuo: Arquivos e Anais do Extremo-Oriente Português*, de J. F. Marques Pereira, vol. 1, I–XVI. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude; Fundação Macau, 1995.

_____. Introdução à *Ta-Ssi-Yang-Kuo: Arquivos e Anais do Extremo-Oriente Português*, de J. F. Marques Pereira, vol. 3, 5–10. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude; Fundação Macau, 1995.

Alves, Jorge Santos, e António Vasconcelos de Saldanha, eds. *Governadores de Macau*. Macau: Livros do Oriente, 2013.

Araújo, Carla. "Emigração." Em *D. João - Itier*, ed. Rui Martins, Maria Antónia Espadinha, Leonor Diaz de Seabra, e António Rodrigues Baptista, 513–515. Vol. 2 de

DITEMA: Dicionário Temático de Macau. Macau: Universidade de Macau, 2011.

Araújo, Maria Carla Faria. "Direito Português e Populações Indígenas. Macau (1846–1927)." Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2000.

Aresta, António. *Macau Histórico e Cultural*. Macau: Livros do Oriente, 2016.

_____. "O Neoconfucionismo na Educação Portuguesa: Pedro Nolasco da Silva na História da Educação em Macau." *Administração* 34, n.º 4 (Dezembro 1996): 873–896.

Basto, António. *O Futuro de Macau ou as Vantagens que Hão de Resultar da Admissão d'Uma Delegação da Alfandega Chineza em Macau*. Macau: Typographia Mercantil, 1873.

_____. *A Justificação d'Uma Desobediência: Ou a Causa d'Uma Demissão Immerecida*. Macau: s.n., 1881.

_____. *Resposta à Carta do Sr. J. A. Côrte Real*. Macau: s.n., 1881.

Bessa, Carlos Gomes. *Macau e a Implantação da República na China: Uma Carta de Sun Yat-Sen para o Governador José Carlos da Maia*. Macau: Fundação Macau, 1999.

Cantlie, James, e Sheridan Jones, eds. *Sun Yat-sen and the Awakening of China*. Londres: Jarrold & Sons, 1912.

Catálogo UP (número de sistema: 000836485; acedido em Novembro de 2023). https://catalogo.up.pt:443/F/?func=direct&doc_number=000836485&local_base=FLUP.

Cheng, Christina Miu Bing. "The Son of Macao and the Mandarin's House." *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.º 52 (2016): 88–111.

Choi, San. "Influência de Zheng Guan Ying sobre Sun Yat-sen e Mao Tse Tung." *Revista de Cultura* (Edição Portuguesa), n.º 23 (Abril–Junho 1995): 26–30.

Coelho, Lia. "Um Marco Incontornável na História." *Revista Macau*, Setembro de 2011.

Corte-Real, José Alberto Homem da Cunha. *Carta Dirigida a Antonio Joaquim Bastos Junior*. Macau: Typographia Mercantil, 1881.

Costa, Cátia Miriam, e Agnes Lam. "*Echo Macaense*: When the Press Brought Together Macao's Portuguese and Chinese Communities." *Macao Magazine*, Novembro de 2016. https://macaomagazine.net/echo-macaense/.

Dias, Alfredo Gomes. *Diáspora Macaense: Macau, Hong Kong, Xangai (1850–1952)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau; Fundação Macau, 2014.

_____. *Fundo Marques Pereira: Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Fundação Oriente; Centro de Estudos Orientais, 2003.

_____. *Macau entre Repúblicas*. Com a colaboração de Vincent Ho e Joana Barroso Hortas. Macau: Livros do Oriente, 2022.

_____. "Pereira, António Feliciano Marques." Em *Paço - Zodíaco*, ed. Rui Martins, Maria Antónia Espadinha, Leonor Diaz de Seabra, e António Rodrigues Baptista, 1149–1150. Vol. 4 de *DITEMA: Dicionário Temático de Macau*. Macau: Universidade de Macau, 2011.

_____. "Pereira, João Feliciano Marques (1863–1909)." Em *Paço - Zodíaco*, ed. Rui Martins, Maria Antónia Espadinha, Leonor Diaz de Seabra, e António Rodrigues Baptista, 1151. Vol. 4 de *DITEMA: Dicionário Temático de Macau*. Macau: Universidade de Macau, 2011.

Fei, Chengkang, *Macao 400 Years*. Traduzido por Yintong Wang. Xangai: The Publishing House of Shanghai Academy of Social Sciences, 1996.

Ferreira, Márcia Rosa dos Reis. "Cultura e Sociabilidades em Macau nos Finais de Oitocentos: O *Eco Macaense* (1893–1899)." Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2006. https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/25639/2/tesemestculturaesociabilidades000103700.pdf.

Fok, Kai Cheong. *Da Estada em Macau do Dr. Sun Yat-sen: Interpretação do Seu Pensamento Revolucionário*. Traduzido por Alberto Botelho dos Santos. Macau: Instituto Internacional de Macau, 2016.

_____. *Francisco Hermenegildo Fernandes: O Camarada de Sun Yat-sen*. Traduzido e coordenado por Rufino Ramos. Macau: Instituto Internacional de Macau, 2013.

Forjaz, Jorge. *Famílias Macaenses*. 2.ª ed. 6 vols. Macau: Albergue SCM; Bambu–Sociedade e Artes, 2017.

Furth, Charlotte. "Intellectual Change: From the Reform Movement to the May Fourth Movement, 1895–1920." Em *Republican China* 1912–1949, editado por John K. Fairbank, 322–405. Vol. 12, parte 1 de *The Cambridge History of China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

Garcia, Augusto Teixeira. "Código dos Usos e Costumes dos Chinas de Macau (1909)." Em *Ábaco - Cushing*, ed. Rui Martins, Maria Antónia Espadinha, Leonor Diaz de Seabra, e António Rodrigues Baptista, 357. Vol. 1 de *DITEMA: Dicionário Temático de Macau*. Macau: Universidade de Macau, 2010.

Godinho, Jorge. *Os Casinos de Macau: História do Maior Mercado de Jogos de Fortuna e Azar do Mundo*. Coimbra: Almedina, 2019.

Gonçalves, Arnaldo. "A Primeira República, Macau e os Maçons." *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.º 36 (Outubro 2010): 55–64.

Guedes, João. *Laboratório Constitucional*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1995.

_____. "Subsídio para História da Maçonaria em Macau." *Escada de Jacob*, 24 de Maio de 2010. http://aescadadejacob.blogspot.com/2010/05/subsidio-para-historia-da-maconaria-em.html.

Guo, Weidong. "Who or What's behind It: The Internal and External Factors Leading to the Fall of the Qing Empire." *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.º 37 (Janeiro 2011): 92–111.

Hespanha, António Manuel. *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau*. Macau: Fundação Macau, 1995.

Hou, Jie 侯杰, e Yufeng Zhang 張宇楓. "An Analysis of He Tingguang, a Magnificent Businessman in Macao in the Late Qing Dynasty, and the Newspaper *Zhixinbao* 晚清澳門豪商何廷光與《知新報》探析." *Boletim de Estudos de Macau* 98, n.º 1 (2021): 62–71.

Jansen, Marius B. *The Japanese and Sun Yat-Sen*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1967.

Jin, Guo Ping, e Zhiliang Wu, eds. *1749–1793*. Vol. 1 de *Correspondência Oficial Trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado: Fundo das Chapas Sínicas em Português (1749–1847)*. Macau: Fundação Macau, 2000.

Jorge, Cecília, e Rogério Beltrão Coelho. *Roque Choi: Um Homem, Dois Sistemas – Apontamentos para Uma Biografia*. Macau: Livros do Oriente, 2015.

Lei, Soi Cheong. *Viajar à Procura do Sonho: Encantos Históricos de Macau*. Macau: Fundação Macau; Instituto Politécnico de Macau, 1997.

Lou, Shenghua. "Acções de Beneficência e de Interesse Público a Cargo do Sector do Jogo de Macau até à Abolição do Monopólio." *Administração* 27, n.º 2 (Junho 2014): 385–408.

Machado, Joaquim José. *Missão na China: Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado nas Conferências Luso-Chinesas para a Delimitação de Macau (1909–1910)*. Editado por António Vasconcelos de Saldanha e Carmen M. Radulet. Macau: Fundação Macau; Centro de Estudos das Relações Luso-Chinesas, 1999.

Mariano, José Gabriel. "A Procuratura dos Negócios Sínicos (1583–1894)." *O Direito Online* 法, acedido em 6 de Abril de 2010. http://www.odireito.com.mo/doutrina/99-a-procuratura-dos-negocios-sinicos-1583-1894.html.

Marques, A. H. de Oliveira, ed. *Macau e Timor do Antigo Regime à República*. Vol. 3 de *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.

Martins, Rui, Maria Antónia Espadinha, Leonor Diaz de Seabra, e António Rodrigues Baptista, eds. *DITEMA: Dicionário Temático de Macau*. 4 vols. Macau: Universidade de Macau, 2010–2011.

Melo, Bernardo Pinheiro Correia de. *Jornadas pelo Mundo. I — Em Caminho de Pekin. II — Em Pekin*. Porto: Companhia Portugueza Editora, 1916.

Mesquita, Pedro. "Ensino e Cultura." Em *Macau e Timor do Antigo Regime à República*, ed. A. H. de Oliveira Marques, 483–692. Vol. 3 de *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.

Ng, Lun Ngai-há. "The Making of a Revolutionary — Hong Kong in the Shaping of Sun Yat-Sen's Early Political Thought." *The Journal of the Institute of Chinese Studies of the Chinese University of Hong Kong* XVI, n.º 25 (1985): 111–132.

"O Tratado e o Novo Acôrdo com a China." *A Lucta*, 3 de Abril de 1909.

Paiva, Maria Manuela Gomes. "Traduzir em Macau. Ler o Outro — Para Uma História da Mediação Linguística e Cultural." Tese de doutoramento, Universidade Aberta, 2008. https://repositorioaberto.univ-ab.pt/...2/.../1/traduzir%20em%20macau.pdf.

Pereira, A. Marques. *As Alfandegas Chinesas de Macau: Analyse do Parecer da Junta Consultiva do Ultramar sobre Este Objecto*. Macau: Typographia de J. da Silva, 1870.

Pereira, J. F. Marques. *Ta-Ssi-Yang-Kuo: Arquivos e Anais do Extremo-Oriente Português*. Ed. fac-similada. 4 vols. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude; Fundação Macau, 1995.

Pessanha, Camilo. *Correspondência, Dedicatórias e Outros Textos*. Editado por Daniel Pires. Lisboa; Campinas: Biblioteca Nacional de Portugal; Editora da Unicamp, 2012.

Pina-Cabral, João de, e Mónica Chan. "O Parasita do Mandarim: A Lotaria dos Exames Imperiais (*Vaeseng*) em Cantão e Macau." *Oceanos*, n.º 32 (Outubro–Dezembro 1997): 151–162.

Pina-Cabral, João de, e Nelson Lourenço. *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1993.

Pires, Daniel. *Dicionário Cronológico da Imprensa Periódica de Macau do Século XIX (1822–1900)*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 2015.

Reis, Célia. "O Jogo em Macau: A Arrematação de Duas Lotarias no Início do Século XX." *Ler História*, n.º 77 (2020): 83–105. https://doi.org/10.4000/lerhistoria.7407.

Rosa, Avelino. *Os Municípios em Macau*. Macau: Livros do Oriente, 1999.

Sá, Luís Andrade de. *A História na Bagagem: Crónicas dos Velhos Hotéis de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1989.

_____. *Hotel Bela Vista*. Macau: Sociedade Bela Vista, 1994.

Saldanha, António Vasconcelos de. *O Tratado Impossível: Um Exercício de Diplomacia Luso-Chinesa Num Contexto Internacional em Mudança, 1842–1887*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

Sampaio, Manuel de Castro. *Os Chins de Macau*. Hong Kong: Typographia de Noronha e Filhos, 1867.

Schiffrin, Harold Z. *Sun Yat-Sen and the Origins of the Chinese Revolution*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1968.

Sena, Tereza. "Contributos para Um Perfil do Intérprete-Tradutor na Macau de Meados do Século XIX aos Inícios do Século XX." Em *Para a História da Tradução em Macau*, editado por Changsen Li e Luís Filipe Barreto, 115–148. Lisboa: Instituto Politécnico de Macau; Centro Científico e Cultural de Macau, 2013.

_____. "Macau as a Linguistic Center: The Chinese Interpreters and Literati in the 'Regimento' of 1627." Em *Quanqiu shiye xia de Aomen xue: Disanjie Aomen xue guoji xueshu yantaohui lunwenji* 全球視野下的澳門學：第三屆澳門學國際學術研討會論文集, editado por Wang Yumin 王玉敏, Dong Xiaoshu 董曉舒, e Zhang Zhiwei 張志偉, 381–404. Pequim: Social Sciences Academic Press (China), 2014.

_____. "The Social and Political Rise of a Macau 'Natural' during the Period of Liberalism: António dos Remédios (ca. 1770−1841) — I." Em *A Abelha da China nos Seus 200 Anos: Casos, Personagens e Confrontos na Experiência Liberal de Macau*, editado por Hugo Pinto e Duarte Drumond Braga, 93–111. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau; Universidade de Macau, 2022.

Sharman, Lyon. *Sun Yat-Sen; His Life and Its Meaning: A Critical Biography*. Nova Iorque: John Day, 1934.

Sheng, Yonghua 盛永華, Wenfang Zhao 趙文房, e Lei Zhang 張磊. *Sunzhongshan yu Aomen* 孫中山與澳門. Pequim: Cultural Relics Press, 1991.

Silva, Beatriz Basto da. *Cronologia da História de Macau*. 3.ª ed. 4 vols. Macau: Livros do Oriente, 2015.

_____. *Emigração de Cules: Dossier Macau, 1851–1894*. Macau: Fundação Oriente, 1994.

Silva, Cristina Nogueira da. "Uma Justiça 'Liberal' para o Ultramar? Direito e Organização Judiciária nas Províncias Ultramarinas Portuguesas do Século XIX." *Revista do Ministério Público*, n.º 103 (2006): 165–200. http://governodosoutros.files.wordpress.com/2010/09/justic3a7a-no-ultramar-revista-do-ministc3a9rio-pc3ablico.pdf.

Silva, Henrique Rola da. "Marcas do Século XIX e Polémicas de Sempre." *Revista Macau*, Junho de 1998.

_____. "Um Jornal Quase Desconhecido." *Revista Macau*, Setembro de 1998.

_____. "Viva 'O Porvir'!" *Revista Macau*, Outubro de 1999.

Silva, Maria Teresa Lopes da. "Macau e os Cules na Política dos EUA (1844–1874)." *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.º 29 (Janeiro 2009): 17–30.

Simões, Rui. "Os Discursos sobre a Instrução dos Macaenses: Da Monarquia à República." Em *População e Desenvolvimento em Macau*, editado por Rufino Ramos, D. Y. Yuan, John E. M. Barnes, e Hon Keong Wong, 495–511. Macau: Universidade de Macau; Fundação Macau, 1994.

_____. "Uma Educação para a Diáspora: Os Discursos sobre a Instrução em Macau em Finais do Séc. XIX." *Administração* 6, n.º 4 (Dezembro 1993): 821–829.

Sousa, António José da Silva e, ed. *A Polémica acerca da Procuratura dos Negócios Sínicos de Macao*. Macau: Typographia Popular, 1870.

Spooner, Paul B. "Macau: The Port for Two Republics." Tese de doutoramento, Universidade de Hong Kong, 2009. https://hub.hku.hk/bitstream/10722/55607/3/FullText.pdf.

Sun, Yat Sen. *Kidnapped in London: Being the Story of My Capture by, Detention at, Release from the Chinese Legation, London*. Bristol: J. W. Arrowsmith, 1897.

Tang, Kaijian 湯開建. "Wanqing Aomen huaren jushuang Helianwang jiazu shi ji kao shu 晚清澳門華人巨商何連旺家族事蹟考述 (A Study of the Deeds of the Macao Chinese Tycoon He Lianwang Family in the Late Qing Dynasty)." *Modern Chinese History Studies* 近代史研究, n.º 1 (2013): 71–93, 161.

Teixeira, Manuel. *Bela Vista Hotel*. Macau: Centro de Informação e Turismo, 1978.

_____. *Galeria de Macaenses Ilustres do Século XIX*. Macau: Imprensa Nacional, 1942.

_____. *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente*. Facsímile da 1.ª edição com prefácio de Afonso Camões. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1999.

_____. *A Medicina em Macau*. 2.ª ed. 2 vols. Macau: Governo de Macau; Gabinete do Secretário-Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento, 1998.

Wong, J. Y. *The Origins of an Heroic Image: Sun Yatsen in London, 1896–1897*. Hong Kong: Oxford University Press, 1986.

Wu, Zhiliang. *Segredos da Sobrevivência: História Política de Macau*. Macau: Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999.

Yan, Huihui. "Three Dimensions of Research on 'The Reformer China' of Macao in the Late Qing Dynasty." *Advances in Social Science, Education and Humanities Research* 342 (Agosto 2019): 68–72. https://doi.org/10.2991/ielss-19.2019.14.

Zheng, Lei, Yunhua Sheng, e Kai Cheong Fok, *Macau: Portal e Palco por Onde Sun Yat-sen Ganhou Acesso ao Mundo*. Macau: Universidade de Macau; Livros do Oriente, 1996.

Relevância Histórica do Semanário Oitocentista — *Echo Macaense*

Lurdes Escaleira*, Jorge Bruxo**

RESUMO: O semanário *Echo Macaense* foi publicado em Macau, na parte final da era de oitocentos, com conteúdos políticos, noticiosos e literários de importância muito relevante para o estudo das histórias de Macau, China e Portugal do século XIX, especialmente da última década. O fundador, proprietário e director deste primeiro jornal bilingue, português e chinês, foi o macaense Francisco Hermenegildo Fernandes, o qual assumiu de forma explícita o seu objectivo de chegar a uma audiência mais ampla e daí o investir numa publicação bilingue para chegar aos leitores portugueses e chineses. O proprietário do *Echo Macaense* era amigo e apoiante de Sun Yat-sen, o fundador da República da China, que se serviu deste jornal para divulgar as suas ideias revolucionárias. O presente artigo visa dar a conhecer alguns dos aspectos principais da história deste meio de comunicação social, relevando alguns dos seus conteúdos, nomeadamente os atinentes às suas relações com os outros jornais portugueses de Macau publicados no mesmo período histórico e com os poderes instituídos, bem como o respectivo enquadramento social, cultural e ideológico, precedido de um pequeno apontamento biográfico sobre o fundador, as ideologias que nessa época se procuravam afirmar e o momento histórico que então se vivia na China, em Portugal e em Macau. O estudo permite-nos concluir que o *Echo Macaense* se constitui como um objecto de estudo essencial para compreender a história de Macau daquela época, bem como o contexto sociopolítico da China e de Portugal, no que concerne à sua influência na vida da sociedade de Macau.

PALAVRAS-CHAVE: *Echo Macaense*; Liberalismo; Bilinguismo; Macau; China; Timor.

(…) quão útil é este jornal aos estudiosos da história de Macau.
Padre Manuel Teixeira[1]

* Lurdes Escaleira é doutorada em Didáctica de Línguas pela Universidade do Porto. Actualmente, é professora na Universidade Politécnica de Macau.

Lurdes Escaleira holds a Ph.D. in Didactics of Languages from the University of Porto. She is currently a professor in the Macao Polytechnic University.

** Jorge Bruxo é mestre em Língua e Cultura Portuguesa pela Universidade de Macau. Actualmente, é professor aposentado da Universidade Politécnica de Macau.

Jorge Bruxo received his M.A. in Portuguese Language and Culture from the University of Macau. Currently he is a retired professor in the Macao Polytechnic University.

INTRODUÇÃO

A imprensa periódica em Macau, como no restante ultramar português, apenas surgiu com a implantação em Portugal do liberalismo e aprovação, pelas Cortes Constituintes, da lei relativa à liberdade de imprensa, posteriormente integrada na Constituição portuguesa de 1822, deixando ainda estabelecida a censura religiosa nas mãos das autoridades eclesiais católicas em matérias relativas à moral e ao dogma. Foi neste novo enquadramento político-jurídico, mantido pela Carta Constitucional de 1826, que surgiu em Macau, no dia 12 de Setembro de 1822, o primeiro jornal aí editado com o curioso título *A Abelha da China*, assumindo-se esta publicação como arauto do liberalismo e crítico do absolutismo.

O *Echo Macaense*, a seguir apenas designado por *Echo*, surgiu em 1893 (o primeiro número é de 18 de Julho de 1893) e tem uma publicação quase regular até 1899 (nº. 235 — o último número publicado em 17 de Setembro de 1899), tendo ao longo da sua existência três subtítulos: (1) Semanário Luso-Chinês (25 de Julho de 1893); (2) Jornal Político, Literário e Noticioso (18 de Julho de 1894); e (3) Semanário Político, Noticioso e Literário (26 de Abril de 1896). Durante este lapso de tempo, a publicação apenas foi interrompida entre 6 de Novembro de 1895 e 2 de Fevereiro de 1896.

O *Echo* distinguiu-se dos anteriores jornais por se apresentar numa edição bilingue, o que, só por si, constituía uma importante inovação na sociedade macaense. Depois, como bem se vê pelos subtítulos, é acentuada a sua vertente política. E, como adiante melhor veremos reflecte-se também nos conteúdos deste semanário o que de mais importante se passava nas várias comunidades em Macau, em Portugal, na China e em algumas colónias portuguesas, especialmente Timor. E temos notícia de que o jornal era regularmente lido em muito distantes localidades onde viviam os macaenses, tais como Hong Kong, Guangzhou, Shiqi, Fuzhou, Xiamen, Timor, Singapura, São Francisco, Lisboa e Coimbra.

O *Echo* afirmou-se como um espaço público de debate e polémica com outros jornais, os seus contemporâneos e conterrâneos, tendo tentado fazer convergir, no mesmo periódico, os interesses das várias comunidades de Macau, lutar por aquilo que entendia ser a verdade e promover a linha ideológica do liberalismo e até de um certo republicanismo, quando tanto a China como Portugal eram monarquias, ainda que absoluta no primeiro caso e demo-liberal no segundo.

O *Echo* tem ainda hoje um papel muito relevante como fonte histórica indispensável ao estudo não só da história de Macau, mas também da China, de Portugal e até de Timor, especialmente no que toca ao século XIX. A este propósito não podemos esquecer que o Governo de Macau dependia de Lisboa, que o Dr. Sun Yat-sen teve muita proximidade a este hebdomadário e ao seu fundador e que Timor teve sempre um estreito relacionamento com Macau, tanto no domínio mercantil como governativo. Tudo isto será adiante esmiuçado, dentro dos estreitos limites do presente artigo.

Pelo que se constata é óbvia a relevância do jornal O *Echo Macaense* para o trabalho dos historiadores, pelo que o presente artigo se limita a sublinhar alguns dos aspectos mais relevantes, procurando incentivar os estudiosos a aproveitarem os muitos e preciosos dados que podem ser obtidos a partir da exploração dos escritos nos vários números deste jornal publicados durante cerca de seis anos e que constituem um excelente repositório documental.

O FUNDADOR DO JORNAL

Francisco Hermenegildo Fernandes (FHF), que fundou e dirigiu o *Echo Macaense*, nasceu em Macau no dia 13 de Fevereiro de 1863, filho de Nicolau Tolentino Fernandes e de Dona Maria

Isabel, uma senhora chinesa, que professava a fé cristã. A família de Nicolau já vivia em Macau há várias gerações, residindo na Rua da Praia do Manduco, Freguesia de São Lourenço.

Quase nada se sabe sobre a juventude de FHF, mas é natural que tenha estudado em Macau e talvez também em Hong Kong e que tenha coadjuvado o pai na Tipografia Mercantil, propriedade deste, e muito reputada oficina gráfica pela elevada qualidade dos seus trabalhos, reconhecidos ao tempo com excelente categoria gráfica em exposição realizada nos Estados Unidos da América. Nessa oficina gráfica, fundada em 1855, se imprimiram vários jornais e inclusive o próprio *Boletim Oficial* de Macau.

FHF era um verdadeiro poliglota, dominando a língua portuguesa, inglesa e chinesa (mandarim e cantonense) e ainda alguns dialectos chineses. Certamente por isso nos surge em Hong Kong, nos anos de 1886 e 1887, primeiro como oficial de diligências e depois como intérprete do Supremo Tribunal, tendo o serviço aí prestado sido objecto de público louvor dado pelos seus superiores. É nessa qualidade de funcionário judicial que conhece Sun Yat-sen,[2] o qual estudava medicina em Hong Kong e se começava a envolver em actividades subversivas que o conduziram à barra dos tribunais. FHF também colaborou como jornalista no hebdomadário *Extremo Oriente*, um jornal de língua portuguesa que então se publicava aos sábados em Hong Kong, o que acontecia devido ao grande número de macaenses que para aí tinham imigrado e que rondaria por pouco menos de metade dos macaenses então residentes na sua cidade natal.

FHF mantém-se fiel amigo de Sun Yat-sen, contribuindo para o forte apoio que este líder recebeu nos tempos em que viveu e exerceu medicina em Macau, sendo este apoio dado principalmente pela família de Lou Lim Ioc, por Yang Heling, por FHF e pelo influente advogado António Joaquim Bastos, que também era jornalista, figura importante do Partido Regenerador,[3] Cônsul da França e presidente da Santa Casa da Misericórdia de Macau. E é também nesta qualidade que dá importante suporte[4] ao que viria a ser o primeiro Presidente da República da China para propagandear as ideias que poucos anos depois eclodiram na Revolução Xinhai.

Em 1887, voltou a Macau, tendo integrado a equipa redactorial de *O Independente*, jornal político, noticioso e comercial, propriedade de Constâncio José da Silva e, posteriormente, do jornal *A Liberdade*.

Em 1893 fundou o jornal *Echo Macaense*, de que foi proprietário e responsável, excepto no período de 26 de Abril de 1896 a 11 de Abril de 1897, em que foi afastado dessas funções por força do artigo 2.º da Lei de Imprensa para o Ultramar, aprovada pelo Decreto de 27 de Dezembro de 1895. Mas recuperou a anterior posição e nela se manteve até 17 de Setembro de 1899, quando foi editado o último número do jornal e logo depois encerrado na sequência de um veredicto judicial em que ele foi condenado por calúnia.[5] Sobre esta questão, o Padre Manuel Teixeira escreveu o seguinte, e depois disso, o *Echo* nunca mais voltou a reabrir:

> *No Echo Macaense apareceu um artigo estigmatizando factos desairosos que ocorreram na secretaria do governo no tempo do Governador Galhardo; este não era alvejado. Mas o Delegado do Procurador da Coroa quis ver nesse artigo uma frase injuriosa ao Governador e processou-o; o juiz Magalhães aplicou ao redactor e editor penas excessivas. Estes recorreram para Goa e foram absolvidos; mas temendo novos processos, suspenderam o Macaense, ficando assim Macau sem jornais portugueses.*[6]

Apesar do ocorrido, FHF prosseguiu as suas actividades jornalísticas, tendo em 1913 fundado

Fig. 1: Francisco Hermenegildo Fernandes e Sun Yat-sen numa fotografia de grupo. À direita na primeira linha, sentado, Francisco H. Fernandes e ao centro da foto, Sun Yat-sen. Fonte: Arquivo de Macau, MO/AM/FOTO/1/295.

um novo jornal, escrito apenas em chinês — 澳門通報 *Aomen Tongbao* (diário chinês de Macau).

Em 1909, já com 56 anos, após concurso público em que ficou em primeiro lugar, ingressou na Repartição dos Assuntos Sínicos, com a categoria de língua, ou seja tradutor-intérprete. FHF desempenhou ainda os cargos de Vereador do Leal Senado e de Juiz de Paz. Faleceu em Macau a 5 de Março de 1923 tendo sido sepultado no Cemitério de São Miguel.

HONG KONG, CHINA, PORTUGAL E MACAU

Para entendermos a importância de um qualquer meio de comunicação social devemos enquadrá-lo no meio social em que se insere e saber das suas fontes e dos principais destinatários das suas mensagens, isto é, o seu público alvo. E não podemos neste caso ignorar que em Macau se repercutiam os efeitos das principais ocorrências de natureza económica, política e social então verificadas quer na vizinha China, quer no distante Portugal e em Hong Kong. Vamos ater-nos apenas aos factos mais relevantes da segunda metade do século XIX, e em especial à última década.

Nos primórdios da sua instalação em Hong Kong em 1842, os ingleses beneficiaram muito com a imigração de macaenses, porque estavam já adaptados ao meio físico e social e habilitados a serem ponte entre os britânicos que apenas falavam inglês e os nativos que apenas se exprimiam em cantonense e noutros dialectos chineses. E dada a proximidade geográfica tudo o que se passava em Hong Kong tinha naturalmente repercussões em Macau e também a influência inversa era verdadeira.

A China vivia então em grande instabilidade política, social e económica. A Dinastia Qing era fortemente contestada pelos seus súbditos e as potências ocidentais, acompanhadas pelo Japão, procuravam retalhar o País do Meio (China) para melhor o explorarem economicamente em seu benefício. Como principais factos históricos geradores da situação referida sublinhamos os seguintes: Guerra Sino-Japonesa em 1895, Peste Bubónica, que a partir do Sul da China alastrou a Hong Kong e a Macau, no período de 1895 a 1898, e a Guerra dos Boxers de 1898 a 1901.

Em Portugal vivia-se no período do liberalismo monárquico, com amplo debate sobre a manutenção ou alienação de algumas colónias, especialmente daquelas que eram consideradas ser apenas fontes de despesa, chegando a França a propôr a troca de Macau por território africano no Congo. Em oposição renascia um certo sentido de afirmação nacional, ultramarina e patriótica, como reacção ao humilhante Ultimato Britânico de 1890, que levou de vencida, a favor de Inglaterra, a questão do Mapa-Cor-de-Rosa relativa ao domínio de territórios entre as costas ocidental e oriental do meridião do continente africano.

A liberdade da imprensa ficou consagrada na Constituição de 1822 e foi mantida na Carta Constitucional que lhe seguiu em 1826 e se manteve como lei fundamental do reino de Portugal, sobretudo entre 1842 e 1910. Fruto deste novo quadro constitucional e dos progressos da impressão tipográfica, nasceu em Macau uma onda

Fig. 2: *As Cortes Constituintes de 1821*, Veloso Salgado, 1920. Fonte: Assembleia da República Portuguesa.

de periódicos, cujo primeiro título foi *A Abelha da China*, em 12 de Setembro de 1822. No entanto anote-se que em Portugal esta liberdade de imprensa foi por vezes condicionada, como por exemplo no caso da denominada 'Lei da Rolha' de Costa Cabral. E como escreveu o Padre Manuel Teixeira: '[só] em 1886 é que foi promulgada a mais liberal de todas as leis portuguesas relativas à imprensa'.[7]

Em Macau verificam-se os reflexos das lutas pelo poder em Portugal, com dois partidos políticos a alternarem-se no governo português e um novo partido republicano em emergência, o que se reflectiu muito em Macau profundas e graves clivagens, não apenas políticas, mas também religiosas e sociais. E por outro lado a criação da Província de Macau, Solor e Timor (1844–1896) com o Governador provincial sediado em Macau foi uma solução que não se revelou positiva, qualquer que seja a perspectiva por que seja encarada. Mas foi um período de desenvolvimento escolar, nomeadamente com a criação de um liceu e de uma biblioteca nacional. As relações com a China ficaram encrespadas sobretudo no tempo do governo de Ferreira do Amaral (1845–1849) em que se reforçou a soberania portuguesa sobre o território de Macau, terminando aí o período de 'dupla jurisdição'. Aliás, Macau vivia também a questão da emigração dos cules e uma forte crise económica determinante de movimentos migratórios de macaenses que beneficiou sobretudo Hong Kong, cujo desenvolvimento e enriquecimento teve reflexo directo na estagnação e empobrecimento de Macau.

Sob outra perspectiva, a influência missionária portuguesa, a partir de Macau, foi muito reduzida, tanto por causas internas como externas, nomeadamente por imposições do Vaticano, como as resultantes da Concordata de 1857 e da Bula *Universis Orbis* de 1874.

Durante o lapso de tempo em que foi publicado o *Echo Macaense* foram governadores de Macau Custódio Miguel de Borja (1890–1894), José Maria de Sousa Horta e Costa (1894–1897) e Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo (1897–1900).

ESTATUTO EDITORIAL

O título escolhido já comportava, em si mesmo, uma mensagem. A palavra portuguesa 'eco' tem origem remota na aglutinação das palavras gregas *oikos* (comunidade, família) e *sofia* (sabedoria, conhecimento) e por sua vez o seu significado actual é a repetição de um som. O título escolhido significava por isso a repetição de notícias em dois sentidos: 'de' e 'para' as comunidades macaenses. E por isso, não foi por mero acaso que esta palavra foi incluída no título de vários jornais publicados por macaenses, em diferentes locais. É o caso por exemplo de Hong Kong onde foram publicados os jornais, em português, *Echo do Povo*, no período de 1858–1869, *Echo da China*, nos anos de 1884–1885 e a revista *Ecos da Missão de Shiu-Hing*, desde 1925 a 1938. Esta revista ainda prosseguiu com edições primeiro em Xangai e depois em Macau. E, em Macau, publicaram-se o *Echo do Povo*, entre 1919 e 1924, e nos anos de 1931 e 1932 foram editados 54 números com o título *Echo Macaense*.

O *Echo Macaense* foi publicado em Macau de 18 Julho de 1893 a 17 de Setembro de 1899, com um hiato no período de 6 de Novembro de 1895 a 2 de Fevereiro de 1896. Foram publicados

235 números, 121 no primeiro período e 114 no segundo, impressos a quatro colunas.

Logo na primeira página do primeiro número, publicado em 18 de Julho de 1893, sob o título 'O *Echo Macaense*',[8] o semanário criado por FHF inicia a sua apresentação e definição do seu estatuto editorial, ou seja, da sua orientação e objectivos, nomeadamente nos extractos que a seguir transcrevemos. Neste primeiro exemplar também saúda os demais jornais então publicados em Macau:

> ***Numa pequena nesga de terra como é este recanto do mundo chamado Macau a imprensa periódica conta hoje nada menos que três órgãos qual deles o mais distinto na profundeza das concepções e na beleza da sua manifestação, qual deles mais característico na sua orientação e peculiar na sua tendência.***[9]

As orientações e objectivos do jornal estão a seguir assinalados, sendo o primeiro o bilinguismo português-chinês, como claramente se identifica na redacção do seguinte parágrafo: 'A esfera especial que escolhemos principalmente para a nossa acção jornalística está bem claramente indicada pela designação de semanário luso-chinês que vai no alto desta página. Até agora os jornais de Macau têm sido publicados só em português, restringindo a sua influência à população portuguesa […]'[10]

Mas ilusoriamente este objectivo parece a uma rápida análise ter durado pouco tempo. Pelo contrário, se no princípio era publicada uma página em chinês, nos finais de 1983 a página deu lugar a um suplemento e este, por sua vez, originou um novo jornal, exclusivamente publicado em chinês com o título *Ching-Hai Ts'ung-Pao*. Neste pontificou como principal redactor o Dr. Sun Yat--sen, o fundador da República da China, que ao tempo vivia exilado em Macau. É claro que o Dr. Sun se serviu deste jornal como órgão de propaganda das suas ideias revolucionárias com vista à modernização política e social da China, então governada pela Dinastia Qing. Anote-se que alguns desses artigos foram traduzidos para português e publicados de forma reduzida nas páginas do *Echo Macaense*, fazendo assim ecoar na comunidade portuguesa de Macau as vozes discordantes do poder reinante na sociedade chinesa que progressiva e larvarmente se desenvolviam tanto internamente como também no exterior entre as comunidades chinesas ultramarinas. Se considerarmos que o *Ching-Hai Ts'ung-Pao* não era mais do que uma extensão autónoma do *Echo Macaense* então podemos concluir que o objectivo do bilinguismo não foi totalmente descartado.

O segundo objectivo era a aproximação das duas principais comunidades de Macau, a chinesa e a portuguesa, com vista a promover o bem-estar de todos. A propósito disto, ainda sob o mesmo título, entre outras coisas escreveu-se o seguinte:

> ***A população portuguesa actualmente é pequena em número e fraca em recursos; conta apenas com um elemento de força — o governo — elemento de grande alcance é verdade, como auxiliar e directriz, porém de poucos efeitos como factor principal.***
>
> ***Mas a população chinesa é grande em número, abunda em recursos, é fértil em empreendimentos, inexcedível em actividade, e saturada do amor do ganho; qualidades que constituem motores poderosíssimos para a prosperidade de um país […] Daqui a necessidade que há de se estabelecer um meio de comunicação, um traço de união que ligue as duas comunidades tão diversas nos seus característicos, mas que convém se aproximem intelectualmente e se identifiquem nos seus interesses e num fim único — a prosperidade de Macau.***[11]

Continua, em síntese, afirmando que nem todos os chineses, mesmo os empreendedores, se relacionam com o governo de Macau, mas apenas os exploradores dos monopólios governamentais. E acrescenta:

> *Para que os chinas entregues ao comércio em geral, à indústria e à navegação possam estar em contacto com o governo e com a população portuguesa, é indispensável o auxílio de um órgão de imprensa, o qual é indispensável que dê a conhecer aos portugueses a opinião do público chinês e as suas necessidades, faça também conhecer aos chinas os intuitos do nosso governo e da gente portuguesa que não desejem outra coisa que não seja o bem estar geral de todos os habitantes de Macau, chinas e não chinas.*[12]

E, mais adiante acentua tratar-se de:

> *uma necessidade impreterível para o bem de ambas as comunidades que constituem a população de Macau, propusemo-nos a desempenhar esta parte da missão da imprensa nesta cidade, a qual na sua existência trissecular vê pela primeira vez fazer-se uma tentativa de aproximação das duas secções de habitantes que vivem juntas no mesmo solo, mas distanciadas uma da outra nas suas ideias e sentimentos.*[13]

Um terceiro objectivo era a defesa permanente da verdade, da justiça e dos interesses legítimos de Macau e dos macaenses, entendidos estes como todos os residentes permanentes. Este objectivo é claramente apontado em vários números, nomeadamente no publicado em 18 de Julho de 1884, na altura do primeiro aniversário da publicação, em que se escreveu que o jornal deve zelar sempre pelo:

> *fiel cumprimento das leis, que é a mais segura garantia dos direitos populares; que exponha com desassombro as aspirações, as ideias e os sentimentos, dos que teem de aqui permanecer toda a vida, e por isso não se deixam facilmente arrastar por quaisquer vantagens efémeras e fugitivas que prejudiquem o futuro da colónia; que sirva senão de dique ao menos de protesto contra qualquer denegação de justiça, contra medidas nocivas ao país e principalmente contra tudo o que possa cavar a ruína do comércio e da indústria que dão vida a esta cidade; que enfim defenda com prudência e circunspecção todos os interesses legítimos de Macau e dos Macaenses.*[14]

Um quarto objectivo era a divulgação de conhecimentos práticos, bons princípios e ideias ou, na clara expressão do redactor do referido editorial: 'este jornal terá também por fim propagar conhecimentos úteis, derramar princípios sãos e ideias salutares, em suma concorrer quanto em si couber para o bem dos nossos compatriotas.'[15]

IDEOLOGIAS E RELAÇÕES COM O PODER

Relativamente às ideologias políticas o *Echo* era afecto às ideias liberais do Partido Regenerador, no que se relaciona com Portugal e às ideias do Dr. Sun Yat-sen, no que se refere à China. Em ambos os casos a ideologia pode ser sintetizada na trilogia constitucionalismo, liberalismo e progresso. O constitucionalismo implicava que todos os poderes estaduais estavam limitados por uma 'lei suprema' a que todos, governantes e governados estavam sujeitos.

O liberalismo implicava liberdade de acção e de pensamento. Consagrava-se a ideia de Estado mínimo, bem patente no seguinte texto:

> *Segundo a teoria moderna, deve o Estado permanecer impassível perante a crise de*

> ***qualquer natureza. Mais de uma vez temos aventado esta ideia neste jornal. Só em Portugal, devido à nossa extrema decadência é que se invoca a intervenção do governo para tudo […] a missão do Estado está bem definida perante a razão e os bons princípios. Quer em circunstâncias normais, quer anormais ele [o Estado] deve limitar-se a manter a ordem, a segurança, o respeito de propriedade e a liberdade das transacções.***[16]

E o progresso exigia modernização, que no caso da China era também ocidentalização. Noutra perspectiva não podemos deixar de referenciar como influentes as filosofias e religiões confuciana e budista por um lado e cristã por outro que, conscientemente ou não, influenciaram alguns dos conteúdos do semanário.

Quando se iniciou a publicação do *Echo*, em 1893, era Governador Custódio Miguel de Borja,[17] então ausente em missão diplomática no Japão, de onde regressou a Macau em 5 de Dezembro, mantendo-se no cargo apenas até 4 de Fevereiro do ano seguinte. O *Echo* estava muito em sintonia com este Governador, considerando-o 'popular e bemquisto'.[18]

No jornal de 12 de Dezembro de 1893 noticia-se a nomeação do novo Governador da Província de Macau, Solor e Timor, o Comandante José Maria de Sousa Horta e Costa, regozijando-se o *Echo* por se tratar de uma personalidade com conhecimento directo dos problemas de Macau e grande dedicação à causa pública. Na verdade Horta e Costa já tinha anteriormente exercido o cargo de Director das Obras Públicas de Macau e tinha desempenhado nas Cortes, em Lisboa, o cargo de deputado pelo Círculo de Macau, em várias legislaturas.

O *Echo* revelou-se sempre um indefectível apoiante deste Governador, publicando notícias relativas à pavimentação de ruas, saneamento, e expropriação de terrenos para futura construção de bairros, como a Mitra e o Volong. Na primeira página da edição de 14 de Fevereiro de 1897, evidencia-se o que parece ser, mas não é uma certa postura crítica à administração financeira de Horta e Costa, escrevendo que ele 'nega-se a despender dinheiro em benefício dos habitantes desta cidade e manda-o todo para Timor, para aí gastar em guerras inúteis e em mil caprichos do governador.'[19] Horta e Costa terminou, a seu pedido, o mandato como Governador em 12 de Março de 1897. E uma das razões deste pedido consistia exactamente em não concordar com o envio de muito dinheiro de Macau para Timor sem qualquer controlo do seu dispêndio e, no plano prático de certo modo, poder considerar-se que o Governador de Macau era subalterno do Governador de Timor, Celestino da Silva.

A nomeação do novo Governador Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo é anunciada no *Echo* de 11 de Abril de 1987 onde se refere que também tinha sido designado o padre Manuel José de Carvalho como novo Bispo de Macau e o Dr. Ovídio Alpoim como Juiz da Comarca Macaense. Tratava-se efectivamente de uma renovada equipa governativa que também veio a incluir Artur Tamagnini Barbosa, que assim retornava a Macau, mas agora Inspector das Finanças da Administração e não ao serviço da Administração militar, como estivera anteriormente.

O *Echo* vai tornar-se sistematicamente crítico desta nova equipa governativa muitas vezes esgrimindo argumentos em contenda com os jornais *O Independente* e *O Lusitano*. Sublinhe-se que anteriormente, no consulado do Governador Horta e Costa, estes dois jornais de Macau estavam alinhados no apoio ao Governador. Por isso na página 2 do *Echo* de 26 de Setembro de 1897 escrevia-se que: 'nada mais belo que o coro da imprensa quando ele canta uníssona os versículos do dever, e nada mais imponente que esse pregão do maravilhoso invento

de Gutemberg quando fulmina a inépcia dos nossos sátrapas […]'[20]

O Governador Galhardo exerceu o cargo de governador de Macau desde 12 de Maio de 1897 até 23 de Março de 1900. Cumulativamente este Governador foi nomeado Ministro Plenipotenciário de Portugal na China, Japão e Sião.

A atitude persecutória deste Governador ao *Echo* é notória, principalmente a partir de 1899. No número de 23 de Abril foi publicada a notícia de o Governador pretender extinguir dois lugares de professor, um na Escola Central e outro na Escola Príncipe Carlos, mas ambos providos por Artur da Silva Basto, filho de António Joaquim Basto, redactor principal do *Echo Macaense*.

No número de 11 de Junho, com o título 'Bota-Fora' é tornada pública a notícia da partida para Lisboa de Alfredo Pinto Lello e sua mulher Áurea Basto Lello, sendo esta filha do referido António Joaquim Basto. Alfredo Pinto Lello foi intimado a sair de Macau no prazo máximo de dez dias e por isso o casal teve de aí deixar os seus filhos, sendo que o mais novo era um recém-nascido.

No número de 30 de Julho é publicada a notícia de regresso a Lisboa do médico da Marinha António José Gonçalves Pereira, a sua esposa e filhos. A esposa, Edith Nolasco, era filha de Pedro Nolasco da Silva, com fortes ligações ao *Echo Macaense*.

O *Echo* também critica o centralismo do governo de Lisboa. Sobre isso, nomeadamente em artigo publicado na página 2 da edição de 21 de Maio de 1899, escreveu-se o seguinte: 'Esta excessiva tutela mata nos tutelados toda a iniciativa, atrofia-lhes toda a sua actividade, e produz a ruína própria, sem evitar a ruína do tutor.'[21] E noutros números (nomeadamente de 20 de Junho de 1897) do mesmo hebdomadário defendia-se a adopção do modelo britânico de governação com auto-governo e ainda, a transferência para o Leal Senado das receitas que por lei lhe deviam ser entregues. E sustentava-se que deviam ser completamente independentes os governos de Macau e de Timor.

DIRECÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO

Durante quase todo o período em que o *Echo* foi publicado o seu director e editor foi Francisco H. Fernandes. Excepcionou-se apenas um interregno devido ao facto de ele não estar registado como cidadão eleitor e legalmente ser exigido esse requisito para o desempenho dessas funções. Foi por isso que na primeira página do *Echo* de 26 de Abril de 1896 se escreveu o seguinte:

> ***Em consequência da nova lei de imprensa, recentemente posta em vigor nesta cidade, que não por outro motivo, deixou de ser editor deste semanário o nosso amigo e companheiro nas lides jornalísticas sr. Francisco Hermenegildo Fernandes, tendo-se habilitado, como editor o nosso prezado colega e redactor principal, sr. Pedro Nolasco da Silva, d'entre nós o único que para tal fim reúne as condições exigidas pela mesma lei.***[22]

E no penúltimo parágrafo dessa nota com o título 'Aos Nossos Leitores' ainda se informa que: 'O *Echo Macaense* é hoje dirigido e administrado pelo nosso particular amigo e colega, sr. Constâncio J. da Silva, em cuja casa — Rua de S. Paulo, n. 35 — está a redacção, administração e tipografia.'[23] E por isso, o cabeçalho passou a inserir os nomes de Pedro Nolasco da Silva, como editor e redactor principal, e o de Constâncio J. da Silva como director e administrador.

POLÉMICAS E POLEMISTAS

Durante a sua vida o *Echo Macaense* foi pelos seus redactores envolvido em várias polémicas, classificadas de estéreis pelo Padre Manuel Teixeira. Estas discussões aconteceram sobretudo na área

política, não sendo por acaso que o subtítulo do jornal, colocado no cabeçalho de cada número editado começou por ser 'Semanário Luso-Chinês', passando logo no segundo ano a ser 'Jornal Político, Literário e Noticioso', sublinhando-se assim a manifesta inclinação pela área política.

O *Echo* teve grandes polémicas, com os jornais macaenses em língua portuguesa que então eram os seguintes: *O Lusitano*, *A Voz do Crente*, *O Oriente Portuguez* e *O Independente*.[24]

Sobre *O Lusitano* escreveu o Padre Manuel Teixeira que:

> ***O 1º. número deste semanário independente apareceu em 28 de Agosto de 1898, tendo a sua redacção na Calçada do Gamboa. Cessou a sua publicação em Dezembro de 1899. Era órgão do Conselheiro Artur Tamagnini de Abreu da Mota Barbosa, sendo colaboradores principais João Albino Ribeiro Cabral, Horácio Poiares e João Pereira Vasco.***
>
> ***Era seu editor Elíseo Fernando das Neves Tavares, o qual seguiu para a Metrópole em em Julho de 1899, a fim de fazer exame de farmacêutico.***[25]

O Lusitano foi fundado por alguns ex-redactores do então finado *O Independente*, com o objectivo de se opôr ao *Echo Macaense*, tendo chegado a referir que este último sustentava ideias republicanas em oposição à monarquia constitucional vigente em Portugal e à monarquia absoluta que imperava na China. O *Echo*, em artigo publicado na edição de 4 de Setembro de 1898, escrevia que o novo jornal 'será um paladino oficioso dos poderes públicos e para deitar poeira nos olhos […] e incapaz de reprovar qualquer arbitrariedade que, porventura, dimanar do governo provincial, será excepcionalmente audaz nas agressões ao leal senado […]'.[26]

ANNO I — Macau, 28 de Agosto de 1898 — N.º 1

O LUSITANO

ASSIGNATURAS: — REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — CALÇADA DO GAMBOA N.º 2 — PUBLICAÇÕES:

Fig. 3: Jornal *O Lusitano*. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), cota do exemplar digitalizado: j-1702-21-v.

A Voz do Crente era um semanário católico, publicado em Macau a partir de 1 de Janeiro de 1887 e de acordo com o Padre Manuel Teixeira, 'a partir de 1899 em diante o jornal quase se limitava às notícias locais, enchendo as suas páginas com longos excertos de encíclicas papais, cartas pastorais e livros morais, perdendo assim todo o interesse.'[27] A polémica instalou-se porque os dois jornais defendiam diferentes ideias políticas e religiosas e apoiavam personalidades opostas. O *Echo Macaense* apoiava o Governador Horta e Costa, com ligações ao Partido Regenerador, e também o Senado de Macau. Pelo seu lado *A Voz do Crente* concedia o seu apoio ao Bispo Joaquim António Medeiros, com ligação ao Partido Progressista. E também apoiava Artur Tamagnini Barbosa, então provedor da Santa Casa da Misericórdia de Macau, bem como os Cónegos Ilídio e Narciso, respectivamente tesoureiro e mesário da mesma instituição. Com fundamento em irregularidades financeiras, Horta Costa ordenou uma sindicância à Santa Casa da Misericórdia que culminou com a dissolução da mesa da Santa Casa. A partir daí Artur Tamagnini Barbosa aproveitou as páginas de *A Voz do Crente* para se defender e, simultaneamente, atacar as posições sustentadas pelo *Echo Macaense*, numa vindicta tão acrimoniosa que conduziu ao seu afastamento de Macau e regresso Lisboa, o que muito agradou aos redactores do *Echo Macaense*.

A VOZ DO CRENTE

SEMANARIO CATHOLICO

Exalta in fortitudine vocem tuam ... Exalta, noli timere:
Levanta com bem força a tua voz ... levanta-a e não temas.
Isa. XL. 9.

Quærite primum regnum Dei et justitiam ejus: et hæc omnia adjicientur vobis:
Procurae primeiramente o reino de Deus e a sua justiça, e tudo o mais vos será dado em accrescimo.
S. Math. VI. 33.

MACAU

Um mal innumero, a má imprensa guarda terreno todos os dias: é preciso deter-lhe os passos. Aos escriptos se devem oppôr escriptos: é preciso que o remedio corra da mesma fonte d'onde corre o veneno.
(Leão XIII a todos os catholicos)

In necessariis unitas, in dubiis libertas, in omnibus charitas:
Unidade nas cousas necessarias, nas duvidosas liberdade, e em todas caridade.
(S. Agostinho)

I. Anno. SABBADO, 1 DE JANEIRO DE 1887 Numero 1

Fig. 4: Semanario Catholico *A Voz do Crente*. Fonte: BNP, cota do exemplar digitalizado: 364522.

O INDEPENDENTE

Jornal Politico, Noticioso, e Commercial.

Vol. I MACAO, 4 DE SETEMBRO DE 1868. N.º 1

Fig. 5: Jornal Politico *O Independente*. Fonte: BNP, cota do exemplar digitalizado: j-3601-p_2.

O ORIENTE PORTUGUEZ

Semanario dedicado aos interesses portuguezes da China e Oceania

Assignaturas: REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Annuncios:

Fig. 6: Semanario *O Oriente Portuguez*. Fonte: BNP, cota do exemplar digitalizado: j-1694-6-v.

A polémica foi tão violenta e perturbadora que obrigou o Governador a intervir com a medida excepcional de suspensão dos dois jornais durante o período de trinta dias, para acalmar os ânimos e por fim às polémicas.

O *Echo Macaense* manteve sempre uma posição crítica ao Governador Rodrigues Galhardo e aos principais elementos do seu governo. Era então ostensivamente um jornal da oposição.

O Independente tinha como redactores principais o inspector da Fazenda Artur Tamagnini Barbosa e Horácio da Silva Poiares, tesoureiro da Fazenda e professor do Seminário de São José e do Liceu de Macau. *O Independente* teve o seu primeiro número publicado em Agosto de 1868, tendo uma vida editorial com múltiplas interrupções. Relativamente a esta questão o Padre Manuel Teixeira escreveu o seguinte: 'Suspenso várias vezes, este jornal, fundado em 1868 por José da Silva, manteve-se pelo menos até 24 de Julho de 1898.'[28] E ainda acrescenta o mesmo autor que: 'o seu redactor José da Silva foi várias vezes espancado, multado e preso por artigos publicados no seu jornal, que frequentemente criticava actos da administração pública e inseria diatribes contra pessoas particulares e contra os Jesuítas [...]'[29]

O Oriente Portuguez, segundo o Padre Manuel Teixeira, 'apareceu a 20 de Abril de 1892 durando até ao fim de 1893 ou princípios de 1894'.[30]

PRINCIPAIS CONTEÚDOS

O *Echo Macaense* organiza-se em secções, tanto para artigos de fundo, estudos, como para notícias. Vamos referir algumas dessas secções e quais os seus principais conteúdos.

A secção 'LOCAL' incluía temas de interesse imediato para a vida em Macau, como meteorologia, calendário escolar, chegadas e partidas de personalidades importantes, como o Governador, o Bispo e o Comandante Militar, nascimentos, casamentos, baptizados, necrologia e nomeações para cargos importantes. Também neste espaço foi noticiada a criação do Liceu e da Biblioteca Pública, a definição das fronteiras de Macau, e convites para festas de aniversário, casamentos, baptizados e inauguração de obras públicas.

Na 'A SECÇÃO CHINEZA', inicialmente em chinês, e depois em português após o começo da edição autónoma do *Ching-Hai Ts'ung-Pao*, este

integralmente em língua chinesa, publicavam-se excertos de artigos ou sínteses de escritos do Dr. Sun Yat-sen. Era a fórmula encontrada para levar ao mundo de língua portuguesa o pensamento revolucionário do que viria a ser reconhecido como o fundador da República na China.

A secção 'ECHOS DA METROPOLE', a partir de 23 de Fevereiro de 1896 alterada para 'Portugal e Colónias', publicava principalmente notícias de natureza política como os debates parlamentares sobre o Orçamento nas Cortes em Lisboa, a nomeação e exoneração de governadores coloniais, as crises políticas.

A secção 'POR AHI ALEM' deu lugar, a partir de 23 de Fevereiro de 1896, à secção 'PELO EXTRANGEIRO'. Continha as mais relevantes notícias mundiais, sobretudo as atinentes à França e Inglaterra na Europa, à China, Hong Kong, Japão e Sião (actual Tailândia), na Ásia e aos Estados Unidos, na América

Na secção 'COMMUNICADO(S)' incluíam-se cartas, agradecimentos e avisos.

A 'SECÇÃO AMENA' e 'Passatempos' incluía anedotas, adivinhas, e por vezes assuntos culturais como poemas.

A secção 'RELIGIÃO E MORAL' geralmente continha notícias de festas e cerimónias religiosas, calendários litúrgicos ou festivos, mensagens eclesiais e textos de edificação moral ou de apologia religiosa.

Na secção 'ANNUNCIO(S)' fazia-se publicidade variada, por exemplo a acontecimentos públicos e sociais, espectáculos, oferta de serviços variados, como por exemplo barbeiros, lições de piano, lições de inglês, e viagens, como por exemplo os horários das ligações marítimas entre Macau e Hong Kong ou Macau e Cantão. Além das secções mais constantes como as atrás referidas também havia outras que só esporadicamente apareciam, como era o caso de 'Por Vezes' e 'Notas Soltas'.

O *Echo* também publicou artigos de opinião, geralmente críticos e relativos a problemas da população de Macau, dando assim voz aos directos interessados na solução dos problemas reportados.

Relativamente às notícias sobre Timor devemos qualificá-las como muito importantes porque além da ligação histórica dos dois territórios, nomeadamente no passado comércio do sândalo e no envio de condenados em Macau para prisões em Timor, acrescia o facto de os dois territórios integrarem uma só Província Ultramarina durante curtos períodos do século XIX e as finanças de Macau terem sido obrigadas a suportar muitas despesas de Timor. Por outro lado, nas colunas deste jornal referem-se factos relativos às guerras de Timor que o semanário considerava inúteis,[31] afirmando-se em vários números que Celestino da Silva, governador do distrito de Timor enviava para Lisboa notícias falsas sobre o desenrolar da guerra e que, relativamente às finanças públicas locais o Governo de Timor era um verdadeiro desastre para Macau. Mas quando alguma imprensa de Lisboa ventila a hipótese de venda das colónias da Guiné e de Timor, o *Echo Macaense* insurge-se contra tal ideia e aponta como solução a nomeação de governadores sensatos que promovessem o desenvolvimento agrícola e se deixassem de guerras, sugerindo ainda o envio de um exército e a entrega da missionação 'a uma ordem religiosa, cujos missionários irão lá viver por toda a vida dedicando-se de corpo e alma a evangelizar e civilizar aqueles povos.[32] E também se manifesta contra o sistema eleitoral para as Cortes, uma vez que existia apenas um lugar de deputado para Macau e Timor e Macau tinha apenas 200 eleitores registados enquanto Timor tinha 1500 eleitores.[33]

No âmbito da cultura O *Echo Macaense* incluía uma rúbrica denominada *Folhetim*, onde publicou, nos números editados entre 1893 e 1896, 'Esboço

Histórico dos Estabelecimentos Portuguezes na China', da autoria de Sir Andrew Ljungstedt e, em 19 de Dezembro de 1897 iniciou a publicação da tradução de *Historical Landmarks of Macao*, de J. C. Thompson, sob o título de 'Notas Históricas sobre Macau'.

A título de amostra, o Padre Teixeira, nas páginas 55 e 56 da obra citada, assinala as seguintes importantes publicações: (1) Artigos sobre a Santa Casa da Misericórdia de Macau, em 1895; (2) Três artigos sobre 'A Ilha da Lapa e os Portugueses', em 1896; (3) A População de Macau em 1897; (4) Transcrição dos capítulos referentes a Macau e Timor da obra *Mitras Lusitanas no Oriente* do Padre Casimiro Cristóvão de Nazaré, em 1897; (5) 'Cemitério Português em Pequim', uma transcrição da obra *Jornadas pelo Mundo* da autoria do Conde D'Arnoso.

Notícias locais de excepcional importância histórica são as referentes ao Dr. Sun Yat-sen, fundador e primeiro presidente da República da China, que viveu em Macau um pequeno período da sua vida para exercer a sua profissão de médico e divulgar as suas ideias políticas. Acresce antes e depois dessa estadia ele esteve de passagem em Macau em situações diversas como fugitivo a perseguições ou para visitar amigos.

NOTÍCIAS E ARTIGOS SOBRE TIMOR

Não só pela episódica agregação político-administrativa, mas sobretudo pelos laços políticos e económicos e pela relativa proximidade geográfica estas duas colónias portuguesas mantinham entre si um especial relacionamento de forma que as constantes notícias e artigos sobre os assuntos de Timor surgem no *Echo* com naturalidade.

Por exemplo, no número 9 de 12 de Setembro, logo na primeira página, sob o título 'Timor', foi escrito o seguinte:

> ***Os últimos acontecimentos de Timor, que se consideram ainda bem frescos na memória de toda a gente, e perante os quais o governo do distrito se viu a braços com não pequenas dificuldades, mais uma vez acabam de por em relevo a imperiosa necessidade que há de os poderes públicos prestarem mais atenção ao misérrimo estado de abandono em que aquela possessão se encontra.***[34]

E, após serem elencados os principais pontos a que o governo deve atender, na segunda parte do editorial, à laia de proposta refere-se que:

> ***De todos os melhoramentos que acabamos de indicar, a organização da força armada é sem dúvida o mais urgente para sustentarmos em Timor o prestígio da autoridade; e é para este ponto que chamamos a especial atenção dos poderes públicos a cuja apreciação submetemos o seguinte alvitre: Criar uma força armada […].***[35]

Exemplos de notícias referentes a Portugal temos logo no primeiro número sob a epígrafe 'ECHOS DA METROPOLE' uma em que é feito o reporte 'do que se passou na câmara dos deputados, em sessão de 7 de Junho de 1893, relativamente à questão Burnay'.[36] Também se publicavam saudações e felicitações ao rei e rainha de Portugal (ver a título de exemplo o *Echo* de 2 de Outubro de 1895). Como já atrás se referiu o título desta secção foi a 23 de Fevereiro de 1896, alterado para 'Portugal e Colónias'.

Mas também em artigos, e neste caso de primeira página, que se afirma ser transcrição do comunicado de um leitor escreve-se o seguinte:

> ***A metropole não tem ideia clara do fim para que conserva a cidade de Macau, e não***

> ***pensa em aumentar-lhe a sua prosperidade e comércio. Só se interessa pelas finanças da colónia, receando que ela algum dia se se torne onerosa à metrópole. Não estuda os meios de fazer a felicidade dos habitantes da colónia e aprova cegamente tudo quanto tenda a sugar o sangue do povo.***
>
> ***Tudo quanto traga aumento de impostos, tem logo a aprovação de Lisboa. Segue por isso a metrópole uma política suicida, pois que agravando continuamente os tributos, vai cavando a ruina de Macau, que fatalmente virá a decair, acompanhando a decadência do seu comércio e da sua indústria.***[37]

Por vezes o *Echo* também transcreveu textos de diplomas legais publicados no *Boletim Oficial* (BO) e actas do Leal Senado, para promover uma maior divulgação desses documentos oficiais. Igualmente transcreveu do BO a lista protocolar de precedências em cerimónias oficiais.[38]

Em certas ocasiões o *Echo Macaense* propõe ou apoia certas iniciativas, como foi a de, por ocasião do quarto centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia apresentar a proposta de construção de um monumento duradouro que ateste o nosso sentimento patriótico, que signifique o pagamento de uma dívida de gratidão e reconhecimento que ateste aos vindouros o alto apreço que fazemos da devoção cívica e do valor militar.[39]

O *Echo Macaense* dá grande relevância a eventos públicos, associativos e mesmo particulares de entidades públicas associações culturais e sociais de Macau, amiúde noticiando as suas actividades. Estão nesse caso o Governador, Grémio Militar, hoje Clube Militar, e o Clube União. E para a elite da comunidade chinesa o Clube Y-ON.

As festas de carnaval tinham grande importância para os portugueses de Macau, sendo celebrado em edifícios públicos, associativos, como o Teatro D. Pedro V inaugurado em 1858, e mesmo em casas particulares e por isso a imprensa local reflectia esse acontecimento anual. O *Echo* não fugia à regra, tendo, em 27 de Fevereiro de 1898, publicado um artigo sobre o baile de máscaras ocorrido no palácio do Governo. E também se insurgiam contra alguns comportamentos irritantes de certos festivaleiros, como enfarinhar os transeuntes ou tornar insuportável o ambiente com o barulho dos mascarados.[40]

Também as festas em alguns recintos públicos eram, por vezes, atractivos para os macaenses, salientando-se o Jardim de São Francisco, pela sua centralidade e por nele se exibirem em certas noites algumas bandas musicais, como a Banda do Regimento de Macau.[41]

De entre vários artigos na área cultural citam-se os seguintes: Artigo de Júlio Castilho intitulado 'A música',[42] um poema enviado de Hong Kong, com o título 'Vinte de Maio 1498', composto por nove oitavas, cuja primeira é a seguinte:

> ***Do seio da Mãe Pátria Lusitana/Parte hoje um brado nobre e eloquente/Cujo eco faz tremer a terra indiana/Recordando do Gama o vulto ingente/Acorda a Europa a pluga africana/ Todo o ocidente e aqui o extremo oriente/ Chamando o mundo inteiro p'ra gloriar/O maior nauta que singrou o mar.***

Na secção 'Chinesa', em língua portuguesa, foram publicadas sínteses de artigos ou perícopes de escritos da autoria do Dr. Sun Yat-sen no *Ching-Hai Ts'ung-Pao*.

Notícias do mundo, na secção 'POR AHI ALEM', mais tarde baptizada de 'PELO EXTRANGEIRO', eram dadas notícias sobre a

Guerra entre a China e o Japão; Instalação de potências estrangeiras na China; Rebelião nas Filipinas; peste bubónica no Extremo Oriente.

Em RELIGIÃO E MORAL publicavam-se pequenos textos relacionados com factos religiosos e padrões comportamentais.

'SECÇÃO AMENA' e 'Passatempos' publicava historietas, anedotas e outros textos para entretenimento dos leitores. E de quando em vez eram publicados textos sob as epígrafes 'Notas Soltas' e 'Conhecimentos Úteis'.

Na secção de 'COMMUNICADO(S)' eram publicadas cartas, agradecimentos e outros textos que relacionavam o hebdomadário com os seus leitores. Também se fazia publicidade geralmente na secção 'ANNUNCIO(S)', a que recorriam tanto os serviços públicos como entidades particulares. Entre os anunciantes encontramos a 'Empreza Económica' (Tecidos para senhoras e homens), o 'Hotel Hingkee' (Tecidos para homens), 'Pedro A. Sequeira' (Afinação de pianos).

ARTIGOS DE FUNDO E DE OPINIÃO

Em 1896, no dia 13 de Fevereiro, ocorreu o recenseamento da população de Macau, Taipa e Coloane dando lugar a que, durante esse ano e mesmo no seguinte, tenham sido publicados muitos artigos sobre esse tema, nomeadamente estudos, transcrições de partes do relatório da comissão recenseadora, artigos de opinião, tabelas e gráficos. De acordo com um quadro extraído do referido relatório e publicado na página 2 do *Echo Macaense* de 7 de Março de 1897, o total da população de Macau, Taipa e Coloane era 78.627 pessoas.[43] Os temas do declínio económico de Macau e do decréscimo da população portuguesa em Macau, das suas causas e dos modos de enfrentar esses problemas são equacionados em inúmeros artigos. De um deles, publicado na pagina 2 da edição de 21 de Março de 1897 transcrevemos o seguinte: 'Foi depois de 1842, quando a China, em virtude do Tratado de Nanking, abriu ao comércio estrangeiro os portos chineses de Cantão, Amoy, Fucheu, Nimpó e Xangai, que os portugueses de Macau irradiaram para esses portos e aí se estabeleceram, constituindo famílias.'[44] E no mesmo local se publica um quadro com o número de portugueses de Macau em nove dos principais portos do Extremo Oriente, demonstrando-se que, em 1886, o número de portugueses era 1.309 em Hong Kong, 738 em Xangai, 88 em Yokohama, 71 em Bangkok, 71 em Singapura, 68 em Cantão, 13 em Fucheu, 10 em Nagazaki e 3 em Soerabia.

Em vários artigos chama-se a atenção para a necessidade de ser indispensável o fomento do comércio marítimo, com navios modernos e o desassoreamento do porto de Macau, prosseguindo-se com as obras projectadas pelo Engenheiro Adolfo Loureiro.

São diversos os artigos sobre a vida económica de Macau em que se revela oposição aos monopólios estabelecidos pelo governo e concessionados a chineses, nomeadamente no que se refere ao peixe, ao sal, ao petróleo e à pólvora e que funcionavam com lucro para a Fazenda Pública e grande prejuízo para os macaenses. Mas aceitavam que em relação a outras actividades como o jogo e o ópio fosse defensável a existência de monopólios.

O *Echo Macaense* regista que o comércio estava nas mãos de chineses e de 'meia dúzia de mouros'[45] e sugere que os macaenses se organizem em cooperativas, tanto de produção como de distribuição de géneros alimentícios e criem também associações de socorros mútuos. Sugerem e dão notícia de certos eventos para recolha de fundos com intenções caritativas para apoio da pobreza. Alguns desses eventos foram depois reportados com grande elogio dos filantropos.

NOTA CONCLUSIVA

Os jornais constituem fontes históricas indeclináveis para a escrita da história do tempo e espaço em que foram editados ou a que se reportam nos seus conteúdos. Mas os textos publicados devem sempre ser sujeitos a análise crítica, uma vez que a sua isenção muitas vezes pode ser afectada pelas ideologias e/ou interesses dos redactores ou das classes sociais a cujo serviço se encontram. E o *Echo Macaense* não foi imune a essa regra, pois representava então um dos sectores sociais mais progressistas das elites da sociedade macaense. Mas doutrinas reformistas e liberais que o semanário sustenta são bem estruturadas e fundamentadas nos textos em que elas são tratadas ou noticiadas.

As iniciativas da criação de jornais em Macau ficaram marcadas por um certo voluntarismo individual ou grupal e o seu fim foi determinado por insuficiências financeiras ou por pressão política. No caso do *Echo* o seu encerramento deve-se fundamentalmente à perseguição dos poderes instituídos a que não é alheia a parcialidade dos órgãos judiciários que por natureza devem ser independentes e imparciais.

O *Echo Macaense* era um jornal sobretudo das elites macaenses, ou melhor apenas de uma parte destas, o que é evidente no reporte de acontecimentos sociais e de festas particulares. E, além disso, era um importante elo de ligação entre os macaenses vivendo na sua cidade natal e aqueles que integravam a sua diáspora dispersa por todos os continentes.

Consideramos que entre os melhores registos documentais deste semanário devem considerar-se os atinentes aos dados sobre a demografia macaense, publicados em 1897 a propósito do recenseamento da população de Macau.

Por fim assinala-se como muito relevante a publicação de algumas importantes biografias, como por exemplo a de Vicente Nicolau Mesquita, transcrição de obras relativas à história dos portugueses no oriente como o 'Cemitério Português de Pequim'. RC

NOTAS

1 Padre Manuel Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente* (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1999), 56.

2 Sun Yat-sen esteve pela primeira vez em Macau em 1879. Tinha então doze anos e estava a caminho de Honululu, Hawai, para ir ter com o seu irmão Sun Teh Chang, que aí se havia estabelecido como comerciante. Terá sido Lou Kau, também conhecido por Chenk-Ji, pai de Lou Lim Iok, quem motivou a vinda para Macau do Dr. Sun, devido à doença da sua esposa. E Lou Lim Iok e o seu irmão Lou I Iok também apoiaram o Dr. Sun em Macau, que ainda teve um grande esteio em Yang Heling, o seu colega de curso, indefectível amigo e companheiro na sua caminhada política. O patriarca da família Lou foi um dos primeiros e grandes empresários na indústria dos jogos em casino na cidade de Macau; Kai Cheong Fok e Xiean Huang, *Commemorating Francisco Hermenegildo Fernandes: Dr. Sun Yat-Sem's Revolutionary Conrade from Macau* (Macau: Instituto Internacional de Macau, 2013), 4–14.

3 O Partido Regenerador era um partido político português que, nessa época, juntamente com o Partido Progressista detinham alternadamente o poder em Portugal, sendo por isso esse período histórico chamado Rotativismo. A sua ideologia era um liberalismo político que tentava conciliar progresso, ordem e tradição. Um dos seus principais expoentes políticos foi António Maria de Fontes Pereira de Melo.

4 Esse apoio traduzir-se-ia na cedência de uma casa para habitação e em apoio monetário para que Sun Yat-sen pudesse instalar a sua farmácia e exercer medicina privada, nomeadamente no Hospital Kiang Wu.

5 A acusação do Ministério Público contra o *Echo Macaense* fundava-se numa notícia acusando a Administração de Macau de ter cometido ilegalidades várias e abusos de poder, nomeadamente na emissão de passaportes falsos para emigrantes chineses.

6 Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa no*, 53–54.
7 Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa no*, 37.
8 A grafia de todas as citações de textos extraídos do *Echo Macaense* será, sempre que possível, actualizada.
9 Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. *Echo Macaense*: Semanario Luso-Chinez / propr. e resp. Francisco H. Fernandes. — A. 1, nº 1 (18 jul. 1893) — a. 5, nº 97 (22 maio 1898). — Macau: Francisco H. Fernandes, 1893–1898. — 48 cm. https://purl.pt/33024.
10 *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1893, 1.
11 *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1893, 1.
12 *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1893, 1.
13 *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1893, 1.
14 *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1894.
15 *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1894.
16 *Echo Macaense*, 12 de Junho de 1898, 1.
17 Custódio Miguel de Borja, Oficial da Marinha, foi, em 16 de Outubro de 1890, nomeado Governador da Província de Macau, Solor e Timor e, depois cumulativamente Ministro Plenipotenciário de Portugal na China, Japão e Sião (actual Tailândia).
18 *Echo Macaense*.
19 *Echo Macaense*, 14 de Fevereiro de 1897.
20 *Echo Macaense*, 26 de Setembro de 1897.
21 *Echo Macaense*, 21 de Maio de 1899.
22 *Echo Macaense*, 26 de Abril de 1896.
23 *Echo Macaense*, 26 de Abril de 1896.
24 Não incluímos neste grupo o *Boletim Oficial* que também então se publicava em Macau. Quanto aos quatro jornais mencionados refere-se o seguinte: 'O *Independente* começou quinzenário em Agosto de 1868, passando depois a semanário em Maio de 1878. Foi seu proprietário e redactor José da Silva e durante um curto período o seu filho Constâncio José da Silva. Começou por ser apoiante do Governador Horta e Costa e depois muito crítico do governador seguinte, Eduardo Augusto Galhardo e também de outras personalidades, especialmente dos jesuítas. Por isso o jornal foi várias vezes sancionado com multas e suspensões. E o seu redactor foi algumas vezes sujeito a insultos e agressões; O *Oriente Portuguez* teve como administrador A. V. da Silva e publicou-se durante cerca de um ano e oito meses, com início em 20 de Abril de 1892; *A Voz do Crente* era um semanário católico publicado de 1 de Janeiro de 1887 até 2 de Novembro de 1895. O fundador foi José Maria da Cruz Simão, tendo tido como editor António Luís Borges Borges e como redactores os padres Narciso e Ilídio, bem como os leigos Horácio Poiares e António Joaquim Basto. Este jornal era impresso na Tipografia do Seminário de São José. *O Lusitano* era um semanário pertencente ao Conselheiro Artur Tamagnini de Abreu da Mota Barbosa e foi apoiante do Governador Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo, chegando o *Echo Macaense*, na edição de 12 de Junho de 1898, 1, a escrever que *O Independente* tinha pretensões a órgão semi-oficial. Segundo o Padre Manuel Teixeira a última publicação terá ocorrido em 24 de Julho de 1898.'; Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa*, 42.
25 Teixeira , *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente*, 56.
26 *Echo Macaense*, 4 de Setembro de 1898.
27 Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa*, 51.
28 Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa*, 41–42.
29 Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa*, 42.
30 Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa*, 52.
31 *Echo Macaense*, 14 de Fevereiro de 1897, 1.
32 *Echo Macaense*, 8 de Agosto de 1897, 1.
33 *Echo Macaense*, 24 de Julho e 16 de Outubro de 1895.
34 *Echo Macaense*, 9 de 12 de Setembro.
35 *Echo Macaense*, 9 de 12 de Setembro.
36 *Echo Macaense*, 18 de Julho de 1893, 3.
37 *Echo Macaense*, 13 de Outubro de 1893.
38 *Echo Macaense*, 26 de Setembro de 1897.
39 *Echo Macaense*, 19 de Dezembro de 1897, 1.
40 *Echo Macaense*, 21 de Fevereiro de 1896.
41 A. H. de Oliveira Marques, *História dos Portugueses no Extremo Oriente vol.3 Macau e Timor. Do Antigo Regime à República* (Lisboa: Fundação Oriente, 2000), 424.
42 *Echo Macaense*, 20 de Julho de 1894, 6.
43 *Echo Macaense*, 7 de Março de 1897.
44 *Echo Macaense*, 21 de Março de 1897.
45 *Echo Macaense*, 16 de Janeiro de 1895, 1.

ARQUIVO

Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP): *Echo Macaense*: Semanario Luso-Chinez/propr. e resp. Francisco H. Fernandes. — A. 1, nº 1 (18 jul. 1893) — a. 5, nº 97 (22 maio 1898). — Macau: Francisco H. Fernandes, 1893–1898. — 48 cm. https://purl.pt/33024.

BIBLIOGRAFIA

Alves, José Augusto dos Santos. *A Opinião Pública em Macau: A Imprensa Macaense na Terceira e Quarta Décadas do Século XIX*. Macau: Fundação Oriente, 2000.

Bessa, Carlos Gomes. *Macau e a Implantação da República na China: Uma Carta de Sun Yat-Sen para o Governador José Carlos da Maia*. Macau: Fundação Macau, 1999.

Capela, Nuno Gabriel Teixeira, "O Jornal *Echo Macaense* (1893–1899) — Uma Visão da Educação em Macau no Século XIX." Dissertação de mestrado, Universidade de São José, 2012.

Ferreira, Márcia Rosa dos Reis, "Cultura e Sociabilidades em Macau nos Finais de Oitocentos — O *Echo Macaense* (1893–1899)." Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2006.

Fok, Kai Cheong, and Xiean Huang. *Commemorating Francisco Hermenegildo Fernandes: Dr. Sun Yat-Sen's Revolutionary Conrade from Macau*. Macau: Instituto Internacional de Macau, 2013.

Gomes, Luís Gonzaga, *Bibliografia Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1987.

Guedes, João V. B. "A Imprensa em Macau. Arma Fundamental na Acção Revolucionária Chinesa." *Revista Macau*, n.º 3 (1987): 10–14.

_____. "Sun Iat Sen, Macau e a Revolução." *Revista de Cultura* (Edição Portuguesa), vol. 16 (1991): 63–95.

Marques, A. H. de Oliveira. *História dos Portugueses no Extremo Oriente vol.3 Macau e Timor. Do Antigo Regime à República*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.

Neves, João Alves das. *A Imprensa de Macau e as Imprensas de Língua Portuguesa no Oriente*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1991.

Patrão, Carla. "A Imprensa Portuguesa em Macau — Um Fenómeno de Sobrevivência." Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2004.

Silva, Beatriz Basto da. *Cronologia da História de Macau, Vol. 3 — Século XIX*. Macau Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1995.

Silva, Henrique Rola da. *A Imprensa Chinesa de Macau: Envolvimento Histórico*. Lisboa: Gabinete de Comunicação Social, 1991.

Teixeira, Padre Manuel. *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1999.

_____. "Primórdios da Imprensa Periódica em Macau." *Revista de Cultura* (Edição Portuguesa), vol. 11–12 (1990): 47–53.

_____. *Vultos Marcantes em Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.

Zhang, Lei, Yunhua Sheng, e Kai Cheong Fok. *Macau: Portal e Palco por Onde Sun Yat-Sen Ganhou Acesso ao Mundo*. Macau: Universidade de Macau, 1996.

Sustainable Governance and Community Building in the Name of 'Macaeneses': A Review on *A Abelha da China*

Lam Iok Fong*, Wong Hio Iong**
Translated by Xie Hanyu***

ABSTRACT: The Portuguese-language weekly *A Abelha da China*, established in 1822, played the role of a party organ affiliated with the ruling party, conducting extensive political debates between royalists and constitutionalists of the time. Simultaneously, it served as a journalism vehicle, providing commercial information and promoting community integration. This duality is extremely relevant to understanding the dynamics of the foreign community in Macao at that time, as well as the interactions among various groups. As a pioneer among the newspapers published by the Portuguese in Macao, this periodical carries a significant load of partisan political discourse about the identity of the 'Macaenses',[1] highlighting the political ties of *Tou Sang Pou Ian* (Macaenses), in between Macao and Portugal. This print press is the oldest found so far that openly addresses the identity of the 'Macaenses', revealing that the identity issue of the native Portuguese in Macao was already a subject of heated debates in the public sphere in the early 19th century. Moreover, it indicates the existence of a Portuguese Macanese community with a solid internal identity during this period, guided by inner common rules, where a dual-allegiance for Macao and the homeland (Portugal) constituted the central pillars of its identity.

KEYWORDS: *A Abelha da China*; Function of the newspaper; *Tou Sang Pou Ian*; Identities; Portuguese residents in Macao.

* Lam Iok Fong, associate professor of Department of Communication and Director of Centre for Macau Studies of the University of Macau.

** Wong Hio Iong, master in Portuguese as a Foreign Language/Second Language at the Catholic University of Portugal.

*** Xie Hanyu, master's student in Portuguese Language and Intercultural Studies at the University of Macau.

Lam Iok Fong, professora associada do Departamento de Comunicação e Diretora do Centro de Estudos de Macau da Universidade de Macau.

Wong Hio Iong, mestre em Português Língua Estrangeira/Língua Segunda pela Universidade Católica Portuguesa.

Xie Hanyu, estudante de mestrado em Língua Portuguesa e Estudos Interculturais, na Universidade de Macau.

1. LITERATURE REVIEW

> *If the inhabitants and the piece of the Island of Macao constitute part of the family and territory of Portugal, and if the inhabitants of Macao become part of the Portuguese family, are they subject to paying in general the same duties, taxes, etc., as the Portuguese in Portugal and in Brazil?* [2]

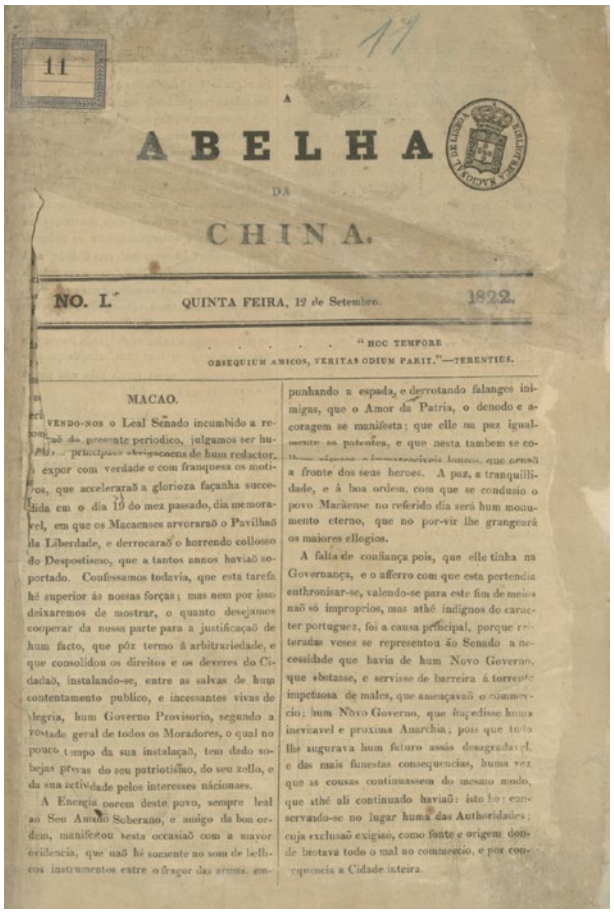
This is a question raised by a reader to the newspaper *A Abelha da China* (hereafter referred to *Abelha*), published in the 'CORRESPONDENCIA' section of the periodical. Questions related to the identity of the *Tou Sang Pou Ian* (*tusheng pu ren* 土生葡人) or the Portuguese residents in Macao are recurring in *Abelha*. However, there is a shortage of studies that have analysed the role of the newspaper in identity construction of the local Portuguese communities or Portuguese residents in Macao.

The significance of the Portuguese-language weekly *Abelha* (1822) in the history of modern Chinese press and Portuguese political development has been a subject of academic research. In the narrative of Chinese journalism, *Abelha* has long been regarded as the first foreign (Portuguese) and modern newspaper published in China.[3] Although some researchers have raised doubts about its designation as the 'first', it has only been suggested the possibility of changing it to 'the first newspaper published in Macao that original can be found.'[4] Furthermore, the few existing studies have primarily focused on analysing the role of the newspaper as a driving force in modern Chinese press.[5] The only academic publication in the Chinese language that conducted a more detailed content analysis of *Abelha* is Manli Cheng's book — *Mifeng hua bao yanjiu* (《蜜蜂華報》研究). In this work, the author categorises the newspaper's content into 48 categories based on the headlines of the news and subsequently focuses on two main categories: news genres and non-news genres.[6] However, it is important to note that the book is limited to categorising and describing the newspaper's content, with a particular emphasis on describing the party politics involved in *Abelha*, highlighting the political and combative nature of the periodical.

The first academic work that analyses the content of *Abelha* was carried out by Portuguese historian José Maria Braga in the 1930s, titled 'O Início da Imprensa em Macau'.[7] Braga categorised the content of *Abelha* into eight categories: (1) Official documents from the Ministers of Foreign Affairs on topics related to China; (2) Opinions on the Royal Judge; (3) Letters from the Governor of India to the Leal Senado; (4) Correspondence related to the arrival of the warship *Salamandra* in Macao; (5) Letters from citizens to the Leal Senado; (6) Meeting minutes of the Leal Senado; (7) Letters from the Governor of Goa about Macao and Portugal; (8) Extracts from newspapers in Paris, London, New York, among others, regarding the political situation in Portugal and other matters.[8]

Before the establishment of the Macao Special Administrative Region, studies began to emerge considering *Abelha* as a crucial document for recording the emergence of liberalism in Portugal in the 19th century. In his research on the history of print press in Macao, Neves emphasised the newspaper's essential function as a crucial document in the political conflicts between Liberals and Absolutists among Portuguese inhabitants of Macao during the early 1800s.[9] Since Neves's research was published, sporadic studies on *Abelha* have emerged, such as Pablo Magalhães's research on the founder of *Abelha*, Paulino da Silva Barbosa, which focuses solely on analysing the newspaper's relationship with political parties.[10]

This article will analyse the functions of the media, as well as the concepts of identity by



A

ABELHA

DA

CHINA.

NO. I.º QUINTA FEIRA, 12 de Setembro. 1822.

"HOC TEMPORE OBSEQUIUM AMICOS, VERITAS ODIUM PARIT."—TERENTIUS.

MACAO.

VENDO-NOS o Leal Senado incumbido a redacção do presente periodico, julgamos ser hum dos principaes obrigacoens de hum redactor, expor com verdade e com franqueza os motivos, que acceleraraõ a glorioza façanha succedida em o dia 19 do mez passado, dia memoravel, em que os Macaenses arvoraraõ o Pavilhaõ da Liberdade, e derrocaraõ o horrendo colosso do Despotismo, que a tantos annos haviaõ soportado. Confessamos todavia, que esta tarefa hé superior ás nossas forças; mas nem por isso deixaremos de mostrar, o quanto desejamos cooperar da nossa parte para a justificaçaõ de hum facto, que pôz termo á arbitrariedade, e que consolidou os direitos e os deveres do Cidadaõ, instalando-se, entre as salvas de hum contentamento publico, e incessantes vivas de alegria, hum Governo Provisorio, segundo a vontade geral de todos os Moradores, o qual no pouco tempo da sua instalaçaõ, tem dado sobejas provas do seu patriotismo, do seu zello, e da sua actividade pelos interesses nacionaes.

A Energia porem deste povo, sempre leal ao Seu Augusto Soberano, e amigo da boa ordem, manifestou nesta occasiaõ com a mayor evidencia, que naõ hé somente no som de bellicos instrumentos entre o fragor das armas, empunhando a espada, e derrotando falanges inimigas, que o Amor da Patria, o denodo e a coragem se manifesta; que elle na paz igualmente se patentea, e que nesta tambem se co-

a fronte dos seus heroes. A paz, a tranquillidade, e á boa ordem, com que se conduzio o povo Macaense no referido dia será hum monumento eterno, que no por-vir lhe grangeará os maiores ellogios.

A falta de confiança pois, que elle tinha na Governança, e o afferro com que esta pertendia enthronisar-se, valendo-se para este fim de meios naõ só improprios, mas athé indignos do caracter portuguez, foi a causa principal, porque reiteradas veses se representou ao Senado a necessidade que havia de hum Novo Governo, que obstasse, e servisse de barreira á torrente impetuosa de males, que ameaçavaõ o commercio; hum Novo Governo, que fiquedisse huma inevitavel e proxima Anarchia; pois que tudo lhe augurava hum futuro assás desagradavel, e dos mais funestas consequencias, huma vez que as cousas continuassem do mesmo modo, que athé ali continuado haviaõ: isto hé; conservando-se no lugar huma das Authoridades; cuja exclusaõ exigiaõ, como fonte e origem donde brotava todo o mal ao commercio, e por consequencia a Cidade inteira.

Fig. 1: First issue of *Abelha*, 1822. Source: National Library of Portugal, digitised copy number: j-11-b.

investigating the content of *Abelha*. The discussion will focus on how this newspaper, employing the identity concept of 'Macaense', contributes to the construction of identities for *Tou Sang Pou Ian* and Portuguese residents in Macao, and the formation of ethnic imagination, aiming to achieve governance objectives.

2. *MACAENSES, MACAISTA, TOU SANG POU IAN* AND PORTUGUESE RESIDENTS

In the inaugural issue of *Abelha*, published on September 12, 1822, the terms 'Macaista', 'Macaeneses', and 'povo macàense'[11] (meaning Macanese or Macanese community) already appeared with strong ethnic connotations.[12] They were used to describe their main readers of the time — the Portuguese-speaking community residing in Macao.

Based on existing research, this article aims to explore the function and meaning of the notion of identity in the Portuguese terms 'Macaeneses' (including 'povo macàense') and 'Macaista', both can be translated as '*Ou Mun Ian*' (澳門人, people of Macao), as they frequently appear in *Abelha*. Graciete Nogueira Batalha, researcher in Macanese language, in the special issue no. 20 of the *Review of Culture* titled 'OS MACAENSES', explains the definitions of 'Macaenses' and 'Macaista', two terms related to Macanese Portuguese identity:

> **Filhos da terra** *or* **filhos de Macau – filo Macau,** ***as yet spoken of by the very old – must have been for centuries and still are here, current expressions used by the locally born Portuguese, thus making their own distinction from either the metropolitan Portuguese or the Chinese from Macao. We have no clues as to when the expression*** **Macaense** ***was first used, but it is clear that it is a modern word and one of educated influence. As far as*** **Macaísta** ***is concerned, it can be found in Creole texts of the last century, not in the sense of 'native of the land', but as an adjective, meaning something peculiar of Macao, especially the Language.***[13]

According to Batalha's testimony, 'Macaeneses' is more commonly used to refer to 'native Portuguese of Macao (*Tou Sang Pou Ian*)', while 'Macaista' can be translated as '*Ou Mun Ian*' but is a term used by the Portuguese community to refer to Portuguese in Macao, thus also carrying the connotation of *Tou Sang Pou Ian*.

Which groups of people are 'Macaeneses', 'Macaista', and *Tou Sang Pou Ian* referring to? The Portuguese scholar Ana Maria Amaro's work

Filhos da Terra — the earliest study on the origins of Macaenese, makes the argument that Macao's population can be divided into three groups: European Portuguese, Macanese or Portuguese from Macao, and Chinese. Each group has its own cultural traits and does not interact with the others.[14] Additionally, Amaro points out that it has long been a misconception that some scholars define *Tou Sang Pou Ian*[15] as Eurasian offspring of Portuguese and Chinese descent and consider that the expression should be understood as the offspring of Portuguese men and other Asian women (not limited to Chinese, but also including Malay, Indian, Japanese, and other ethnicities).[16] Manuel Teixeira, on the other hand, argues that *Tou Sang Pou Ian* should be the descendants of intermarriage and reproduction between Portuguese men and Chinese women, with a significant portion of Chinese ancestry in the population.[17]

In addition to the concept of *Tou Sang Pou Ian*, António M. Jorge da Silva believes that the Portuguese residents in Macao can be further divided into three distinct groups: (1) Portuguese who settled in Macao in its early historical period; (2) Their descendants who have lived in Macao for several centuries; (3) Portuguese who crossed the oceans to govern this place of residence and the Church in Macao. Some of them only stayed briefly in Macao due to their duties, while others integrated into the local community through intermarriage and played roles as societal elites, participating in social affairs such as the Leal Senado.[18] Among these individuals, the group of Portuguese residents in Macao who has a certain social status and actively participate in politics is precisely one of the demographics represented by the founder of *Abelha*, Paulino da Silva Barbosa, and its readership. Therefore, the subject of this study is the Portuguese-speaking ethnic groups residing in Macao at that time — 'Macaeneses' and 'Macaista'. Although both can be translated as '*Ou Mun Ian*', within the Chinese-language context of discussing Macao's ethnic groups, these two terms encompass what Batalha defines as *Tou Sang Pou Ian* and what António defines as 'Portuguese residents in Macao'.

A Abelha da China was launched on September 12, 1822, and ceased publication on December 26, 1823, after a total of 67 issues. According to *Macau e a Sua População, 1500–2000 Aspectos Demográficos, Sociais e Económicos*, the Chinese population in Macao was approximately 18,000 in 1826. By 1830, the total population of Macao was around 34,000, with 30,000 being Chinese.[19] Due to the categorisation of the population data in the book into two main groups — Chinese and Christian populations, the closest available data for the population of *Tou Sang Pou Ian* and Portuguese residents in Macao should be the Christian population in April 1822, 4,315 people in total. They were concentrated in the Freguesia da Sé and Freguesia de São Lourenço, forming the primary readers of *Abelha* (see Table 1).

Parish	Male		Female	Slave	Total
	14 and above	Under 14			
Sé	289	251	1,342	248	2,130
São Lourenço	256	170	1,058	236	1,720
Igreja de Santo António	59	52	301	53	465
Total	604	473	2,701	537	4,315

Table 1: Christian population of Macao in April 1822. Source: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, *Macau e a Sua População, 1500–2000 Aspectos Demográficos, Sociais e Económicos*, 1998, 102.

Fig. 2: *Portrait of Miguel José de Arriaga Brum da Silveira* (1776–1824), unknown author. Source: Wikimedia, https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Retrato_do_Dr._Miguel_Jos%C3%A9_d%27Arriaga_Brum_da_Silveira_(PNM_7466).png#/media/Ficheiro:Retrato_do_Dr._Miguel_Jos%C3%A9_d'Arriaga_Brum_da_Silveira_(PNM_7466).png

The small Portuguese community of just over 4,000 people constituted the distinct faction within *Abelha*. The royalist faction, led by *Ouvidor* (Lord Chancellor of the Realm) Miguel de Arriaga Brum da Silveira, and the constitutional faction, led by Major Barbosa, were the two prominent groups. Both parties, at different times, held control over the administration of Portuguese Macao, and each had its influence over *Abelha*. The 54th issue of the publication contains the turning point. The constitutional side ruled the period prior to this one, and the Royalist party took control of the press beginning with the mentioned issue.

3. *OU MUN IAN* AS RHETORIC OF GOVERNANCE: THE CONSTRUCTION OF MACAENESES' IDENTITY THROUGH *ABELHA*

Since the publication of his book *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*,[20] Benedict Anderson has been criticised by some scholars for the theory in 'EuroAmerica-centric' perspective.[21] His concept of 'Imagined Communities', including the role of print media in constructing nationalism, has been widely adopted in the study of nationalism and the concepts of communication and identity. German scholar Hartmut Wessler, in his study on the social integration of ethnic minorities, suggests that mass media, during the process of social integration, may create a 'Symbolic Community' based on shared cultural values and a sense of belonging.[22] In the following discussion, the concept of media having a role in constructing community will be applied to summarise and describe the content of *Abelha*. This analysis aims to explore how *Abelha* contributes to the identity construction of the term 'Macaeneses'.

From the arrival of the Portuguese in Macao in the 16th century until the founding period of *Abelha*, the Portuguese residents in Macao had gradually established a mature self-governing institution known as Leal Senado within the community. In its early days, the Leal Senado served as the highest autonomous authority for the Portuguese residents in Macao, combining judicial and administrative powers. However, in 1783, the Portuguese Royal Family issued the *Providências Régias*, which strengthened the powers of the *Capitão-Geral* (governor) and *Ouvidor*. This drastically reduced the importance of the Leal Senado.[23] Influenced by the turbulent global political landscape of events such as the French Revolution in 1789 and the Spanish Revolution in 1820, the Portuguese Constitutional Assembly passed the *Bases da Constituição* in 1821, declaring the abolition of feudal privileges. In response to these global changes, Macao embarked on a constitutional movement on August 19 in 1822, led by Barbosa, the leader of the Constitutionalist party, with the aim of establishing a constitutional monarchy.

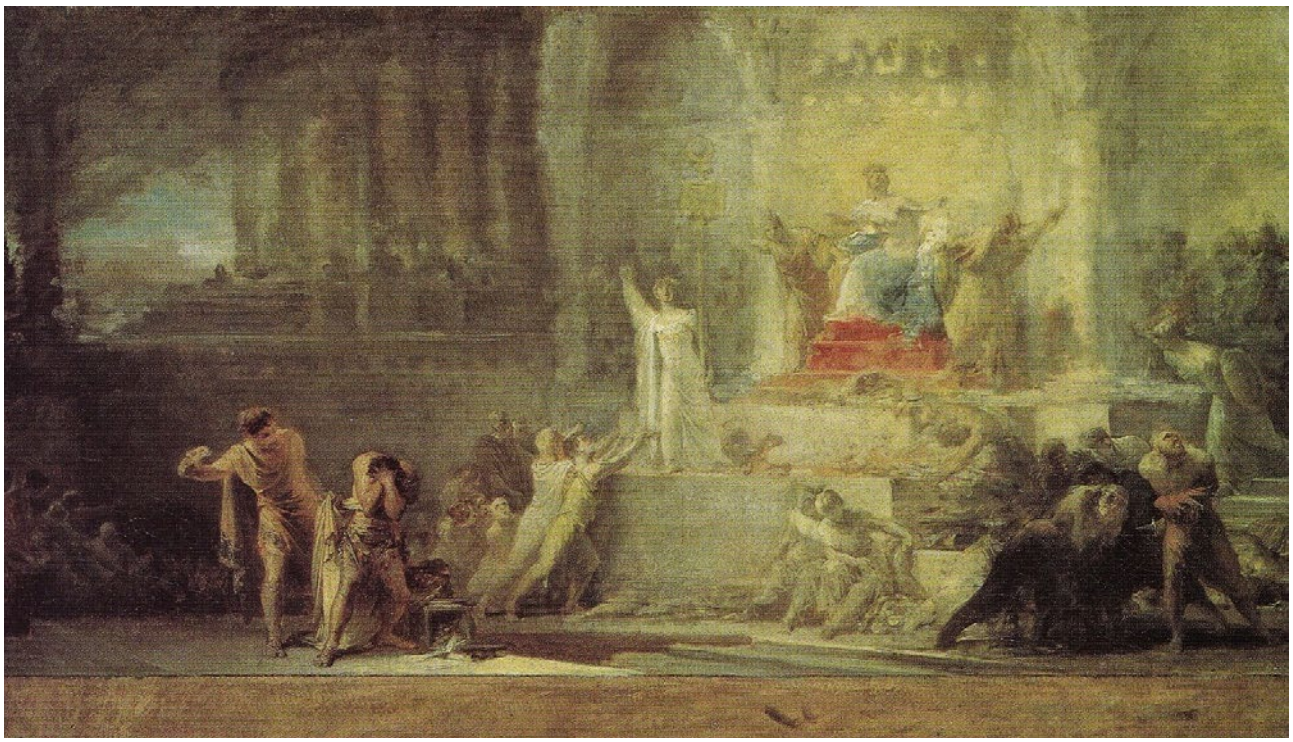


Fig. 3: *Allegory to the Constitution of 1822*, by Domingos Sequeira, 1822. Source: National Museum of Ancient Art of Portugal, https://www.europeana.eu/item/02030/MatrizNet_Objectos_ObjectosConsultar_aspx_IdReg_249009

One month later, on September 12, 1822, *Abelha* was founded. The newspaper adopted the name *Abelha* (Bee) because the constitutionalists considered the press as a political tool to 'sting' the conservatives, exposing their political enemies.[24] The inaugural statement, using the term 'Macaeneses', expressed support for the Constitutionalist party's provisional government, emphasising that all reforms initiated by the provisional government were fundamentally in the interest of the 'Macaeneses'.

> ***How much we desire to cooperate on our part for the justification of a fact that put an end to arbitrariness, consolidated the rights and duties of the Citizen, installing, amidst salvos of public contentment and incessant cheers of legitimate joy, a provisional government, according to the general will of all the Residents […]***[25]

This was the first time that the term 'Macaeneses' was associated in the public literature with the political disputes between the Macaenese and Portuguese residents, and an attempt was made to deliver an operational memory as 'participants in the constitutional monarchy'.

While advocating for the constitutional faction, the founders of *Abelha* also placed significant importance on maintaining connections with the Portuguese communities in Macao and Portugal. The editorial of the inaugural issue of *Abelha* emphasised:

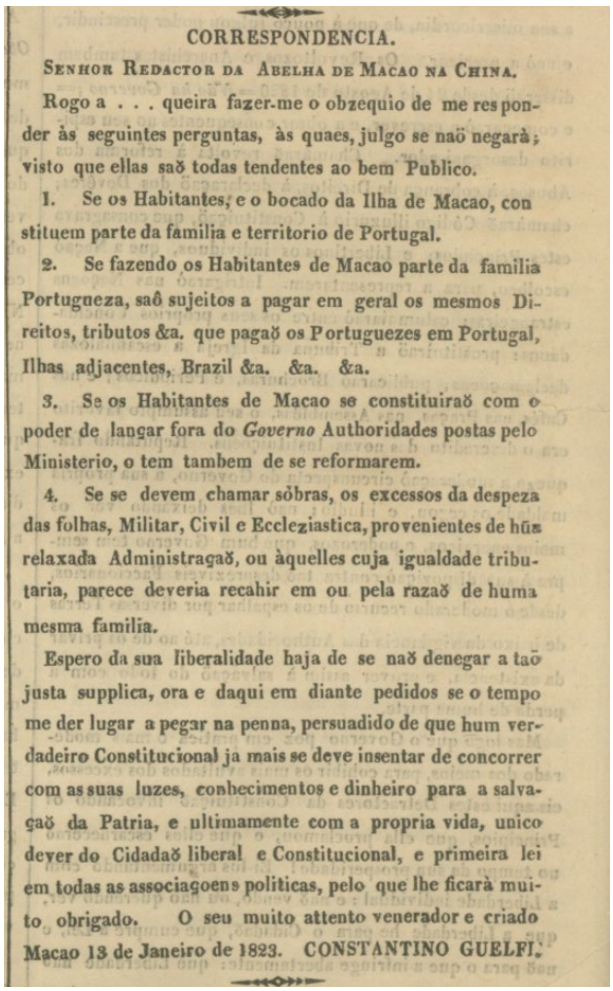
> ***At the same time, we also aim to introduce to our compatriots the enthusiasm displayed by the people of Macao in the upheaval against authoritarian rule, as well as the loyalty and activities of the newly established wise***

> *provisional government. We seek to explain to the people of Macao their specific rights and duties and, finally, point out the various improvements that this city can expect. These are our objectives. We will not overlook the news related to Portugal, both domestic and international. Furthermore, we earnestly request our compatriots to share your thoughts with us, and we hope that you will assist us in accomplishing our mission and lightening our burden.*[26]

These contents not only clarify the local identity of *Tou Sang Pou Ian* and the Portuguese residents in Macao as 'Macaeneses' but also emphasise the importance of the connection with Portugal. Furthermore, in the editorial of the inaugural issue, the overthrow of the Royalist party's power by the provisional Constitutional government is defined as 'patriotic action':

> *The noble people who are eternally faithful to the country, upholders of good social order, their enthusiasm in this event is fully evident […] The peace, tranquillity, and good order demonstrated by the people of Macao on that day will stand as an eternal monument, praised by generations. The lack of trust from the public towards the government, and the government's stubbornness, even resorting to the means that are not only inappropriate but despicable to the Portuguese, to maintain its rule, is the primary cause (of triggering this event)[…]*[27]

Through this set of discourses, the founders of *Abelha* on the one hand governed Macao in the name of the 'Macaeneses', while also declaring allegiance to Portugal, and further extending the definition of 'povo Macàense' to 'Love of the Fatherland (*Amor da Patria*)'. This identity as 'friends of the fatherland (*amigos da Patria*)' corresponds to building a composite identity value for both Macao and Portugal, which is recognised by both places. While constructing the identity of *Ou Mun Ian*, it not only distinguishes itself from other Portuguese but also emphasises its *Patriotismo* and loyalty to the motherland.



CORRESPONDENCIA.

SENHOR REDACTOR DA ABELHA DE MACAO NA CHINA.

Rogo a . . . queira fazer-me o obzequio de me responder às seguintes perguntas, às quaes, julgo se naõ negarà; visto que ellas saõ todas tendentes ao bem Publico.

1. Se os Habitantes, e o bocado da Ilha de Macao, constituem parte da familia e territorio de Portugal.

2. Se fazendo os Habitantes de Macao parte da familia Portugueza, saõ sujeitos a pagar em geral os mesmos Direitos, tributos &a. que pagaõ os Portuguezes em Portugal, Ilhas adjacentes, Brazil &a. &a. &a.

3. Se os Habitantes de Macao se constituiraõ com o poder de langar fora do *Governo* Authoridades postas pelo Ministerio, o tem tambem de se reformarem.

4. Se se devem chamar sôbras, os excessos da despeza das folhas, Militar, Civil e Eccleziastica, provenientes de hũa relaxada Administraçaõ, ou àquelles cuja igualdade tributaria, parece deveria recahir em ou pela razaõ de huma mesma familia.

Espero da sua liberalidade haja de se naõ denegar a taõ justa supplica, ora e daqui em diante pedidos se o tempo me der lugar a pegar na penna, persuadido de que hum verdadeiro Constitucional ja mais se deve insentar de concorrer com as suas luzes, conhecimentos e dinheiro para a salvaçaõ da Patria, e ultimamente com a propria vida, unico dever do Cidadaõ liberal e Constitucional, e primeira lei em todas as associaçoens politicas, pelo que lhe ficarà muito obrigado. O seu muito attento venerador e criado Macao 13 de Janeiro de 1823. CONSTANTINO GUELFI.

Fig. 4: Captain Guelfi's letter in issue no.19 of *Abelha*, 1822. Source: National Library of Portugal, digitised copy number: j-11-b.

This composite identity value of the native Portuguese expressing recognition for both Macao and Portugal has sparked discussions among readers. For instance, in the 19th issue of *Abelha*, a letter to

the editor from Constantino Guelfi, the captain of the ship *Nossa Senhora da Piedade e São José Igiguá*, was published. In his letter, he raised four questions, initiating discussions: (1) Are the residents of Macao considered members of the Portuguese national family? (2) If so, are the residents of Macao obligated to pay taxes like those in Portugal and Brazil? (3) Do the residents of Macao have the right to expel government authorities or reform governmental institutions? (4) If the government has excess expenditures in military, civil, and religious affairs, will these expenses be borne by Portuguese taxpayers?[28]

The editor of the newspaper later responded to Captain Guelfi's letter in issue no. 20, stating that: 'Residents of Macao belong to the Portuguese family [...] and have the same rights as all Portuguese citizens'.[29] This response is tantamount to establishing the political legitimacy of composite identity values in the position of citizen.

Due to political environment changes, *Abelha* has been controlled by the royalists since issue no. 54. Although its political stance has indeed changed rapidly, the identity recognition of *Ou Mun Ian* has not diminished. After the royalists took over the operation of the newspaper, although it continued to criticise the constitutionalists, the identity of 'Macaenses' they constructed is similar to that of the latter one, which is a complex identity value system that simultaneously identifies with both Macao and Portugal. Taking the example of an anonymous reader's letter titled 'Discurso do Macaista Original' published in the 58th issue, the writer, from the perspective of 'Macaenses', considering political and social interests, expresses support for the royalists and categorises constitutionalists as *outros*.

> ***These people, by forming cliques everywhere, confuse the public, take advantage of situations, and indulge in wanton derogation and defamation of dissenters. In order to develop their own parties, they incite trouble and discord in Macao society, sow discord, and delude themselves into thinking that they can solidify their organisational base through such means.***[30]

The editorial published in issue no. 54 also pointed out that: 'The evil actions of the rebel leaders who attempted to lure the people of Macao into committing the crimes of defying the orders of the Goa government mentioned in issues no. 17, 18, and subsequent editions of this newspaper should no longer be concealed.'[31] From this, it can be seen that, starting from the 54th publication, members of the constitutionalist faction were described as *outros*, intending to harm the interests of 'Macaenses' and undermine the relationship between this group and Portugal.

Subsequently, *Abelha* published several letters primarily critiquing the governance of Barbosa's Constitutional government, such as the 'DISCURSO do Philantropo Macaista' published in issue no. 62 and the serialisation of 'Expozição dos sentimentos de hum Patriota' in issues no. 60, 63, and 64. The content of these letters predominantly accuses Barbosa himself and his government of unlawful conduct during their administration:

> ***No true Macanese patriot can observe without emotion the injustice with which Major Paulino da Silva Barbosa, in his Petition of September 26, seeks to impute to the Macanese people the criminal deeds of which only he was the author [...] The love for my homeland and the zeal for the honour of my Macanese brethren, attacked by this unjust accusation, compel me to raise my voice and make it resound to this esteemed public that the Macanese people never positively contributed to such atrocities.***[32]

These words not only intertwine the dual concepts of love for Macao and love for the nation but also, through the usage of expression 'true Macanese patriot', attempt to erase the action memory of 'participants in the constitutional movement' previously attributed to Macanese identity and emphasise 'the Macanese people never positively contributed'. Additionally, in the readers' letters section of issues no. 60 to 65, there were successive appearances of letters and speeches criticising the constitutionalists. Issue no. 64's 'The Government's Proclamation Commending Citizens for Their Loyalty to the Law and to the King' even defines supporting the monarchists as 'Patriotismo'.

From the aforementioned content, it is evident that both the royalist and constitutionalist factions have imbued their partisan ideologies and actions into the identity of 'Macanese', thereby seeking legitimacy for their factional ideologies, actions, and governance. Consequently, 'Macanese' is perceived as a form of governance rhetoric in their eyes. It is noteworthy that regardless of whether the political stance is royalist or constitutionalist, love for Macao and love for the nation consistently constitute the core of identity as 'Macanese' in the newspaper *Abelha*, indicating that changes in political stance have little consistent impact on the identity of 'Macanese' for *Tou Sang Pou Ian* and the Portuguese residents in Macao at that time.

Extensive discussions surrounding the identity symbols of 'Macaista' and 'Macaeneses' in *Abelha*, particularly the textual exchanges between readers and editors, constitute significant primary documents for the study of identity recognition of *Tou Sang Pou Ian* and the Portuguese residents in Macao. These discussions underscore the enduring interest and research devoted to the issues of *Tou Sang Pou Ian*'s identity recognition, with intense debates emerging as early as the early 19th century in public discourse. Within the construction of identity recognition for *Tou Sang Pou Ian* and the Portuguese residents in Macao, the collective historical experiences and cultural criteria reflected by this group can be understood as a form of collective 'one true self'.[33] *Tou Sang Pou Ian* utilises 'selves' as the subject, delineating and defining a unique identity recognition within the ethnic group through shared historical experiences, customs, ethnicity, and class, among other cultural symbols, and thereby distinguishing 'others' (objects). From the content of *Abelha*, whether it be the editorials during the constitutionalist-dominated period or the appellations used during the royalist-dominated period after issue no. 54, both employ terms such as 'Macaenses' or 'Macaista' imbued with symbolic significance. This, on the one hand, separates *Ou Mun Ian* as the subject from other groups symbolising the object. On the other hand, it carries also implications of a localised identity recognition within it.

4. COMMUNITY LIFE WITH MULTIPLE ALLEGIANCES AND CONSTRAINTS

Abelha, founded by the constitutionalists, stands as a politically explicit periodical with the dual functions of an official gazette and a party newspaper. Each issue includes political information such as government documents, council decrees, and meeting records. Given that the constitutionalists, led by Barbosa, supported the constitutional revolution in Portugal in 1821 and adhered to Portugal's liberal constitution, *Abelha* has been, from its inception, a public platform for political discourse, publishing citizens' political opinions and anonymous letters as personal comments. The construction of the identity connotation of *Ou Mun Ian* by *Tou Sang Pou Ian* and the Portuguese residents in Macao, as demonstrated in the previously mentioned texts of reader letters and editor responses, is rooted in the public discourse space provided by *Abelha*.

Those founders of *Abelha* not only regarded the newspaper as an open public space but as the official newspaper of the provisional Constitutionalist government, it could also be regarded as an 'extension of the regime'. The council managed by the constitutionalists convened several times in *Abelha*, discussing topics related to the 'participation of the government', openly summoning all citizens to attend meetings at the Leal Senado or express their personal opinions in writing. In the 51st issue of the newspaper, a political participation notice was issued, wherein the Leal Senado openly consulted the citizens on seven issues concerning political, educational, and military aspects, among others, and urged all citizens to respond in writing. Specific issues included queries regarding political matters such as '(1) whether changes should be made to the existing political system, and from which aspects such changes should be initiated',[34] or discussions on educational planning such as '(2) how to formulate education plans that are most closely aligned with the current social situation and are effective for students (both male and female)'.[35] Additionally, committees were established to discuss the opinions expressed by citizens in written or oral form. From this, it is apparent that the political landscape during the dominance of the constitutionalists encouraged citizen participation and governance. At that juncture, *Abelha* stood as a publication with a clear political stance, offering residents an open platform for political discourse.

This culture of engaging readers and citizens in political discourse persisted until the 54th issue, even after both the newspaper and political power underwent changes. Following the ascendancy of the monarchists, the 58th issue featured a letter attributed to 'J. J. B', titled 'Qual he a origem do Carcundismo, e o modo de o extirpar'.[36] The letter predominantly criticised individuals who advocated for authoritarianism at that time, specifically those aligned with Miguel de Arriaga Silveira, who were in control of the newspaper at that period.

In an authoritarian government, each individual strives solely for their own survival, while the rulers remain indifferent and unrestrained in their destruction of both natural resources and the rights of the people.[37]

De facto, the internal conflicts within this Portuguese community based on different political ideologies can be seen as a form of 'internal freedom', allowing *Tou Sang Pou Ian* and the Portuguese residents to distinguish themselves from other ethnic groups symbolising the 'other'. However, this internal freedom is established within the framework of numerous external behavioural norms.

Anderson, in his discourse on the origins of nationalism, posits that the emergence of nationalism in late 18th-century Europe demands to be examined within larger cultural frameworks such as Religious Community and Dynastic Realm.[38] The consciousness of the 'Macaense' ethnic group, as articulated by *Tou Sang Pou Ian* and the Portuguese residents, is not only evident in the overt political factionalism depicted in *Abelha*, but also exists within the relatively concealed macro systems mentioned above.

Following the enactment of *Providências Régias*, the Portuguese Royal Family and the Governor of Portuguese India replaced the predominantly local Leal Senado, becoming the primary authority governing the Macanese population. Consequently, among the Macanese community, there emerged a gradually reinforced identification with the Portuguese monarchy through the *Ouvidor*, a process elucidated in *Abelha*. The *Ouvidor*, Miguel de Arriaga Brum da Silveira, appointed by the Governor, instigated a coup after the arrival of the constitutionalists, leading to his expulsion from Macao by the Leal Senado

Fig. 5: St. Dominic's Church was the printing venue of *Albelha*, by the Dominicans. *St. Dominic's Church*, by George Smirnoff (1903–1947). Source: National Library of Portugal, digitised copy number: PI-9200-P.

under Barbosa's control. Subsequently, the warship *Salamandra* dispatched by Governor Joaquim Mourão Palha arrived in Macao in June 1823, aiding Miguel de Arriaga in reclaiming power.

The journal *Abelha* contains a total of 46 articles, notices, and correspondence related to the warship *Salamandra*. In addition to letters concerning the political struggles between the Governor of Portuguese India and the Leal Senado, one document published in the 47th issue is a letter from the Treasurer and Superintendent (*Procurador*) of Macao to the Viceroy of Guangdong Province (*Vice-Rei de Cantão*), providing detailed reasons for the dispatch of the warship *Salamandra* to Macao by the Governor of Portuguese India.[39] From these published materials in *Abelha*, it is evident that the Macanese residents were clearly threatened by the military force of the Governor of Portuguese India, who represented the Portuguese monarchy, as well as affected by the *Ouvidor*'s advocacy of Portuguese royal identity.

In addition to its political landscape, the Macanese population, predominantly Roman Catholic, adhered to shared religious norms. During the publication period of *Abelha*, Macao's Christians were experiencing the pontificate of Pope Pius VII, as evidenced by the 'COPIA DA BULLA PONTIFICIA' (original dated January 16, 1822) published in the 21st issue, which pertained to fasting and indulgences during Catholic festivals. Subsequent issues also featured discussions by the editor and the Bishop of Macao on how to adaptively implement the Pope's Encyclical in Macao according to local circumstances.[40] Moreover, the Leal Senado at the time often incorporated religious music as a primary element in celebratory events, as indicated in a council announcement in the 17th issue, which can be seen that religious practice at that time was also part of political life:

> *The Leal Senado, in furtherance of its support for constitutionalism and upon receiving uplifting news from the vessel* **novo paquete do Rio**, *hereby issues an announcement for the illumination of the city and the shotgun in salute on the evenings of the 5th, 6th, and 7th of this month. Additionally, on the morning of the 6th, the* **Te Deum** *will be performed at the Cathedral of Macao.*[41]

In summary, based on the foundation provided by *A Abelha da China*, an analysis of the early 19th century reveals that the Portuguese-descended community in Macao, self-identified as 'Macaeneses' or 'Macaista' (whether represented by *Tou Sang Pou Ian* or the Portuguese residents),

constituted an evident religious community with shared religious practices and observances. Simultaneously, they were subject to the influence and constraints of decrees and military forces from the Portuguese monarchy and its representatives. With the emergence of constitutionalist and monarchist political ideologies, combined with local political developments in Macao, this group of *Ou Mun Ian* found themselves constrained by various external forces while also needing to balance these forces under the banner of 'Macaeneses'. It was within this complex interplay of politics and religion that *Tou Sang Pou Ian* and the Portuguese residents, through the public sphere created in *Abelha*, engaged in debates and discourses, thereby discovering, constructing, and deepening their self-identity under the name of 'Macaeneses'. At the core of this identity was an affection for Macao and the homeland (Portugal), demonstrating their connection to Macao, Portugal, and the cultural practice of Christians. On this basis, their political stance was subject to change, with internal spaces for free political discourse. However, this unique identity, whether situated in historical context or within the social dynamics of Macao, resembles Stuart Hall's analysis of identity as continuously positioned within social relations shaped by history and culture, existing in a state of fluid positioning.[42] The impact of this community identity, found in the pages of *Abelha* from the early 19th century, remains difficult to conclusively determine at present.

* This article is a translation of 林玉鳳、黃曉蓉，〈以"Macaeneses"（澳門人）之名維繫管治與建立社區——《蜜蜂華報》再研究〉, *Review of Culture* (Chinese Edition), no. 116 (2022), 6–15. RC

NOTES

1 The meaning of this expression is also relatively controversial in Chinese, but it is now widely recognised that it generally refers to the Macao-born native Portuguese — Translator note.

2 *A Abelha da China: 1822–1823*. Edição do exemplar original do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (Macao: Universidade de Macau; Fundação Macau, 1994), 74.

3 Gongzhen Ge 戈公振, *Zhongguo bao xue shi* 中國報學史 (History of Chinese Journalism) (Beijing: SDX Joint Publishing Company, 1955), 81; Hanqi Fang 方漢奇, ed., *Zhongguo xinwen shiye tongshi: diyi juan* 中國新聞事業通史：第一卷 (General History of Journalism in China: Vol. 1) (Beijing: China Renmin University Press, 1992), 271; Manli Cheng 程曼麗, *Mifeng hua bao yanjiu* 《蜜蜂華報》研究 (Macao: Macao Foundation, 1998), 1–3.

4 Iok Fong Lam 林玉鳳, *Zhongguo jindai baoye de qidian* 中國近代報業的起點 (The Beginning of the Modern Chinese Press History) (Beijing: Social Sciences Academic Press, 2015), 103–129.

5 In addition to the aforementioned studies by Gongzhen Ge, Hanqi Fang, Manli Cheng and Iok Fong Lam, there is also a study which analyses the impact of *Abelha* on China's modern press by Dianhong Zhao 趙殿紅, "Mifeng hua bao de chuangban he Aomen jindai baoye de fazhan《蜜蜂華報》的創辦和澳門近代報業的發展," *Jinan xuebao (zhexue shehui kexue ban)* 暨南學報（哲學社會科學版） *Jinan Journal (Philosophy & Social Sciences)*, no. 6 (2006): 73–77.

6 Cheng, *Mifeng hua bao yanjiu*, chap. 4.

7 J. M. Braga, "O Início da Imprensa em Macau," in *Boletim Eclesiástico* (Lisbon: Arzobispo Castrense de España, 1938).

8 João Alves das Neves, *A Imprensa de Macau e as Imprensas de Língua Portuguesa no Oriente* (Macao: Instituto Cultural de Macau, 1999), 93–94.

9 Neves, *A Imprensa de Macau*, 93.

10 Pablo Magalhães, "Paulino da Silva Barbosa. O Baiano que Liderou a Revolução Constitucional em Macau e Criou o Jornal *A Abelha da China* (1822–1823)," *Afro-Ásia*, no. 51 (2015): 275–310.

11 *A Abelha da China*, 1–2.

12 *A Abelha da China*, 1–2.

13 G. N. Batalha, "Language of Macao Past and Present," *Review of Culture* (English Edition), no. 20 (1994): 131–156.

14 A. M. Amaro, *Dadi zhizi: Aomen tusheng pu ren yanjiu* 大地之子: 澳門土生葡人研究, trans. Guoping Jin 金國平 (Macao: Cultural Institute of Macao, 1993), 9.
15 In his translated version of Amaro's book *Filhos de Terra*, Jin explained that the term 'Filhos da terra' is referred to as *Tou Sang* (土生) in general Chinese colloquial language, with meaning of 'local' or 'native'.
16 Amaro, *Dadi zhizi*, 9–10.
17 Manuel Teixeira, "Aomen tusheng pu ren de youlai 澳門土生葡人的由來," *Review of Culture* (Chinese Edition), no. 20 (1994): 197.
18 António M. Jorge da Silva, *Kuayue wenhua yu shikong de pu ya ren: Aomen pu yi de yanhua* 跨越文化與時空的葡亞人：澳門葡裔的演化, trans. Ip Hou Nam 葉浩男 (Hong Kong: Chung Hwa Book Company, 2019), 5.
19 *Macau e a Sua População, 1500–2000 Aspectos Demográficos, Sociais e Económicos* (Macao: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, 1998), 99.
20 Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (London: Verso, 2016).
21 Partha Chatterjee, "Whose Imagined Community?" *Millennium 3*, no. 20 (1991): 521–525.
22 Hartmut Wessler, "Multiple Differenzierung und Kommunikative Integration — Symbolische Gemeinschaften und Medien," in *Integration und Medien. Mediensymposium Luzern*, vol. 7, ed. K. Imhof, O. Jarren and R. Blum (Opladen: Westdeutscher Verlag, 2002), 56–76.
23 Kaijian Tang 湯開建, "Aomen yishihui de qiyuan fazhan yu shuailuo: 1583–1865 澳門議事會的起源、發展與衰落：1583—1865," *Aomen yanjiu* 澳門研究 *Journal of Macau Studies*, no. 81 (2016): 83–103.
24 Cheng, *Mifeng hua bao yanjiu*, chap. 3.
25 Cheng, *Mifeng hua bao yanjiu*, appendix.
26 Cheng, *Mifeng hua bao yanjiu*, appendix.
27 *A Abelha da China*, 1.
28 *A Abelha da China*, 74.
29 *A Abelha da China*, 77.
30 *A Abelha da China*, 247–249.
31 *A Abelha da China*, 229.
32 *A Abelha da China*, 263.
33 Stuart Hall, "Cultural Identity and Diaspora," in *Identity: Community, Culture, Difference*, ed. J. Rutherford (London: Lawrence & Wishart, 1990), 222–237.
34 *A Abelha da China*, 41.
35 *A Abelha da China*, 41.
36 *A Abelha da China*, 69–70.
37 *A Abelha da China*, 69–70.
38 Anderson, *Imagined Communities*, 11.
39 *A Abelha da China*, 201–204.
40 *A Abelha da China*, 79–82, 96–101.
41 *A Abelha da China*, 66.
42 Hall, "Cultural Identity and Diaspora," 226.

BIBLIOGRAPHY

A Abelha da China: 1822–1823. Edição do exemplar original do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Macao: Universidade de Macau; Fundação Macau, 1994.

Amaro, A. M. *Dadi zhizi: Aomen tusheng pu ren yanjiu* 大地之子: 澳門土生葡人研究. Translated by Guoping Jin 金國平. Macao: Cultural Institute of Macao, 1993.

Anderson, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 2016.

Batalha, G. N. "Language of Macao Past and Present." *Review of Culture* (English Edition), no. 20 (1994): 131–156.

Braga, J. M. "O Início da Imprensa em Macau." In *Boletim Eclesiástico*. Lisbon: Arzobispo Castrense de España, 1938.

Chatterjee, Partha. "Whose Imagined Community?" *MIllennium 3,* no. 20 (1991): 521–525.

Cheng, Manli 程曼麗. *Mifeng hua bao yanjiu*《蜜蜂華報》研究. Macao: Macao Foundation, 1998.

Fang, Hanqi 方漢奇, ed. *Zhongguo xinwen shiye tongshi: diyi juan* 中國新聞事業通史：第一卷 (General History of Journalism in China: Vol. 1). Beijing: China Renmin University Press, 1992.

Ge, Gongzhen 戈公振. *Zhongguo bao xue shi* 中國報學史 (History of Chinese Journalism). Beijing: SDX Joint Publishing Company, 1955.

Hall, Stuart. "Cultural Identity and Diaspora." In *Identity: Community, Culture, Difference*, edited by J. Rutherford, 222–237. London: Lawrence & Wishart, 1990.

Lam, Iok Fong 林玉鳳. *Zhongguo jindai baoye de qidian* 中國近代報業的起點 (The Beginning of the Modern Chinese Press History). Beijing: Social Sciences Academic Press, 2015.

Macau e a Sua População, 1500–2000 Aspectos Demográficos, Sociais e Económicos. Macao: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, 1998.

Magalhães, Pablo. "Paulino da Silva Barbosa. O Baiano que Liderou a Revolução Constitucional em Macau e Criou o Jornal

A Abelha da China (1822–1823)." *Afro-Ásia*, no. 51 (2015): 275–310.

Neves, João Alves das. *A Imprensa de Macau e as Imprensas de Língua Portuguesa no Oriente*. Macao: Instituto Cultural de Macau, 1999.

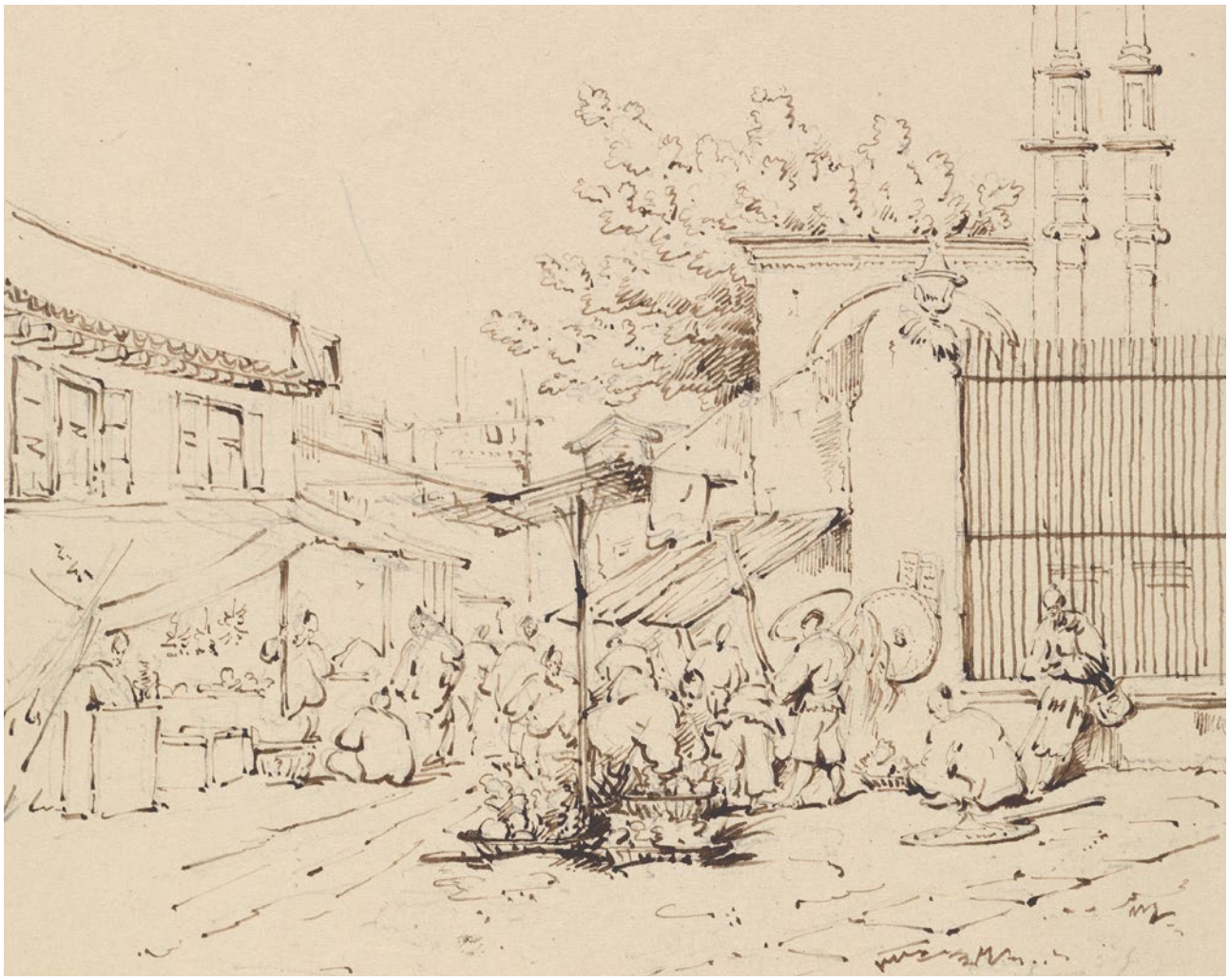
Silva, António M. Jorge da. *Kuayue wenhua yu shikong de pu ya ren: Aomen pu yi de yanhua* 跨越文化與時空的葡亞人：澳門葡裔的演化. Translated by Hou Nam Ip 葉浩男. Hong Kong: Chung Hwa Book Company, 2019.

Tang, Kaijian 湯開建. "Aomen yishihui de qiyuan fazhan yu shuailuo: 1583–1865 澳門議事會的起源、發展與衰落：1583–1865." *Aomen yanjiu* 澳門研究 *Journal of Macau Studies*, no. 81 (2016): 83–103.

Teixeira, Manuel. "Aomen tusheng pu ren de youlai 澳門土生葡人的由來." *Review of Culture* (Chinese Edition), no. 20 (1994): 197.

Wessler, Hartmut. "Multiple Differenzierung und Kommunikative Integration — Symbolische Gemeinschaften und Medien." In *Integration und Medien. Mediensymposium Luzern*, vol. 7, edited by K. Imhof, O. Jarren and R. Blum, 56–76. Opladen: Westdeutscher Verlag, 2002.

Zhao, Dianhong 趙殿紅. "Mifeng hua bao de chuangban he aomen jindai baoye de fazhan《蜜蜂華報》的創辦和澳門近代報業的發展." *Jinan xuebao (zhexue shehui kexue ban)* 暨南學報（哲學社會科學版） *Jinan Journal (Philosophy & Social Sciences)*, no. 6 (2006): 73–77.



Street Scene with Merchants Selling Wares, ca. 1843, by George Chinnery. Yale Center for British Art, Paul Mellon Collection, accession number: B1977.14.4173.

Reflexos de Macau em Lisboa: A Perspectiva do Jornal Republicano *A Vanguarda* (1894–1900)

Célia Reis*

RESUMO: Este artigo procura mostrar a visão proporcionada por um jornal republicano de Lisboa — *A Vanguarda*. O olhar que aqui se encontra corresponde ao aspecto informativo, em alguns casos, mas também ao de combate, como era característico deste jornal. No entanto, mais do que lutar pelo que era específico de Macau, o que aí ocorria tinha correspondência nos processos políticos seguidos pelos monárquicos. As questões políticas tinham aqui um espaço importante, onde os boatos sobre os possíveis governadores iam surgindo. Entre aqueles que ocuparam esse cargo no período escolhido, Horta e Costa foi, sem dúvida, aquele que mais foi contestado, pelo confronto que internamente se sentia, entre ele, o secretário-geral e o juiz contra um outro grupo associado ao jornal *A Voz do Crente*. Contudo, como reflexo das preocupações coloniais que constituíam um dos assuntos especialmente ligados à propaganda republicana, as questões de relacionamento externo no contexto macaense ganharam mais destaque. Foi neste contexto que se movimentaram portugueses e chineses, com interesses e problemáticas diferentes, igualmente com algum lugar em *A Vanguarda*.

PALAVRAS-CHAVE: Macau; China; Imprensa; Governadores; Política; Colónias.

1. *A VANGUARDA*

A Vanguarda era um jornal republicano que surgiu a 9 de Março de 1891, nitidamente pouco depois do '31 de Janeiro', a primeira tentativa de implantar a república em Portugal, e manteve-se em publicação até 1911.[1]

No Verão de 1896, o jornal envolveu-se em conflitos com os poderes públicos, levando à sua suspensão por 30 dias e à prisão do director. Em resultado, usou um processo habitual no jornalismo coevo, alterando a denominação, que passou a *Na Vanguarda*, durante aquele prazo. Também segundo o mesmo costume, a numeração do novo título estava acompanhada pela antiga. Neste caso,

* Célia Reis é doutorada em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Actualmente é professora em Torres Vedras, Portugal.

Célia Reis has a Ph.D. in Contemporary History from the School of Social Sciences and Humanities of the Nova University of Lisbon. She is currently a teacher in Torres Vedras, Portugal.

Ano I — LISBOA — Segunda-feira 9 de março de 1891 — N.º 1

A VANGUARDA

Director, ALVES CORRÊA — Gerente, EDUARDO JOSÉ GASPAR

ASSIGNATURAS — PUBLICAÇÕES

Redacção-Rua Serpa Pinto, 48, 2.º, C.-Lisboa — Administração-Rua Serpa Pinto, 48, 2.º, C.-Lisboa

O NOSSO IDEAL

O projecto do sr. Eduardo d'Abreu

A cura da tisica

Grandes mascaras

O nosso folhetim

A MULHER DO MORTO

O manifesto da Liga

Visconde de Ouguella

Buenos-Ayres

Fig. 1: O primeiro número de *A Vanguarda*, 1891. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, digitalizado a partir de: j-2981-g.

o número de 19 de Agosto de 1896 correspondeu ao 'Anno primeiro (sexto) – N.º 2 (1:861)'. Mais tarde, a partir de 18 de Setembro voltou ao título e cômputo anterior, 1891, como o que sabemos agora.

Uma nova alteração teve lugar a 13 de Novembro do mesmo ano, quando passou a ser simplesmente *Vanguarda*, com o número 3 (1947), devido à demora na habilitação do novo editor. Assim se manteve no período que aqui se analisa. Apesar destas alterações referidas, como facilitador da leitura, neste artigo usaremos sempre a denominação *A Vanguarda*.

Este diário integrava-se num grupo mais vasto de jornais com a mesma orientação política, o que, aliás, o comprova a própria vida política do seu primeiro director, Alves Correia (1861–1900).[2] Este já passara pela *Folha do Povo*, *Século* e *Os Debates*, antes de se lançar em *A Vanguarda*. Incompatibilizando-se depois com a empresa que suportava o periódico, fundou *O País*. A estes títulos, no entanto, podemos somar outros.

Surgido pela mão de Alves Correia, em 1895 este indispôs-se com os empresários,[3] sendo afastado e com ele partindo outros jornalistas, como França Borges (1871–1915). *A Vanguarda* passou, então, a ser dirigido por Faustino da Fonseca (1871–1918), que se manteve até 1898. Tratava-se de outro republicano aguerrido, que deixara a vida militar para se dedicar ao jornalismo, passando igualmente por vários periódicos que seguiam a sua opção política. Pela direcção deste, esteve preso durante três meses.[4] Além disso, dedicou-se igualmente ao romance e outras obras literárias. Foi a 16 de Outubro de 1898 que Magalhães Lima (1850–1928) assumiu a direcção do jornal.

A feição republicana de *A Vanguarda* levou-o, naturalmente, a toda a campanha de oposição a pessoas e actos da monarquia, às suas decisões políticas ou de qualquer outra natureza, mas também lhe imprimiu uma feição algo socialista, chegando um dos elementos desta corrente, Ernesto da Silva, a integrar aqui os seus artigos durante algum tempo, em 1896, antes de entrarem em confronto.[5]

O surgimento e desenvolvimento de jornais como este que aqui estudamos, assumiam uma posição de combatente em favor dos ideais que reivindicavam, apelando ao seu desenvolvimento entre as massas, particularmente de proveniência urbana.[6]

Tal como noutras partes, a que se refere a colónias, tem um aspecto duplo entre o informativo e o opinativo/contestatário. Nesta via diferenciada, o mundo ultramarino ganhou espaço importante: era mais um campo crítico da administração

monárquica, incapaz de dominar, organizar, defender, impor-se na cena internacional, numa fase em que as potências olhavam para África e Ásia com interesse colonizador. A condenação da fraqueza externa surgia, dessa forma, a par dos métodos usados pelos governantes, incapazes de proverem as medidas necessárias. Os comentários uniam também metropolitano e colonial, porque, afinal, o que governava Portugal reflectia-se nos espaços que o país dominava nos outros continentes.

O período que aqui se analisa, do início de 1894 a Março de 1900, corresponde aos governos de José Maria de Horta e Costa e Eduardo Galhardo.[7] Homens diferentes, como é que se mostraram em Macau? Como é que um jornal republicano de Lisboa via a política seguida naquela pequena província ultramarina? Quais os aspectos ou dificuldades que se realçavam?

2. A ORIGEM DAS NOTÍCIAS

Foram muitas as pequenas notícias meramente informativas, frequentemente referentes a actos administrativos/burocráticos e comuns a todas as colónias: a nomeação de algum funcionário, a sua partida ou chegada, as licenças e transferências, promoções e exonerações, os assuntos sobre os quais se pronunciava a Junta Consultiva do Ultramar, etc. Outras enquadravam Macau em decisões comuns, como o imposto de tonelagem ou as taxas de correio. Eram particularmente provenientes da própria capital, por vezes do próprio *Diário do Governo*. Anotando esta existência, não é, no entanto, a que nos interessa aqui, em que se procuram os elementos mais específicos da província à beira da China.

Eram várias as formas como as notícias ou informações chegavam da província. Algumas vinham por telegrama ou eram recebidas do correspondente, que, em Agosto de 1895, confessou que deixara de enviar notícias pela acção conjugada da sua preguiça e da pacatez vivida em Macau.[8] Noutras ocasiões, dizia-se que as notícias tinham sido recebidas 'por via d'um amigo', que assinava como 'do nosso correspondente especial'.[9] Em Fevereiro de 1896, afirmou-se que tinham sido recepcionadas notícias referentes a 8 de Dezembro, assinadas por 'C', etc.[10]

Sem sabermos se o correspondente era sempre o mesmo, salientemos a primeira destas referências pelas considerações que se seguiram. Relatando uma situação que havia entre governador e a Misericórdia, analisada noutra parte, ele acaba por se reconhecer como republicano, dirigindo-se aos 'outros, que não para os nossos correligionarios que bem nos conhecem'. A sua intenção era então informar sobre os factos reais,

> ***porque politicamente não temos considerações para ninguém pessoalmente estamos muito desviados da atmosphera onde se respira o incenso e a myrrha, que os bajuladores usam nas suas thuribulações.***[11]

Note-se igualmente que a ligação entre Macau e Timor levou a que informações sobre esta última parte tivessem origem no correspondente macaense.[12]

Os jornais de Macau eram também uma fonte de informação. *A Voz do Oriente*, ou *A Voz do Crente*, foi o jornal que mereceu algumas referências pelos anos de 1895–1896,[13] sobretudo em contestação a Horta e Costa — o Governador. Neste momento, o *Echo Macaense* encontrava-se juntamente no grupo desta última autoridade, tendo a filha do seu redactor principal, António Joaquim Basto, casado com o secretário-geral. Desta forma, neste período, este jornal mostrou-se interessado particularmente nas questões de política externa. Contudo, mais tarde, já durante o governo de Eduardo Galhardo, passou a ser muito mais usado como fonte do periódico

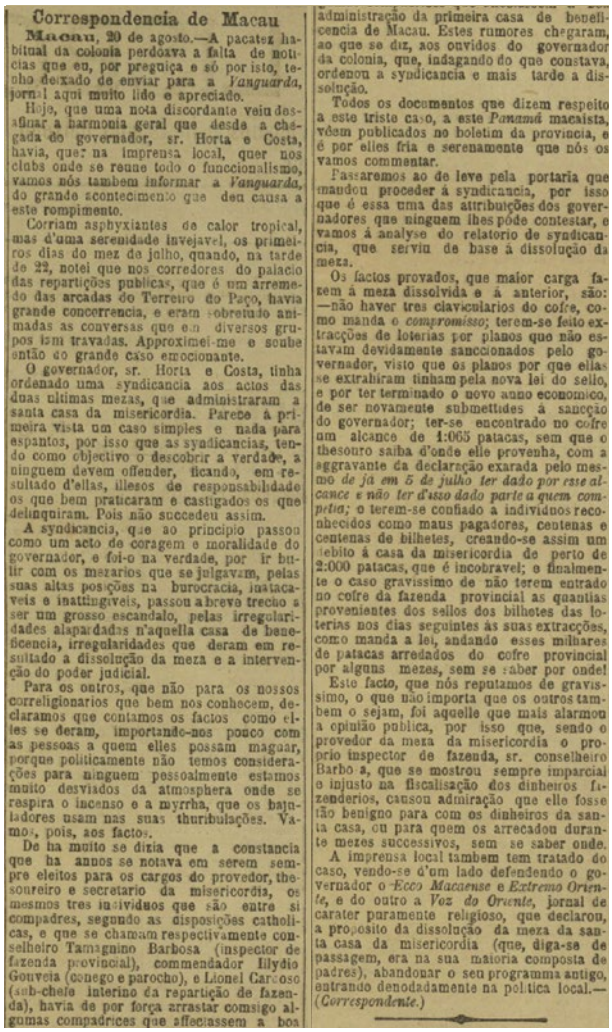
lisbonense. A citação de jornais metropolitanos, com correspondências ou notícias de Macau, foi igualmente usada na discussão.[14]

3. GOVERNO E GOVERNADORES

A 18 de Janeiro de 1894, uma pequena notícia dava conta da próxima partida de Horta e Costa, para tomar conta do Governo de Macau.[15] Iniciava-se, desta forma, a informação sobre o seu governo, para o qual prestou juramento no mês seguinte;[16] a primeira notícia complementava-se logo em seguida com um telegrama assinado pelo presidente do Senado, noticiando o baile de despedida do anterior governador, Custódio Borja (1849–1911), com a presença de mais de 400 pessoas de Macau e Hong Kong, incluindo o Almirante Sir Edmund Fremantle (1836–1929), Comandante da esquadra nos mares da China.[17]

Porém, a notícia da partida do novo responsável pela província esteve de imediato interligada com a crítica aos processos políticos portugueses, com a informação de que Horta e Costa se estava a esforçar para levar consigo o médico António Gonçalves Pereira (1855–1942), que há pouco regressara da Divisão Naval de Macau. O objectivo era que servisse em comissão como clínico do corpo de polícia, o que o jornal considerava supérfluo, não só porque tal corpo já tinha o seu médico, como ainda porque os quadros de saúde provincial e de divisão naval estavam preenchidos. A questão colocava-se então em função da necessidade de economia do país, pelo que serviu de ocasião para condenar o Ministro da Marinha, Neves Ferreira (1846–1902) dizendo que estava habituado a fazer disparates.[18]

De facto, este acontecimento integrou-se numa longa série de críticas, que continuaram, a este governante. O mesmo assunto foi veiculado em Setembro, comentando que o Ministério da Marinha era o que mais gastava e que servia para se anicharem afilhados; quando não havia lugar, criava-se. Assim



Correspondencia de Macau

Macau, 20 de agosto.—A pacatez habitual da colonia perdoava a falta de noticias que eu, por preguiça e só por isto, tenho deixado de enviar para a *Vanguarda*, jornal aqui muito lido e apreciado.

Hoje, que uma nota discordante veiu desafinar a harmonia geral que desde a chegada do governador, sr. Horta e Costa, havia, quer na imprensa local, quer nos clubs onde se reune todo o funccionalismo, vamos nós tambem informar a *Vanguarda*, do grande acontecimento que deu causa a este rompimento.

Corriam asphyxiantes de calor tropical, mas d'uma serenidade invejavel, os primeiros dias do mez de julho, quando, na tarde de 22, notei que nos corredores do palacio das repartições publicas, que é um arremedo das arcadas do Terreiro do Paço, havia grande concorrencia, e eram sobretudo animadas as conversas que em diversos grupos ism travadas. Approximei-me e soube então do grande caso emocionante.

O governador, sr. Horta e Costa, tinha ordenado uma syndicancia aos actos das duas ultimas mezas, que administraram a santa casa da misericordia. Parece á primeira vista um caso simples e nada para espantos, por isso que as syndicancias, tendo como objectivo o descobrir a verdade, a ninguem devem offender, ficando, em resultado d'ellas, illesos de responsabilidade os que bem praticaram e castigados os que delinquiram. Pois não succedeu assim.

A syndicancia, que ao principio passou como um acto de coragem e moralidade do governador, e foi-o na verdade, por ir bulir com os mazarios que se julgavam, pelas suas altas posições na burocracia, inatacaveis e inattingiveis, passou a breve trecho a ser um grosso escandalo, pelas irregularidades alapardadas n'aquella casa de beneficencia, irregularidades que deram em resultado a dissolução da meza e a intervenção do poder judicial.

Para os outros, que não para os nossos correligionarios que bem nos conhecem, declaramos que contamos os factos como elles se deram, importando-nos pouco com as pessoas a quem elles possam magoar, porque politicamente não temos considerações para ninguem pessoalmente estamos muito desviados da atmosphera onde se respira o incenso e a myrrha, que os bajuladores usam nas suas thuribulações. Vamos, pois, aos factos.

De ha muito se dizia que a constancia que ha annos se notava em serem sempre eleitos para os cargos do provedor, thesoureiro e secretario da misericordia, os mesmos tres individuos que são entre si compadres, segundo as disposições catholicas, e que se chamam respectivamente conselheiro Tamagnino Barbosa (inspector de fazenda provincial), commendador Illydio Gouveia (conego e parocho), e Lionel Carroso (sub-chefe interino da repartição de fazenda), havia de por força arrastar comsigo algumas compadrices que affeiassem a boa administração da primeira casa de beneficencia de Macau. Estes rumores chegaram, ao que se diz, aos ouvidos do governador da colonia, que, indagando do que constava, ordenou a syndicancia e mais tarde a dissolução.

Todos os documentos que dizem respeito a este triste caso, a este *Panamá* macaista, vêem publicados no boletim da provincia, e é por elles fria e serenamente que nós os vamos commentar.

Passaremos ao de leve pela portaria que mandou proceder á syndicancia, por isso que é essa uma das attribuições dos governadores que ninguem lhes póde contestar, e vamos á analyse do relatorio de syndicancia, que serviu de base á dissolução da meza.

Os factos provados, que maior carga fazem á meza dissolvida e á anterior, são: —não haver tres clavicularios do cofre, como manda o *compromisso*; terem-se feito extracções de loterias por planos que não estavam devidamente sanccionados pelo governador, visto que os planos por que ellas se extrahiram tinham pela nova lei do sello, e por ter terminado o novo anno economico, de ser novamente submettidos á sancção do governador; ter-se encontrado no cofre um alcance de 1:065 patacas, sem que o thesouro saiba d'onde elle provenha, com a aggravante da declaração exarada pelo mesmo *de já em 5 de julho ter dado por esse alcance e não ter d'isso dado parte a quem competia*; o terem-se confiado a individuos reconhecidos como maus pagadores, centenas e centenas de bilhetes, creando-se assim um debito á casa da misericordia de perto de 2:000 patacas, que é incobravel; e finalmente o caso gravissimo de não terem entrado no cofre da fazenda provincial as quantias provenientes dos sellos dos bilhetes das loterias nos dias seguintes ás suas extracções, como manda a lei, andando esses milhares de patacas arredados do cofre provincial por alguns mezes, sem se saber por onde!

Este facto, que nós reputamos de gravissimo, o que não importa que os outros tambem o sejam, foi aquelle que mais alarmou a opinião publica, por isso que, sendo o provedor da meza da misericordia o proprio inspector de fazenda, sr. conselheiro Barbosa, que se mostrou sempre imparcial e injusto na fiscalisação dos dinheiros fazenderios, causou admiração que elle fosse tão benigno para com os dinheiros da santa casa, ou para quem os arrecadou durante mezes successivos, sem se saber onde.

A imprensa local tambem tem tratado do caso, vendo-se d'um lado defendendo o governador o *Echo Macaense* e *Extremo Oriente*, e do outro a *Voz do Oriente*, jornal de caracter puramente religioso, que declarou, a proposito da dissolução da meza da santa casa da misericordia (que, diga-se de passagem, era na sua maioria composta de padres), abandonar o seu programma antigo, entrando denodadamente na politica local.—(*Correspondente.*)

Fig. 2: Correspondencia de Macau, 27 de Setembro de 1895. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, digitalizado a partir de: j-2981-g.

acontecera justamente com Gonçalves Pereira, que queria colocação em Macau porque se tinha casado aí.[19]

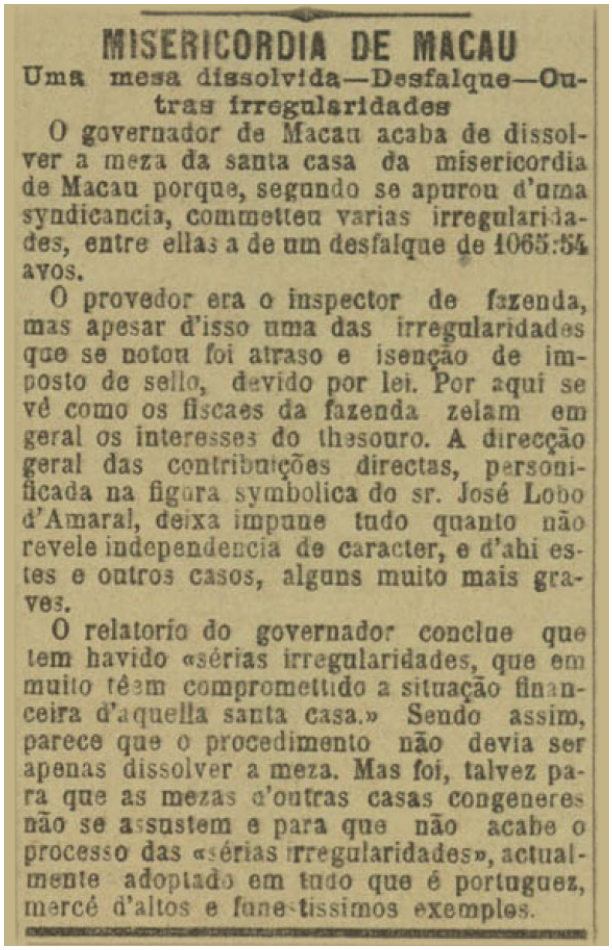
A questão que se colocava era, portanto, da natureza que ligava a decisão de autoridades metropolitanas e coloniais. Do mesmo modo se colocavam os actos eleitorais, cujos candidatos iam sendo noticiados, com maior ou menor veracidade: dizia-se em Fevereiro de 1894 que o candidato macaense seria o ex-Governador Custódio Borja, mas logo em seguida se soube que o indicado/eleito foi o próprio Ministro da Marinha, Neves Ferreira.[20]

As notícias de *A Vanguarda* eram lacónicas, sem mais comentários, contrariando as realidades locais, em que os boatos e informações estavam ligados a questões locais ao apoio ou primeira oposição ao novo governador. Num jornal para quem estes momentos assumiam grande importância na metrópole, fazendo a apologia do voto nos candidatos que apoiava, mas onde também se censuravam os processos, chamando 'comédia eleitoral',[21] tal concisão acontecia, talvez, também como a continuação desse aspecto crítico: a realidade colonial era feita essencialmente pela escolha governamental.

Novas referências aos eleitos continuaram sintéticas, apenas indicando a eleição de Franco Frazão, a partir de 1897, e a sua aprovação pelo tribunal de verificação de poderes.[22]

Nos acontecimentos referentes à política interna de Macau constata-se uma diferença entre os governos de Horta e Costa e o de Eduardo Galhardo. A primeira fase da governação de Horta e Costa ficou marcada, segundo o correspondente, pela harmonia, sentida também na imprensa e nos clubes onde se reunia o funcionalismo.[23] Porém, este ambiente político alterou-se no Verão de 1895, quando, pela descrição de *A Vanguarda*, passou a envolver dois grupos distintos: o Governador Horta e Costa, o secretário-geral Alfredo Lelo e o juiz Álvaro Maria de Fornelos constituíam um trio que se opunha ao conjunto em que estavam os professores Horácio Afonso da Silva Poiares (aí chegado em 1894)[24] e João Pereira Vasco e ainda o inspector da Fazenda, Artur Tamagnini Barbosa.

Foi em Setembro de 1895 que surgiu a notícia que haveria de desencadear uma trama de oposições. Uma sindicância tinha evidenciado irregularidades, entre as quais, um desfalque na Misericórdia macaense, o que levou o governador a dissolver a sua mesa. Entre os membros desta encontrava-se Artur Tamagnini Barbosa (1852–1906), que tinha o cargo de inspector da Fazenda. Nesta dupla posição sua, o jornal tinha dificuldade em compreender como ele permitira o atraso e isenção do imposto de selo, o que levou também o jornalista a extrapolar para salientar a falta de zelo pelos interesses portugueses. Relativamente à questão mais específica, reflectia que Horta e Costa não se deveria ter limitado a dissolver a mesa da Santa Casa, 'Mas foi, talvez para que as mezas d'outras casas congéneres não se assustem e para que não acabe o processo das "serias irregularidades", actualmente adoptado em tudo que é portuguez, mercê d'altos e funestíssimos exemplos'.[25] Depois o governador decidiu que a extracção da lotaria ficaria temporariamente suspensa.[26]



MISERICORDIA DE MACAU

Uma mesa dissolvida—Desfalque—Outras irregularidades

O governador de Macau acaba de dissolver a meza da santa casa da misericordia de Macau porque, segundo se apurou d'uma syndicancia, commetteu varias irregularidades, entre ellas a de um desfalque de 1065:54 avos.

O provedor era o inspector de fazenda, mas apesar d'isso uma das irregularidades que se notou foi atraso e isenção de imposto de sello, devido por lei. Por aqui se vê como os fiscaes da fazenda zelam em geral os interesses do thesouro. A direcção geral das contribuições directas, personificada na figura symbolica do sr. José Lobo d'Amaral, deixa impune tudo quanto não revele independencia de caracter, e d'ahi estes e outros casos, alguns muito mais graves.

O relatorio do governador conclue que tem havido «sérias irregularidades, que em muito têem comprometido a situação financeira d'aquella santa casa.» Sendo assim, parece que o procedimento não devia ser apenas dissolver a meza. Mas foi, talvez para que as mezas d'outras casas congeneres não se assustem e para que não acabe o processo das «sérias irregularidades», actualmente adoptado em tudo que é portuguez, mercé d'altos e funestissimos exemplos.

Fig. 3: Misericordia de Macau, 15 de Setembro de 1895. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, digitalizado a partir de: j-2981-g.

Como se verifica, a situação serviu, nesta primeira fase, para a crítica republicana às instituições monárquicas. Porém, o assunto continuou a ser noticiado, agora especificamente pelo correspondente local. Tal sindicância 'que ao principio passou como um acto de coragem e moralidade do Governador, e foi-o na verdade, por ir bulir com os mesários que se julgavam, pelas suas altas posições na burocracia, inatacáveis e inattingiveis, passou a breve trecho a ser um grosso escândalo'[27] devido às irregularidades detectadas. Entre elas encontrava-se também a entrega de bilhetes de lotaria a maus pagadores, tornando-se incobráveis. Tratava-se de um caso que o correspondente do jornal chamou 'Panama macaísta', em comparação com o escândalo francês de 1892, ligado ao financiamento da construção do Canal do Panamá.[28]

Em causa estavam então o provedor, tesoureiro e secretário, respectivamente Tamagnini Barbosa, cónego e pároco Ilídio Gouveia e o subchefe interino da Repartição de Fazenda, Leonel Cardoso, sobre os quais se murmurava devido à permanência continuada naqueles lugares e suspeitas de 'compadrices'. Sobre o primeiro salientou-se o contraste com o seu papel como inspector da Fazenda, mostrando-se 'sempre imparcial e injusto na fiscalisação dos dinheiros fazenderios [*sic*]'.[29]

O que começou por ser um caso relacionado com a gestão de uma instituição de caridade tornou-se, então, o princípio de uma divisão cerrada entre os grupos locais, a que a própria imprensa aderiu: segundo o correspondente, o *Echo Macaense* e o *Extremo Oriente* apoiavam o Governador, enquanto *A Voz do Oriente* se manifestou na oposição, deixando a sua tradicional isenção.[30] Como se notou, deixou de se dedicar exclusivamente a assuntos religiosos, como até aqui, para se enquadrar na defesa de Tamagnini Barbosa e seu grupo.[31] Partindo do princípio que, como já se anotou, se tratava de *A Voz do Crente*, é preciso também lembrar que o padre Ilídio Gouveia, uma das vítimas da sindicância, fazia parte da sua redacção.

Foi este jornal que trouxe a crítica, ao condenar Horta e Costa pela sua escolha dos membros da comissão de sindicância: o juiz Álvaro Fornelos (reconhecido como inimigo do provedor), Pedro Nolasco da Silva e Patrício da Luz; os dois últimos, tendo integrado mesas anteriores, sindicavam as suas próprias decisões. De início, *A Vanguarda* afirmava não se envolver na discussão por falta de elementos para uma análise imparcial.[32]

Algum tempo depois, no entanto, o jornal de Lisboa intensificou o seu interesse pelo que se passava em Macau, ligando o governador, o secretário-geral e o juiz. As ocasiões foram várias: o governador pretendia abandonar a colónia em breve; o banquete que as pessoas mais gradas lhe ofereceram foi muito limitado e os funcionários só compareceram devido ao seu cargo.[33] Numa outra face, Tamagnini Barbosa e o professor liceal João Pereira Vasco vieram para a metrópole devido à queixa do governador e porque, em Conselho de Ministros, o Ministro da Marinha e Ultramar, Ferreira de Almeida (1847–1902), não assumiu a responsabilidade pelo sucedido, que 'segundo consta, não abona muito o governo de Macau'.[34] Afinal, falou-se na hipótese, duvidosa, de o inspector da Fazenda ser transferido para a Índia, obrigando a que outro funcionário permanecesse em Macau, responsabilizando-se por aquela repartição.[35] Algum tempo depois, como que salientando o apoio a Tamagnini Barbosa, informou que o mesmo foi convidado pela Junta Consultiva do Ultramar para dar esclarecimentos sobre uma proposta relativa a foros ultramarinos.[36]

A partida destes três elementos terá constituído uma manifestação contra o governador, o secretário-geral e o juiz.[37]

De todo o conjunto que chegava e que ganhava espaço em *A Vanguarda*, realçava-se 'que a administração do Sr. Horta e Costa não satisfaz os

seus administrados, e que o Sr. Ministro da marinha deve olhar com detida atenção para o que se está passando n'aquelle governo', e que, nas palavras do correspondente, o 'desvairamento na administração d'esta colonia continua a desprestigiar o bom credito do nome portuguez'.[38]

Mas, mais do que o governador, era o secretário-geral, Alfredo Lelo o principal contributo para as queixas. Natural do Porto, bacharel em Direito, tinha passado pelo Governo de Moçambique, antes de ir para Macau,[39] onde o seu casamento com a filha do Comendador António Joaquim Basto tinha já sido notícia em *A Vanguarda*, no final de 1894. O seu padrinho fora o governador,[40] em cujo ânimo se tinha insinuado, tornando-se seu protegido e impondo a sua vontade, segundo o correspondente. Contra ele havia acusações de, não obstante o seu cargo oficial, ter estabelecido banca de advogado e trabalhar para diversas companhias monopolistas, que estavam sob fiscalização governamental, 'Isto é, recebe d'elles anualmente grossas quantias'.[41] A Lisboa, entretanto, sabia-se que tinham chegado dois caixotes que o mesmo enviara para 'vultos da situação', porque aquele 'se desfaz em chinesices quando vê nuvem negra'.[42]

No início de Dezembro de 1895 incrementaram-se as acusações, depois da recepção de um telegrama de Hong Kong (o que era visto como uma prepotência do governador, que impedia o seu despacho local) a informar que 'Poiares atacado ferido palácio governo'. Em explicação aos seus leitores, explicou que Horácio Poiares,[43] professor do Liceu de Macau e colaborador no jornal *A Voz do Crente*, que se destacara no ataque ao grupo do governador e que recebera ameaças, fora chamado ao palácio do governo e agredido pelo ajudante do governador.[44] Em crescendo, começaram depois a salientar o receio de que Poiares voltasse a ser agredido.[45] Este professor tornou-se, então, uma figura central, defendida porque, Poiares 'movido unicamente por patriotismo e amor á justiça, tem combatido os desvarios d'aquellas três auctoridades, que parecem apostadas em desacreditar-nos mais perante os estrangeiros', quer pela sua acção como jornalista, quer porque veio a ser igualmente o advogado do agente de companhias de navegação inglesa, a quem a secretaria do Governo/secretário Lelo cobraram despesas exorbitantes.[46] *A Vanguarda* fazia em Lisboa a repercussão da guerra jornalística e do funcionalismo que acontecia em Macau e que acabou por levar à suspensão dos dois periódicos da província.[47]

A situação de Macau era comentada na Arcada, isto é, no Terreiro do Paço[48] e *A Vanguarda* reflectiu-o ainda outras vezes, consoante o prazo de chegada das notícias.[49] Mas este assunto acabou por deixar de aparecer. Em Junho de 1896, finalmente, se ironizava sobre as fotografias que o grupo do governador, secretário e juiz, com os seus ajudantes, tinham tirado.[50]

Naturalmente que toda esta situação que, durante este período, mereceu tanta atenção do jornal *A Vanguarda* também se reflectia na crítica ao governo central, que, conhecendo a situação, não agia;[51] por favoritismo é que não tirava o trio tão contestado em Macau.[52] Foi, então, para o deputado que, da província se enviou um telegrama, tendo este parlamentar prometido chamar a atenção para as ocorrências;[53] uma comissão, a que se juntou o conselheiro Tamagnini Barbosa, entregou em Lisboa uma representação contra o juiz.[54] Mas a realidade é que se considerava que havia uma protecção do administrador e do seu grupo. Perante o eminente regresso de Horta e Costa, o redactor ironizava que o Ministro da Marinha teria 'ocasião de poder apresentar esse padrão de gloria do Sr. Horta em Conselho de Ministros, onde tanto tem sido defendida a administração d'este Governador'.[55] Ainda houve, no entanto, espaço para a crítica por não ter chegado a apresentar credenciais no Sião

e por, no seu regresso, a bagagem chegar livre de direitos,[56] assim como para informar que o mesmo foi agraciado com o título de conselho.[57] Depois, em ironia, comentou a notícia de outro jornal sobre a acumulação dos vencimentos com os de Ministro Plenipotenciário do Japão e da China, sobretudo para crítica à política do país.[58]

Depois da saída de Horta e Costa, o secretário-geral Lelo tornou-se o Governador interino, recebendo um louvor pelos seus actos.[59] Em Lisboa, a substituição daquele anterior governante proporcionou, como muitas vezes e para muitos lugares sucedia, o aparecimento de boatos com possíveis nomes para o cargo. Falou-se no capitão José Lobo, ajudante do Rei;[60] soube-se, depois, que o major Fernandes Costa não aceitava o Governo de S. Tomé nem o de Macau e que o conselheiro Lacerda seria nomeado para um deles.[61] Afinal, foi o coronel Eduardo Rodrigues Galhardo quem partiu para Macau, na companhia de alguns funcionários,[62] enquanto o secretário-geral Lelo teve de sair e voltar para Lisboa.[63]

Este governador não era uma figura desconhecida das páginas de *A Vanguarda*, especialmente pela sua participação nas campanhas militares em Moçambique, em 1894. O que agora destacou o herói africano no seu governo macaense foi, para além de algumas medidas noticiadas, essencialmente o conflito em que se envolveu com oficiais da estação naval local e que correspondia a uma questão de poderes diferenciados, de ministérios diferentes, no mesmo espaço. Um incidente ocorreu em 1897 e esteve relacionado com as ordens de partida de um vapor para Timor. Numa primeira informação, Galhardo terá dado voz de prisão ao comandante da esquadrilha e da canhoneira *Bengo*, 1.º tenente Artur José dos Reis. De acordo com a notícia, o Ministério da Marinha concordou e 'quis fazer *caixinha* d'esta noticia — como se diz em *calão* jornalístico […]', mas acabou por se tornar pública.[64] Afinal do dia seguinte já se verificava que os factos eram um pouco diferentes, mas que a Armada condenava o governador. Quanto ao jornal de Lisboa, não se pronunciou até conhecer toda a situação.[65] Manteve-se a questão, nomeada 'Incidente de Macau', que deu lugar a um auto de delito.[66] Sem pronunciamento directo, o que se encontra em *A Vanguarda*, quase dois meses depois, é o contentamento com a resolução da contenda favorável ao tenente Reis,[67] cujas qualidades se louvavam, e que por decisão da Majoria General da Armada, com a aquiescência do Director Geral do Ultramar (Dias Costa) ficou em liberdade e com todos os seus direitos. Corria então que o coronel Galhardo pediria a demissão.[68] O tenente Reis voltou depois a Macau, ao comando da canhoneira.[69] Podemos ler a notícia como uma crítica indirecta ao governador, que, depois desta fase, entrou num registo jornalístico menos anguloso.

No final do seu governo, já depois de correrem boatos em Lisboa sobre um possível pedido da sua demissão,[70] Galhardo voltou a entrar em conflito com os oficiais da estação naval, mas as notícias foram mais sucintas.[71]

Abriam-se agora os boatos sobre a substituição do governador. No que foi considerado uma 'brincadeira carnavalesca', lia-se uma transcrição de *A Tarde* e *O Século* sobre a notícia da nomeação de Amâncio de Alpoim para Macau. O que estava em causa era sobretudo a crítica aos processos governamentais de entrega de cargos importantes a familiares, com destaque para José de Alpoim, então Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça: 'Espera-se exoneração do Sr. Galhardo. Quer dizer: trata-se de levar a pedir a exoneração para arranjar buraco onde encafuar o mano.' [72]

Seguiu-se o nome de Álvaro Ferreira, então Governador de Moçambique, em viagem para Lisboa, e que deveria ser transferido para a província junto à China, passando o coronel Galhardo para a Índia; até

Fig. 4: Retrato do Governador José Maria Horta e Costa (1858–1927), década de 1900, autor desconhecido. Fonte: Wikimedia, https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Maria_de_Sousa_Horta_e_Costa#/media/Ficheiro:Conselheiro_Jos%C3%A9_Maria_Horta_e_Costa_-_Brasil-Portugal_(1Ago1900).png.

à chegada daquele, Alfredo Lelo assumiria o governo interino. Apesar da publicação da nomeação,[73] quem acabou por ter este cargo foi Horta e Costa, no regresso dos regeneradores ao poder.

Quando ainda se iniciava o governo do coronel Galhardo, mantinha-se em Macau Álvaro Fornelos, não obstante ter já sido decidida a sua transferência para Cabo Verde três meses antes. As queixas contra ele partiram agora de José da Silva, 'velho e honrado jornalista' macaense, numa carta que dirigiu ao director de *A Vanguarda*, no final de Junho de 1897. O protesto devia-se à recusa do magistrado em habilitar-lhe a retoma da publicação de *O Independente*, que mantivera até havia cerca de dois anos. Afirmava aquela figura macaense que fora sempre isento na sua carreira, atacando os abusos de autoridade, a imoralidade e a corrupção. O juiz afirmava publicamente que não daria aval a qualquer jornal, talvez por receio de expôr os seus actos ilegais, afirmava José da Silva, apelando à imprensa do reino para interceder por ele. Acrescentava ainda que não se dirigia directamente às autoridades públicas porque as queixas contra o magistrado nunca tinham consequências, o que o fazia sentir muito protegido.[74] Foi provavelmente a saída de Álvaro Fornelos que levou a que esta queixa não prosseguisse e *O Independente* voltasse à leitura dos macaenses.

As questões jornalísticas voltaram a colocar-se no final do governo de Galhardo. O *Echo Macaense* denunciou um escândalo relativo à concessão de passaportes portugueses a chineses que emigravam para a América, o que levou a uma sindicância à Secretaria-Geral.[75] Foi usando o periódico de Macau que *A Vanguarda* explicou os acontecimentos,[76] depois completados com as informações relativas ao processo levantado contra o editor do mesmo jornal macaense e ao autor da notícia local.[77]

4. OS HABITANTES

O destaque concedido aos habitantes encontrou-se essencialmente na sua emigração como cules, para outras províncias. A primeira notícia deste período foi a da contratação de 600 trabalhadores chineses para S. Tomé, estando Fernando Celle de Meneses como representante dos agricultores desta ilha.[78] O facto apenas noticiado tornou-se, no entanto, uma indignação, expressa nas partes transcritas da carta de Fevereiro de 1895: o transporte de cules no navio *África* foi visto como um espectáculo vergonhoso dado aos estrangeiros pela utilização de embarcação estatal para 'escravatura branca'. A juntar ao escândalo, tinham permanecido na província macaense os soldados que tinham terminado serviço ou estavam reformados e deveriam regressar a Portugal:

Fig. 5: Retrato do Governador Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo (1845–1908), década de 1900, autor desconhecido. Fonte: Wikimedia, https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Eduardo_Augusto_Rodrigues_Galhardo_(Archaeological_Survey_of_India,_Goa).png.

'E isto tudo para o governo beneficiar compadres!'[79] Portanto, a habitual crítica sobre procedimentos era acrescida com uma informação que radicava em sentimentos criados por elementos antigos, de quando a emigração chinesa pelo porto de Macau se tornou um incómodo.[80]

A referência à ida de 67 cules de Macau para Timor, no entanto, só surgiu numa acusação a Alfredo Lelo, pelo grande volume de despesas de secretaria pagas pela companhia de navegação inglesa.[81] O tratamento diferente devia-se, provavelmente, ao destino: tratava-se agora de um espaço para onde a emigração sínica era habitual.

Todavia, a maioria da população, sendo de origem chinesa, apresentava outras questões ao jornal. Vivendo em território português, mantinham uma posição especial de ponte com os seus congéneres do Celeste Império. Numa fase em que as revoltas grassavam à volta de Macau, temia-se, especialmente, a possibilidade de elas aqui se repercutissem. No final de 1895, criticando mais uma vez o governo e os seus erros, na metrópole ou nas colónias, salientavam a agitação em Macau:

> *O elemento china fomenta aleivosamente as rebeliões e o decreto levantando tropas já deu tristes resultados na India e póde continuar a ter repercussão alli, porque os nativos estão agarrados á terra onde nasceram e onde sustentam as suas tradições, que uma ordem irreflectida vae n'um momento desfazer.*[82]

Pouco depois, perante uma tentativa de sublevação dos soldados europeus, as considerações impuseram-se sobre as consequências, caso tivesse continuação: os chineses, receosos, poderiam ir para Hong Kong e aí permanecer, contribuindo para a riqueza inglesa e perda portuguesa; prognosticando-se continuamente uma revolta em Cantão, considerou-se 'E Macau, sem recursos e sem policia, como há de manter-se?'[83] Por outro lado, em resposta à situação revoltosa, uma portaria do governo proibiu a exportação de armas e cartuchos para a China.[84]

A especificidade chinesa incluía a existência de uma estrutura própria tradicional, a Procuratura dos Negócios Sínicos, como órgão de poder administrativo, político e judicial para os que conservavam essa nacionalidade e a quem se reconhecia a possibilidade de manutenção dos seus usos e costumes. A sua extinção, em 1894, passou as suas atribuições judiciais para o juiz de direito.[85] O que se reflectiu no jornal de Lisboa foi a preocupação do governador em respeitar os seus usos e costumes, de forma a fixar mais chineses no território. Por essa razão, nomeou uma comissão para articular

disposições especiais para a justiça quando se tratava destas pessoas.[86]

Entre os portugueses que se encontravam em Macau estavam os funcionários e soldados. As notícias revelam sobretudo as partidas e chegadas, frequentemente em poucas linhas, a par do que tinha lugar por todos os territórios ultramarinos. Contudo, destes soldados assinalem-se dois aspectos.

O primeiro foi justamente, como acima se encontra, a dificuldade que, por vezes, havia no regresso ao reino. Na continuação da notícia sobre a falta de lugar no navio *África*, em 1895, estava a perda de esperança de alguns conseguirem regressar às suas terras. Para alguns, no entanto, tendo a junta de saúde decidido que necessitavam de regressar, foi paga a viagem na mala francesa.[87]

Uma outra questão afectava regularmente o ambiente e relacionava-se com as alterações impostas na estrutura militar ou do funcionalismo e nos vencimentos recebidos, frequentemente estabelecendo diferenças entre pessoas com posições semelhantes. Em 1896, a reforma das forças ultramarinas não foi imediatamente posta em vigor, tendo o governador preferido consultar o governo. A razão encontrava-se na grande redução de vencimentos que trazia, especialmente entre os praças de artilharia que passavam para a política. O resultado foi, no entanto, o esboçar de uma revolta dos soldados europeus no quartel policial, embora logo sufocada.[88]

Constituindo os vencimentos uma das razões de agitação, e encontrando-se aqueles vinculados ao valor da pataca (e da rupia, na Índia, ou do florim, em Timor), em 1898 houve um ajuste do mesmo, passando a moeda de Macau a valer 640 réis.[89]

A necessidade de mais forças justificava, no Índico, a transferência de soldados entre as várias províncias. Para além de irem tropas (e munições) de Macau para Timor, da Índia partiam maratas para a primeira destas colónias.[90]

Neste contexto, no entanto, o exército ultramarino encontrava-se em processo de reorganização, a partir da metrópole. As decisões da respectiva comissão foram várias vezes noticiadas, sendo a de Macau assinada em 1898.[91]

Uma situação diferente relacionava-se com um elemento especial: o Bispo. Numa pequena notícia informaram que D. António Joaquim Medeiros, o prelado desde 1884, morreu no início de 1897.[92] Desde logo foi nomeado para esse lugar o professor do seminário de Viseu, Dr. José Manuel de Carvalho e, mais uma vez, se fez sentir a crítica aos processos políticos: tratava-se de 'anichar amigos' de Jacinto Cândido.[93] Seguiu-se o seu percurso no reino,[94] sendo finalmente sagrado em Agosto,[95] mas tardando na partida para a sua diocese.[96]

A vida dos habitantes era associada às epidemias. Considerava-se a peste bubónica como endémica em Macau, atacando especialmente chineses, devido à falta de asseio. Desta forma, em Abril conheciam-se vários casos, levando o Ministro a declarar que poderiam usar todos os meios para a atacar.[97] Noutras referências transmitiu-se aos leitores que as epidemias de peste se faziam sentir em regiões próximas, como Cantão e Hong Kong.[98] Aliás, em certas ocasiões essa frequência contrastava com o excelente estado sanitário de Macau, levando a que se desmentissem os médicos ingleses que apregoavam que a infecção sentida na sua colónia se devia ao território português.[99] No início de 1897, no entanto, a ameaça provinha dos contágios de tuberculose pulmonar.[100] O chefe de Saúde de Macau foi também enviado a Timor para tratar da epidemia de cólera.[101]

Outra dificuldade que frequentemente assolava era a que provinha dos tufões. O do Verão de 1896 causou grandes prejuízos e necessidade de

reparações, mas a observação foi que os habitantes estavam habituados.[102]

5. À BEIRA DA CHINA

A situação geográfica de Macau colocava este território numa situação especial perante o Celeste Império, com quem tinha um tratado, mas sem definição dos limites, processo que aguardava por uma resolução conjunta. Além disso, o envolvimento de outras potências na região também constituía um acréscimo problemático.[103]

O conflito entre a China e o Japão, em 1894, mereceu atenção, com informações sobre os diversos acontecimentos, incluindo as transmitidas pelo correspondente de Macau.[104] Notava-se depois que muitos europeus, sobretudo ingleses, deixavam o serviço nas alfândegas chinesas para seguirem para a marinha do mesmo país, e que as suas consequências também na província portuguesa, pois 'o que se passa em Hong-Kong reproduz-se em Cantão e em Macau'.[105]

O ano de 1895 contou com Ferreira de Almeida como Ministro da Marinha e Ultramar. Era bem conhecido entre os políticos e jornalistas portugueses pelas suas posições sobre as colónias portuguesas, advogando um redimensionamento dos espaços pela alienação de algumas delas, garantindo rendimentos em favor das que restassem a Portugal. Por essa razão, as suas decisões encontravam eco nas questões internacionais: a decisão de mandar retirar de Macau a canhoneira Diu, garantia de ordem e protecção, e de não comprar uma draga para melhorar o porto local, levou o *Echo Macaense* a considerar que ele desrespeitava os povos locais, pois não se importava de perder Macau, Goa, Moçambique ou Timor: eram determinações que não só arruinavam a província como também contribuíam para a protecção dos manejos ingleses, sempre desejosos de se aproveitarem do território. Ao transcrever tais afirmações, *A Vanguarda* concluía que o ministro era tão apreciado em Macau como em Lisboa,[106] onde, de facto, este jornal o combatia. A notícia e transcrição mantiveram-se.[107]

A Ilha da Lapa constituía um dos espaços disputados por Macau e pela China. A 3 de Março de 1896, sob o título 'Macau em Perigo', reportavam-se as notícias dos jornais de Hong Kong que interessavam à soberania portuguesa e que geravam receios de que 'a confirmarem-se, revelam continuação do desleixo a que o governo vota as nossas possessões'. O que então estava em causa era a possibilidade de esta ilha ser cedida pelo Celeste Império à Alemanha, mas o governo português afirmara nas Cortes que não tinha conhecimento do facto. Na realidade, como atrás se afirmou, o jornal, na esteira do partido que seguia, defendia intransigentemente a manutenção das colónias, como indica que 'nos foram legadas, e em cujos subsolos jazem innumeros irmãos nossos, que pagaram com a vida a independencia, a posse d'esses territórios'. Exigiam-se, por isso, informações.[108]

Continuou no dia seguinte, salientando que 'Os jornaes que bebem do fino nada dizem sobre o assumpto', declarando nada saber sobre o que se passava em Macau. Quanto ao governo, no tom de censura, estranhou que não fosse avisado pelo governador, ou que nada procurasse saber.[109] Acabou, no entanto, por publicar o telegrama enviado por Horta e Costa, dizendo que era boato sem fundamento.[110] Não obstante, a questão não morreu por aqui, continuando a mostrar a possibilidade de se perder a Lapa, recorrendo a outras informações. Deste modo, transcreveu-se um artigo de um jornal belga sobre a disputa entre a Inglaterra e a Alemanha em torno da mesma ilha. Mas sobretudo o título da notícia, 'Jogando aos Dados…A Ilha da Lappa', manifestava a crítica aos governos monárquicos.[111]

O assunto manteve-se em Abril, recorrendo ao *Echo Macaense*, que informou sobre o desembarque de forças de uma canhoneira alemã na ilha. A

questão colocava-se com o 'facto que as folhas oficiosas não desmentem com clareza', ao contrário do que sucedera anteriormente, com o telegrama do governador. Ou seja, havia falta de informações claras (tinham de esperar pela imprensa estrangeira), mas sentia-se o perigo de perder esta importante ilha, com consequências ruinosas no comércio de Macau.[112]

Por outro lado, a expansão de outras potências europeias na China e o desmentido inglês, no final de 1897, de que o gabinete estava a tratar da cessão de territórios chineses próximos a Hong Kong levou a perguntar:

> *E Portugal o que dirá sobre a sua colonia de Macau, que tão próxima fica de Hong-Kong?*
>
> *Provavelmente coisa alguma.*
>
> *Estamos certos de que nas nossas regiões governativas nem sequer se pensa no assumpto.*[113]

As resoluções só eram tomadas quando havia surpresas.

Na realidade, e quando a efervescência chinesa se notava à volta de Macau, principalmente a partir da revolta centrada em Cantão, o que o correspondente macaense do *Commercio do Porto* (transcrito) notava era a falta de capacidade de defesa adequada. Com ironia escreveu que 'o que vale é que, puxando bem ainda podemos contar para defesa d'esta colonia com uns 50 europeus e para ahi um cento de mouros, que é tudo o que há de aproveitável nas companhias de infantaria'. Nesse momento nem contavam com a canhoneira *Bengo*, habitualmente aí posicionada, mas que 'foi passear para o Japão, a pretexto de ir buscar artilharia para Macau'.[114] No entanto, era necessário estar precavido, como mostrou Hintze Ribeiro no Parlamento, levando o Ministério dos Negócios Estrangeiros a garantir que iria satisfazer o pedido.[115]

D. João era uma outra ilha em disputa e em 1896 deu lugar a um incidente diplomático. Tendo a China enviado para aí um pequeno destacamento, pretextando a vigilância contra a pirataria, o Governador Horta e Costa, além do protesto, reforçou o contingente português e mandou construir um quartel. Foi agora a vez de o vice-rei de Cantão reclamar e, neste seguimento, houve ameaças de ocupação militar da ilha. Em Lisboa, o Ministro Barros Gomes propôs ao império chinês a retirada simultânea dos dois destacamentos; sendo aceite esta proposta, permitiu que em *A Vanguarda* se considerasse que o conflito ficara resolvido 'satisfatoriamente' e de forma 'que bastante nos honra'.[116] Na mesma linha de agrado se encontrou a informação de que estava resolvido um incidente anteriormente ocorrido com um oficial inglês, que se recusara a descobrir-se numa procissão e sobre o qual tinham agora sido dadas todas as satisfações ao governo português.[117]

Em 1899 surgiram notícias sobre piratas. Através do *Echo Macaense* soube-se que o governador recebera um ofício do vice-rei de Cantão anunciando a prisão e execução de piratas que tinham assaltado uma lancha portuguesa.[118] A pirataria fazia, de facto, parte da história de Macau e de todo o rio de Oeste, pelo que a transcrição seguinte, do jornal *Hong Kong Daily Press*, anotando os efeitos dos mesmos em todo o Distrito de Heung Shan. Segundo o mesmo periódico, na colónia portuguesa continuava a haver discussões sobre a ocupação deste distrito e 'se não pozerem cobro ao estado actual de coisas, teem os que advogam a sua expansão de Macau um forte argumento do seu lado'.[119]

Um novo campo de acção surgiu a partir de Fevereiro de 1897: as Filipinas. A revolta que aí grassava levou o governador-geral do arquipélago a pedir ao seu congénere de Macau que proibisse

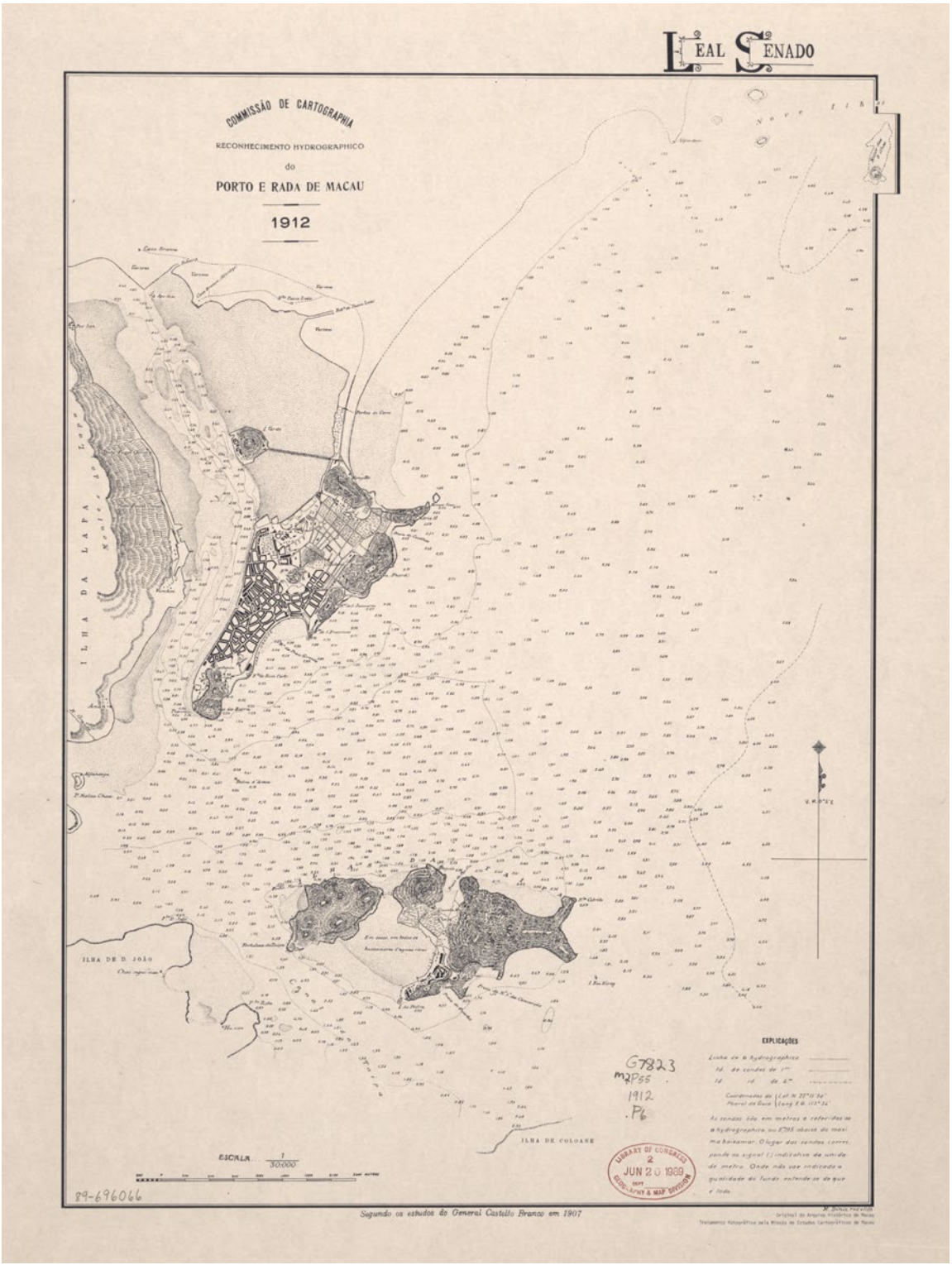


Fig. 6: Mapa do reconhecimento hydrográphico do Porto e Rada de Macau, 1912. Fonte: Recuperado da *Library of Congress*, https://www.loc.gov/item/89696066/.

a exportação de armas e munições para ali, o que este fez através da publicação de uma portaria.[120] Por outro lado, a situação vivida no arquipélago foi vista como uma possibilidade económica para o território português, atraindo para aqui os negociantes. Porém, mais uma vez, a crítica republicana esteve presente:

> *Se o governo portuguez quizer e souber aproveitar a instalação dos negociantes filipinos na nossa colonia, muito terá esta a lucrar. Mas provavelmente nada d'isso succederá, em vista dos nossos processos administrativos ultramarinos, cujo espirito retrogrado é já bem conhecido.*[121]

Mais longe ficava Timor, com ligações a Macau que se via obrigado a contribuir para as suas frequentes guerras, com armamento ou soldados.[122] A autonomia timorense foi decretada em 1896, mas os seus défices continuaram para o tesouro macaense.[123] De Macau partiam igualmente sacerdotes.[124]

6. ECONOMIA

Os aspectos económicos e financeiros de Macau ocuparam muito pouco espaço no jornal que estamos a analisar. Entre todos, a situação do porto, a necessidade de obras, o retardamento e, finalmente, a compra de uma draga para o aprofundar tornaram-se, sem dúvida, os que mais marcaram, embora frequentemente com notícias breves.[125] Todavia, a estas dificuldades que se colocaram ao comércio juntou-se, pelo menos em 1898, a abertura do rio de Oeste aos estrangeiros, com prejuízo para o movimento macaense.[126]

Não obstante o papel que o jogo tinha na vida local, um correspondente mandou dizer que este 'continua desaforado sem que a autoridade o cohiba, apesar de ter conhecimento de muitas casas secretas onde se batoteia desenfreadamente todas as noites'.[127] Num contexto em que o jornal denunciava frequentemente os locais onde se jogava na metrópole, tal notícia parecia mais a continuação dessas comunicações do que o reconhecimento da vida económica de Macau. Todavia, Andrade Neves, na Associação Comercial de Lisboa, proferiu uma conferência sobre colónias onde afirmou: 'Macau, para nós, vive da batota. O jogo é que ali rende, é o que ali produz mais para o cofre do governo!'[128]

Entre as espécies de jogo encontravam-se as lotarias,[129] uma das quais exploradas pela Misericórdia. Por proposta do governador, a mesma deveria passar para a Fazenda de Macau, concedendo uma percentagem de lucros àquela instituição de beneficência. Contudo, a Junta Consultiva do Ultramar rejeitou-a.[130]

Esta exploração do jogo seguia o regime de monopólio, uma forma associada, então, à economia local, constando no final de 1895 que Horta e Costa planeava estabelecer também o do sal.[131]

Sem atender ao papel que, de facto, Macau tinha para as finanças portuguesas, assumindo, frequentemente, o papel de pagador das necessidades de outras colónias ou de resolução de problemas metropolitanos, a análise da resposta da Associação Industrial Portuguesa, debruçada sobre todo o ultramar português, considerava Macau, a Índia e Timor como padrões de glória sem possibilidade de se tornarem lucrativos para o governo.[132] Não foi, no entanto, a opinião de Andrade Neves, numa conferência na mesma associação, onde salientou a proximidade do movimento que passava por Macau e Hong Kong.[133] Na mesma linha se pode compreender a informação de que tinham sido recebidos os produtos de Macau com destino à Exposição Universal de 1900 (depois de terem estado em exposição na própria província).[134] Aliás, foi também de Macau que se transportaram as sementes e plantas de chá para ser tentada a cultura do produto nos Açores.[135]

No campo da economia, existe uma referência a uma portaria do governo local proibindo a exportação de arroz de Macau, qualquer que fosse a sua proveniência.[136]

CONCLUSÃO

A Vanguarda era um jornal de combate e foi nesse sentido que surgiram as várias questões de Macau: assim sucedia com o seu governo, sobretudo no período dos regeneradores/Horta e Costa. Neste caso, a oposição local ao governador ganhou apoio no periódico de Lisboa, que para isso também seguiu um jornal local com tendência político–religiosa diferente da sua.

As questões de Macau, no entanto, ganhavam destaque quando constituíam um reflexo da vida metropolitana: das escolhas dos governadores à falta de respostas para a defesa da província, uma das 'heranças sagradas' que se tinha.

As visões eram, deste modo, um complemento entre o que vinha dos correspondentes de Macau, ou dos seus jornais, e os redactores de Lisboa. A escolha que estes faziam, sobretudo na sua imprensa, respondia, sem dúvida, ao carácter de *A Vanguarda*, onde as notícias meramente informativas vinham a par com as que lhe permitiam a luta contra a política monárquica de Portugal. RC

NOTAS

1 Relativamente a alguns aspectos do jornal e da imprensa republicana: Júlia Leitão de Barros, *O Jornalismo Político Republicano Liberal: O Mundo, 1900–1907* (Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa, 2021), 103–105; Mário Matos e Lemos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX: Um Dicionário* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020), 591–594; José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.ª ed. (Lisboa: Editorial Caminho, 1989), 234–240; Sobre este jornal, especialmente: Vitalino José Matias dos Santos, "António Macieira (1875–1918): Do Ideário Republicano no Jornal *Vanguarda* à Reedição de *O Tempo*" (dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2020), 54–71.

2 Gomes Leal, *Traços Biographicos de Alves Correia* (Lisboa: Instituto Geral das Artes Graphica, 1893); Ernesto Rodrigues, *O Jornalista Republicano Alves Correia. Antologia* (Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense; Câmara Municipal de Vila Real, 2012).

3 Conflito patente nas páginas dos respectivos jornais e referido por Barros; Barros, *O Jornalismo Político*, 79–80, 90–91.

4 Que descreveu por Figueiredo sobre a notícia no jornal, "A Supressão do Vanguarda," 5 de Julho de 1896. Considerando que todas as referências jornalísticas são do jornal *A Vanguarda*, deixamos de indicar este nome, limitando-as ao artigo e data; Fidelino de Figueiredo, *Três Meses no Limoeiro: Notas da Prisão* (Lisboa: Depósito-Livraria Bordalo, 1896).

5 Beatriz Garcia Peralta, "Os Pioneiros do Artigo de Opinião em Portugal. As Colunas Jornalísticas de Ernesto da Silva (1892-1903)," *Revista Portuguesa de História* 51 (2020): 210–212, https://doi.org/10.14195/0870-4147_51_8.

6 José Sardica, "O Jornalismo e a Intelligentsia Portuguesa nos Finais da Monarquia Constitucional," *Comunicação & Cultura*, n.º 7 (2009): 26, https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2009.473.

7 Para este período, para além de outra bibliografia, destaca-se Marques, Ferreira e Reis; *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, ed. A. H. de Oliveira Marques, vol. 3. *Macau e Timor do Antigo Regime à República* (Lisboa: Fundação Oriente, 2000); Márcia Rosa dos Reis Ferreira, "Cultura e Sociabilidades em Macau nos Finais de Oitocentos. O *Eco Macaense* (1893-1899)" (dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2006), http://hdl.handle.net/10216/25639; Célia Reis, "O Poder entre Lisboa e o Oriente — Persistências e Mudanças na Administração, do Ultimato ao Ato Colonial" (tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2018).

8 "Correspondencia de Macau," *A Vanguarda*, 27 de Setembro de 1895.

9 "Noticias de Macau," *A Vanguarda*, 12 de Janeiro de 1896.

10 "Noticias de Macau," *A Vanguarda*, 18 de Fevereiro de 1896.

11 "Correspondencia de Macau," *A Vanguarda*, 27 de Setembro de 1895.

12 "Os Acontecimentos de Timor," *A Vanguarda*, 9 de Novembro de 1895.

13 Segundo Teixeira, este jornal surgiu em Abril de 1892 e manteve-se até finais de 1893 ou inícios de 1894. Esta questão faz-nos questionar a possibilidade de se tratar antes de *A Voz*

do Crente. Além disso, noutra parte diz que, por causa da oposição ao governador, o jornal deixou de ter apenas feição religiosa ("Macau," *A Vanguarda*, 8 de Outubro de 1895). A verdade é que o jornal de Lisboa repete *A Voz do Oriente* diversas vezes, mas quando se trata da agressão a Poiares, igualmente tratada noutro local, lê-se que este escreveu em *A Voz do Crente* ("Um Atentado Gravíssimo," 5 de Dezembro de 1895); Manuel Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente*. Fac-símile da 1.ª edição (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1999), 52.

14 "Moralidade," *A Vanguarda*, 10 de Março de 1897; "Chronica do Porto," *A Vanguarda*, 2 de Janeiro de 1898; "Macau," *A Vanguarda*, 27 de Novembro de 1898; "A Pequena Arcada," *A Vanguarda*, 9 de Janeiro de 1900; "Brincadeira Carnavalesca," *A Vanguarda*, 25 de Fevereiro de 1900.

15 "Informações Diversas," *A Vanguarda*, 18 de Janeiro de 1894.

16 "Informações Diversas," *A Vanguarda*, 1 de Fevereiro de 1894.

17 "Governo de Macau," *A Vanguarda*, 22 de Janeiro de 1894.

18 "Informações Diversas," *A Vanguarda*, 19 de Janeiro de 1894.

19 "Ministério da Marinha," *A Vanguarda*, 17 de Setembro de 1894; Sobre este médico: A. J. Gonçalves Pereira, *A Minha Auto-Biografia* (Macau: Escola Tipografia do Orfanato da Imaculada Conceição, 1941); Célia Reis, "Conjuntura e Vida Política," em *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, ed. A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Fundação Oriente, 2003), 4:75–76.

20 "Eleições," *A Vanguarda*, 18 de Fevereiro de 1894; "Eleições," *A Vanguarda*, 20 de Fevereiro de 1894.

21 Por exemplo, "Comedia Eleitoral," *A Vanguarda*, 27 de Novembro de 1895.

22 *A Vanguarda*, 3 de Julho de 1897 e 28 de Setembro de 1897; "Deputados pelo Ultramar," *A Vanguarda*, 12 de Novembro de 1899 e 23 de Dezembro de 1899; "O Deputado por Macau," *A Vanguarda*, 13 de Fevereiro de 1909; "Eleições nas Colonias," *A Vanguarda*, 20 de Fevereiro de 1900.

23 "Correspondencia de Macau," *A Vanguarda*, 27 de Setembro de 1895.

24 Chegado juntamente com os professores Camilo Pessanha e Mateus António de Lima. "Notícias de Macau," *A Vanguarda*, 2 de Junho de 1894.

25 "Misericordia de Macau," *A Vanguarda*, 12 de Setembro de 1895.

26 "Informações Diversas," *A Vanguarda*, 18 de Setembro de 1895.

27 Elodie Falguieres, "Financial Scandals in France: Historical Construction of Responsibility and Outcomes" (tese de doutoramento, Universidade Paris-Dauphine, 2021).

28 Falguieres, "Financial Scandals in France".

29 "Correspondencia de Macau," *A Vanguarda*, 27 de Setembro de 1895.

30 "Correspondencia de Macau," *A Vanguarda*, 27 de Setembro de 1895.

31 "Macau," *A Vanguarda*, 8 de Outubro de 1895.

32 "Macau," *A Vanguarda*, 8 de Outubro de 1895.

33 *A Vanguarda*, 7 de Novembro de 1895.

34 *A Vanguarda*, 7 de Novembro de 1895.

35 "Informações Diversas," *A Vanguarda*, 15 de Novembro de 1895.

36 "O Que Há de Novo," *A Vanguarda*, 1 de Dezembro de 1895; "Notícias de Macau," *A Vanguarda*, 18 de Fevereiro de 1896.

37 "Notícias de Macau," *A Vanguarda*, 15 de Novembro de 1895.

38 "Notícias de Macau," *A Vanguarda*, 15 de Novembro de 1895.

39 "Noticias de Macau," *A Vanguarda*, 16 de Novembro de 1895.

40 "Macau," *A Vanguarda*, 30 de Novembro de 1894. "Na Arcada".

41 "Noticias de Macau," *A Vanguarda*, 16 de Novembro de 1895; "Macau," *A Vanguarda*, 11 de Dezembro de 1895; "Macau," *A Vanguarda*, 7 de Dezembro de 1895.

42 *A Vanguarda*, 7 de Novembro de 1895.

43 Era também filho do proprietário do *Jornal de Cantanhede*.

44 "Um Atentado Gravíssimo," *A Vanguarda*, 3 de Dezembro de 1895 e 5 de Dezembro de 1895.

45 "O Que Há de Novo", *A Vanguarda*, 8 de Dezembro de 1895; "Aggressão ao Dr. Horacio Poyares," *A Vanguarda*, 8 de Dezembro de 1895.

46 "Macau," *A Vanguarda*, 11 de Dezembro de 1895.

47 Ferreira, "Cultura e Sociabilidades em Macau," 32–33.

48 "O Que Há de Novo," *A Vanguarda*, 15 de Dezembro de 1895.

49 "Notícias de Macau," *A Vanguarda*, 12 de Janeiro de 1896 e 18 de Fevereiro de 1896.

50 "Macau," *A Vanguarda*, 17 de Junho de 1896.

51 "Um Atentado Gravíssimo," *A Vanguarda*, 3 de Dezembro de 1895.

52 "Um Atentado Gravíssimo," *A Vanguarda*, 5 de Dezembro de 1895.

53 "O Que Há de Novo," *A Vanguarda*, 8 de Dezembro de 1895.

54 "O Que Há de Novo," *A Vanguarda*, 15 de Dezembro de 1895.

55 "Macau," *A Vanguarda*, 17 de Junho de 1896.

56 "As Bagagens do Governador de Macau," *A Vanguarda*, 8 de Agosto de 1896.

57 *A Vanguarda*, 22 de Outubro de 1896.

58 "Moralidade," *A Vanguarda*, 10 de Março de 1897.

59 "Notícias de Macau," *A Vanguarda*, 25 de Fevereiro de 1897.

60 *A Vanguarda*, 20 de Fevereiro de 1897.

61 *A Vanguarda*, 26 de Fevereiro de 1897.

62 "Coronel Galhardo," *A Vanguarda*, 7 de Abril de 1897; *A Vanguarda*, 9 de Abril de 1897.

63 *A Vanguarda*, 2 de Junho de 1897.

64 "Conflicto de Auctoridades em Macau," *A Vanguarda*, 13 de Novembro de 1897.
65 "O Incidente de Macau," *A Vanguarda*, 4 de Novembro de 1897.
66 "O Incidente de Macau," *A Vanguarda*, 6 de Novembro de 1897 e 10 de Novembro de 1897.
67 Que tinha vindo para Lisboa em Dezembro de 1897 e mais tarde pediu exoneração do lugar de Comandante da canhoneira e da esquadrilha. *A Vanguarda*, 24 de Dezembro de 1897 e 9 de Agosto de 1898.
68 "O Conflicto de Macau," *A Vanguarda*, 1 de Janeiro de 1898.
69 "Notícias da Marinha," *A Vanguarda*, 6 de Março de 1898.
70 "Na Arcada," *A Vanguarda*, 13 de Outubro de 1899.
71 "Conflicto em Macau," *A Vanguarda*, 21 de Março de 1900 e 22 de Março de 1900.
72 "Brincadeira Carnavalesca," *A Vanguarda*, 25 de Fevereiro de 1900. Amâncio de Alpoim era então Governador de S. Tomé e depois passou para Cabo Verde.
73 "Governos Ultramarinos," *A Vanguarda*, 13 de Março de 1900 e 23 de Março de 1900; "Na Arcada," *A Vanguarda*, 28 de Março de 1900.
74 "A Imprensa Portugueza," *A Vanguarda*, 9 de Agosto de 1897.
75 "Na Arcada," *A Vanguarda*, 10 de Outubro de 1899.
76 "A Questão dos Passaportes em Macau," *A Vanguarda*, 24 de Outubro de 1899.
77 "Processo de Imprensa," *A Vanguarda*, 1 de Novembro de 1899.
78 *A Vanguarda*, 5 de Novembro de 1894.
79 "Carta de Macau," *A Vanguarda*, 22 de Abril de 1895.
80 Beatriz Basto da Silva, *Emigração de Cules: Dossier Macau 1851–1894* (Macau: Fundação Oriente, 1994); Maria de Deus Manso e Seabra Leonor, "Novos Escravos no Século XIX: Breves Notas sobre o Tráfico de Cules de Macau para a América Ibérica," em *Senhores e Escravos nas Sociedades Ibero-Atlânticas*, coord. Maria do Rosário Pimentel e Maria do Rosário Monteiro (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Universidade dos Açores, 2019), 379–392; Alfredo Gomes Dias, "Do Tráfico dos Escravos à Emigração dos Cules," *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, n.º 4/5 (2001): 109–117; John Asome, "The Indentured Coolie Trade from Macao," *Journal of the Royal Asiatic Society Hong Kong Branch* 54 (2014): 157–179.
81 "Macau," *A Vanguarda*, 11 de Dezembro de 1895.
82 "O Que Se Passa em Macau," *A Vanguarda*, 30 de Dezembro de 1895.
83 "Notícias de Macau," *A Vanguarda*, 12 de Janeiro de 1896.
84 "Notícias de Macau," *A Vanguarda*, 19 de Fevereiro de 1897.
85 António Manuel Hespanha, "O Direito e a Justiça num Contexto de Pluralismo Cultural," *Administração* 7, n.º 1 (Maio 1994): 7–26; Maria Carla Faria Araújo, "Direito Português e Populações Indígenas. Macau (1846–1927)" (dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2000); José Gabriel Mariano, "A Procuratura dos Negócios Sínicos (1583-1894)," *O Direito Online* 法, https://www.odireitoonline.com/a-procuratura-dos-negocios-sinicos-1583-1894.html.
86 "Notícias de Macau," *A Vanguarda*, 24 de Janeiro de 1897.
87 "Carta de Macau," *A Vanguarda*, 22 de Abril de 1895.
88 "Notícias de Macau," *A Vanguarda*, 12 de Janeiro de 1896.
89 "Informações Politicas," *A Vanguarda*, 14 de Julho de 1898. Foram também marcados outros valores da rupia e do florim.
90 "O 'Africa'," *A Vanguarda*, 10 de Novembro de 1898.
91 "Reorganisação do Exercito Ultramarino," *A Vanguarda*, 6 de Fevereiro de 1898; "Exercito Ultramarino," *A Vanguarda*, 13 de Fevereiro de 1898 e 3 de Março de 1898. Foram depois escolhidos os uniformes para Macau. *A Vanguarda*, 12 de Abril de 1899.
92 "Bispo de Macau," *A Vanguarda*, 5 de Fevereiro de 1897.
93 *A Vanguarda*, 6 de Fevereiro de 1897.
94 "Bispo de Macau," *A Vanguarda*, 8 de Fevereiro de 1897; "Bispo de Macau — Funeral," *A Vanguarda*, 13 de Julho de 1897; "Prelados Ultramarinos," *A Vanguarda*, 5 de Agosto de 1897.
95 *A Vanguarda*, 13 de Agosto de 1897; "Sagração do Bispo de Macau," *A Vanguarda*, 29 de Agosto de 1897 e 30 de Agosto de 1897.
96 *A Vanguarda*, 9 de Janeiro de 1898 e 15 de Janeiro de 1898.
97 "Peste Bubónica em Macau," *A Vanguarda*, 15 de Abril de 1897.
98 *A Vanguarda*, 5 de Julho de 1896.
99 "Estado Sanitário de Macau," *A Vanguarda*, 18 de Abril de 1899.
100 "Notícias de Macau," *A Vanguarda*, 24 de Janeiro de 1897.
101 "O Cholera," *A Vanguarda*, 14 de Junho de 1894.
102 "Grande Tufão em Macau," *A Vanguarda*, 1 de Agosto de 1896. Em 1894 registaram-se dois ciclones. "Cyclones em Macau," *A Vanguarda*, 2 de Novembro de 1894.
103 Questões mais específicas, entre outros, em António Vasconcelos de Saldanha, *Estudos sobre as Relações Luso-Chinesas* (Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Instituto Cultural de Macau, 1996) e *Negociações e Acordos Luso-Chineses sobre os Limites de Macau no Século XIX. Contribuição para a Compreensão dos Actuais Limites da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China* (Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Instituto Internacional de Macau, 2010); Célia Reis, "Macau no Seu Contexto Internacional. A Visão dos Deputados (1885–1910)," em *Actas I Congresso de História Contemporânea* (Portugal: IHC / CEIS20 / Rede História, 2013), 578–586.
104 "A China e o Japão," *A Vanguarda*, 22 de Setembro de 1894.

105 "China e Japão," *A Vanguarda*, 13 de Setembro de 1894.
106 "O Sr. Ferreira de Almeida," *A Vanguarda*, 16 de Maio de 1895.
107 "Perigos que Ameaçam Macau," *A Vanguarda*, 25 de Maio de 1895.
108 "Macau em Perigo," *A Vanguarda*, 4 de Março de 1896.
109 "Macau em Perigo," *A Vanguarda*, 5 de Março de 1896.
110 "Macau em Perigo," *A Vanguarda*, 6 de Março de 1896.
111 "Jogados aos Dados… A Ilha da Lappa," *A Vanguarda*, 20 de Março de 1896.
112 "A Questão da Ilha da Lappa," *A Vanguarda*, 20 de Abril de 1896. Também sobre a ameaça alemã, "As 'Nossas' Colonias," *A Vanguarda*, 18 de Agosto de 1896.
113 "Allemanha e a China. A Nossa Colonia de Macau," *A Vanguarda*, 5 de Dezembro de 1897.
114 "Macau," *A Vanguarda*, 27 de Novembro de 1898.
115 "Parlamento," *A Vanguarda*, 7 de Abril de 1899.
116 "Solução de Um Conflicto Diplomático," *A Vanguarda*, 6 de Abril de 1897.
117 "O Incidente de Macau," *A Vanguarda*, 9 de Agosto de 1899.
118 "Piratas na China," *A Vanguarda*, 12 de Outubro de 1899.
119 "Piratas em Heung-Shan," *A Vanguarda*, 25 de Outubro de 1899.
120 "Revolta nas Filippinas," *A Vanguarda*, 25 de Fevereiro de 1897.
121 "A Revolta nas Filippinas. A Colonia de Macau," *A Vanguarda*, 16 de Junho de 1897.
122 "Guerra em Timor," *A Vanguarda*, 23 de Outubro de 1895 e 26 de Outubro de 1895; "Notícias de Macau," *A Vanguarda*, 15 de Novembro de 1895; "A Revolta em Timor," *A Vanguarda*, 1 de Setembro de 1896.
123 "Assignatura Régia," *A Vanguarda*, 10 de Outubro de 1896; "A Autonomia de Timor," *A Vanguarda*, 14 de Outubro de 1896; *A Vanguarda*, 17 de Fevereiro de 1897.
124 "Os Jesuítas," *A Vanguarda*, 15 de Setembro de 1898.
125 *A Vanguarda*, 1 de Dezembro de 1897; "Macau — Aviso aos Navegantes," *A Vanguarda*, 22 de Junho de 1897; *A Vanguarda*, 16 de Julho de 1897.
126 "Noticias de Macau e Timor," *A Vanguarda*, 29 de Novembro de 1898.
127 "Noticias de Macau e Timor," *A Vanguarda*, 29 de Novembro de 1898.
128 "Conferencias Patrióticas," *A Vanguarda*, 14 de Janeiro de 1898.
129 Célia Reis, "O Jogo em Macau. A Arrematação de Duas Lotarias no Início do Século XX," *Ler História*, n.º 77 (2021): 83–105, https://doi.org/10.4000/lerhistoria.7407.
130 "Junta Consultiva do Ultramar," *A Vanguarda*, 12 de Março de 1897.
131 "O Que Há de Novo," *A Vanguarda*, 15 de Dezembro de 1895.
132 "Fomento Colonial," *A Vanguarda*, 24 de Novembro de 1899.
133 "Conferencias Patrióticas," *A Vanguarda*, 14 de Janeiro de 1898.
134 "Exposição Universal de 1900," *A Vanguarda*, 5 de Outubro de 1899.
135 *A Vanguarda*, 26 de Setembro de 1894.
136 "Noticias de Macau," *A Vanguarda*, 8 de Janeiro de 1898.

BIBLIOGRAFIA

Araújo, Maria Carla Faria. "Direito Português e Populações Indígenas. Macau (1846–1927)." Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2000.

Asome, John. "The Indentured Coolie Trade from Macao." *Journal of the Royal Asiatic Society Hong Kong Branch* 54 (2014): 157–179.

Barros, Júlia Leitão de. *O Jornalismo Político Republicano Liberal: O Mundo, 1900–1907*. Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa, 2021.

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. *A Vanguarda*. Cota do exemplar digitalizado: j-2981-g.

Dias, Alfredo Gomes. "Do Tráfico dos Escravos à Emigração dos Cules." *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, n.º 4/5 (2001): 109–117.

Falguieres, Elodie. "Financial Scandals in France: Historical Construction of Responsibility and Outcomes." Tese de doutoramento, Universidade Paris-Dauphine, 2021.

Ferreira, Márcia Rosa dos Reis. "Cultura e Sociabilidades em Macau nos Finais de Oitocentos. O *Echo Macaense* (1893–1899)." Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2006. http://hdl.handle.net/10216/25639.

Figueiredo, Fidelino de. *Três Meses no Limoeiro: Notas da Prisão*. Lisboa: Depósito-Livraria Bordalo, 1896.

Hespanha, António Manuel. "O Direito e a Justiça num Contexto de Pluralismo Cultural." *Administração* 7, n.º 1 (Maio 1994): 7–26.

Leal, Gomes. *Traços Biographicos de Alves Correia*. Lisboa: Instituto Geral das Artes Graphicas, 1893.

Lemos, Mário Matos e. *Jornais Diários Portugueses do Século XX: Um Dicionário*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

Manso, Maria de Deus, e Seabra Leonor. "Novos Escravos no Século XIX: Breves Notas sobre o Tráfico de Cules de Macau para a América Ibérica." Em *Senhores e Escravos nas Sociedades Ibero-Atlânticas*, 379–392. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Universidade dos Açores, 2019.

Mariano, José Gabriel. "A Procuratura dos Negócios Sínicos (1583–1894)." *O Direito Online* 法, https://www.odireitoonline.com/a-procuratura-dos-negocios-sinicos-1583-1894.html.

Marques, A. H. de Oliveira, ed. *Macau e Timor do Antigo Regime à República*. Vol. 3 de *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.

Peralta, Beatriz Garcia. "Os Pioneiros do Artigo de Opinião em Portugal. As Colunas Jornalísticas de Ernesto da Silva (1892–1903)." *Revista Portuguesa de História* 51 (2020): 203–221. https://doi.org/10.14195/0870-4147_51_8.

Pereira, A. J. Gonçalves. *A Minha Auto-Biografia*. Macau: Escola Tipografia do Orfanato da Imaculada Conceição, 1941.

Reis, Célia. "Conjuntura e Vida Política." Em *Macau e Timor no Período Republicano*, ed. A. H. de Oliveira Marques, 13–174. Vol. 4 de *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 2003.

_____. "O Jogo em Macau. A Arrematação de Duas Lotarias no Início do Século XX." *Ler História*, n.º 77 (2021): 83–105. https://doi.org/10.4000/lerhistoria.7407.

_____. "Macau no Seu Contexto Internacional. A Visão dos Deputados (1885–1910)." *Em Actas I Congresso de História Contemporânea*, 578–586. Portugal: IHC / CEIS20 / Rede História, 2013.

_____. "O Poder entre Lisboa e o Oriente — Persistências e Mudanças na Administração, do Ultimato ao Ato Colonia." Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2018.

Rodrigues, Ernesto. *O Jornalista Republicano Alves Correia. Antologia*. Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense; Câmara Municipal de Vila Real, 2012.

Saldanha, António Vasconcelos de. *Estudos sobre as Relações Luso-Chinesas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Instituto Cultural de Macau, 1996.

_____. *Negociações e Acordos Luso-Chineses sobre os Limites de Macau no Século XIX. Contribuição para a Compreensão dos Actuais Limites da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Instituto Internacional de Macau, 2010.

Santos, Vitalino José Matias dos. "António Macieira (1875–1918): Do Ideário Republicano no Jornal *Vanguarda* à Reedição de *O Tempo*." Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2020.

Sardica, José. "O Jornalismo e a Intelligentsia Portuguesa nos Finais da Monarquia Constitucional." *Comunicação & Cultura*, n.º 7 (2009): 17–38. https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2009.473.

Silva, Beatriz Basto da. *Emigração de Cules: Dossier Macau 1851–1894*. Macau: Fundação Oriente, 1994.

Teixeira, Manuel. *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente*. Fac-símile da 1.ª edição. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1999.

Tengarrinha, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.ª edição. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

Visions of China: Stories from Macau — Chinese Women in the Eyes of Macanese/Portuguese Female Writers

Christina Miu Bing Cheng*

ABSTRACT: Nestled on the periphery of southern China, tiny Macao has offered profuse inspiration for Deolinda da Conceição (a Macanese) and Maria Ondina Braga (a Portuguese) to draw up narratives about the Chinese. Translated and collected in *Visions of China: Stories from Macau*, a series of their short stories vividly recount the predicaments and struggles of the common people. These two female writers are expressly concerned with downtrodden women's forlorn fates. Despondent characters from wide-ranging social strata are narrativised against the war-ravaged, poverty-stricken backdrop when post-imperial China was mired in socio-political turmoil, coinciding with a full-scale invasion launched by Japan. The main heroines discussed are: a westernised nightclub hostess, an educated wife from America, an illiterate barefoot mistress, a disillusioned slave-girl, an ignorant firecracker worker, a ghostly mad widow, a doomed leper girl and a saintly Buddhist avenger. These *dramatis personae* are either oppressed and discriminated against in a patriarchal system, or entrapped in the bottom part of a hierarchical society. Not least, others exist at the outer fringes of the lowest social echelon. Through the eyes of these two authors, we can see in their 'women's writing' a dismal tapestry of hapless women woven together in a historic period of time when Macao was destined to be a refugee haven.

KEYWORDS: Women's writing; Social oppression; Japanese invasion; Wartime victims; Lowest social echelon.

In 1911 the Great Qing collapsed. With the abdication of the last emperor, Asin-Gioro Puyi (1906–1967), imperial China's millennia-old monarchy was finally abolished on 12 February 1912. The demise of the Manchu rule was followed by a cataclysmic period of political chaos, social upheaval and economic stagnation. Shortly, Japan launched a sweeping invasion of China, known as the Second Sino-Japanese War (1937–1945), which was part of the Pacific War. In spite of the fact that

* Christina Miu Bing Cheng holds a Ph.D. in Comparative Literature at the University of Hong Kong. She is currently an affiliated researcher at the Centre for History of the University of Lisbon.

Christina Miu Bing Cheng é doutorada em Literatura Comparativa pela Universidade de Hong Kong. Actualmente é investigadora colaboradora do Centro de História da Universidade de Lisboa.

Macao — the former Portuguese settlement — was neutral and narrowly unscathed from Japanese brutality and savagery, the aftermath of the war inflicted boundless misery and adversity upon local residents.

A faltering China, further aggravated by the Civil War and political/ideological struggles in the decades that followed, drove mass migrations of desperate Chinese abroad, not to mention that countless people fled for their lives from adjacent provinces to Macao. This speck of land involuntarily became a refugee haven for the traumatised diaspora. The first half of the twentieth century was a time of serious destitution in history throughout the Chinese mainland, Hong Kong and Macao.

Hayden White (1928–2018), an American historian and literary critic, contends that 'there is no such thing as a specifically historical approach to the study of history, but that there are a variety of such approaches'.[1] He has argued that the approach to history can then be interdisciplinary from varying sources. In addition to historical texts, literary writings can help us understand 'the past', mainly because they are themselves history and they tell stories about a particular place and era from disparate angles.

White's argument could be applied to the literary texts of Deolinda da Conceição and Maria Ondina Braga, who would contribute relevant information to understand more about China/Macao's recent history. Predicated on the war-torn backdrop in a tumultuous era, this paper examines the short stories by these two female writers, which were translated and collected in *Visions of China: Stories from Macau*.

Literary writings by women are termed 'women's writing', which has been a recognised genre of studies in the West since the 1970s, and is one of the major themes found in feminist literary theory. This emerging academic discipline chiefly

Fig. 1: Book cover of *Visions of China: Stories from Macau*.

focuses on texts produced by women within the literary world, regardless of the subject matters and the authors' political stance. It has been argued that women writers by definition are a group worthy of separate study, as '[t]heir texts emerge from and intervene in conditions usually very different from those which produced most writing by men.'[2]

To this end, one may wonder how the writings by Deolinda da Conceição and Maria Ondina Braga capture the plights of the misfortunate, and the sufferings of those who are victims of the Japanese war, and how women from divergent social strata are represented in a patriarchal/hierarchical society. Their stories do not merely reveal an external reality;

they also reflect a sense of reality. What we consider in this paper is a sense of reality in history in the not-too-distant past, in which Chinese women's oppressed roles and their ill-fated experiences through the lens of these two women writers are discussed.

DEOLINDA DA CONCEIÇÃO

Born to a Portuguese father and a Macanese mother in Macao, Deolinda da Conceição (1913–1957) was a teacher, translator and journalist. She studied in Macao and Hong Kong before moving onto Shanghai,[3] where she was briefly interned in a concentration camp by the Japanese aggressors before the end of World War II. After the war, she was back in Macao and worked for the Portuguese-language newspaper, *Notícias de Macau*. Apart from publishing editorials and chronicles, she also published a collection of short stories under the title *Cheong-Sam, A Cabaia* (1956). Her stories unveil a realistic tapestry of Chinese women from different classes, either educated or illiterate in Macao and on the Chinese mainland. Five of her short stories centring on their terrible fates are examined below.

'CHEONGSAM'

A victim herself, Conceição lived through a period of atrocity and calamity during the Sino-Japanese War in Shanghai. Her writings reflect some of her own experiences in this westernised port city, which was dotted with ritzy nightclubs, and where the *cheongsam*[4] was a fashionable attire for women at that time.

Against the backdrop of the belligerent Japanese invasion, the story 'Cheongsam' delineates a couple from the middle-class. Chan Nui, at the age of 15, is the only daughter of a wine merchant, and A-Chung is the heir to a rice merchant. Regarded as a good 'rice-wine' match, they are arranged by their fathers for a marriage in the near future.

Before the marriage takes place, Chan Nui is eager to leave for the New World (implying America) to study. She is fascinated with Western lifestyle, habits and customs outside China. On the other hand, A-Chung has no idea of going abroad to study, but is satisfied with his mastery of the abacus and some knowledge of Chinese characters that are enough as a rice merchant. Chan Nui's aspiration to receive more education is in contrast to A-Chung's lack of ambition for betterment, and their differing mentalities foretell a mismatch, if not their deadly fates, in the end.

Chan Nui comes back after completing her two years' studies abroad, with tremendous changes — she is elegant, confident, and has a delightfully feminine personality. More than that, she speaks to A-Chung as an equal, without servility.[5] Becoming westernised, Chan Nui breaks off her submissive role in patriarchal ideology. Regardless of the apparent gap, they are united by their fathers to get married and later have three children.

Before long, the war is spreading and getting fierce. The couple and the children take flight for safety in Shanghai, where the Japanese shortly begin to attack. 'China was being consumed by the fire of constant battles, and its people lay crushed, lifeless, in a state of frightful chaos, where all vestige of human solidarity had disappeared.'[6] With no money and all their valuables ending up in pawnshops, they are on the brink of starving to death.

There is no hope that the unskilled A-Chung can find a job, but Chan Nui, young and beautiful, is able to work as a nightclub hostess. They experience the war very differently: the wife becomes the breadwinner working outside, whereas the husband is taking care of children at home. Such switching of gender roles exemplifies sheer subversion in traditional norms.

Chan Nui is thrust into a whole new world. She wants to wear her beautiful, fashionable *cheongsam* in

order to greet her clients in Shanghai's glitzy dance hall. 'From the bottom of one of the baskets came the long black satin gown, with its design of coloured leaves, which she had worn at her wedding banquet and had so lovingly kept.'[7] Her wedding black satin *cheongsam* is well-designed and must be an art piece, with a standing collar and high slits, which at once symbolises elegance and seduction.

A-Chung is aware of the fact that Chan Nui dances with many rich men every night. When he reflects on the *cheongsam* that many men have in their arms, he feels like tearing it into pieces. But, the rice she brings home is vital for their children. Even if they are not hungry anymore, they quarrel more often. Faced with the insoluble dilemma, A-Chung is tormented and torn between survival and reality. He has a deep impression of losing his dignity as a man and a husband, and 'would come to his senses and weep bitter tears in the privacy of his cubicle, while Chan Nui would spend hours on the dance floor, laughing and in lively conversation'.[8] They are so far apart that their relationship already cannot bear the strain.

One night, Chan Nui meets a man of immense wealth, who speaks the foreign language that she has learnt abroad. Her long-lost happiness seems returning, and she 'elopes' with the man to a neighbouring city. 'She had been regaled with beautiful things, perfumes and jewellery, sumptuous gowns. She had been infatuated by luxurious and elegant surroundings, she had sat at abundant dinner tables, and tasted the most precious wines.'[9] For some days, she forgets about her afflicted existence, and her less educated, jobless husband.

When she is back to her cubicle home after a week, they quarrel bitterly. A-Chung, overwhelmed by rage, grabs a kitchen cleaver and attacks her with satanic forces. Chan Nui is murdered and the murderer is led away in handcuffs. As the miscreant leaves the room, he has the delusion of seeing that black satin *cheongsam* hanging on the back of the door, billowing in the wind.

In the prison cell, he becomes insane and has hallucinations. He always screams at the shadows of a nearby tree at night, and believes the swaying shadows are her seductive wedding *cheongsam* that seemingly taunts his imminent execution.

Conceição feels pity for A-Chung and seethes with hatred towards the war. 'What a cursed war! A cursed war, that had taken everything away from him and turned him into a criminal, a murderer, a heartless father, a man incapable of rational thought.'[10] Equally, because of the cursed war, the Western-educated Chan Nui is incapable of rational thought to resist attractive temptations in that glamourous, opulent port city. Metaphorically, they are all but the 'casualties of war'.

'A CONFLICT OF FEELINGS'

Conceição further describes an educated woman in a weakening China. The characters are not given names. At the outset, she recounts the story of a mother of just over 40 years of age and her son of ten going to embark on an ocean-going ship. They return to 'the New World, that distant America, land of promise for so many who had suffered painful times and the harshest privations in their poverty-stricken land of China'.[11] Post-imperial China is mentioned in a time of indigence and devastation, whereas 'that distant America' is the 'land of promise'.

The story is narrated in a flashback. The woman has returned to Mother China and marries a rich merchant, whose first wife died some time before. In America, where she is born and brought up, she attends schools. Her husband is proud to introduce a well-educated, cultured wife to his friends. She is the right-hand to her husband, '[s]he took such an active part in his business ventures that these began to prosper by leaps and bounds.'[12]

No sooner has a son been born than her husband frequently goes to clubs and theatres, and gambles heavily almost every day. Worse still, he invokes his rights as a Chinese husband that he is going to take a concubine, 'given that she could hardly accompany him in his social life, busy as she always was with their son'.[13] Money corrupts the process of reasoning, as the saying goes, and he collects four demanding and extravagant concubines.

With his unabated interests in women, he neglects his business interests. One day he declares himself bankrupt, and their standard of living begins to decline. The woman's chief concerns turn to the son's education, and her brother comes up with the idea of sponsoring her son to go to America to study. When her husband learns of the news, he shouts in her face. Yet, she aspires to spare her son a life full of toil and uncertainty, and to return to the 'land of promise'.

On the day of their departure, her downcast, feeble husband complains that he does not feel well. 'Then, they all went down to the quay, and the inner conflict that had arisen at this decisive moment in her life opened a fresh wound in her heart.'[14] Her disappointed soul is tortured about whether to leave or to stay with this man when he is not well.

At the quay, an elegant young woman, fresh and smiling, passes by. Her husband seems to be devouring her with his gaze. He follows and tries to engage her in conversion. In that defining instance, '[s]he raised her head, as if shaking a strange weight from her. Her lips opened in a confident smile.'[15] Her mind is now clear. Without any hesitation, she completely puts an end to the conflict of feelings towards her undeserving husband, who never stops to show an insatiable lust for women. Taking her son's hand, she swiftly walks up the gangplank to begin a new life, and envisages to recuperate her dignity as a self-assured, independent woman.

Two westernised and educated women portrayed by Conceição are sufferers at the hands of their undignified husbands — one is killed, one is broken-hearted. In a different vein, she turns to depict women on the lowest rung of the social ladder in the following three short stories.

'AN ACT OF CHARITY'

The characters are again not given names. Besides focusing on a tragic interracial marriage and the quandary of a mixed-race progeny, Conceição recounts an illiterate, subaltern woman, who has been sold as a slave-mistress to a Portuguese man and gives birth to a Eurasian boy. This boy, at his tender age, has already felt deeply hurt at the humiliating shadow of his illegitimacy.

Given his mixed parentage, the boy is enmeshed in an identity crisis and self-representation at the crossroads of Portugal and China: he can neither identify with the Portuguese/Macanese community nor is he able to be assimilated into Chinese society in Macao. He is, in the words of Homi K. Bhabha, 'a *problematic* colonial representation',[16] considering that he is entrapped in the liminal state between the two dominant political entities.

His father comes 'from the ancient continent of Europe, disillusioned by life, embittered and in despair, to hide his pain and his humiliation in that distant part of China'.[17] 'That distant part of China', implying Macao, is a sanctuary where this European seeks self-exile for relief and consolation.

The storyline finds a striking parallel in the real life of Camilo de Almeida Pessanha (1867–1926), a Portuguese symbolist poet, who is lauded as the chief precursor of Modernist poetry.[18] Pessanha was the illegitimate son of a law student and a maid; likewise, the boy is an illegitimate child.

Closely mirroring the boy's father who looks for an Arcadia to heal his desolation in the East, Pessanha sought refuge and left his homeland for

Macao in 1894 due to a failed love-affair. In 1895 the poet bought a Chinese mistress in Macao through a broker. In like manner, the boy's Chinese mother is sold to his father as a slave-mistress.

The boy is ashamed of, if not despises, his benighted mother, who comes at the bottom of the pecking order in society, and goes around barefoot. Most of all, due to the boy's racially mixed, distinctive physiognomy, she turns up to be her son's 'm<other>', that is, she poignantly comes to be his son's Other:

> ***His mother was a poor ignorant Chinese woman, who went around barefoot, had no education whatsoever, and had been brought home one day by the father. There she remained, her situation ill defined, unsure of whether she was just a servant, or a spouse, but without the protection of marriage.***[19]

The boy's parents live in a disparate world. He has never seen them go out together. They neither go for a walk in each other's company nor exchange ideas about their life together. This perhaps derides the ideology of the benign consummation of Portuguese pan-racialism that hails racial egalitarianism through mixed marriages. This no-name, barefoot woman is purchased solely for erotic expediency and household chores.

It would be recalled that the illiterate barefoot water-seller A-Leng in Henrique de Senna Fernandes' *The Bewitching Braid* is narrated differently. She can climb the social ladder by marrying a dallying Macanese and is assimilated into the 'higher' Macanese community. This woman, nevertheless, is fated to be a submissive, slavish servant-mistress serving her European master. She is gripped by subalternity and social oppression.

Her son is constantly tortured by the great cultural divide of his parents and hates himself for his cruel fate. Furthermore, like other racially mixed minorities in Macao, he is often treated with prejudice because of his mixed ancestry. His only dream is to escape from the atmosphere of depression and to free himself from the stigma of illegitimacy.

There is a silver lining coming to his miserable life. He is leaving home to continue his studies in a far-off land and to join his father's family. Beginning a new life in a new place, he would have a new circle of friends and companions. He expects not to be troubled by his mixed-blood physiognomy and the shame of his origin.

Contrary to his unhappy father, who decamps to Macao in order to start a new life, the son departs from this hybridised space in the hope of escaping a bleak reality. He is, however, unable to project an uncertainty in fate in the 'ancient continent of Europe', in the same way as his father and Pessanha, who unhesitatingly pin their hopes on the distant East for retreat from bitterness in life.

Now the boy is ready to sail away from Macao. When he steps out of the house, he reminds his mother not to say goodbye to him at the quayside, though he knows he would never see her again. As the ship is about to depart, he notices this woman, his 'm<other>', with unkempt appearance and clumsy behaviour, sobbing profusely and pushing in the direction of him through the crowd. She expresses her sorrow in loud wailing and dries her eyes on the sleeve of her dress. All at once, he is embarrassed by her exaggerated gestures and the absurd demonstration of sadness.

The mother manages to get near him. He pulls out a coin from his waistcoat pocket and drops it in her hand. During the time he strides feverishly up the gangplank onto the ship, he is laden with mixed emotions, 'half sad, half relieved'.[20] Down on the quay, she continues to wail loudly, repeating in sobs, '[h]e gave me his charity, he gave me a dime,

in return for the life I gave him!'[21] As the frustrated son is heading for his imagined promised land, his 'm<other>' is left behind in frantic grief.

Macao is a city of abandonment. In the same trajectory of presenting the trope of abandonment as in Henrique de Senna Fernandes' short story 'A-Chan, a Tancareira' (A-Chan, the Tanka Girl), in which the ocean-going sailor casts aside A-Chan and returns to Portugal with their Eurasian daughter, the uncouth 'm<other>' is deserted by her detached, indifferent Eurasian son. Unlike A-Chan who accepts a bad fate in stoic silence, the downtrodden slave-mistress is hysterical to see her son — her own 'mutant' flesh and blood — leaving for the West.

'THE JADE RING'

In addition to delineating the illiterate barefoot woman, who is sold as a slave-mistress, Conceição depicts another no-name girl, who is taken to a rich household where she is 'to be the companion and servant to a girl of her age'.[22] That is, this pitiful girl is sold into domestic service as a slave-girl, or slave-servant on the lowest rung of society.[23] Scarcely eight years old, this girl is endowed with the usual Chinese generic characteristics, 'her skin pellucid, her eyes almond shaped, dark and always shining, her hair black and abundant, and tied in plaits'.[24] Obviously, she has lovely features that foretell her attraction as she grows older.

Girls/women portrayed as saleable commodities bring to mind Martha in Austin Coates' *City of Broken Promises*. She is an abandoned orphan and is sold into prostitution. What is more, in 'A-Chan, a Tancareira', A-Chan is sold and later re-sold to an old Tanka woman. Macao is depicted by these writers as a human market where poor Chinese girls/women are sold and re-sold, just like commodified livestock.

The slave-girl is given the leftovers from the dining table to eat, and has to sleep on a mat on the floor of the young mistress' bedroom. Her spoilt and impertinent mistress would take pleasure in tugging her plaits until it hurts and bite her whenever she feels like it. She is often ill-treated and is *de facto* the oppressed subaltern. Despite her maltreatment, she has a chance to learn to read and write vicariously, since she has to accompany the young mistress for lessons. She is not at all illiterate.

In the household, she notices a jade ring belonging to the lady of the house. Every time she looks at the bright green of its cold, smooth surface, she is awestruck and enthralled:

> *She would stare, fascinated, at an oval shaped jade ring encircled by diamonds that the lady of the house wore, and she should forget all her duties.*
>
> *Whenever she came across the ring lying around somewhere, she would stand there contemplating it with devotion, without daring to even touch it.*[25]

Traditionally revered by Asian cultures, jade is highly cherished as possessing mystical powers to protect against evil spirits and bring good luck. As the case may be, the impecunious slave-girl would never have possessed a valuable jade ring.

At the age of 17, she runs into 'a gentleman in a long gown, with slender aristocratic hands' that handle a paintbrush with skill.[26] He is a painter and she is attracted to him. One evening, she slips away from her dungeon to start a new life with him. She thought he comes into her life 'like a true god', and feels happy, happier than she could ever have dreamt.

For five years, she has spent her days differently. She no longer eats the leftovers from the dining table, instead she eats 'with ivory chopsticks from a bowl of fine porcelain. She did a little sewing

and was dazzled by all the clothes she could now call her own',[27] although she is rarely allowed to leave that 'gilded cage'. As a matter of fact, she is kept as a 'secluded' mistress, or concubine, secretly.

One day, she happens to read a forthcoming wedding announcement in a newspaper — the painter marries her former young mistress. Shocked and grieving as she is, the man comes back that night, giving her a beautiful jade ring, surrounded by gems. 'She put it on her finger and was ecstatic. A jade ring such as she had always wanted and was now hers!'[28] The dream to have a jade ring comes true, but the nightmare comes into reality as well. He nevertheless consoles her that her life would not change in any way. That is to say, the painter is going to take a woman of the upper-class as his new wife and simultaneously to have her as concubine.

On account of her debased, inferior upbringing in the lower-class structure, the slave-girl's hope of being the choice of 'wife' is dashed; she would remain at most in a subordinate status as a concubine. Worse still, she would receive mistreatment once again at the hands of her former young mistress. In other words, she remains in the grip of oppression within a patriarchal/hierarchical society. Precipitously, she throws the jade ring at his feet and flees to nowhere.

That speck of fascinating jade appears to have lost its supernatural quality to protect her from anguish and hopelessness. Two days later, her corpse is found by the sea. A 'well-dressed man, with slender, aristocratic hands […] placed a beautiful ring encircled with gems on one of the fingers'.[29] Posthumously placing a jade ring on her finger, it may be guessed, is to appease her unsettled grievance in the nether world and to pacify her possible avenging spirit. The world still turns, the newspaper reports, 'the wedding of a famous painter and the daughter of an important businessman, which had been attended by the cream of society.'[30]

The despondent slave-girl takes her own life in her disillusion that she has met a 'true god', who would marry her as his 'wife'. Her suicide is a despairing response to the untrustworthy painter and an ultimate resistance against social oppression, as well as a remonstrance against the hierarchical system.

The slave-girl's devastating consequence cannot fail to recall yet another short story 'Madame Butterfly' (first published in 1898), by John Luther Long (1861–1927).[31] It tells of a tragic orientalist romance between Cio-Cio-San, a 15-year-old *geisha*, a Japanese performance artist and companion, and Benjamin Franklin Pinkerton, an American naval officer. Through a marriage broker, he acquires Cio-Cio-San as his 'wife', but not quite; she is sold to enter into a marriage of convenience.

Before long, Pinkerton sails back to America and finds a 'proper' wife. Coming back to Nagasaki with his new American wife, he wants to divorce the Japanese *geisha* and to take away their Eurasian son. Inconsolably, Cio-Cio-San takes out a dagger and stabs herself to death 'with honour'. Both Cio-Cio-San and the slave-girl epitomise the archetypical tragedy of not being chosen as 'wife'. They die for an unrequited love rather than to live in shame and agony.

Likewise, George Orwell (1903–1950) presents an orientalist East-West affair in *Burmese Days*. John Flory, an Englishman, is enchanted by Ma Hla May, a Burmese 'outlandish doll', who has been his mistress for two years. However, soon after he meets Elizabeth Lackersteen, a pretty English woman, he aspires to marry her. He feels that an English woman would be at best desirable as his wife, and that she can bring him back to 'the air of England'.[32] The doll-like mistress is thus driven out of his house. Ma Hla May does not commit suicide. Rather, she retaliates by ruining the Englishman's reputation in public.

Fig. 2: The preserved heritage of the dilapidated Yick Loong Fireworks Factory on Taipa Island. Photograph by the author.

Ma Hla May, Cio-Cio-San and the slave-girl are not considered a choice of 'proper' wives for the two white men and the Chinese. These Asian women of low social status are merely exploited and reified as objects for sexual consumption.

'THE SUFFERING OF LIN FONG'

Despite following a familiar storyline of an East-West tryst and abandonment, Conceição at the outset tells of the deplorable experience of a firecracker worker, Lin Fong. It could be surmised that the story is set in Macao, where firecracker manufacturing ranked as the principal industrial activity in the 1950s and 1960s.[33]

Belonging to the lowest social stratum, Lin Fong works in a firecracker factory and lives in grinding poverty, similar to many other factory workers who have fled to Macao. Her daily routine is to roll the firecrackers on her little wooden wheel in an enclosed, shabby structure, 'suffering heat and cold, the base of her spine in agony at having to sit in such an uncomfortable position'.[34] Earning the pittance of her day's wages that not even amount to one *pataca*, she has to take care of her mother who has infected tuberculosis.

The predicament of firecracker workers brings to mind Colin Simpson (1908–1983), an Australian journalist, author and freelance writer of travel books. He provides a dialogic perspective in his travel memoirs about child labour in making firecrackers on the former outlying Taipa Island in *Asia's Bright Balconies* (1962). His description complements the historical context, against which Conceição's story is set. Simpson relates that some children look no more than six years old:

> *We saw these children at their cracker work, each perched on a tiny stool at a small table, or just a packing case, and on this a round bundle of crackers as big as a dinner-plate […]. They worked, very deftly and quickly, closing the ends of the power-filled crackers with a tool like a small punch. They were paid 10* avos *a bundle […]. The industry is not fully mechanized because child labour on this piece-work basis is so cheap […]. These little cracker-workers were all of school age, and obviously they weren't at school.*[35]

Aside from Simpson's account of child firecracker workers, Lin Fong's plight readily resonates with the historical novel, *Wan Muchun* (萬木春) (1976) by Chang Zheng (長爭), the pen name of Zhang Zheng (張錚, 1931–2021), a Chinese actor, film director and playwright in Hong Kong.[36] Based on his research on the firecracker industry, the author narrativises the true, disheartening happenings of a group of distressed migrants taking refuge on Taipa Island from neighbouring places.

Zhang Zheng's story brings out the firecracker workers' struggle for bare survival in the late 1950s. Amid highly explosive powders in small, wooden cage-like huts, they usually work 11 hours a day to insert fuses into firecrackers and to string them

up in bundles. Often harassed by loan sharks, they are ruthlessly exploited by unscrupulous Chinese employers, who are under the mantle of unchristian local Portuguese magistrates.

The leading character Luo Shaojian (羅少堅) is 23 years old, but she has 17 years working experience in a firecracker factory. At the age of six, this little girl begins to work in order to help pay a spiralling loan. Like many child workers, she has no chance to go to school and cannot understand many things. Still, she always ponders about why all the firecracker workers lead such a miserable and dangerous life, especially her mother and some of her relatives have been consecutively killed in the deadly blasts.

Constructed as a proletarian heroine in a realistic structure to challenge capitalistic exploitation and oppression, Shaojian brushes aside the concept of predestination and atheistically renounces the belief that life is predetermined by fate. With unwavering determination to stave off all sorts of impediments, she forms an alliance with other workers to press the factory owners to compensate for the loss of life and the injured, and for improvements in their working conditions.

Dissimilar to Zhang Zheng's self-esteemed, brave and rationalistic Shaojian, Conceição's Lin Fong is ignorant and gullible. As the story develops, A-Cheoc, the factory supervisor, has cast a lusty eye on Lin Fong for some time. When he comes to know that she has a foreign devil lover — a Portuguese soldier, he pours out obscene insults on her. A-Cheoc disdainfully accuses his rival of dishonest intentions to seduce an illiterate factory worker, whose sole attraction is the freshness of her youth and the promise of a gracious body under her cotton clothes.[37] A-Cheoc's accusation, to some extent, is not all wrong.

Lin Fong, however, believes that her Portuguese lover is different from the rest, because he 'promises' [my emphasis] that one day he would show her the fields full of wheat and the snow-capped mountains in Sai Iong (Xiyang [西洋], meaning the West, alluding to Portugal).[38] Her lover's promise again evokes Austin Coates' *City of Broken Promises*, in which the Englishman Thomas van Mierop intends to marry Martha, his Chinese pensioner-mistress, and take her to England. Martha knows that the promises made by foreigners to marry their Macao mistresses are only to leave them abandoned and their children bastards when they are gone. She reacts to van Mierop's intention as a would-be broken promise:

> ***I would be a fool if I believed you. In Macao we know this, that when the time comes it is always otherwise. Whatever words may have been said, whatever promises made, when an Englishman goes, it is alone.***[39]

While Martha is well aware that Macao is a city of broken promises, Lin Fong thinks otherwise. Every time, when her Portuguese lover puts his arm round her waist, she feels a surge of blood through her veins. Regardless of A-Cheoc's warnings, she is intoxicated in the sensation of limerence, and 'only felt happy when she was by his side, and all but lived for the moment when he would come to her, as the sun set'.[40]

One night, Lin Fong confesses to him that she is pregnant with his child. At the same time, he tells her that he is going to leave unexpectedly with the battalion for his distant country. Her romantic hope shatters, but she does not even shed a tear as the horror of her quandary has already devastated her. That the fleeting moments of happiness and pleasure she pursues and enjoys virtually bring forth the intense pain of uncertainty after his departure. She lives through unspeakable torments, waiting for him to return from Sai Iong to hear the first cry of the child.

Even though the Goddess Cun Iam (Guanyin [觀音], Goddess of Mercy) seems to have forgotten her supplication, she nevertheless believes that life has some happiness in store for her when he comes back from Sai Iong.[41] Francis Bacon (1561–1626) once said: 'Hope is a good breakfast, but it is a bad supper.'[42] Lin Fong's hope might come up with unrealised expectations and despair in the end. Had her lover never returned, she would have had to face an otherwise grimmer future: an illegitimate Eurasian new-born baby to be fed and an ailing mother to be taken care of, with her paltry wages.

The story applies the usual clichés of the tragic East-West dalliance. It again resonates with Senna Fernandes' Tanka girl, who is abandoned by the departing Portuguese sailor. Similarly, this deprived firecracker worker, emerging purely as an object for sexual consumption, is left behind in the mire by the Portuguese soldier with an unborn child. These two subaltern women unfortunately bear the bitter fruit of their unmediated trust in flirtatious men from the West. Their relationships all but illustrate exploitative affairs between Western men and Asian women.

MARIA ONDINA BRAGA

Born in Braga, a city in the far north of Portugal, Maria Ondina Braga (1932–2003) started her eastward teaching career at a convent school in Angola. When a national uprising broke out in Angola, she left for Goa in 1961. No sooner had Goa been invaded by India than she took refuge in Macao, where she spent four years as a teacher until 1966. In 1982 she was invited to teach the Portuguese language at Peking University. Capitalising on her experiences in the mainland and Macao, she published *A China Fica ao Lado* (1968), *Angústia em Pequim* (1984) and *Nocturno em Macau* (1991). While Deolinda da Conceição recounts the woeful fates of women who are on the lowest rung of society, Braga tells tales of distraught refugees who exist even at the outer fringes of the lowest social echelon. Discussion is now turned to her three short stories.

'THE MAD WOMAN'

The story of a ghostly mad widow is related by Sam-Lei, an old maid, to the first-person narrator. Sam-Lei says that after sunset, a thin, mad woman used to come to Coloane Island and sit on the boulders near Cheok-Vân Beach (alternative spelling: Cheoc Van [竹灣]), with her feet in the water and her face in her hands. No one has ever caught sight of her during the day, or sees her arrive. She does not appear in daytime, but only comes out all of a sudden on the rocks silently, like a lizard, every night and disappears before sunrise.[43]

The mad woman had a traumatic past. Having taken flight from her motherland with her baby, who died on the way, she would come and wait for her husband at nightfall. But he never appears. The reasons why she fled from her hometown with the baby are not known, yet Macao is explicitly acknowledged as the shelter for asylum seekers.

As an uninterrupted habit, she comes to the beach waiting for his arrival. She sits immobile and looks into the distance 'with her tattered coat, her dirty grey braid, her bare feet, and her face lost in thought.'[44] The bitter issues of exile and displacement of the ordinary people in a time of hardship and chaos are addressed.

Sam-Lei maintains that she would shriek in the early morning, expressing her agony of losing the beloved ones. She cries in penetrating screams of pain, like a peacock. In the words of Sam-Lei, the mad woman is already truly dead. She is a divided spirit, a shadow. She has no insides, no soul. She is nothing. 'By day, she lives in a hole in a tree […]. By night, she takes the shape of a person, and goes

Fig. 3: The Village of Our Lady in Ka Ho on Coloane Island. Photograph by the author.

Fig. 4: The Church of Our Lady of Sorrows on Coloane Island. Photograph by the author.

to await her ghosts.'[45] Tumult and disorder torture her in the wake of tragic events, and she is described as an eerie, ghostlike creature.

The narrator decides to solve the mystery of this wandering spirit with the company of a Chinese friend. They start their adventure on a sultry night waiting for her arrival. The murmuring of the waves and the hushed whisperings of the beach suddenly ceased. They hardly dare utter a word — the ghostly woman with the dirty grey braid is already huddled inertly on a rock, water around her ankles.

The moon is high and it is about four o'clock. They hear the peacock shriek. But, the cry is clearly from the direction of a rich man's house further up the beach; it is not from the woman. She does not even shriek or scream — her pain has perhaps numbed her senses to express her indescribable distress. The rock is there with the tide still low, yet the desolate widow vanishes without any traces. The images of nighttime and darkness are employed to create a mental picture of the pathetic, deranged woman, as well as enhancing the weirdness of the story.

The story has a tinge of magical realism, in which the author stitches a realistic scenario of a refugee woman from an inhospitable China with the unexplainable. Magical elements and supernatural phenomena are used to point out a bleak reality that she lost her beloved ones after her own escape to safety. Whilst the story blurs the lines between fantasy and reality, it presents an otherwise real setting on Coloane Island, where the distraught woman bizarrely appears and disappears, like a hollow spirit.

'THE LEPERS'

Braga touches an 'untouchable' subject matter — leprosy, which is seldom found in literary creations. It could be assumed that the story is set at the Ka Ho Leprosy Centre in Ka Ho Village (九澳村) on Coloane Island, which was completed in 1885.[46] This leprosarium was a specialised institution to quarantine exclusively female patients and to stop the spread of the disease. In 1930 it was rebuilt and expanded with five residential houses with a capacity for 90 patients and a chapel. In 1966 Ka Ho Village was renamed as the Village of Our Lady in Ka Ho (九澳聖母村) soon after the new Church of Our Lady of Sorrows had been constructed.[47]

LITERATURA

Leprosy is one of the oldest infectious diseases in human history, and has historically been associated with social stigma and discrimination.[48] The word 'leper' is considered detestable in *Burmese Days*: the imperious Elizabeth despises the jaded Flory and hates him 'as she would have hated a leper or a lunatic.'[49] Be that as it may, Gaetano Nicosia (胡子義, 1915–2017), an Italian priest of the Society of St. Francis de Sales, arrived at Ka Ho Village in 1963 and dedicated himself to a spiritual/medical mission.[50] He lived with, and took care of, lepers for 48 years until 2011. Hailed as the 'Angel of Lepers', he died in Hong Kong, aged 102, and was buried in St. Miguel Arcanjo's Cemetery in Macao.

Previously, Coloane was barely inhabited and could only be reached by boat. Abandoned and ostracised as they were, lepers were virtually left desolate and hopeless on the island. Boatmen were even unwilling to land on Ka Ho Village, and daily necessities were pulled to shore with ropes. Under this context, Braga tells a tale of a young leper girl, A-Mou, who has fled with her grandmother from the nearby mainland to Macao. Again, the reasons behind their flight are not told, rather the writer reiterates Macao's status as a refugee centre. Most of all, it is a leper sanctuary.

A-Mou's grandmother dies shortly after she is sent to the island for isolation. She has no family. The lonely girl is in an initial stage of the disease; her face is just marked by one or two red spots of leprosy. Every evening A-Mou goes out to admire the sunset, trembling with anxiety and hope. She would climb to the top of the hill of the island, where 'the marshy rice paddies down in the valleys, glimmering in the last rays of sunshine […]. And to gaze upon the island was, in some way, like contemplating the world, catching a glimpse of life beyond the leper colony.'[51] And, every evening she imagines her recovery on the following day — having a farewell thrown to her with kisses and presents.

But, every morning when she plaits her hair in front of the mirror, she finds the blotches are still on her cheekbones, sometimes pink, other times almost purple. She is still optimistic and 'her soul is filled with faith, with a feeling of warmth toward existence itself, with a happiness that brought tears to her eyes'.[52] A-Mou has a hopeful spirit in face of her ill-starred fate. She yearns for recovery, loves life and has an intense feeling to go on living.

She has never loved anyone, or does she quite know what the sense of love is. There and then, a leper boy arrives at the men's quarter on the other side of the hill. The handsome new arrival is not in a serious condition. She begins to imagine him as some sort of a god, and thinks about him with godly devotion. Thereupon, she takes more care to plait her hair every day. At twilight one day during her routine walk, she comes across him on the hill:

> *In the darkness, A-Mou could only see his eyes. The sea echoed among the hollows in the rocks. He plucked a sprig of lemon verbena from a nearby bush, crushed its leaves between his fingers, and the perfume spread and took hold of the night.*[53]

Their meetings repeat themselves and the 'ritual' of crushing the lemon leaves continues in the same way after sunset. Immersed in the refreshing scent of lemon leaves and the whispering of the sea, he would praise her plaited hair. In her mind, she compares him to the young gods in a temple. She even considers herself lucky for being isolated on the island, because she can meet the 'otherworldly' boy.

On moonlit nights, 'their silence expressed more than words; their gesture was freely given; their soul was released',[54] as if they silently feel compassion for each other. A-Mou is entranced by the encounters, and the boy gives the impression of being a divinity, coming down from the Unknown

to meet her. She surrealistically moves from the realms of the real world into the fantastic world.

Months pass by quickly. She still goes out for her evening walk to the top of the hill. She does not see the boy anymore. She wonders whether he may be cured, but is incapable of asking him. She does not even want to know it. Her purple blotches grow, day by day, and the doctor does not mention any possibility of a cure.

In the darkness, A-Mou now contemplates neither a new, better tomorrow nor for any possibility of a cure. She simply gives thought to a vision that she has envisaged an apparition all those nights beyond the mysterious horizons, and that she has a chance to have the sensation of compassion, if not the joy of love. The mesmerising scent of the crushed lemon leaves, *inter alia*, turns into a source of consolation, strength and support for her forlorn existence. She hopes one day, crouching in the yard, to relate her ethereal rendezvous to the unfortunate newly arrived.

'The Lepers' leaves a trail of pathos and hopelessness. At the same time the boy is hinted to have been cured, A-Mou is getting more serious, with her hands, nose or ears gradually rotting away. The images of nighttime and darkness are a recurrent trope, which may metonymically allude to the ill-fated lepers on the island. Darkness imagery is meant to arouse the emotions of the reader and, not least, to make the story more captivating.

'RACIAL HATRED'

Braga evokes the aftereffect of the invasion of China by Japanese militarism. The central character Tai-Ku is the eldest daughter of a rich Chinese man, who has an obsessive habit of taking a new wife every new moon: women of all types and every nationality.

Be that as it may, every one of his wives is a virgin. He insists on their being untouched, and

Fig. 5: The Cotai Strip is glamorously dotted with magnificent hotels and casinos. Photograph by the author.

they simply become his protégées. Tai-Ku has the impression that his father is [mentally] ill, but she never criticises his excesses or comments on his peculiar obsessions. After her younger sisters are married off, she remains 'to warm the great man's bath every morning, to pour his tea, to forgive him his lasciviousness'.[55] Her father has profound respect for her wisdom and purity. For him, she is a saint, the innocent one.

Tai-Ku is literally a saintly Buddhist follower. Like a frugal Buddhist nun, she wears rice straw slippers, and has devoted herself to a religious life of prayers, fasting and offering. Now her hair grows white, as yet 'she carried out her filial duties, without seeking to know who the new wife was, without wishing her ill, or showing any interest in making her acquaintance'.[56] She would ignore every woman who crosses the courtyards of the house.

One day in winter, her father acquires a new wife — a Japanese *geisha*, who entertains the old man by singing in the gentlest voice in the world. Subsequent to this new acquisition, Tai-Ku is enmeshed in enmity and hatred. She hurtles many years back in time and has a clear flashback in the bygone days when the Japanese invaders occupied their house by force. Her mother died in childbirth without the last rites of having monks to commend her soul to the Divine Realm. Her father ceded

part of his fleet of ships and jewels to the lecherous Japanese in order not to have to surrender his daughters.

Only a young girl then, Tai-Ku witnessed the Japanese insolence and atrocities inside and outside the house. 'She detested those Japanese more than all the satanic spells put together. From that time, she had never stopped beseeching the Heavens to inflict all manner of punishment on them.'[57] She is latently and manifestly haunted by the brutal past.

Tai-Ku's religion advocates no killing, but that Japanese woman incarnates the worst of all evils — invasion, violence and war. Tai-Ku's soul is divided — to kill or not to kill. She spends many sleepless nights as she considers it a sin for the daughter of the vicious invaders to be living in her house. Then an idea strikes her and the cavern of her mind is light.

As a tradition, Tai-Ku used to prepare snake soup with chrysanthemum petals and lemon leaves for the New Year dinner. When New Year's Day is near, she zealously orders a snake. Thinking of the snake, she wears a wry smile on her face, with her gold-capped teeth 'permanently gleaming in the slender mouth'.[58] Amid the celebratory firecrackers on the streets, she puts the venomous snake into her shiny leather bag. She is going to carry out an avenging mission.

On New Year's Day, the Japanese *geisha* is found dead in her bed with purple and bloodied eye sockets. 'The innocent one' listens to the news with downcast eyes, and an immense peace emanates from her pale face. The reason for choosing the New Year's Eve to kill the *geisha*, it could be conjectured, is intended to have a celebratory new beginning for the coming days without the presence of the enemies' daughter at home.

Despite the fact that the old man turns decrepit lying in bed for three days and never gets up again, the saintly Tai-Ku's disturbed soul is now free and unshackled, 'as if it were crossing the darkened paths of absence, in order to become re-united with her father in the great Unknown'.[59] The devout woman can eventually find heavenly tranquillity in mind after annihilating the Japanese.

The *geisha* is the victim of racial hatred. Even though she is merely 'collected' as the old man's protégée, the ingrained memories of the savagery of Japanese aggressors are ineradicable in Tai-Ku's mind. For her, being the daughter of the invading Japanese is unforgivable and she must pay the price for the war crimes of her countrymen. Constructed as a pious Buddhist follower and filial daughter, she takes revenge on the sinless Japanese woman out of patriotism and nationalism.

CONCLUSION

The approach to literature, history and culture can be interdisciplinary. Mikhail M. Bakhtin (1895–1975), a renowned Russian theorist of literature, is of the opinion that literature cannot be understood outside the total context of the entire culture. Besides, textual materials are representations and articulations of particular historical contexts, as well as reflections and commentaries of the social process. Literature hence offers multifaceted perspectives for the reader to glimpse the socio-cultural context of 'the past'.[60] In line with Bakhtin's theories, the literary texts by Deolinda da Conceição and Maria Ondina Braga appropriately render assorted visages of Chinese women at a specific point of time.

In their storytelling repertoire, most Chinese are wartime asylum seekers in Macao in a time of socio-political turbulence on the Chinese mainland following the Japanese invasion and the Civil War. Macao is not just destined to be the sanctuary for the desperate, it is the refuge for lepers. The displaced Chinese are largely penniless and some cannot even maintain a living on the Macao Peninsula, but have to settle in the simplest shelters on impoverished Taipa or Coloane islands, earning meagre wages to

fill their hungry mouths. These wretched people would have never imagined that the two former barren islands have now been united by an artificial landfill and developed, out of recognition, into the famed Cotai Strip, which is glamorously dotted with resplendent resort hotels and casinos for leisure and pleasure.

In the eyes of Conceição, the educated and the uneducated alike share blighted fates inflicted by their husbands. Certain no-name characters are relegated to the bottom of the social pecking order and fall prey to ill-treatment and slavery. They are also deemed as mere objects for sexual consumption and saleable commodities. In another way, Braga employs a tinge of magical realism and fantastic elements in delineating the disconsolate lives of those who inhabit at the outer fringes of the lowest social echelon — the lunatic and the outcast. As if bound by shared hostility with Conceição towards the war, Braga creates the saint-like Buddhist avenger of Japanese militarism. Apparently, both have been wrestling with disturbed emotions and indelible memories of the atrocious war years.

By telling the widely varied stories of Chinese girls/women from diversified social strata, these two female authors show subtle sensibility and sympathy to the underprivileged and *les misérables* in their 'women's writing'. The portrayal of these *dramatis personae*, moreover, constitutes a realistic picture to behold the recent past of Macao and China as a whole. RC

NOTES

1 Hayden White, "New Historicism: A Comment," in *The New Historicism*, ed. H. Aram Veeser (New York: Routledge, 1989), 302.

2 Virginia Blain, Patricia Clements, and Isobel Grundy, eds., *The Feminist Companion to Literature in English: Women Writers from the Middle Ages to the Present* (New Haven: Yale University Press, 1990), viii–ix.

3 In the wake of the First Opium War concluded by the Treaty of Nanjing, Shanghai was officially opened in 1843 as a major treaty port that shortly attracted foreigners and Chinese migrants alike. It developed into a westernised and flourishing city, with countless nightclubs, brothels, luxurious restaurants and international clubs. In the 1930s and 1940s, this city of 'a deafening babel of tongues' was occupied by the invading Japanese.

4 *Cheongsam*, also known as *qipao*, and sometimes referred to as the mandarin gown, is originally the ethnic clothing of the Manchu people. Evolving to a typical tight-fitting dress with a standing collar and a pair of high slits above the knee-level, *cheongsam* was popularised by Chinese socialites and high society women in Shanghai from the 1920s to 1940s.

5 Deolinda da Conceição, "Cheongsam," in *Visions of China: Stories from Macau*, sel. and trans. David Brookshaw (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002), 28–29.

6 Conceição, "Cheongsam," 31.

7 Conceição, "Cheongsam," 32.

8 Conceição, "Cheongsam," 33.

9 Conceição, "Cheongsam," 34.

10 Conceição, "Cheongsam," 25.

11 Deolinda da Conceição, "A Conflict of Feelings," in *Visions of China: Stories from Macau*, sel. and trans. David Brookshaw (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002), 42.

12 Conceição, "A Conflict of Feelings," 43.

13 Conceição, "A Conflict of Feelings," 44.

14 Conceição, "A Conflict of Feelings," 45.

15 Conceição, "A Conflict of Feelings," 46.

16 Homi K. Bhabha, "Signs Taken for Wonders: Questions of Ambivalence and Authority under a Tree Outside Delhi, May 1817," *Critical Inquiry* 12, no. 1 (Autumn 1985): 156.

17 Deolinda da Conceição, "An Act of Charity," in *Visions of China: Stories from Macau*, sel. and trans. David Brookshaw (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002), 38.

18 On Pessanha's poetry of Symbolism, see Camilo Pessanha, *Clépsidra* (Lisbon: Edições Ática, 1956).

19 Conceição, "An Act of Charity," 38.

20 Conceição, "An Act of Charity," 40.

21 Conceição, "An Act of Charity," 41.

22 Deolinda da Conceição, "The Jade Ring," in *Visions of China: Stories from Macau*, sel. and trans. David Brookshaw (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002), 51.

23 In bygone days, slave-girls or servant girls were known in

LITERATURA

Chinese as *nubi* (奴婢) or *binü* (婢女) (in Cantonese: *mui tsai* [妹仔], meaning 'little sister'). The slave-girls, often sold at a young age, were typically from poor families. They worked as domestic servants in affluent Chinese households in traditional Chinese society. Discriminated against by their own society, many of them ended up as either concubines or prostitutes. One may consider the work of John A. Davis (1839–1897), *The Chinese Slave-Girl: A Story of Woman's Life in China* (n.p.: Legare Street Press, 2022).

24 Conceição, "The Jade Ring," 51.
25 Conceição, "The Jade Ring," 52.
26 Conceição, "The Jade Ring," 52.
27 Conceição, "The Jade Ring," 53.
28 Conceição, "The Jade Ring," 54.
29 Conceição, "The Jade Ring," 54.
30 Conceição, "The Jade Ring," 54–55.
31 John Luther Long, "Madame Butterfly," in *Madame Butterfly and a Japanese Nightingale: Two Orientalist Texts*, eds. Maureen Honey and Jean Lee Cole (New Brunswick: Rutgers University Press, 2002), 25–80.
32 George Orwell, *Burmese Days* (London: Penguin Books, 1989), 156.
33 The manufactures of firecrackers, matches and joss sticks were the main income of Macao in the mid-twentieth century. Macao only stopped producing firecrackers in the 1980s. The site of the abandoned and dilapidated firecracker factory, Yick Loong Fireworks Factory on Taipa Island, has now been conserved and is open to the public. It has earned the reputation of 'the best preserved heritage and the most significant industrial relic in southern China'. Albert Hung Kin Lai, *The Firecracker Industry in Taipa*, trans. Bernard Cheung Ming On and Vong Weng Kan (Macao: Cultural Affairs Bureau of the Macao S.A.R. Government, 2018), 73.
34 Deolinda da Conceição, "The Suffering of Lin Fong," in *Visions of China: Stories from Macau*, sel. and trans. David Brookshaw (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002), 47.
35 Colin Simpson, *Asia's Bright Balconies: Hong Kong, Macao, Philippines* (Sydney: Angus & Robertson, 1962), 137–138.
36 Chang Zheng 長爭, *Wan muchun* 萬木春 (Hong Kong: Zhaoyang chubanshe 朝陽出版社, 1976).
37 Conceição, "The Suffering of Lin Fong," 48–49.
38 Conceição, "The Suffering of Lin Fong," 49.
39 Austin Coates, *City of Broken Promises* (London: Frederick Muller, 1967), 149.
40 Conceição, "The Suffering of Lin Fong," 49.
41 Conceição, "The Suffering of Lin Fong," 48.
42 Susan Ratcliffe, ed., *Little Oxford Dictionary of Quotations*, 4th ed. (Oxford: Oxford University Press, 2008), 184.
43 Maria Ondina Braga, "The Mad Woman," in *Visions of China: Stories from Macau*, sel. and trans. David Brookshaw (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002), 155.
44 Braga, "The Mad Woman," 156.
45 Braga, "The Mad Woman," 157–158.
46 Beyond the sphere of mere commercial interests in Macao, the Portuguese were pioneering in establishing the earliest asylum in the Far East for leprosy patients in 1568. Later, two leprosariums at Pac Sa Lan (白沙欄) on Xiao Hengqin Island (小橫琴島) and at Ka Ho on Coloane Island were respectively built in 1883. See exhibition leaflet: Archives of Macao, *Land of Hope: Historical Archives Exhibition on Leprosariums in Macao* (Macao: Cultural Affairs Bureau of the Macao S.A.R. Government, 2021). As leprosy is no longer an incurable disease, medical services have now been suspended.
47 Once an almost isolated, forgotten place, the Village of Our Lady in Ka Ho was comprehensively restored and renovated since 2016. The revitalised village was inaugurated in November 2021, and presented 'Land of Hope: Historical Archives Exhibition on Leprosariums in Macao'. It has now been classified as immovable cultural heritage and open to the public (Exhibition leaflet).
48 Initiated in 1954, World Leprosy Day is annually observed around the world on the last Sunday of January in order to draw public awareness to those affected by leprosy.
49 Orwell, *Burmese Days*, 291.
50 At times, Fr. Nicosia was joined by priests from other monastic orders, notably Fr. Gabriele Allegra (雷永明, 1907–1976), a Franciscan friar and biblical scholar from Italy. He is best known for producing the first complete translation of the Catholic Bible into the Chinese language. Referred as the 'Saint Jerome of China', Fr. Allegra was beautified in 2012, a step toward sainthood.
51 Maria Ondina Braga, "The Lepers," in *Visions of China: Stories from Macau*, sel. and trans. David Brookshaw (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002), 163.
52 Braga, "The Lepers," 163.
53 Braga, "The Lepers," 167.
54 Braga, "The Lepers," 167.
55 Maria Ondina Braga, "Racial Hatred," in *Visions of China: Stories from Macau*, sel. and trans. David Brookshaw (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002), 176.
56 Braga, "Racial Hatred," 177.
57 Braga, "Racial Hatred," 177.
58 Braga, "Racial Hatred," 181.
59 Braga, "Racial Hatred," 183.
60 M. M. Bakhtin, *Speech Genres and Other Late Essays*, eds. Caryl Emerson and Michael Holquist, trans. Vern W. McGee (Austin: University of Texas Press, 1986), 2.

BIBLIOGRAPHY

Archives of Macao. *Land of Hope: Historical Archives Exhibition on Leprosariums in Macao*. Macao: Cultural Affairs Bureau of the Macao S.A.R. Government, 2021.

Bakhtin, M. M. *Speech Genres and Other Late Essays.* Edited by Caryl Emerson and Michael Holquist. Translated by Vern W. McGee. Austin: University of Texas Press, 1986.

Bhabha, Homi K. "Signs Taken for Wonders: Questions of Ambivalence and Authority under a Tree Outside Delhi, May 1817." *Critical Inquiry* 12, no. 1 (Autumn 1985): 144–165.

Blain, Virginia, Patricia Clements, and Isobel Grundy, eds. *The Feminist Companion to Literature in English: Women Writers from the Middle Ages to the Present*. New Haven: Yale University Press, 1990.

Braga, Maria Ondina. "The Lepers." In *Visions of China: Stories from Macau*. Selected and translated by David Brookshaw, 162–168. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002.

_____. "The Mad Woman." In *Visions of China: Stories from Macau*. Selected and translated by David Brookshaw, 155–161. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002.

_____. "Racial Hatred." In *Visions of China: Stories from Macau*. Selected and translated by David Brookshaw, 176–183. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002.

Brookshaw, David, sel. and trans. *Visions of China: Stories from Macau*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002.

Chang, Zheng 長爭. *Wan muchun* 萬木春. Hong Kong: Zhaoyang chubanshe 朝陽出版社, 1976.

Coates, Austin. *City of Broken Promises*. London: Frederick Muller, 1967.

Conceição, Deolinda da. "An Act of Charity." In *Visions of China: Stories from Macau*. Selected and translated by David Brookshaw, 37–41. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002.

_____. "Cheongsam." In *Visions of China: Stories from Macau*. Selected and translated by David Brookshaw, 23–36. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002.

_____. "A Conflict of Feelings." In *Visions of China: Stories from Macau*. Selected and translated by David Brookshaw, 42–46. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002.

_____. "The Jade Ring." In *Visions of China: Stories from Macau*. Selected and translated by David Brookshaw, 51–55. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002.

_____. "The Suffering of Lin Fong." In *Visions of China: Stories from Macau*. Selected and translated by David Brookshaw, 47–50. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2002.

Davis, John A. *The Chinese Slave-Girl: A Story of Woman's Life in China*. N.p.: Legare Street Press, 2022. First published in 1880 by Student Missionary Campaign Library (Chicago).

Fernandes, Henrique de Senna. "A-Chan, a Tancareira." In *Nam Van: Contos de Macau*, 2nd ed., 7–20. Macao: Instituto Cultural de Macau, 1997.

_____. *The Bewitching Braid*. Translated by David Brookshaw. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2004.

Lai, Albert Hung Kin. *The Firecracker Industry in Taipa*. Translated by Bernard Cheung Ming On and Vong Weng Kan. Macao: Cultural Affairs Bureau of the Macao S.A.R. Government, 2018.

Long, John Luther. "Madame Butterfly." In *Madame Butterfly and a Japanese Nightingale: Two Orientalist Texts*, edited by Maureen Honey and Jean Lee Cole, 25–80. New Brunswick: Rutgers University Press, 2002.

Orwell, George. *Burmese Days*. London: Penguin Books, 1989.

Pessanha, Camilo. *Clépsidra*. Lisbon: Edições Ática, 1956.

Ratcliffe, Susan, ed. *Little Oxford Dictionary of Quotations*. 4th ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Simpson, Colin. *Asia's Bright Balconies: Hong Kong, Macao, Philippines*. Sydney: Angus & Robertson, 1962.

White, Hayden. "New Historicism: A Comment." In *The New Historicism*, edited by H. Aram Veeser, 293–302. New York: Routledge, 1989.

Tribute and Trade: China and Global Modernity, 1784–1935

Paul A. Van Dyke*

ABSTRACT: This collection of articles transcends our usual time markers by covering the period from the eighteenth to the twentieth century. Crossing the traditional historical barriers can often lead to new discoveries. When we explore interactions beyond traditional borders we often find continuities where there were previously only divisions and similarities where there were only differences. The case studies in this volume discuss a wide range of topics from economics, cross-dressing and extraterritoriality to personal biographies, Chinese art and Confucian education. They provide a broad view of China's interactions with the outside world over a 150-year period.

KEYWORDS: China trade; Extraterritoriality; Chinese art; Confucian education; Linguistic nationalism.

Tribute and Trade is a collection of articles concerned with the China trade. I should state at the outset that Sydney University Press asked me to review this manuscript before it was published. I looked at it and then declined, because the editors were following the old Anglocentric narratives that have largely been replaced by more balanced studies. I mentioned this to the press but they decided to publish it anyway. Nevertheless, most of the chapters are well-researched and add significantly to our understanding of the China trade and East-West interactions and deserve more attention.

The subjects of the chapters are diverse and cover the period from the late eighteenth to the early twentieth century. In Chapter 1, Robert Markley examines 'China and the Problems of Political Economy in Adam Smith's *The Wealth of Nations*'. The 'problem that envelops Smith's characterization of China is that he must rely on textual evidence'.[1] Because of this limitation, Smith developed many misconceptions about farmers, artisans, boat people and the lower classes in general, depicting them in an unflattering light.

In Chapter 2, William Christie discusses

* Paul A. Van Dyke, Ph.D. in History, retired professor from the Sun Yat-sen University in Guangzhou, China, is the author of a series of works on the theme of the Canton trade.

Paul A. Van Dyke, doutorado em História, professor jubilado da Universidade de Sun Yat-sen em Cantão, China. É autor de várias obras sobre o comércio em Cantão.

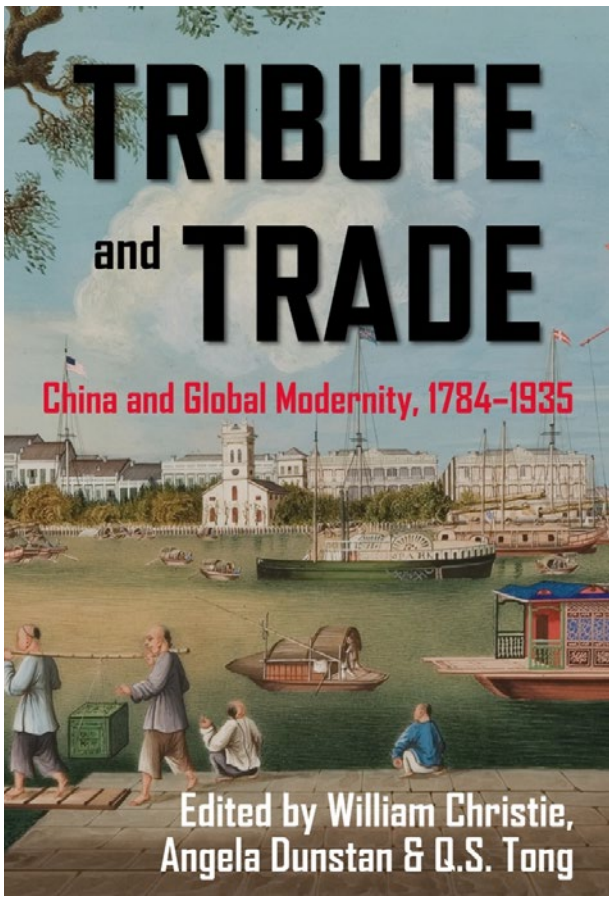


Fig. 1: The book cover.

the interesting topic of 'Cultural Cross-Dressing in the House of Pankeequa', but with some disappointments. The use of the unreliable memoir written by William Hickey, who stated that Americans had a flag and factory in Canton in 1769 (they arrived in 1784), automatically raises alarms. Hickey wrote his memoir 50 years after the fact from memory and it is full of fantasies. Many authors refuse to use this source, but Christie cites it without question. The author tends to follow the narratives of the previous century so he incorrectly states that it was illegal for Chinese to teach foreigners their language. Consulting recent histories would have helped the author avoid other false statements as well such as the Tongwen Hang (同文行) beginning 'in the 1730s' and that Pankeequa (潘啓官) was 'flourishing by the 1750s'.[2] Recent research has shown that the Tongwen Hang did not exist before 1760 and that Pankeequa was 100,000 *taels* (兩) in debt by the late 1750s. In the earlier years, he traded out of the Dafeng Hang (達豐行). In the Introduction, Christie has numerous errors as well such as 'the Chinese neither needed nor wanted to encourage and expand trade with the Europeans',[3] which is just repeating misunderstandings from the previous century.

In Chapter 3, Q. S. Tong discusses the '*Lady Hughes* Affair'. Extraterritoriality is discussed at length, but without the understanding of what it actually was. Tong states that the surrendering of the British 'gunner was viewed as a national disgrace',[4] which was undoubtedly true. The real problem, however, was that the British officers in China did not have the authority to convict their men of capital crimes, which Tong does not understand. He rather attempts to define the conflict in terms of contrasts between individuals and communities and liberal versus non-liberal societies. The British had extraterritorial rights, but with the limitation that no Chinese be involved in any case and that the crime must be prosecuted in China. These were very liberal freedoms granted to all foreigners. Besides these misunderstandings, the author also repeats the age-old misconception that China insisted on a life for a life, which recent studies have debunked. There were degrees of homicide and some perpetrators were eventually exonerated and released owing to the evidence being inconclusive or the murdered victim having been found to be partially at fault. Christie and Tong's chapters would have been accepted without question in the 1990s, but the research has moved far beyond these misconceptions in the past two decades.

Chapter 4 is written by Kendall A. Johnson, who discusses 'American Mercantile Biographies

and the Romance of Free Trade Imperialism'. Biographies present individual perspectives of wider issues, which provide us with a variety of different views about Sino-American trade. Johnson discusses the development of the trade from its inception in 1784 to the 1850s through the writings of several authors. He concludes by stating that 'through the filter of American mercantile biography, 1784 reflects a tangle of contradictions that troubles the phrase "free trade"'.[5]

In Chapter 5, James Watt discusses 'Mediating China in the Writings of Charles Lamb and Thomas Manning'. Lamb in England and Manning in Canton, were friends who communicated regularly with each other. Watt provides us with an interesting discourse between the two men, and shows us that there are plenty of stories 'about China other than those that were premised on antagonism and the expectation of future conflict'.[6] This approach deserves more attention in future studies.

In Chapter 6, Yinghe Jiang has 'A Discussion of Export Painting' and shows that there were basically three types, 'single painting, combined painting (consisting of several painting segments), and long scroll painting'.[7] The paintings reveal a 'hybrid culture shaped by Chinese and Western interaction'.[8] The artists were very open to exploring new genres — even the painting of nude women, which was considered by many Chinese to be immoral. Jiang's examples show Canton being truly a 'melting pot of cultural exchange' where new approaches and ideas flowed in both directions.[9]

In Chapter 7, Peter Kitson turns to an examination of John Francis Davis in China and the problem of the opium trade. Davis was the last president of the English East India Company's select committee, which was dissolved at the end of 1833. Kitson walks us through the events in China following the First Opium War (1839–1842), from the perspective of Davis's writings who 'was always the servant of the Company or the crown'.[10] In this sense, the chapter fits well with the volume's focus on Anglocentric sources, and shows how the British justified their actions.

In Chapter 8, Kang-yen Chiu returns to the topic of Chinese art through the collections and writings of novelist Walter Scott. Scott never went to China but was an avid collector of Chinese artefacts, from porcelain, lacquerware and novelties, to large sheets of wallpaper. Chiu shows that Scott integrated 'Chineseness into the foundation of his personal identity'.[11] In short, Scott's collection reveals him to have had a 'lively interest in China' but with a 'nuanced appreciation of the nation and culture'.[12] This is another approach that deserves more attention in future studies.

In Chapter 9, Dongqing Wang explores the 'Victorian Idea of Confucian Education', through the writing of a number of foreign authors, from novelists and politicians to missionaries. Focusing primarily on publications from the late nineteenth century, Wang retraces the arguments of the opponents and proponents to the 'imperial examinations' in China. The author argues that 'Orientalism played a central role in shaping revolutionary criticism and cultural conservatism alike',[13] which can only be explained by studying the broader discussions of education inside and outside of China. These literary approaches are refreshing and provide insights that cannot be found in traditional histories.

In Chapter 10, Elizabeth Hope Chang explores the life of Augustus Raymond Margary. In line with the Anglocentric theme, Chang argues that 'Margary's case cast light' on the 'wider dominion from the British perspective'.[14] Margary served as an interpreter in China in the late nineteenth century, and became a central player in the territory disputes and the redefining of the extraterritorial concept. 'Margary's personal

narrative gives a false but instructive' view of 'place-making in the Victorian understanding of China'.[15] This was a time of endless changes taking place in Sino-Anglo policies and Margary was central to those developments.

The final chapter is by Lorraine Wong focusing on 'Linguistic Nationalism and Its Discontents'. The narrative moves forward into the early twentieth century and the founding of the Chinese Communist Party, with a focus on the writings of one of the founding members Qu Qiubai (瞿秋白). Wong shows that 'the Chinese Latinisation movement […] were responses to actual and material changes of China in the real world of anti-colonial nationalist struggles'.[16] The Latinisation of Chinese characters was, of course, very controversial and Qu and his colleagues were instrumental in determining the outcome.

All in all, those chapters are a rich source of information about China's interactions with the outside world. Some readers may find the domineering echoes of British opinions and lack of balance with Chinese views to be somewhat distasteful, but all of those ideas are, nonetheless, representative of the period in question. Moreover, there are a couple chapters that discuss issues outside of the British sphere of influence. The variety of case studies from both the pre- and post-Opium Wars periods, presented from various academic perspectives, makes the volume a valuable contribution to the study of China and East-West interactions. RC

NOTES

1 William Christie, Angela Dunstan, and Q. S. Tong, eds., *Tribute and Trade: China and Global Modernity, 1784–1935* (Sydney: Sydney University Press, 2020), 52.
2 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 62.
3 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 6–7.
4 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 101.
5 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 144.
6 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 163.
7 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 173.
8 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 162.
9 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 173.
10 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 204.
11 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 215.
12 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 224.
13 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 241–242.
14 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 246.
15 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 270.
16 Christie, Dunstan, and Tong, *Tribute and Trade*, 277.

BIBLIOGRAPHY

Christie, William, Angela Dunstan, and Q. S. Tong, eds. *Tribute and Trade: China and Global Modernity, 1784–1935*. Sydney: Sydney University Press, 2020.

Canton Waterfront (The Hongs at Canton), 1847–1856. Courtesy of the Metropolitan Museum of Art, accession number: 56.212.

RESUMOS

O Surgimento do *Echo Macaense/ Ching Hai Tsung Pao* e a Criação de Uma Nova Elite Chinesa em Macau

Este ensaio pretende olhar para o *Echo Macaense* enquanto projecto colectivo levado a cabo por um grupo de macaenses, empenhados política e civicamente, e defensores de uma ideia reformista para a renovação de Macau, num quadro administrativo profundamente inspirado no modelo britânico e reclamando o direito de cidadania e de intervenção activa para uma elite chinesa empreendedora e ocidentalizada.

Salientando-se o pioneirismo e a singularidade da publicação de um 'Semanario Luso-Chinez' em 1893, oferece-se uma sumária panorâmica de Macau à época, ilustrando-a pontualmente com as páginas do *Echo Macaense*, ao mesmo tempo que se intenta reconstituir um pouco da história do próprio jornal, intervenção dos seus colaboradores e sua teia de relações, levantando mais hipóteses e pistas para novas abordagens, do que oferecendo respostas. Terão elas de passar por um necessário diálogo com a historiografia chinesa sobre o assunto e a época em apreciação, aqui não contemplado.
(Tereza Sena, pp. 10–59)

Relevância Histórica do Semanário Oitocentista — *Echo Macaense*

O semanário *Echo Macaense* foi publicado em Macau, na parte final da era de oitocentos, com conteúdos políticos, noticiosos e literários de importância muito relevante para o estudo das histórias de Macau, China e Portugal do século XIX, especialmente da última década. O fundador, proprietário e director deste primeiro jornal bilingue, português e chinês, foi o macaense Francisco Hermenegildo Fernandes, o qual assumiu de forma explícita o seu objectivo de chegar a uma audiência mais ampla e daí o investir numa publicação bilingue para chegar aos leitores portugueses e chineses. O proprietário do *Echo Macaense* era amigo e apoiante de Sun Yat-sen, o fundador da República da China, que se serviu deste jornal para divulgar as suas ideias revolucionárias. O presente artigo visa dar a conhecer alguns dos aspectos principais da história deste meio de comunicação social, relevando alguns dos seus conteúdos, nomeadamente os atinentes às suas relações com os outros jornais portugueses de Macau publicados no mesmo período histórico e com os poderes instituídos, bem como o respectivo enquadramento social, cultural e ideológico, precedido de um pequeno apontamento biográfico sobre o fundador, as ideologias que nessa época se procuravam afirmar e o momento histórico que então se vivia na China, em Portugal e em Macau. O estudo permite-nos concluir que o *Echo Macaense* se constitui como um objecto de estudo essencial para compreender a história de Macau daquela época, bem como o contexto sociopolítico da China e de Portugal, no que concerne à sua influência na vida da sociedade de Macau.
(Lurdes Escaleira, Jorge Bruxo, pp. 60–77)

Governação Sustentável e Construção de Comunidade em Nome dos 'Macaenses' — Uma Revisão do *A Abelha da China*

O semanário da língua portuguesa *A Abelha da China*, fundado em 1822, desempenhava o papel de órgão partidário afiliado ao partido no poder, conduzindo extensos debates políticos entre Monárquicos e Constitucionalistas da época. Em simultâneo, funcionava como veículo jornalístico, fornecendo informação comercial e promovendo a integração comunitária. Esta dualidade é extremamente relevante para a compreensão das dinâmicas da comunidade estrangeira em Macau nessa época, bem como das interacções entre os vários grupos. Como pioneiro dentre os jornais

publicados pelos portugueses em Macau, este periódico carrega uma carga significativa de discurso político partidário sobre a identidade dos 'macaenses', destacando os vínculos políticos dos *Tou Sang Pou Ian* (macaenses), que se estabelecem entre Macau e Portugal. Esta imprensa é a mais antiga encontrada até à data que aborda publicamente a identidade dos 'macaenses', revelando que a questão da identidade dos nativos portugueses em Macau já era objecto de acesos debates na esfera pública no início do século XIX. Mais ainda, indica a existência de uma comunidade macaense portuguesa com uma identidade interna sólida durante este período, orientada por regras internas comuns, onde a sua dupla lealdade a Macau e à pátria (Portugal) constituía os pilares centrais da sua identidade.
(Lam Iok Fong, Wong Hio Iong. Traduzido por Xie Hanyu, pp. 78–91)

Reflexos de Macau em Lisboa: A Perspectiva do Jornal Republicano *A Vanguarda* (1894–1900)

Este artigo procura mostrar a visão proporcionada por um jornal republicano de Lisboa — *A Vanguarda*. O olhar que aqui se encontra corresponde ao aspecto informativo, em alguns casos, mas também ao de combate, como era característico deste jornal. No entanto, mais do que lutar pelo que era específico de Macau, o que aí ocorria tinha correspondência nos processos políticos seguidos pelos monárquicos. As questões políticas tinham aqui um espaço importante, onde os boatos sobre os possíveis governadores iam surgindo. Entre aqueles que ocuparam esse cargo no período escolhido, Horta e Costa foi, sem dúvida, aquele que mais foi contestado, pelo confronto que internamente se sentia, entre ele, o Secretário-Geral e o Juiz contra um outro grupo associado ao jornal *A Voz do Crente*. Contudo, como reflexo das preocupações coloniais que constituíam um dos assuntos especialmente ligados à propaganda republicana, as questões de relacionamento externo no contexto macaense ganharam mais destaque. Foi neste contexto que se movimentaram portugueses e chineses, com interesses e problemáticas diferentes, igualmente com algum lugar em *A Vanguarda*.
(Célia Reis, pp. 92–111)

***Visions of China: Stories from Macau* — Mulheres Chinesas aos Olhos de Escritoras Macaenses/ Portuguesas**

Situada na periferia do Sul da China, a minúscula Macau tem servido de grande inspiração para Deolinda da Conceição (macaense) e Maria Ondina Braga (portuguesa) elaborarem narrativas sobre os chineses. Traduzidas e reunidas em *Visions of China: Stories from Macau*, uma série dos seus contos relatam vividamente as dificuldades e as lutas da gente comum. Estas duas escritoras preocupam-se expressamente com os destinos desamparados das mulheres oprimidas. Personagens desanimadas de amplos estratos sociais são narrativizadas num cenário de guerra e pobreza, quando a China pós-imperial se encontrava mergulhada em turbulências sociopolíticas, coincidindo com uma invasão em grande escala lançada pelo Japão. As principais heroínas abordadas são: uma anfitriã de clube nocturno ocidentalizada, uma mulher educada dos Estados Unidos da América, uma amante analfabeta e descalça, uma escrava desiludida, uma operária de fábrica de panchões ignorante, uma viúva louca e fantasmagórica, uma rapariga leprosa condenada e uma santa vingadora budista. Estas *dramatis personae*, ou são oprimidas e discriminadas numa cultura patriarcal, ou estão presas na parte inferior de uma sociedade hierárquica. Além disso, há outras que se encontram na parte exterior do escalão social mais baixo. Através dos olhos destas duas autoras, podemos ver na sua 'escrita de mulheres' uma tapeçaria sombria de mulheres desafortunadas, tecida num período histórico em que Macau

estava destinada a ser um porto de refugiados.
(Christina Miu Bing Cheng, pp. 112–129)

Tribute and Trade: China and Global Modernity, 1784–1935

Esta colecção de artigos transcende os nossos marcadores temporais habituais, abrangendo o período que vai do século XVIII ao século XX. Ao ultrapassar as barreiras históricas tradicionais, podemos frequentemente fazer novas descobertas. Quando exploramos as interacções para além das fronteiras tradicionais, encontramos frequentemente continuidades onde antes só existiam divisões e semelhanças onde só existiam diferenças. Os estudos de caso apresentados neste volume abordam uma vasta gama de temas, desde a economia, o travestismo e a extraterritorialidade até às biografias pessoais, à arte chinesa e à educação confucionista. Proporcionam uma visão alargada das interacções da China com o mundo exterior ao longo de um período de 150 anos.
(Paul A. Van Dyke, pp. 130–133)

ABSTRACTS

The Emergence of *Echo Macaense/ Ching Hai Tsung Pao* and the Creation of a New Chinese Elite in Macao

This essay aims to look at the *Echo Macaense* as a collective project carried out by a group of Macanese who were politically and civically committed and defenders of a reformist idea for the renewal of Macao. Within an administrative framework deeply inspired by the British model, they claimed the right of citizenship and active intervention for an enterprising and westernised Chinese elite.

The essay emphasises the pioneering spirit and uniqueness of the publication of a 'Luso-Chinese Weekly', offering an overview of the Macao at the time, illustrating it with the pages of *Echo Macaense*, while at the same time tries to reconstruct some history of the newspaper, the involvement of its contributors and their relationships network. The text raises hypotheses and clues for new approaches rather than offering answers. As a dialogue with Chinese historiography on the discussed subject and era may be necessary, which is not covered here.
(Tereza Sena, pp. 10–59)

Historical Relevance of the 19th Century Weekly — *Echo Macaense*

The Weekly *Echo Macaense* was published in Macao in the late 19th century, with political, news and literary content of great importance for the study of the history of Macao, China and Portugal in the 19th century, especially of the last decade. The founder, owner and director of this first bilingual newspaper, in both Portuguese and Chinese, was Francisco Hermenegildo Fernandes, a Macanese who explicitly stated his aim of reaching a wider audience, hence the investment in a bilingual publication to target both Portuguese and Chinese readers. The holder of the *Echo Macaense* was a friend and admirer of Sun Yat-sen, the father of the Republic of China, who used this newspaper to publicise his revolutionary ideas. This article aims to reveal some of the main aspects of the history of this press outlet, highlighting some of its contents, particularly those relating to its relations with the other Portuguese newspapers in Macao published in the same period and with the powers that

were, as well as its social, cultural and ideological background, preceded by a short biographical note on the founder, the ideologies that were being asserted at the time and the historical moment that was being experienced in the mainland China, Portugal and Macao at the time. This study allows us to conclude that the *Echo Macaense* is a key object of study for understanding the history of Macao at that time, as well as the socio-political context of China and Portugal, in terms of its influence on Macao society.
(Lurdes Escaleira, Jorge Bruxo, pp. 60–77)

Sustainable Governance and Community Building in the Name of 'Macaeneses': A Review on *A Abelha da China*

The Portuguese-language weekly *A Abelha da China*, established in 1822, played the role of a party organ affiliated with the ruling party, conducting extensive political debates between royalists and constitutionalists of the time. Simultaneously, it served as a journalism vehicle, providing commercial information and promoting community integration. This duality is extremely relevant to understanding the dynamics of the foreign community in Macao at that time, as well as the interactions among various groups. As a pioneer among the newspapers published by the Portuguese in Macao, this periodical carries a significant load of partisan political discourse about the identity of the 'Macaenses', highlighting the political ties of *Tou Sang Pou Ian* (Macaenses), in between Macao and Portugal. This print press is the oldest found so far that openly addresses the identity of the 'Macaenses', revealing that the identity issue of the native Portuguese in Macao was already a subject of heated debates in the public sphere in the early 19th century. Moreover, it indicates the existence of a Portuguese Macanese community with a solid internal identity during this period, guided by inner common rules, where a dual-allegiance for Macao and the homeland (Portugal) constituted the central pillars of its identity.
(Lam Iok Fong, Wong Hio Iong. Translated by Xie Hanyu, pp. 78–91)

Macao's Impact on Lisbon: The Perspective of the Republican Newspaper *A Vanguarda* (1894–1900)

The article seeks to demonstrate the vision provided by a republican newspaper in Lisbon — *A Vanguarda*. The view found here corresponds to the informative dimension, in some cases, but also to the combat aspect, as was characteristic of this newspaper. However, rather than fighting for what was specific within Macao, what happened there corresponded to the political processes followed by the monarchist politicians. This was where political issues had a significant place, where rumours about possible governors would emerge. Of those who held this position in the period chosen, Horta e Costa was undoubtedly the one who contested it the most, due to the internal confrontation that was felt between him, the *Secretário-Geral* and the *Juiz* against another group associated with the newspaper *A Voz do Crente*. However, as a reflection of the colonial concerns that were one of the issues particularly linked to republican propaganda, issues of external relations in the Macanese context became more prominent. It was within this context that the Portuguese and Chinese moved, with different interests and concerns, which also found a place in *A Vanguarda*.
(Célia Reis, pp. 92–111)

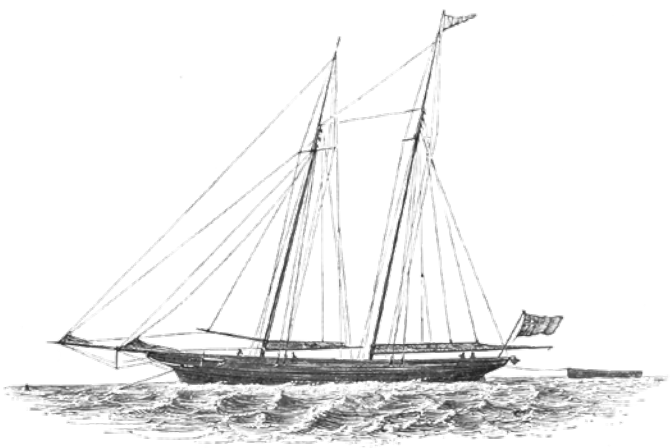
***Visions of China: Stories from Macau* — Chinese Women in the Eyes of Macanese/Portuguese Female Writers**

Nestled on the periphery of southern China, tiny Macao has offered profuse inspiration for Deolinda da Conceição (a Macanese) and Maria Ondina Braga (a Portuguese) to draw up narratives about the Chinese. Translated and collected in *Visions of China: Stories from Macau*, a series of their

short stories vividly recount the predicaments and struggles of the common people. These two female writers are expressly concerned with downtrodden women's forlorn fates. Despondent characters from wide-ranging social strata are narrativised against the war-ravaged, poverty-stricken backdrop when post-imperial China was mired in socio-political turmoil, coinciding with a full-scale invasion launched by Japan. The main heroines discussed are: a westernised nightclub hostess, an educated wife from America, an illiterate barefoot mistress, a disillusioned slave-girl, an ignorant firecracker worker, a ghostly mad widow, a doomed leper girl and a saintly Buddhist avenger. These *dramatis personae* are either oppressed and discriminated against in a patriarchal culture, or entrapped in the bottom part of a hierarchical society. Not least, others exist at the outer fringes of the lowest social echelon. Through the eyes of these two authors, we can see in their 'women's writing' a dismal tapestry of hapless women woven together in a historic period of time when Macao was destined to be a refugee haven.
(Christina Miu Bing Cheng, pp. 112–129)

Tribute and Trade: China and Global Modernity, 1784–1935

This collection of articles transcends our usual time markers by covering the period from the eighteenth to the twentieth century. Crossing the traditional historical barriers can often lead to new discoveries. When we explore interactions beyond traditional borders we often find continuities where there were previously only divisions and similarities where there were only differences. The case studies in this volume discuss a wide range of topics from economics, cross-dressing and extraterritoriality to personal biographies, Chinese art and Confucian education. They provide a broad view of China's interactions with the outside world over a 150-year period.
(Paul A. Van Dyke, pp. 130–133)



ECHO MACAENSE

SEMANARIO POLITICO, NOTICIOSO E LITTERARIO

EDITOR RESPONSAVEL — FRANCISCO HERMENEGILDO FERNANDES

REDACÇÃO e ADMINISTRAÇÃO - Calçada do Monte n.º 8

N.º 97

ASSIGNATURAS:— Macau, Hongkong e Cantão, por anno — [illegible] avos. Para outros portos do extremo oriente, por semestre (accrescendo o porte do correio) — $3. Para a Europa, Africa, America e Oceania, por anno (accrescendo o porte do correio) — $6. Vendem-se numeros avulsos a 15 avos. As assignaturas serão cobradas adiantadamente.

MACAU

22 de maio de 1898

PUBLICAÇÕES: Annuncios avulsos, até 10 linhas $1,00 excedendo a 10 linhas, 5 avos por linha. Communicados, etc., de interesse particular, menos de 20 linhas — $2; excedendo, por linha — 8 avos. Repetições 25 % do abatimento. Annuncios permanentes — preços convencionaes. Annuncia-se gratis qualquer publicação litteraria ou scientifica, recebendo-se dois exemplares.

5.º ANNO

O CENTENARIO DA INDIA
1498 . . . 1898

Passou o quarto centenario da descoberta do caminho maritimo da India; e o nome glorioso de Vasco da Gama retumbou por entre enthusiasticas acclamações, não só em todo o territorio portuguez, como tambem em todos os grandes centros civilisados.

Era justo que assim fosse.

O serviço prestado por este grande navegador, não aproveitou só a Portugal, mas ao mundo todo; e á proporção que vão decorrendo os seculos, e a civilisação vai avassalando as regiões mais longinquas, as descobertas maritimas dos antigos portuguezes vão avultando de importancia, e a veneração dos povos sobe de ponto ao contemplar a pasmosa actividade d'esses heroes, o seu arrojo, a sua tenacidade, as suas largas vistas, bem como os resultados fecundos dos seus esforços e sacrificios.

A cidade de Macau, este padrão do genio emprehendedor dos antigos portuguezes, anciava por manifestar os seus sentimentos de patriotismo e de solidariedade nacional, commemorando faustosamente esse tão celebre facto historico; mas, infelizmente, uma calamidade terrivel—a peste bubonica—invadiu esta cidade, fazendo pairar sobre a cabeça de cada cidadão uma espada de Damocles, sempre ameaçadora.

Tornou se, pois, impossivel a expansão ruidosa de regosijo. A profunda admiração que votamos ao grande navegador portuguez póde, apenas, manifestar-se em demonstrações singelas, modestas, mas nem por isso menos sinceras e patrioticas.

* * *

Com razão se ufana Portugal ao commemorar a ousada viagem de Vasco da Gama; ella representa uma somma incalculavel de trabalhos e sacrificios que precederam esta empreza e a tornaram viavel.

Diz a historia que os antigos navegantes não sabiam orientar-se de dia senão pelo aspecto das costas, e de noite pelas estrellas. A navegação cessava na epoca das longas noites e dos dias nebulosos, isto é, desde novembro até meado de fevereiro, ou limitava se á viagem d'um a outro cabo, (d'onde vem a palavra cabotagem, indicando viagem de curta duração), tomando porto em cada noite. Continuou-se a navegar assim até á invenção da bussola, que appareceu no seculo XII, ignorando-se quem foi que a inventou, e onde é que primeiro foi posta em uso.

Porém a sciencia da navegação teve maior perfeição quando uma assemblea de sabios, congregada por el-rei D. João, de Portugal, suggeriu a ideia de lhe applicar o astrolabio do mar. Consistia este instrumento de um annel metallico de cerca de 15 pollegadas de diametro, seguro a outro annel fixado na parte superior do instrumento. A orla exterior do annel grande marcava os graus por meio d'uma agulha que se movia em volta do centro. Para fazer uma observação, pegava se no instrumento pelo annel pequeno, voltando-o para o sol, de modo que os seus raios passassem pelos dois niveis de que o instrumento estava munido. N'esta posição a agulha servia para marcar os graus da altura. Assim, depois de formadas as taboas de declinação do sol para cada dia, podia-se determinar n'um momento a que distancia se achavam do equador.

Foi com auxilio d'este instrumento grosseiro que os navegadores portuguezes dirigiam a marcha dos navios nas suas aventurosas viagens de descoberta.

Varias tentativas particulares haviam sido feitas para descobrir a costa da Africa, mas foi Portugal que se applicou a esta empreza com um designio vasto, e intenções calculadas.

Tão depressa que os portuguezes libertaram o seu territorio do dominio dos mouros, dirigiram os seus pensamentos para o mar, e conseguiram d'este modo para o seu paiz uma grandeza pasmosa, que não foi obra do acaso, mas sim resultado de esforços constantes e heroicos.

D. João desembarcou com seus cinco filhos na Africa; tomou Ceuta, em frente de Gibraltar, e al deixou por governador o valente D. Henrique.

Guerreiro e versado em todas as sciencias do seu tempo, a imaginação de D. Henrique exaltou se ao ouvir as narrações de viagens que então circulavam. Elle interrogou os mouros e os judeus, e informou se do que se passava no paiz dos negros; concebeu o projecto de lá ir por mar. Regressando a Portugal, estabeleceu em Sagres, na ponta mais meridional do reino, e no pé do cabo de S. Vicente, uma escola nautica, onde em companhia de pessoas instruidas se applicou ao estudo da geographia, e empregou no progresso d'esta sciencia as riquezas da ordem de Christo, instituida para a destruição dos mouros.

Effectivamente a conversão dos infieis, não menos que os seus thesouros, era o ideal que inspirava estas emprezas. Chegou o enthusiasmo geral a tal ponto que as damas recusavam o seu amor áquelles que não tivessem ido a Africa provar o seu valor.

Graças ao impulso dado por D. Henrique começou a serie das gloriosas descobertas.

Em 1418–1419, Gonsalves Zarco e Vaz Teixeira decobrem o archipelago da Madeira.

Em 1431–1432, Gonsalo Velho Cabral descobre os baixos das Formigas e a Ilha de Santa Maria (Açores).

Em 1434–1435, Gil Eannes dobra o cabo Bajador, descobre a Angra dos Ruivos e o Rio d'Ouro.

Em 1441, Antão Gonsalves descobre o Porto de Cavalleiro. No mesmo anno, Nuno Tristão descobre o cabo Branco.

Em 1443, Diniz Fernandes descobre Cabo Verde.

Em 1443–1444, Nuno Tristão e Lançarote descobrem as Ilhas d'Arguim.

Em 1445–1446, Vicente de Lagos e Luiz de Cadamosto descobrem o Rio de Gambia e as ilhas de Cabo Verde. O Cadamosto e Noli descobrem o Rio de Casamansa, o Cabo Roxo, o Rio Grande e Ilhas de Bissagos.

Em 1445–1446, Nuno Tristão descobre o Rio de Tristão (Rio Nunes).

Em 1446, Alvaro Fernandes descobre o Cabo dos Mastos e Rio de Tabite.

Todas estas descobertas, feitas antes do fallecimento de D. Henrique, representam grandes sacrificios de vidas e de dinheiro, bem como muita tenacidade e força de vontade, que levava de vencida as mil difficuldades que se podem bem imaginar, ao considerarmos a imperfeição que então predominava na construcção dos navios, na falta de cartas geographicas exactas, e na deficiencia dos instrumentos nauticos. Só um designio nobre e grandioso podia impellir uma nação pequena, que n'esse tempo estava longe de ser rica, a emprehender tantas e tão arrojadas viagens.

Fallecido o infante D. Henrique, o seu espirito emprehendedor continuou a inspirar os discipulos que elle educou na sua escola de Sagres.

Em 1460-1461, Pedro de Cintra, descobre Cabo das Veigas, Serra Leôa e Cabo Mesurado.

Em 1469-1471, João de Santarem e Pedro de Escobar descobrem a Mina (Elmina), ilhas de S. Thomé e Principe, e de Fernando Pó, etc.

Em 1471, Lopo Gonsalves descobre o Cabo a que deu o seu nome; Ruy de Siqueira descobre o Cabo de Santa Catharina.

Em 1482-1484, Diogo Cão descobre o Rio Zaire e Reino do Congo, e Cabo Negro.

Em 1486, Bartholomeu Dias descobre Serra Parda, Angra das Voltas (hoje Rio Orange), e finalmente dobra o Cabo de Boa Esperança.

Já estava meio caminho andado, e approximava-se da meta a que visavam tantas viagens de descoberta.

Em 1497, no dia 8 de julho, parte Vasco da Gama para o descobrimento do caminho da India. E'a esquadrilha composta de 4 navios, *S. Gabriel*, *S. Raphael*, *S. Miguel* e *Berrio*.

Não repetiremos as varias peripecias d'esta arrojada viagem, que n'este jornal foram longamente descriptas nos excerptos que successivamente temos publicado.

Só diremos que Vasco da Gama chegou a Calicut, na costa do Malabar, que então era grande emporio commercial, no dia 20 de maio de 1498, e, regressando ao reino, chegou a Lisboa em 29 d'agosto de 1499, tendo gasto, desde que sahiu de Lisboa até que regressou, dois annos e dois mezes.

* * *

Se nos assombra a serie de viagens e descobertas que acabamos de enumerar, porque representam esforços verdadeiramente gigantescos do povo portuguez, que desde 1418 até 1498, —por espaço de 80 annos,—persistiu em emprehender umas viagens após outras, até que finalmente descobriu o caminho maritimo para a India, é ainda mais fascinador, e mais pasmoso, o quadro das façanhas portuguezas, que no oriente deslumbraram os povos, que, attonitos, se convenceram de que Portugal era a primeira nação do mundo.

Os portuguezes não encontraram na India terrenos incultos nem gente barbara; pelo contrario acharam povos dotados de uma antiga civilisação, vivendo na opulencia e no luxo, dedicados ás industrias e ao commercio.

As riquezas deslumbrantes da India só podiam ser aproveitadas pelos portuguezes por via do commercio, mas esta fonte uberrima do bem estar humano, achava se geralmente monopolisada pelos reis indigenas e pelos mouros. Para arrancar das suas mãos esse monopolio, foi necessario sustentar luctas terriveis. A superioridade da artilheria portugueza resolvia em nosso favor quasi todos os pleitos sanguinolentos que com elles se sustentaram.

Convite à Submissão de Artigos

A *Revista de Cultura* implementou em 2022, primeiramente em modo experimental, a avaliação pelos pares de todos os artigos submetidos e publicados e adoptou este método a partir de 2023. Aceitam-se artigos escritos em inglês ou português.

Categorias

1. Artigos de investigação: Incluindo artigos académicos e artigos técnicos abordando temas como os Estudos de Macau, História e Cultura de Macau, Estudos sobre o Património Cultural de Macau, Intercâmbios Históricos Religioso e Cultural de Macau ou Interior da China, Arte, Música, Literatura, bem como todas as áreas relacionadas com Macau e a região circundante. Os artigos devem:
   - ter de 5000 a 10.000 palavras
   - possuir métodos de investigação, argumentação e conclusão da investigação
   - incluir um resumo, em inglês e português, entre 150 a 250 palavras cada e um máximo de cinco palavras-chave
   - entregar as notas e referências bibliográficas (em documento isolado).
2. Notas de Pesquisa: Textos breves e concisos que descrevam e reportem novos dados, relacionados com a História e Cultura de Macau, como também tradução e compilação de fontes históricas de relevo.
3. Críticas literárias e artísticas: Avaliação e análise curta relativa a Literatura e Arte de Macau, que deve:
   - incluir um resumo, em inglês e português, entre 150 a 250 palavras cada e com um máximo de cinco palavras-chave
   - incluir as notas e referências bibliográficas (em documento isolado).
4. Recensões de livros: Descrição e avaliação de obras relacionadas com Macau ou escritas por autores locais. Deverá conter entre 1000 a 1500 palavras.

Submissão

1. Os artigos devem ser submetidos em anexo e enviados para **cms.rc@um.edu.mo**. No correio deve constar o/s nome/s do/s autor/es, o endereço para correspondência, o telefone de contacto e o endereço de email. O/s nome/s do/s autor/es serão publicados seguindo a ordem contida no ficheiro entregue.
2. Solicitam-se as biografias de todos os autores em inglês e português no máximo de 20 palavras cada.
3. As biografias dos autores, os resumos, as palavras-chave, as legendas das imagens, as notas e a bibliografia devem ser submetidas em documentos isolados, em anexo ao correio electrónico referido.
4. Caso o trabalho tenha sido objecto de financiamento, essa informação deve constar nas observações do texto. A RC pode solicitar documentos comprovativos, caso necessário.
5. O Guia de Estilo para Autores pode ser consultado em: **www.icm.gov.mo/rc/4**
6. Antes da submissão, o autor deve obter consentimento por escrito do/s proprietário/s do/s direito/s de autor que reproduzir, incluindo, mas não se limitando às imagens, figuras, ilustrações, tabelas e texto do proprietário. Ao enviar um artigo à RC, o autor está a assumir a responsabilidade por qualquer violação de direitos e garantias. Se houver qualquer violação de direito de autor, o autor indemniza o publicador e o editor pela violação de tal garantia ou restrições de direitos de autor.

Outras Regras

1. A RC não devolve os artigos submetidos e informa que os mesmos serão avaliados pelos pares, membros da comunidade científica. Caso não receba a confirmação de que o artigo vai ser publicado no espaço de quatro meses, o autor poderá presumir que o seu artigo foi rejeitado.
2. A equipa editorial da RC poderá rever, modificar e retirar partes do texto. Assim que o artigo for publicado, serão enviadas duas cópias da *Revista* e a respectiva remuneração ao autor.
3. O material publicado na RC poderá ser reproduzido, reimprimido, traduzido, publicado como parte de uma compilação, apresentado para acesso livre nas páginas electrónicas do Instituto Cultural do Governo da R.A.E de Macau e dos seus parceiros ou adjudicatários, bem como vendido na página electrónica em forma de livro electrónico (número completo). No que concerne a esta matéria, o autor não receberá qualquer remuneração adicional.
4. O artigo submetido deve ser original. O autor assumirá a responsabilidade por qualquer violação de direitos de autor.
5. A RC não aceita envios em simultâneo para várias publicações. O autor é obrigado a notificar a RC por escrito caso seja necessário retirar o artigo submetido, ou se o artigo for submetido a outra publicação, tiver sido aceite ou publicado por outras publicações, assim que receba a notificação oficial para publicação. O autor assumirá a responsabilidade por qualquer consequências causada devido a envios simultâneos para várias publicações.

Call for Papers

The *Review of Culture* introduces a trial run of peer review in 2022 and implements the process from 2023. All manuscripts submitted are reviewed by expert referees in the field. Articles written in English or Portuguese are all welcome.

Types of Article

1. Research Article: on the topics of Macao Studies, history and culture of Macao, cultural heritage of Macao, religious and cultural interchange between Macao and the Chinese mainland in the fields of history, art, music, literature and all fields within the broader humanities relating to Macao and its wider region. It should:
   - be between 5,000 and 10,000 words
   - be written with methods, discussion and conclusion sections
   - contain abstracts in English and Portuguese between 150 and 250 words each and a maximum of five key words
   - contain endnotes and bibliography (in individual email attachments)
2. Research Note: novel academic findings in the fields of history and culture of Macao, concise writing of new perspectives and reflections, translation and collation of important historical materials.
3. Review Article: short review and analysis of Macao literature and art. It should:
   - contain abstracts in English and Portuguese between 150 and 250 words each and a maximum of five key words
   - contain endnotes and bibliography (in individual email attachments)
4. Book Review: insight and opinion on works about Macao or on writings by local author. It should be between 1,000 and 1,500 words.

Submission Guidelines

1. Manuscript should be submitted by email to **cms.rc@um.edu.mo**, with author's name, mailing address, contact number and email address. Author names shall be published in the order as they appear in the manuscript.
2. Biographies in English and Portuguese not exceeding 20 words each for all authors on a submission are required.
3. Author biographies, abstracts and keywords, image captions, notes, and bibliography should be submitted in individual email attachments.
4. Funding details, if any, should be presented in a remark at the end of the manuscript. *RC* may require grant award document if necessary.
5. Please refer to the Style Guide for Authors at **www.icm.gov.mo/rc/4** for style and formatting details.
6. Prior to submission, the author must obtain written permission from the copyright holder to reproduce third-party material in the article, including but not limited to image, figure, illustration, table and proprietary text. By submission of a manuscript, the author indemnifies the publisher and editors against any breach of such warranty and copyright restrictions.

Other Rules

1. *RC* does not return manuscripts. After submission, the manuscript shall undergo the peer review process. The author may assume the manuscript is rejected if no notification of formal acceptance is received within four months after submission.
2. The editorial team may revise, modify and remove any part of the manuscript. After the manuscript is published with *RC*, the author shall receive a remuneration and two complimentary copies of the full issue in which the article appears.
3. Articles published in *RC* may be reprinted, reproduced, republished, translated, published as part of a compilation, uploaded for free access to the webpage of the Cultural Affairs Bureau of the Macao SAR Government and its partners and contractors, and for sale on the Cultural Affairs Bureau website in the form of ebook of the full issue. The author shall not receive additional remuneration for these matters.
4. The manuscript must be original. The author shall be liable for any copyright infringement.
5. *RC* does not accept simultaneous submission. The author must notify *RC* in writing if they need to withdraw a submitted manuscript, or if the submitted manuscript is under consideration, accepted or has been published by other publishers by the time the author receives the notification of formal acceptance of the manuscript. In case of simultaneous submission, the author shall be liable for all consequences that may arise.

文 化 局
INSTITUTO CULTURAL

文化局 網上書店 Livraria Online do Instituto Cultural Online Book Shop of Cultural Affairs Bureau

Grandes Compras Grandes Descontos

Bulk purchase offer

A Revista de Cultura tem os seus descontos específicos e não está incluída nesta oferta.

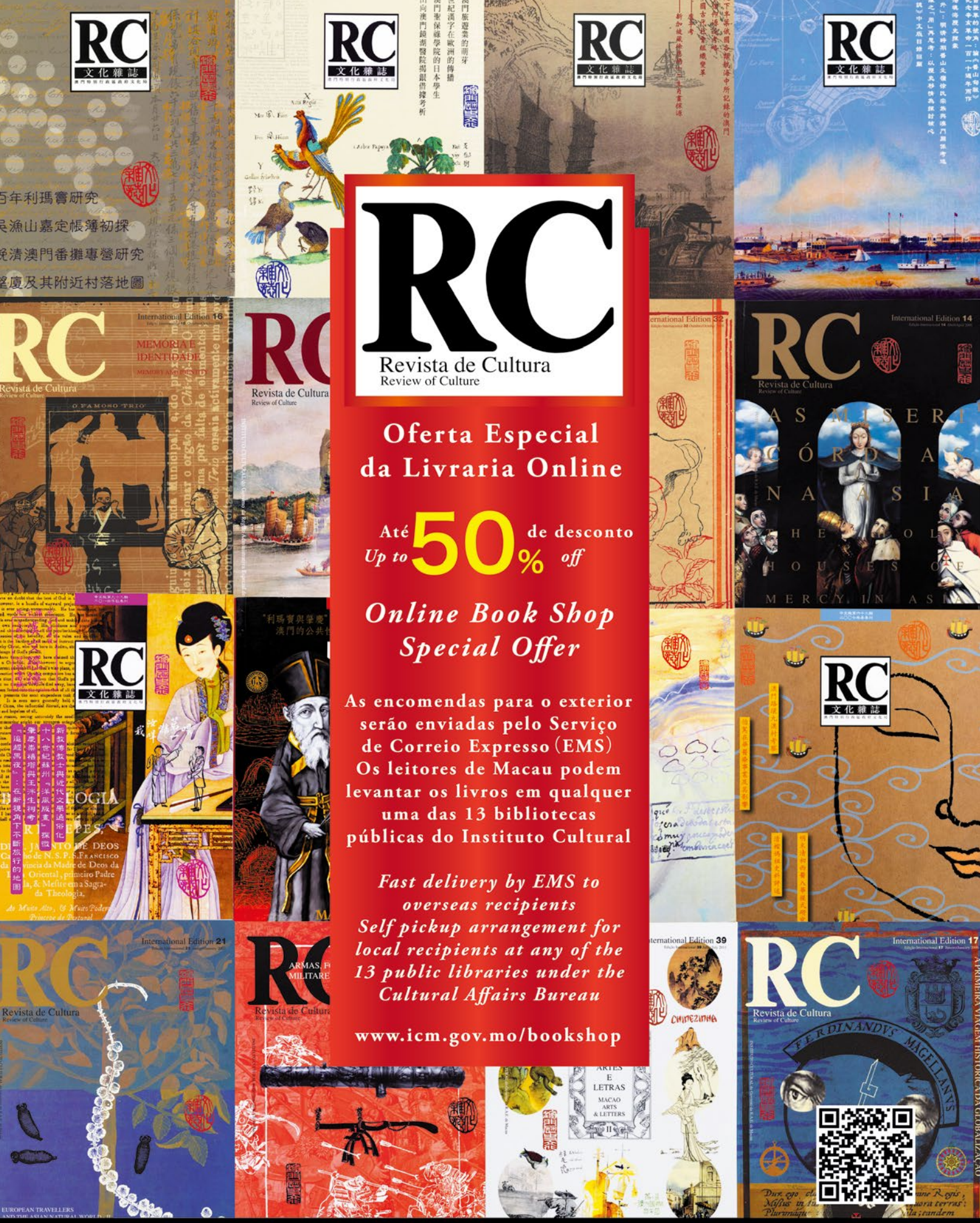
The Review of Culture follows the original discounts and is excluded from this offer.

Desconto de **20%** na compra de 5 ou mais livros
discount on the purchase of 5 or more books

Desconto de **15%** na compra de 3 ou 4 livros
discount on the purchase of 3-4 books

Desconto de **10%** na compra de 2 livros
discount on the purchase of 2 books

www.icm.gov.mo/bookshop


RC
Revista de Cultura
Review of Culture
Oferta Especial
da Livraria Online
Até 50% de desconto
Up to 50% off
Online Book Shop
Special Offer
As encomendas para o exterior serão enviadas pelo Serviço de Correio Expresso (EMS)
Os leitores de Macau podem levantar os livros em qualquer uma das 13 bibliotecas públicas do Instituto Cultural
Fast delivery by EMS to overseas recipients
Self pickup arrangement for local recipients at any of the 13 public libraries under the Cultural Affairs Bureau
www.icm.gov.mo/bookshop

chia, um germen de incerteza e de desordem, que lhes causa funestos prejuizos.

Fóra do largo ambito das suas aspirações politicas—baseadas no suffragio universal honradamente exercido como manifestação d'um poder supremo—Gambetta via o perigo constante da dictadura e, como consequencia natural d'essa dictadura, a revolta a tumultuar nas ruas, a multidão indignada a reivindicar pela violencia a conquista dos principios aos quaes nas democracias se chega pacificamente, sem abalos que perturbam e sem lutas que, embora gloriosas e muitas vezes necessarias, são profundamente lamentaveis n'uma epoca em que, acima de tudo, deviam impor-se o predominio da justiça e a soberania da opinião publica.

E Gambetta tinha rasão.

A ordem social é o mais solido alicerce do bem estar das nações. Ninguem contesta essa verdade elementar que a imprensa monarchica ahi está todos os dias a reproduzir com ares triumphantes. Para que, porém, essa tranquilidade necessaria esteja assegurada, é indispensavel que o poder não represente a desordem, que interprete e acate a vontade popular, que nada anteponha aos interesses nacionaes.

Estará, porém, estabelecido na sociedade portugueza este justo equilibrio politico indispensavel para que pelo parlamento se possa conseguir a realisação das aspirações nacionaes para um regimen de legalidade, de economia e de applicação dos principios democraticos?

Não é permittido a ninguem ter duvidas a este respeito.

Os factos que reza a nossa historia contemporanea, mostram que os antigos partidos constitucionaes, que constituiam uma parte essencial

de 45:000 contos de réis, pelo qual vamos hypothecar em condições desairosas e a estrangeiros um dos mais importantes rendimentos publicos. Com o fim de justificar tal projecto, este governo invoca as urgencias inadiaveis do thesouro; pede que lhe votem o emprestimo apesar de ruinoso, porque a todo o custo carece de recursos...

O governo esqueceu-se, porém, de fazer as economias que o paiz reclamava e que certamente seriam um elemento valioso para se firmar o credito nacional. Sancionou em todas as suas disposições o testamento celebre do sr. Lopo Vaz: não fez um real de economia e aggravou as despezas improductivas com reformas inuteis e dispendiosas; não fez nada de grande e proveitoso para nos salvar da temerosa crise em que nos debatemos. Aggravou os nossos males e subscreveu um contracto de emprestimo desairoso, sem demonstrar que fizera o menor esforço para corrigir a immoralidade da administração portugueza.

Isto pelo que respeita ás finanças.

Sob o ponto de vista politico não foi menos deploravel o mallogro d'aquelles que confiaram no governo que, segundo parece, a Liga impoz ao paiz.

Os mesmos ministros que se insurgiram contra uma dictadura odiosa e que juraram não fazer dictadura nem para salvar a liberdade, não hesitam em a fazer para assegurar interesses partidarios que não são os da nação portugueza. A' esperança querida do inicio de vida nova na gerencia dos negocios publicos, o extra-partidarismo só correspondeu aggravando a anarchia que tão fundo lavrou já no nosso depauperado organismo social.

Tal é a situação, hoje incontestavelmente mais difícil sob todos os

Mr. Freycinet, presidente do conselho e ministro da guerra da republica franceza, approvou já o plano geral das manobras militares d'este anno, que, como de costume, comprehendem exercicios e manobras de regimentos, brigadas e divisões em todos os corpos do exercito, manobras especiaes de cavallaria e artilheria, e finalmente grandes manobras estrategicas em que tomarão parte, reunidos quatro corpos do exercito e duas divisões de cavallaria independentes. Esses quatro occuparão o 5.º, 6.º, 7.º e 8.º Os dois primeiros e a 1.ª divisão de cavallaria sob o commando em chefe do general de Gallifet, encontrar-se-haentre Bar le Duc e Chalons, representando o papel de um inimigo que passou a fronteira norte da França. Os 7.º e 8.º corpo, com a 5.ª divisão de cavallaria, sob o commando do general Davoust, formam o exercito do sul e teem de concentrar-se entre Tonerre e Chatillon sur Seine, de modo que os movimentos e combates devem dar-se sobre os terrenos da celebre campanha de 1814.

A direcção superior das manobras pertence ao geral Saussier, tendo por chefe do estado maior o general de Miribel.

Alsacia Lorena

Segundo consta por telegramma de Paris, parece que o imperador da Allemanha reconsiderou quanto ás medidas de rigor ultimamente decretadas para as provincias annexadas, Alsacia e Lorena, e determinou que taes medidas fiquem sem effeito.

Falleceu em Madrid o contra-almirante da armada hespanhola, D. Juan Martinez Illescas.

Reforma

Diz-se que vae ser reformado o commandante do corpo de infanteria n.º 18, o que nos não parece muito conforme com os louvores e promessas que a imprensa regeneradora e progressista fez a este illustre heroe do Porto.

Vialho de Almeida

A Vanguarda será collaborada por este illustre escriptor ao qual as lettras portuguezas devem excellentes trabalhos de observação e de critica.

Bismarck

Segundo consta os admiradores do principe de Bismarck, como manifestação contra a guerra feita ao ex-chancellor, prepa-

pode dizer de definitivo, porquanto as experiencias ainda estão proseguindo e por ora em limitado numero, mas o certo é que nos individuos tuberculosos sujeitos a este tratamento se tem observado sensiveis melhoras, não havendo nenhum caso de complicações e serios perigos como nas pessoas sujeitas ao tratamento de Koch.

Creanças sem instrucção

Por terem sido fechados os centros republicanos de Lisboa, ficaram muitas creanças sem instrucção. Só o Gremio Fernandes Thomaz e a Escola infantil para os filhos do povo, tinham mais de cem alumnos que ficaram sem escola.

Aquellas duas associações democraticas auxiliavam disvelladamente os seus alumnos.

Procediam do mesmo modo outros centros.

Um escandalo

No sabbado á noite foi, segundo se diz, expulso do Gremio um titular francez, por pouca lisura ao jogo.

Parece que tambem causou extranha impressão o facto agora sabido do mesmo cavalheiro ter apresentado como pessoas de sua familia duas *cocottes* francezas.

Buenos-Ayres

Em Buenos Ayres continua sendo gravissima a situação do mercado, receando-se novas fallencias. O Banco Provincial de Buenos Ayres suspendeu temporariamente as operações, satisfazendo porém os seus compromissos. Outras casas, porém, parece que vão abrir fallencias e d'estas noticias só está já resentindo muito a praça de Londres, pela grande immobilisação de valores argentinos que ali ha em carteira.

A fabrica de louça da Boa-vista (Porto) que como se sabe é de propriedade inglez foi inaugurado n'um dos ultimos dias um salão de propaganda protestante e de leitura.

Austria-Hungria

Na Austria-Hungria parece dever pronunciar-se em breve uma crise ministerial, porquanto o resultado das eleições a que acaba de proceder-se no Imperio é abertamente contrario ao governo do conde de Taafe, o qual se apoiava principalmente no partido dos velhos duques, partido que teve uma esmagadora derrota.

Crise operaria

每月收
銀半元

ISSN 1682-1106
eISSN 3006-4880(PDF)